



JUVENTUDES BRASILEIRAS MINORIZADAS

Análises de educação e trabalho para
incidência em Políticas Públicas

Realização:



Parceria:



EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho
João Alegria

Superintendência de Conhecimento

Superintendente de Conhecimento
Rosalina Soares

Núcleo de Pesquisa e Avaliação

Especialista em Dados, Juventudes e Mercado de Trabalho

Katcha Poloponsky

Analistas de Pesquisa e Avaliação

Luana Calzavara

Julia Teixeira

Felipe Santos

Apoio Institucional

Relacionamento Institucional

Assessor para Relações Institucionais

Marcelo Gomes Morand Bentes

Comunicação

Supervisor de Comunicação

Felipe Conrado

Coordenadora de Imprensa

Adriana Martins

Analista de Comunicação

Jaqueline Suarez

Produção

Analista de Produção – apoio à produção executiva do lançamento

Mariana Silva

FUNDAÇÃO ITAÚ – ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

FUNDAÇÃO ITAÚ

Presidente do Conselho Curador

Alfredo Setubal

Presidente da Fundação Itaú

Eduardo Saron

Comunicação Institucional e Estratégica

Gerência Executiva

Ana de Fátima

Coordenação de Comunicação

Alan Albuquerque

Renato Corch

Simoni Barbiellini

Comunicação Institucional

Maysa Correa

Gestão de Marcas

Ailson Taveira

Helga Vaz

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

Superintendente interino

Eduardo Saron

Gerência de Pesquisa, Desenvolvimento e Implementação

Gerente

Maria Claudia Leme Lopes da Silva

Coordenadora

Raquel Sobral Nonato

Analistas

Daniel Greco Aith

Eldson Fernandes de Oliveira

Leticia Alves Costa

Luana Barbosa da Silva Cicone

Gerência de Articulação, Advocacy, Monitoramento e Avaliação

Gerente

Diogo Jamra Tsukumo

Coordenadora

Paloma de Lima Santos



**INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO
DEBATE EDUCACIONAL (IEDE)**

Diretor Executivo
Ernesto Martins Faria

Diretora de Projetos e Comunicação
Lectícia Maggi

Coordenador de Plataformas
Higor Machado

**FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
A INFÂNCIA (UNICEF)**

Chefe de Educação
Mônica Dias Pinto

Oficial de Educação
Gustavo Heidrich Oliveira

Gerente de Relacionamento com Empresas
Lívia Alves Felix de Mattos

Oficial de Monitoramento e Avaliação
José Gilberto Rodrigues Boari

AUTORES

Alessandra Sampaio Chacham
Álida Angélica Alves Leal
Anna Maria Canavarro Benite
Arthur Cassio de Oliveira Vieira
Enid Rocha Andrade da Silva
Katerina Volcov
Luanda Chaves Botelho
Maíra Penna Franca

Marcus Barão
Maria Albenize Farias Malcher
Melissa Santana de Oliveira
Mônica Conrado
Regina Nobre Vargas
Renan Quinalha
Rita Potyguara
Symaira Poliana Nonato
Ynaê Lopes dos Santos

EDIÇÃO
Marta Avancini

REVISÃO
Mariela B. Mei

ILUSTRAÇÃO E DESIGN
Bruna Tardioli

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta coletânea, especialmente às juventudes que compartilharam seus relatos e experiências, fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradecemos, ainda, ao Sávio Nunes, que integrou a equipe de pesquisa da FRM durante boa parte do desenvolvimento do estudo e contribuiu para sua construção.

Em memória de Marcus Barão,

Ele nos ensinou a construir iniciativas lado a lado com as juventudes, a partir da escuta, do diálogo e da ação.

Sua capacidade de articulação e persistência levou a pauta das juventudes a diferentes espaços, no Brasil e no mundo, sempre com o compromisso de fortalecer seus direitos e sua participação.

Autor do excelente artigo que abre esta obra, Barão nos deixa uma reflexão essencial sobre a urgência de transformar ações para e com as juventudes em políticas de Estado.

Sua forma de fazer, coletiva e comprometida, segue nos orientando.
Hoje. Sempre.



APRESENTAÇÃO

As juventudes brasileiras são parte constitutiva do país: expressam sua diversidade, suas desigualdades e suas possibilidades de transformação. No Brasil, são cerca de 46,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que representa aproximadamente um quarto da população.

Como sujeitos de direitos, essas juventudes vivenciam, em suas trajetórias, os efeitos das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, especialmente no acesso à educação, nas oportunidades de inserção no mundo do trabalho e nas condições de construção de projetos de vida.

A coletânea *Juventudes Brasileiras Minorizadas*: análises sobre educação e trabalho para incidência em políticas públicas é uma realização da Fundação Roberto Marinho, do Itaú Educação e Trabalho e do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), em parceria com a iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO/UNICEF).

A publicação se insere na agenda da Plataforma QEdu Juventudes e Trabalho, que reúne e organiza evidências sobre as trajetórias educacionais e laborais das juventudes brasileiras, contribuindo para qualificar o debate público e apoiar a formulação de políticas mais efetivas.

A obra amplia esse olhar ao incorporar perfis de juventudes que enfrentam múltiplas barreiras no acesso a direitos.

A escolha dos perfis analisados nesta obra reflete o compromisso das instituições envolvidas em qualificar o debate sobre as desigualdades que afetam as juventudes, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilização.

Esses perfis correspondem a grupos priorizados pela iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO/UNICEF), por concentrarem múltiplas vulnerabilidades e cujas especificidades ainda não são plenamente incorporadas

pelas políticas públicas. Suas trajetórias evidenciam, de forma mais aguda, os limites das respostas institucionais atualmente disponíveis.

Ao reunir especialistas de diferentes áreas do conhecimento, esta coletânea lança luz sobre essas realidades, articulando análise de dados, revisão de literatura e escuta de jovens. O resultado é um conjunto de análises que evidenciam não apenas os desafios enfrentados por esses grupos, mas também as lacunas e oportunidades para a ação pública.

Dessa maneira, para além do diagnóstico, esta obra se coloca como um instrumento de incidência. **Ao evidenciar padrões de desigualdade e dar visibilidade a grupos historicamente negligenciados, busca contribuir para o avanço de políticas públicas mais integradas, equitativas e orientadas por evidências.**

Realização:



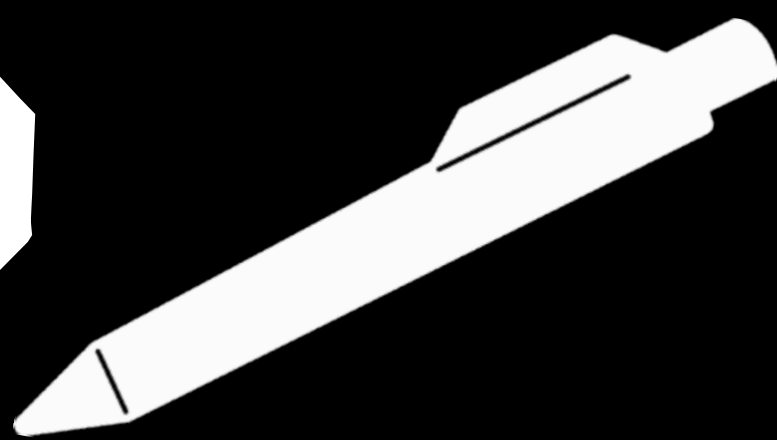
Educação
e Trabalho



Parceria:



SUMÁRIO



09

Introdução

12

PARTE 1 - Políticas públicas e desigualdades estruturais

13

Capítulo 1
Políticas Públicas para e com as Juventudes:
direitos, protagonismo e os caminhos para
a construção de uma política de Estado no Brasil

45

Capítulo 2
**Juventude Negra Brasileira
e o Desafio da Desigualdade**

71

Capítulo 3
**Juventudes em Situação de
Pobreza no Brasil**

98

PARTE 2 - Território, identidade e pertencimento

99

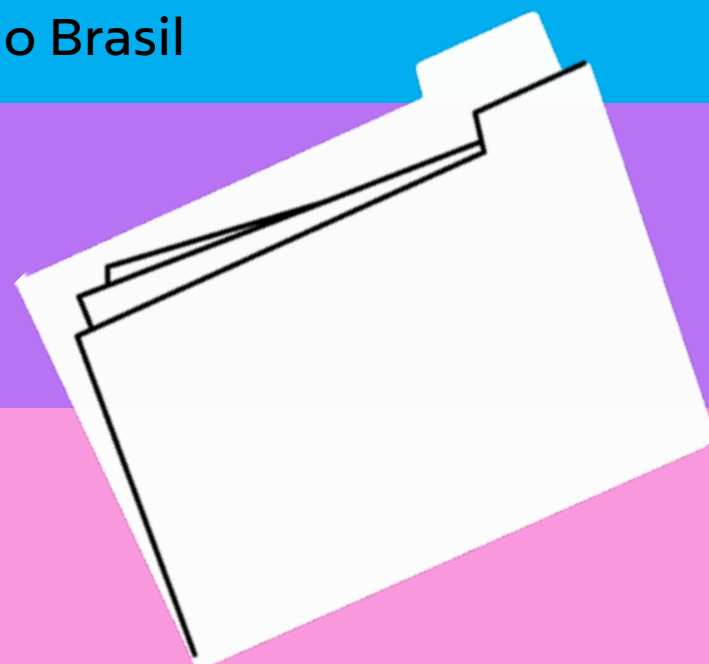
Capítulo 4
Juventudes Indígenas no Brasil Hoje:
trajetórias, perspectivas e bem viver

124

Capítulo 5
Juventudes Quilombolas:
trajetórias educativas, trabalhos e territorialidades

143

Capítulo 6
Juventudes do Campo:
educação e trabalho no centro da cena



170

PARTE 3 – Educação e transições para o trabalho

171

Capítulo 7
Juventude de Escolas Públicas:
sonhos, educação e trabalho

197

Capítulo 8
Jovens com Deficiência Existem: um olhar sobre as
desigualdades educacionais e no mercado de trabalho

222

Capítulo 9
Juventudes LGBTQIAPN+ no Brasil

241

Capítulo 10
Gravidez na Adolescência:
impactos educacionais, laborais, sociais e afetivos

264

Capítulo 11
Jovens Mulheres na Carreira STEAM:
educação, trabalho, e desigualdades estruturais

284

PARTE 4 – Rupturas e vulnerabilidades mais intensas

285

Capítulo 12
Juventudes em Medidas Socioeducativas:
Barreiras estruturais e caminhos para a

315

Capítulo 13
Entre a Adolescência e a Vida Adulta:
O trabalho infantil invisibilizado de pessoas

336

Capítulo 14
**Juventudes em Condição de Refúgio no
Território Brasileiro:** alguns excertos

353

Capítulo 15
A Centralidade da Escuta: juventudes como sujeitos de políticas

379

Conclusão





INTRODUÇÃO

O que sabemos sobre as juventudes minorizadas brasileiras? Quais são suas características? Quais desafios enfrentam? Essas são algumas das perguntas que essa coletânea, *Juventudes Brasileiras Minorizadas: análises sobre educação e trabalho para incidência em políticas públicas* busca responder.

Organizada em 14 artigos autorais escritos por pesquisadoras e pesquisadores de referência nacional, este livro digital traça um painel das condições de educação e de inserção no mundo do trabalho de diferentes perfis de juventudes em contextos de maior vulnerabilização. Além dos artigos, o livro conta com uma seção com relatos dos jovens que dialogam diretamente com os artigos.

Os artigos e os relatos, em conjunto, evidenciam como essas juventudes vivenciam, em suas trajetórias, os efeitos das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira, impactando a educação – acesso,

permanência e aprendizagem –, suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho e as condições de construção de projetos de vida.

Conhecer suas realidades torna-se crucial, considerando que as juventudes, além de sujeitos de direitos, expressam a diversidade e as potencialidades que perpassam a sociedade brasileira. Em outras palavras, elas são constitutivas do país, compondo um contingente de aproximadamente 46,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, ou cerca de um quarto da população.

Em seus artigos, os especialistas lançam luz sobre padrões de desigualdade e dão visibilidade a grupos historicamente negligenciados, articulando análise de dados, revisão de literatura e escuta de jovens. Tomados em conjunto, os artigos evidenciam desafios enfrentados por esses grupos, lacunas e, também, oportunidades para a ação pública.

Realizada pela Fundação Roberto Marinho, do Itaú Educação e Trabalho e do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), em parceria com a iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO/UNICEF), a publicação se insere na agenda da Plataforma QEdu Juventudes e Trabalho, que reúne e organiza evidências sobre as trajetórias educacionais e laborais das juventudes brasileiras.

Essa iniciativa, ao amplia o olhar sobre perfis de juventudes que enfrentam múltiplas barreiras no acesso a direitos. Assim, em alinhamento com o compromisso das instituições envolvidas em qualificar o debate sobre as desigualdades que afetam as juventudes, a obra lança um olhar para as juventudes em situação de maior vulnerabilização.

Os perfis analisados correspondem a grupos priorizados pela iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO/UNICEF), por concentrarem múltiplas vulnerabilidades e cujas especificidades ainda não são plenamente incorporadas pelas políticas públicas. Desse modo, suas trajetórias evidenciam, de forma mais aguda, os limites das respostas institucionais atualmente disponíveis.

Para isso, os especialistas se valeram de análises de dados secundários – com destaque para a PNAD Contínua/IBGE de 2012 a 2025, o Censo Demográfico de 2022, a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, o Censo Escolar/Inep de 2024 e o Saeb/Inep de 2023 –, além de revisão de literatura. Os artigos oferecem, então, um olhar aprofundado sobre essas realidades, complementado por estudos acadêmicos e da sociedade civil em contextos de escassez de dados oficiais.

A obra está organizada em quatro seções temáticas orientadas por desafios estruturais e dinâmicas de resistência das juventudes brasileiras. A primeira, **Políticas Públicas e Desigualdades Estruturais**, demonstra como raça, renda e marcos institucionais convergem na urgência de uma Política de Estado permanente, capaz de romper ciclos de exclusão que atingem majoritariamente jovens negros e em situação de pobreza.

Em seguida, **Território, Identidade e Pertencimento** aborda as juventudes indígenas, quilombolas e do campo, cujas trajetórias reafirmam o território como lugar de memória e resistência, exigindo o direito à permanência com dignidade.

O bloco **Educação e Transições para o Mundo do Trabalho** afirma a importância da escola pública como elo de proteção para estudantes, em especial



aqueles com deficiência, LGBTQIAPN+, jovens mães e jovens mulheres em STEAM (sigla em inglês de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), focando na superação de estigmas e barreiras que interrompem percursos formativos. Por fim, **Rupturas e Vulnerabilidades mais intensas** analisa jovens em medida socioeducativa, vítimas de trabalho infantil e refugiados, cujas trajetórias são marcadas por exclusões acumuladas, nas quais o acesso à educação e ao trabalho protegido é a condição para o resgate de seus projetos de vida.

O conjunto permite compreender, simultaneamente, as condições e especificidades de cada grupo, bem como os limites e as possibilidades das políticas públicas voltadas às juventudes, sobretudo nos campos da educação e do trabalho. Possibilita, ainda, reconhecer padrões persistentes de desigualdade e exclusão no campo educacional e seus impactos diretos sobre a inserção no mundo do trabalho dos grupos analisados.

Na educação, predominam trajetórias escolares irregulares ou interrompidas, impactadas pelas dificuldades de acesso, distorção idade-série e baixos níveis de aprendizagem, decorrentes de barreiras estruturais associadas tanto à precariedade da oferta educacional quanto à baixa aderência dos currículos às realidades desses jovens.

No trabalho, prevalecem a informalidade, os baixos rendimentos e o acesso limitado a oportunidades de trabalho digno, aprofundando as desvantagens em relação aos jovens com maior renda e escolarização.

Como evidenciado nos diferentes capítulos da coletânea, essas trajetórias não são resultado de escolhas individuais isoladas, mas do acúmulo de desvantagens ao longo do tempo.

Dessa maneira, esta coletânea busca contribuir para o avanço de políticas públicas mais integradas, equitativas e orientadas por evidências, colocando-se como um instrumento de incidência. Ao mesmo tempo, aponta para a urgência de construir respostas à altura dos desafios contemporâneos, assegurando a essas juventudes condições para uma existência digna, para o desenvolvimento e a expressão de seus talentos e para sua atuação plena como cidadãos.



PARTE 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Os artigos que abrem esta seção compõem o alicerce crítico necessário para compreender que as desigualdades brasileiras não são meras ocorrências conjunturais, mas fenômenos estruturais e racializados.

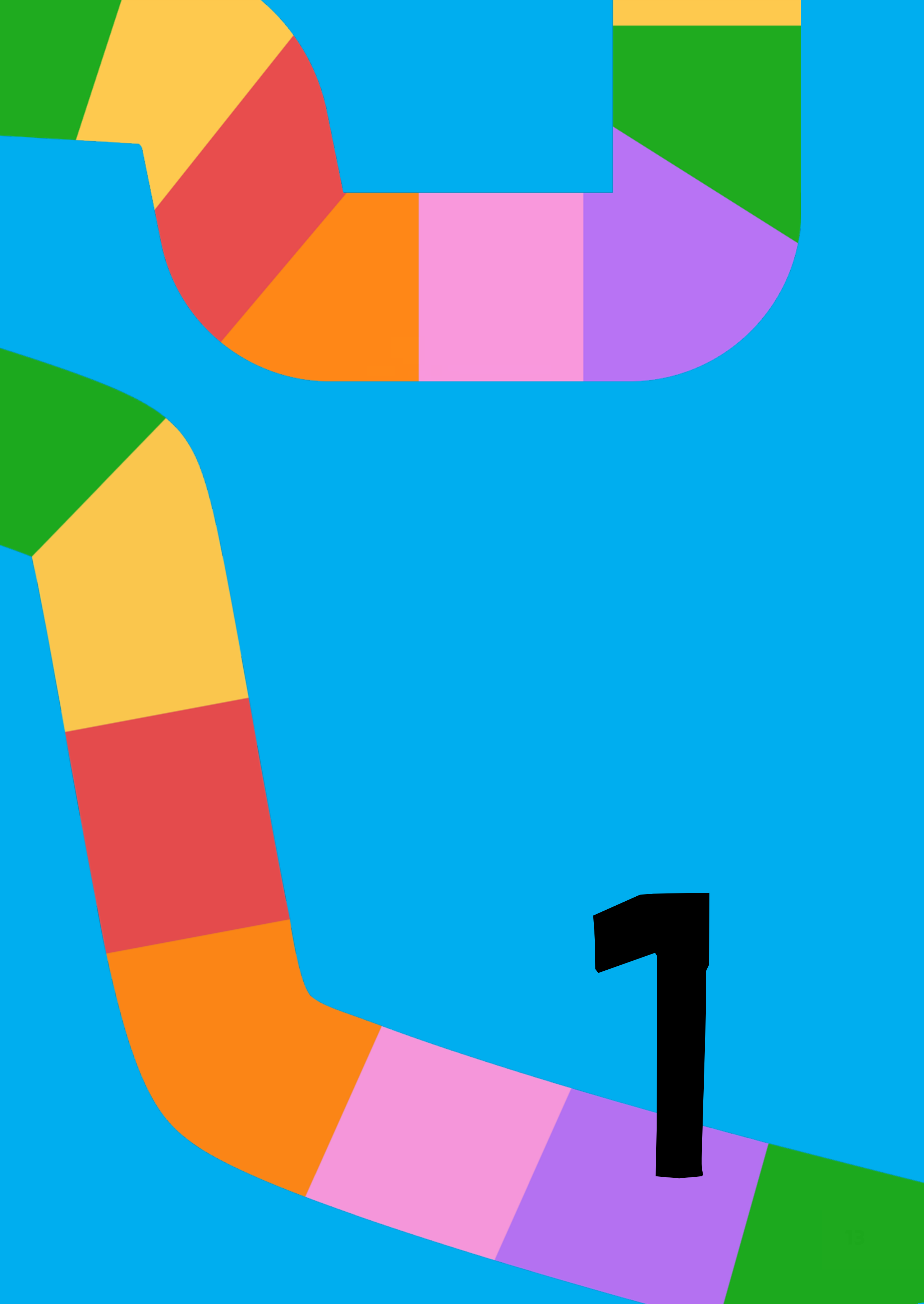
Ao entrelaçarem as dimensões de políticas públicas, raça e renda, as análises convergem para um diagnóstico incontornável: no Brasil, a pobreza tem cor e gênero definidos, evidenciados pelo fato de que, de acordo com a PNAD Contínua/IBGE de 2024, 74,9% dos jovens em situação de extrema pobreza¹ são negros e as mulheres negras representam 40% de toda a juventude pobre².

Esse cenário revela que o racismo opera como um filtro que ordena o acesso à cidadania, demandando que as políticas públicas superem a lógica de "políticas de governo" passageiras para se consolidarem como uma Política de Estado permanente, simbolizada pela urgência de um Plano Nacional das Juventudes (PNJ) decenal com orçamento estável, metas e monitoramento.

Os esforços públicos devem ter como objetivo mecanismos que enfrentem a pobreza intergeracional e a exclusão sistemática, garantindo que os direitos previstos no Estatuto da Juventude se convertam em garantias concretas para quem mais depende da ação pública.

1 A linha de extrema pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 2,15 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 218, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

2 A linha de pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 6,85 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 695, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA E COM AS JUVENTUDES: **direitos, protagonismo e os caminhos para a construção de uma política de Estado no Brasil**

Marcus Barão¹

INTRODUÇÃO

O debate sobre políticas públicas para e com as juventudes ocupa lugar estratégico no Brasil contemporâneo. Trata-se de um segmento populacional com peso decisivo para a dinâmica social, econômica e política nacional, especialmente em um contexto marcado por rápidas transformações demográficas, tecnológicas e produtivas.

O país atravessa a fase final de uma janela histórica frequentemente associada ao bônus demográfico, período em que a proporção de pessoas em idade ativa supera a de crianças e pessoas idosas. Essa con-

dição cria oportunidades relevantes para o crescimento econômico, a inovação social e a ampliação do bem-estar coletivo, ao mesmo tempo em que impõe desafios crescentes à ação estatal. As projeções demográficas indicam que essa janela é limitada no tempo e que o envelhecimento populacional se intensificará nas próximas décadas. As escolhas públicas realizadas no presente, portanto, terão efeitos duradouros sobre o futuro do país.

Paradoxalmente, esse potencial convive com um quadro persistente de desigualdades e violações de direitos

¹ Marcus Barão é empreendedor social, ativista e especialista em políticas públicas de juventude, com mais de 20 anos de atuação na interface entre pesquisa aplicada, participação social, formulação de políticas públicas, articulação institucional e mobilização juvenil. Foi Presidente do Conselho Nacional da Juventude da Presidência da República (Conjuve), além de cofundador do Atlas das Juventudes e da iniciativa Juventudes do Agora. Com sólida atuação internacional, foi Chair e Sherpa do Youth20 (Y20), grupo de juventude do G20, exercendo papel de liderança em iniciativas e organizações na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no Mercosul, BRICS, Ibero-América e no âmbito das Nações Unidas. Integrou a Rede de Líderes da Fundação Lemann e conselhos de diversas organizações, com destaque para o Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho.

que afetam de maneira desproporcional as juventudes brasileiras. Exclusão educacional, inserção precária no mercado de trabalho, desigualdades raciais e territoriais, pobreza, violência e impactos recentes da pandemia compõem um cenário no qual trajetórias juvenis são frequentemente interrompidas ou limitadas. Embora o Brasil tenha acumulado avanços normativos e institucionais no campo das políticas de juventude, esses progressos não se traduziram, de forma consistente, na consolidação de uma política de Estado capaz de garantir continuidade, coordenação e efetividade na promoção de direitos.

As juventudes brasileiras são desproporcionalmente afetadas pelas desigualdades e violações de direitos, o que coloca em risco as oportunidades de crescimento econômico, inovação social e ampliação do bem-estar coletivo proporcionadas pelo bônus demográfico, que se aproxima de sua fase final no Brasil.



É nesse contexto que se insere o presente artigo. Como texto de abertura desta coletânea, o que se busca é oferecer um panorama analítico das políticas públicas “para e com” as juventudes no Brasil, articulando diagnóstico histórico, evidências sociais recentes e reflexão crítica sobre seus limites e potencialidades. Ao fazê-lo, pretende-se estabelecer uma base comum para a compreensão dos diferentes perfis de juventudes minorizadas abordados nos capítulos seguintes, contribuindo para o fortalecimento de uma agenda pública orientada pela garantia de direitos, pelo protagonismo juvenil e pela construção de caminhos sustentáveis de desenvolvimento.

1. METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e descritiva, orientada à análise integrada de documentos, dados secundários e processos sistemáticos de escuta das juventudes. Tal opção decorre da compreensão de que o campo das políticas públicas para e com as juventudes

des não pode ser apreendido apenas a partir de indicadores isolados ou de marcos normativos formais, exigindo uma leitura que articule institucionalidade, condições materiais de implementação e experiências vividas.

A análise documental constitui um dos eixos centrais do estudo. Foram examinados marcos legais e normativos que estruturam as políticas públicas para e com as juventudes no Brasil, com destaque para a Lei nº 11.129, de 2005, a Emenda Constitucional nº 65, de 2010, e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 2013). Também foram considerados documentos estratégicos e processos institucionais recentes, como a iniciativa Juventudes do Agora, o relatório do Grupo Técnico de Juventude no âmbito da transição governamental de 2022 e o Caderno de Resoluções da 4ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2023. Esse conjunto de fontes permite compreender a trajetória histórica do campo, seus avanços normativos e as lacunas persistentes na consolidação de uma política de Estado.

De forma complementar, o artigo mobiliza dados secundários e evidências quantitativas provenientes de bases oficiais e plataformas especializadas. Foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de informações sistematizadas pela Plataforma QEdu Juventudes e Trabalho e pelo Atlas das Juventudes. Esses dados subsidiam a análise das condições sociais, educacionais e de inserção no trabalho das juventudes brasileiras, permitindo identificar padrões de desigualdade e trajetórias diferenciadas segundo raça, território, gênero e nível de escolaridade.

No que se refere às capacidades estatais e ao financiamento das políticas públicas, o estudo incorpora evidências oriundas da análise dos Planos Plurianuais e da execução orçamentária federal, conforme sistematizado no Relatório de Evidências sobre o Financiamento das Políticas Públicas de Juventude no Brasil do Conselho Nacional da Juventude, realizado em parceria com o Instituto Cíclica, bem como no Relatório da Participação Social no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, por meio do qual o governo federal envolveu a população brasileira, organizações da sociedade civil, redes, movimentos sociais, conselhos e entidades representativas em um amplo esforço de participação social, escuta e diálogo sobre o futuro do país. Essa dimensão metodológica é fundamental para explicitar o descompasso entre os avanços normativos e a sustentação material necessária à efetividade das políticas.

Por fim, o artigo integra escutas qualitativas e pesquisas de percepção realizadas com as juventudes, tanto no contexto nacional quanto internacio-

nal. No âmbito nacional, destacam-se as pesquisas “Atlas das Juventudes”, “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” e “Vozes das Juventudes”. No plano internacional, incorpora-se o processo global *Youth Lead Dialogues*, conduzido pelo Escritório da ONU para a Juventude (*UN Youth Office*). Adicionalmente, são consideradas referências internacionais como o relatório “O Poder de 1,8 Bilhão – Adolescentes, Jovens e a Transformação do Mundo”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), e o “*Youth 2030 – A Global Progress Report*”, também produzido pelo Escritório da ONU para a Juventude, que oferecem enquadramentos globais sobre demografia, direitos, participação e investimento em juventudes. Como apoio interpretativo das percepções e valores sociais, utiliza-se ainda o estudo “Brasil no Espelho – um guia para entender o Brasil e os brasileiros”, do cientista político Felipe Nunes, especialmente em seus recortes geracionais.

A combinação desses diferentes métodos e fontes possibilita uma compreensão mais ampla e consistente do campo das políticas públicas para e com as juventudes no Brasil. Ao articular norma, evidência empírica e experiência social, a metodologia adotada contribui para identificar potencialidades, limites e desafios estruturais, oferecendo uma base analítica sólida para o diagnóstico e para a discussão de caminhos apresentados nas seções seguintes.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

A construção de políticas públicas “para e com” as juventudes no Brasil não é um processo espontâneo, nem linear. Ela se estabelece historicamente na interseção entre a ampliação de direitos no período pós-Constituição de 1988, a emergência de novos diagnósticos sobre desigualdades sociais e a compreensão de que as transições para a vida adulta, em contextos marcados por profundas assimetrias, exigem respostas estatais capazes de garantir proteção, oportunidades e participação. Ao longo das últimas décadas o país acumulou avanços importantes, mas também experimentou ciclos recorrentes de descontinuidade, o que contribui para explicar a fragilidade estrutural que ainda caracteriza esse campo.

Um marco decisivo dessa trajetória foi a aprovação da Lei nº 11.129, de 2005, que instituiu a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Esse desenho inaugurou um arranjo institucional voltado ao reconhecimento

das juventudes como público estratégico e à organização, no âmbito federal, de instrumentos capazes de coordenar ações, fomentar a participação social e ampliar políticas específicas. Naquele momento, consolidava-se uma arquitetura inicial que combinava gestão pública, instâncias de interlocução e programas direcionados, sinalizando a entrada definitiva das juventudes na agenda do Estado brasileiro.

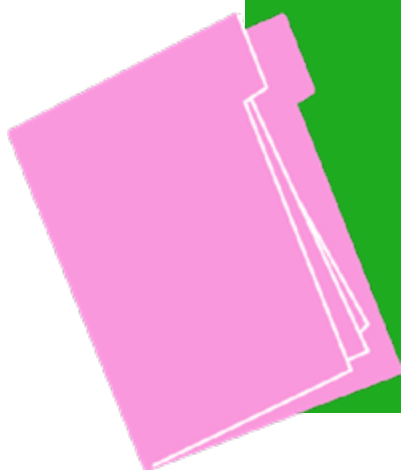
Nos anos seguintes, o país avançou na consolidação do arcabouço jurídico voltado às juventudes. A Emenda Constitucional nº 65, de 2010, incorporou a juventude ao texto constitucional, fortalecendo sua posição no sistema de direitos e ampliando o fundamento normativo para políticas públicas específicas. Esse movimento foi aprofundado com a promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 2013), que reconhece as pessoas entre 15 e 29 anos como sujeitos de direitos e organiza a política pública em torno de eixos que abrangem dimensões como educação; profissionalização, trabalho e renda; saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão; desporto e lazer; território e mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; diversidade e igualdade; segurança pública e acesso à justiça; cidadania, participação social e política e representação juvenil. Esse conjunto normativo representou um salto qualitativo ao consolidar a centralidade das juventudes no sistema de direitos e ao oferecer referências para orientar programas, serviços e ações intersetoriais.

Paralelamente à construção institucional e legal, a participação social consolidou-se como elemento estruturante do campo. As Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em diferentes ciclos ao longo do período (2008, 2011, 2015 e 2023), contribuíram para ampliar a legitimidade pública do tema, incorporar demandas e experiências de territórios diversos e fortalecer uma cultura política na qual as juventudes são reconhecidas como agentes de formulação e incidência. No entanto, a própria trajetória desses processos evidencia um padrão recorrente: avanços institucionais e participativos não foram acompanhados, de forma contínua, por capacidades estatais compatíveis em termos de coordenação federativa, financiamento, monitoramento e permanência das prioridades ao longo do tempo.

- * **Lei 11.129/2005:** criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o ProJovem
- * **Emenda Constitucional 65/2010:** inseriu a juventude na Constituição
- * **Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013):** reconhece jovens de 15 a 29 anos como sujeitos de direitos
- * **Conferências Nacionais de Juventude:** realizadas em
 - 2008:** 1ª Conferência Nacional da Juventude
 - 2011:** 2ª Conferência Nacional de Juventude
 - 2015:** 3ª Conferência Nacional de Juventude
 - 2023:** 4ª Conferência Nacional de Juventude – marca a retomada do protagonismo das juventudes na construção das políticas públicas



Esse descompasso entre norma, institucionalidade e implementação ajuda a compreender por que, apesar do acúmulo construído, o Brasil não consolidou plenamente uma política de Estado para e com as juventudes. Um dos sinais mais evidentes dessa lacuna é a dificuldade histórica de estabelecer e sustentar um Plano Nacional de Juventude como instrumento estruturante de longo prazo, capaz de integrar diretrizes, metas, indicadores, responsabilidades federativas e mecanismos de financiamento. Na ausência de um plano consolidado e de instrumentos estáveis de governança, políticas e programas tendem a assumir caráter fragmentado, sujeitos a mudanças de orientação, oscilações orçamentárias e descontinuidades de gestão, o que enfraquece a garantia de direitos e reduz a efetividade pública.



Apesar dos avanços ao longo do período pós-Constituição de 1988, as políticas para e com as juventudes experimentam ciclos de descontinuidade, o que ajuda a explicar suas fragilidades e os descompassos entre as normas e a sua institucionalização.

Nos últimos anos, contudo, o debate nacional sobre juventudes voltou a ganhar densidade política e institucional. O processo eleitoral de 2022 e o período de transição governamental foram acompanhados por esforços de incidência e sistematização de propostas que buscaram requalificar a agenda pública para e com as juventudes, articulando diagnóstico, evidências e recomendações. Esse movimento contribuiu para reposicionar o tema no debate nacional e para orientar formulações incorporadas nos espaços de transição. Em 2023, a realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude, após anos de interrupção do ciclo conferencial, representou um marco de retomada democrática e de reafirmação do protagonismo das juventudes na construção de políticas públicas. Esse conjunto de movimentos recentes não elimina os desafios históricos do campo, mas fortalece as condições políticas e institucionais para avançar na direção de uma política de Estado ancorada em direitos, participação e capacidade de implementação.

3. O RETRATO SOCIAL DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS

De acordo com a PNAD Contínua/IBGE de 2025, o Brasil abriga cerca de 46,5 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, o que corresponde a aproximadamente 22% da população brasileira. Trata-se de um contingente expressivo, que manteve por quase duas décadas patamares inéditos em termos absolutos e conferiu centralidade às juventudes na dinâmica social, econômica e política do país. No entanto, dados demográficos indicam que esse número já se encontra em declínio: em 2012, eram cerca de 51 milhões de pessoas jovens, evidenciando o avanço da transição demográfica e o fechamento progressivo da janela associada ao bônus demográfico.



População jovem no Brasil (15 a 29 anos)

2025: 46,5 milhões

2012: 51 milhões

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 e 2025

O contexto de envelhecimento populacional, como está ocorrendo no Brasil, evidencia a urgência de políticas que revertam o potencial das juventudes em desenvolvimento social e econômico sustentável.

Conforme amplamente discutido na literatura internacional e sistematizado por organizações como o Banco Mundial e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), esse período corresponde a uma oportunidade singular de aceleração do crescimento econômico, associada à redução da razão de dependência e à ampliação potencial da força de trabalho. Tal oportunidade, contudo, não é automática e depende da capacidade do Estado de converter essa estrutura etária favorável em ganhos de produtividade por meio de investimentos em educação, saúde, inclusão produtiva e trabalho decente. Esse movimento ocorre em paralelo ao rápido envelhecimento populacional, com projeções que indicam que até 2050 uma em cada quatro pessoas no Brasil terá 65 anos ou mais, o que amplia a urgência de políticas públicas capazes de transformar o potencial das juventudes em desenvolvimento social e econômico sustentável.

No campo educacional, os desafios permanecem expressivos. Dados da PNAD Contínua/IBGE de 2025 indicam que cerca de 7,9 milhões de

jovens (o equivalente a 17% das pessoas entre 15 e 29 anos) estão fora da escola sem terem concluído a educação básica. Essa condição compromete de forma duradoura as trajetórias de inserção social e produtiva. As desigualdades raciais são evidentes: aproximadamente 72% desse grupo é composto por jovens negros, e a taxa de exclusão educacional entre jovens pretos (20,7%) é significativamente superior à observada entre jovens brancos (11,8%). Esses dados revelam que a exclusão educacional opera como um mecanismo central de reprodução das desigualdades raciais e territoriais no país.

A transição da escola para o trabalho constitui outro eixo crítico do retrato social das juventudes. Dados da PNAD Contínua/IBGE de 2025 indicam que cerca de 9 milhões de jovens (aproximadamente 19% da população jovem) não estudam nem trabalham. Embora esse percentual tenha apresentado leve redução em relação aos anos anteriores à pandemia, ele permanece elevado e reflete dificuldades estruturais de articulação entre educação, qualificação profissional, intermediação de mão de obra

e proteção social. Entre as juventudes ocupadas, a inserção no mercado de trabalho é fortemente marcada pela informalidade: 64% dos jovens trabalhadores informais são negros, evidenciando a persistência de desigualdades raciais nas trajetórias laborais. As diferenças de renda associadas à escolaridade são igualmente expressivas, reforçando o papel estruturante da educação na definição de oportunidades econômicas.



Jovens fora da escola sem concluir a educação básica (15 a 29 anos)

7,9 milhões

17% do total da população de 15 a 29 anos

72% são negros

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.

Jovens que não estudam nem trabalham

9 milhões

19% da população jovem

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.

Jovens em situação de pobreza

11,9 milhões

25,4% da população jovem

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

As condições de renda e pobreza aprofundam esse quadro de vulnerabilidade. Aproximadamente 25,4% das juventudes brasileiras (o que corresponde a cerca de 11,9 milhões de pessoas) vivem em situação de pobreza². Essa incidência é ainda mais elevada em determinados contextos, superando 50% entre jovens residentes em áreas rurais e na região Nordeste, e atingindo proporções especialmente altas entre jovens fora da escola e entre juventudes negras. Tais dados evidenciam que a pobreza juvenil no Brasil não é residual, mas estrutural, articulando desigualdades de renda, território, raça e acesso a políticas públicas.

² A linha de pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 6,85 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 695, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A pandemia da covid-19 atuou como um evento acelerador dessas desigualdades. Pesquisas recentes indicam que a crise sanitária impactou de maneira intensa as trajetórias educacionais e laborais das juventudes, com relatos frequentes de dificuldades de acesso ao ensino remoto, perda de empregos, redução de renda e adiamento de projetos de vida. Além dos efeitos educacionais e econômicos, a pandemia trouxe impactos relevantes sobre a saúde mental, com aumento de sintomas de ansiedade, insegurança e medo em relação ao futuro. Embora essas vulnerabilidades já estivessem presentes antes de 2020, a crise tornou mais visível a fragilidade das redes de proteção disponíveis.

As percepções das próprias juventudes reforçam e qualificam esse diagnóstico. Pesquisas de escuta indicam que trabalho, educação e oportunidades aparecem de forma recorrente como prioridades centrais, associadas ao desejo de autonomia, estabilidade e reconhecimento social. Ao mesmo tempo, muitos jovens expressam frustração diante da dificuldade de acesso a oportunidades concretas, desconfiança em relação às instituições públicas e preocupação com a capacidade do Estado de garantir direitos de forma contínua. Esses sentimentos convivem com sinais de engajamento, consciência crítica e disposição para participação, indicando que, apesar das

adversidades, as juventudes mantêm expectativas de transformação quando encontram condições institucionais favoráveis.

Esse retrato social evidencia que a situação das juventudes brasileiras não pode ser compreendida de forma fragmentada. Educação, trabalho, renda, território, raça e saúde constituem dimensões interdependentes de um mesmo processo, no qual desigualdades estruturais se acumulam ao longo do ciclo de vida. A persistência desses indicadores, combinada ao fechamento da janela demográfica e aos impactos recentes da pandemia, confere urgência política e social ao fortalecimento das políticas públicas para e com as juventudes. Compreender esse quadro é condição indispensável para analisar os limites estruturais das políticas existentes e os caminhos necessários para a construção de respostas públicas à altura da realidade vivida pelas juventudes no Brasil.

4. LIMITES ESTRUTURAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

A análise dos limites estruturais das políticas públicas para e com as juventudes no Brasil exige reconhecer, de forma articulada, os avanços normativos e institucionais alcançados nas últimas décadas e as fragilidades persistentes que têm impedi-

do a consolidação de respostas públicas à altura da realidade social vivida por essa população. O país construiu um arcabouço relevante de reconhecimento jurídico e institucional das juventudes como sujeitos de direitos, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e de programas federais específicos, a incorporação do tema ao texto constitucional por meio da Emenda Constitucional nº 65 e a promulgação do Estatuto da Juventude. Esses marcos, conforme refletido anteriormente, representam conquistas importantes no plano normativo e simbólico.

Entretanto, tais avanços não se traduziram de forma consistente na consolidação de uma política de Estado para e com as juventudes. O campo permaneceu majoritariamente estruturado sob a lógica de políticas de governo, fortemente dependentes de prioridades conjunturais e vulneráveis a descontinuidades entre ciclos políticos. A ausência de um Plano Nacional de Juventude aprovado, implementado e monitorado ao longo do tempo constitui uma expressão concreta dessa fragilidade. Embora a formulação de um plano estruturante tenha atravessado diferentes períodos legislativos e acumulado debates qualificados, sua não implementação resultou em um vazio estratégico, dificultando a definição de objetivos de longo prazo, metas mensuráveis, responsabilidades institucionais claras e mecanismos permanentes de acompanhamento.

Avanços e desafios das políticas para e com as juventudes

Avanços

- ✧ Plano normativo.
- ✧ Reconhecimento das juventudes como sujeitos de direito.
- ✧ Secretaria Nacional de Juventude.
- ✧ Conselho Nacional de Juventude.
- ✧ Emenda 65 da Constituição Federal.
- ✧ Estatuto da Juventude.

Desafios

- ✱ Políticas dependentes da conjuntura e vulneráveis a discontinuidades.
- ✱ Ausência de um Plano Nacional de Juventude.
- ✱ Instabilidade orçamentária.
- ✱ Ausência de uma classificação orçamentária.
- ✱ Subfinanciamento.
- ✱ Fragilidade do monitoramento.
- ✱ Baixa capacidade de coordenação intersetorial e federativa.
- ✱ Fragilidade dos mecanismos de participação e controle social.



O financiamento das políticas públicas de juventude constitui um dos pontos mais críticos desse quadro. Evidências sistematizadas revelam que as juventudes ocupam um lugar marginal nos instrumentos de planejamento e no orçamento público federal. A análise dos Planos Plurianuais demonstra que, mesmo quando o tema juventude é mencionado, ele aparece de forma difusa, diluído em ações genéricas e sem correspondência clara com programas finalísticos, metas específicas ou dotações orçamentárias estáveis. A execução orçamentária, por sua vez, é marcada por baixos níveis de investimento direto, elevada instabilidade entre

exercícios fiscais e limitada capacidade de indução federativa, comprometendo a continuidade e o alcance das iniciativas.

As evidências indicam ainda a inexistência de uma classificação orçamentária que permita identificar de forma precisa quanto o Estado brasileiro investe efetivamente em políticas voltadas às juventudes. Essa opacidade dificulta o controle social, fragiliza a capacidade de planejamento e impede avaliações consistentes de custo, eficiência e impacto. Na prática, o subfinanciamento crônico das políticas de juventude limita a construção de capacidades estatais sus-

tentáveis, restringe a escala das ações e reduz sua capacidade de produzir transformações estruturais nas trajetórias juvenis.

Associada ao problema do financiamento, destaca-se a fragilidade dos mecanismos de monitoramento e avaliação da situação das juventudes e das políticas a elas destinadas. Apesar da existência de bases de dados relevantes e de iniciativas pontuais de produção de informação, o país não consolidou um sistema contínuo e integrado de acompanhamento das condições de vida das juventudes, do desempenho das políticas públicas e da execução orçamentária específica do campo. Essa lacuna compromete a tomada de decisão baseada em evidências, dificulta a correção de rumos e limita a capacidade institucional de aprendizagem e aprimoramento das políticas.

Outro limite estrutural relevante refere-se à fragmentação institucional e à baixa capacidade de coordenação intersetorial e federativa. As políticas voltadas às juventudes tendem a estar dispersas entre diferentes ministérios e áreas temáticas (como educação, trabalho, assistência social, saúde e segurança pública) frequentemente sem mecanismos consistentes de articulação. Essa fragmentação compromete a construção de respostas integradas para trajetórias juvenis marcadas por múltiplas vulnerabilidades e amplia desigualdades territoriais na oferta e na qualidade das políticas. Nos últimos anos, esforços buscaram enfrentar esse desafio, como a retomada do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude (Coijuve), o fortalecimento do Fórum Nacional de Gestores e Gestoras de Políticas de Juventude (Fonajuve) e a rearticulação de espaços de coordenação federativa. Ainda assim, esses avanços permanecem incipientes diante da complexidade do desafio e carecem de institucionalização mais robusta.

A fragilidade dos mecanismos de participação e controle social constitui outro elemento central desse diagnóstico. Historicamente, as juventudes foram frequentemente convocadas como força de mobilização ou público-alvo de campanhas, mas não plenamente reconhecidas como sujeitos de direitos políticos, capazes de participar de forma qualificada da formulação, do acompanhamento e da avaliação das políticas públicas. A experiência da 4ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2023, demonstra o potencial e a legitimidade desses espaços participativos. Da mesma forma, a atuação do Conselho Nacional de Juventude e iniciativas como o “PPA participativo” evidenciam avanços no reconhecimento do direito à participação, à cidadania e à representação política das juventudes. No entanto, a escuta, por si só, é insuficiente: a efetividade desses mecanismos depende

da capacidade do Estado de transformar deliberações, propostas e prioridades em políticas implementadas, financiadas e monitoradas.

Em síntese, os limites estruturais das políticas públicas de juventude no Brasil decorrem da dificuldade histórica de articular planejamento de longo prazo, financiamento adequado, governança integrada, monitoramento sistemático e participação efetiva em uma política de Estado. A superação desse quadro é condição indispensável para que os direitos das juventudes deixem de ser enunciados normativos e se convertam em garantias concretas, capazes de sustentar trajetórias de vida dignas e contribuir para o futuro comum do país.

5. PROPOSIÇÕES: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UMA MUDANÇA ESTRUTURAL NAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

O conjunto de evidências analisadas ao longo deste artigo indica que o Brasil dispõe hoje de acúmulo normativo, produção de conhecimento e experiências institucionais suficientes para sustentar um avanço qualitativo na política pública de juventude. As fragilidades identificadas não decorrem da ausência de diagnóstico, de escuta ou de mobilização social, mas de um descompasso persistente entre esse acúmulo e a capacidade de convertê-lo em arranjos institucionais estáveis, coordenados e capazes de produzir efeitos estruturais.

Diante desse cenário, o debate sobre políticas públicas de juventude pode avançar para além da constatação de limites e passar a concentrar-se na explicitação de critérios, caminhos institucionais e parâmetros de qualidade que sustentem sua consolidação como política de Estado. As evidências reunidas a partir da análise normativa, do retrato social das juventudes e da avaliação das capacidades estatais existentes oferecem base consistente para deslocar o foco do que “falta” para a definição do que torna uma política de juventude efetiva e socialmente relevante.



O avanço das políticas públicas de juventude requer a explicitação de critérios, caminhos institucionais e parâmetros de qualidade capazes de sustentá-las como política de Estado.

Os resultados aqui apresentados assumem, portanto, a forma de proposições de natureza estrutural. Não se trata de recomendações programáticas nem de listas setoriais de ações, mas da identificação de condições institucionais, critérios de suficiência e arranjos de governança necessários para que os direitos das juventudes sejam traduzidos em compromissos públicos, sustentados no tempo e capazes de produzir impacto real sobre trajetórias marcadas por desigualdades persistentes.

5.1 PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO E A POLÍTICA DE ESTADO

A consolidação das políticas públicas de juventude depende, de forma decisiva, da adoção de um horizonte de planejamento de longo prazo capaz de atravessar ciclos governamentais, organizar prioridades, distribuir responsabilidades e sustentar a implementação por meio de governança, financiamento e monitoramento contínuos. Nessa perspectiva, o planejamento deixa de ser um componente acessório da política pública e se afirma como seu eixo estruturante, sobretudo quando se trata de públicos cuja garantia de direitos e ampliação de oportunidades exigem continuidade temporal e coordenação sistêmica.

No debate contemporâneo sobre políticas públicas, a noção de política de Estado refere-se menos à escala territorial ou à instância federativa de implementação, e mais à sua capacidade de permanência, sustentação social e institucional e produção de efeitos ao longo do tempo. Uma política de Estado distingue-se das políticas de governo por sua aptidão para sobreviver a alternâncias de poder, mudanças de orientação política e ciclos eleitorais, mantendo diretrizes centrais, compromissos públicos e mecanismos de responsabilização. Trata-se, portanto, de políticas apoiadas por uma coalizão ampliada de atores, incluindo sociedade civil organizada, instâncias de participação social, gestores públicos, pesquisadores e o Poder Legislativo, e sustentadas por instrumentos formais que lhes conferem estabilidade normativa, previsibilidade financeira e capacidade de monitoramento.

É nesse marco que se insere o Plano Nacional como instrumento clássico de planejamento estatal. Diferentemente de programas setoriais ou de agendas governamentais de curto prazo, um plano nacional organiza uma visão estratégica de médio e longo prazo, traduzindo direitos reconhecidos normativamente em objetivos claros, metas mensuráveis, responsabilidades institucionais e meios concretos de execução. Ao fazê-lo, opera como dis-

positivo de coordenação intersetorial e federativa, orientando a ação pública para além da fragmentação administrativa e da lógica episódica de programas isolados.

No campo das políticas de juventude, o Plano Nacional de Juventude assume papel ainda mais relevante, uma vez que as trajetórias juvenis são atravessadas simultaneamente por dimensões educacionais, laborais, territoriais, culturais, identitárias e de participação política, o que exige respostas integradas e sustentadas no tempo. Um plano nacional de juventude não se confunde, portanto, com uma carta de intenções, um repertório genérico de boas práticas ou um elenco amplo de demandas. Ele se configura como o instrumento estruturante por meio do qual o Estado assume compromissos públicos com as juventudes, articulando diretrizes, metas, indicadores, mecanismos de governança e fontes de financiamento capazes de produzir consequências reais na vida dos jovens.

O planejamento deve ser um eixo estruturante das políticas de juventude. Nesse sentido, um Plano Nacional de Juventude torna-se um instrumento relevante, pois as trajetórias juvenis são atravessadas por uma multiplicidade de dimensões – educacionais, laborais, territoriais, culturais, identitárias e de participação política – simultaneamente, o que exige respostas integradas e sustentadas no tempo.

As evidências analisadas ao longo deste artigo indicam que a ausência de um Plano Nacional de Juventude aprovado, implementado e monitorado de forma contínua constitui um dos principais entraves à consolidação das políticas de juventude como política de Estado no Brasil. Apesar do acúmulo normativo representado pela inclusão da juventude no texto constitucional e pela promulgação do Estatuto da Juventude, a inexistência de um plano estruturante tem contribuído para a fragmentação das ações, a descontinuidade entre gestões, a instabilidade orçamentária e a dificuldade de coordenação entre setores e entes federativos. Nesse contexto, direitos formalmente reconhecidos permanecem, em grande medida, dissociados de instrumentos capazes de garantir sua efetivação.

Experiências nacionais e internacionais analisadas na literatura especializada e em processos recentes de formulação participativa apontam que a qualidade de um plano nacional de juventude não reside na extensão de seu conteúdo, mas na clareza de sua arquitetura institucional. Planos robustos tendem a apresentar algumas características convergentes: definição explícita de objetivos estratégicos vinculados a direitos, metas mensuráveis e temporalmente definidas, indicadores que permitam monitoramento contínuo, atribuição clara de responsabilidades entre ministérios e níveis de governo, mecanismos formais de participação social e controle, e previsão de financiamento compatível com a escala das ações propostas. Mais do que um documento técnico, o plano opera como pacto político-institucional que organiza expectativas, orienta investimentos e permite avaliar, ao longo do tempo, a suficiência das respostas públicas.

No caso das juventudes, esse pacto assume caráter particularmente sensível. Trata-se de um grupo social heterogêneo, atravessado por desigualdades estruturais de raça, gênero, território, renda e acesso a oportunidades, cujas demandas não podem ser tratadas de forma homogênea ou episódica. Um Plano Nacional de Juventude de qualidade deve, portanto, combinar universalidade de direitos com capacidade de diferenciação, reconhecendo que a igualdade formal não é suficiente para enfrentar desigualdades historicamente produzidas. Nesse sentido, o planejamento de longo prazo não apenas organiza a ação estatal, mas estabelece critérios de suficiência para avaliar se as políticas implementadas são capazes de alcançar, de fato, as juventudes que mais dependem da ação pública.

Ao conceber o Plano Nacional de Juventude como instrumento estruturante de política de Estado, o debate passa a se organizar em torno das condições institucionais, financeiras e participativas necessárias para garantir direitos juvenis de forma contínua. Essa perspectiva recoloca o foco da política pública menos na soma de programas e mais na capacidade do Estado de sustentar compromissos ao longo do tempo. Trata-se de uma inflexão central para superar a lógica de políticas de governo e avançar na construção de um campo de políticas públicas de juventude orientado por planejamento, evidência, responsabilidade pública e compromisso intergeracional.



5.2 DA CONCEPÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE

Partindo dessa mudança de perspectiva, a consolidação de um Plano Nacional de Juventude exige a definição de condições institucionais, normativas e operacionais capazes de sustentar o planejamento no médio e longo prazo. No campo das políticas públicas de juventude, isso pressupõe a adoção de um horizonte decenal, aprovado pelo Congresso Nacional e dotado de força normativa, capacidade de indução e compromissos verificáveis. Mais do que uma agenda governamental de curto prazo ou um conjunto de iniciativas setoriais, trata-se de um instrumento apto a organizar uma visão estratégica, traduzindo direitos reconhecidos normativamente em objetivos claros, metas mensuráveis, responsabilidades institucionais e meios concretos de execução.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Juventude opera como dispositivo de coordenação intersetorial e federativa, orientando a ação pública para além da fragmentação administrativa e da lógica de iniciativas isoladas, e se afirma não apenas por seus atributos conceituais, já delineados, mas pelos caminhos institucionais que viabilizam sua construção, implementação e sustentação ao longo do tempo. As evidências ana-

lisadas neste artigo indicam que planos nacionais de juventude capazes de produzir efeitos de longo prazo não resultam de decisões isoladas ou de arranjos exclusivamente técnicos, mas de percursos políticos deliberados, organizados em etapas articuladas e cumulativas.

O primeiro elemento central desse percurso é o reconhecimento público e institucional da necessidade do plano como prioridade estratégica, o que implica situá-lo no centro da agenda estatal e não como iniciativa acessória ou setorial. Esse reconhecimento inicial cumpre função estruturante, pois confere legitimidade política ao processo, orienta a mobilização de atores institucionais e estabelece as condições para que o plano seja concebido como compromisso de longo prazo, e não como produto circunstancial de uma gestão específica.

A partir desse reconhecimento, impõe-se a construção de um diagnóstico qualificado e compartilhado sobre a situação das juventudes, ancorado em evidências empíricas, dados oficiais, pesquisas especializadas e processos sistemáticos de escuta juvenil. Esse diagnóstico não se limita à descrição de indicadores sociais, mas busca compreender as trajetórias juvenis em sua complexidade, explicitando desigualdades estruturais, lacunas das políticas existentes e assimetrias territoriais.

Trata-se de um momento decisivo, pois é dele que derivam as escolhas estratégicas que orientam todo o plano.

Com base nesse diagnóstico, o processo avança para a definição participativa de diretrizes estruturantes, capazes de traduzir evidências em orientações claras de ação pública. Essas diretrizes operam como referenciais normativos que delimitam prioridades, organizam a atuação intersetorial e estabelecem um horizonte comum para os diferentes níveis de governo. A participação qualificada das juventudes, de organizações da sociedade civil, de gestores públicos e de especialistas nesse momento é condição para que o plano seja socialmente legitimado e politicamente sustentável.

O passo seguinte consiste na formulação de objetivos estratégicos e metas mensuráveis, diretamente vinculados aos direitos das juventudes e passíveis de acompanhamento ao longo do tempo. A análise de experiências nacionais e internacionais demonstra que planos excessivamente amplos, desprovidos de metas claras e indicadores definidos, tendem a perder capacidade de indução e a se converter em documentos declaratórios. Em contraste, planos orientados por objetivos mensuráveis permitem monitorar avanços, identificar insuficiências e ajustar estratégias de forma contínua.

Associada à definição de metas, emerge a necessidade de atribuição explícita de responsabilidades institucionais, tanto no âmbito federal quanto na articulação com estados e municípios. Um Plano Nacional de Juventude de qualidade explicita quais órgãos são responsáveis pela implementação de cada eixo, quais mecanismos de coordenação intersetorial serão mobilizados e como se dará a cooperação federativa. Essa clareza é fundamental para evitar sobreposições, lacunas de atuação e a diluição de responsabilidades, problemas recorrentes no campo das políticas de juventude.

Outro elemento decisivo do processo diz respeito à previsão de financiamento compatível com a escala e a ambição das ações propostas. As evidências analisadas indicam que planos desprovidos de sustentação financeira tendem a permanecer no campo formal, sem capacidade de produzir efeitos concretos. Nesse sentido, a incorporação do plano aos instrumentos de planejamento e orçamento, como os Planos Plurianuais e as leis orçamentárias, constitui condição indispensável para sua efetividade e continuidade.

A construção de mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e transparência configura outro eixo central desse percurso. Planos nacionais de juventude de qualidade estabelecem indicadores claros, rotinas de



acompanhamento e instâncias responsáveis pela avaliação periódica de resultados. Esses mecanismos não apenas fortalecem a gestão baseada em evidências, mas também ampliam a capacidade de controle social e responsabilização pública, elementos essenciais para a consolidação de políticas de Estado.

Por fim, a institucionalização de espaços de participação e escuta contínua das juventudes emerge como condição transversal de todo o processo. Mais do que momentos pontuais de consulta, trata-se de garantir que as percepções, demandas e experiências juvenis sejam incorporadas de forma permanente ao ciclo de planejamento, implementação e avaliação das políticas. Essa escuta contínua confere legitimidade democrática ao plano e amplia sua capacidade de responder a dinâmicas sociais em constante transformação.

Em conjunto, esses elementos configuram um padrão de qualidade para a construção de um Plano Nacional de Juventude orientado por planejamento de longo prazo, evidência empírica, coordenação institucional e compromisso com a efetivação de direitos. Longe de constituir um roteiro fechado, esse encadeamento de movimentos expressa um aprendizado acumulado a partir da análise de experiências concretas e oferece um referencial analítico para avaliar a suficiência e a robustez de ini-

ciativas voltadas à consolidação das políticas de juventude como política de Estado.

5.3 GOVERNANÇA SISTÊMICA, COORDENAÇÃO E A CRIAÇÃO DE UM PACTO PELAS JUVENTUDES

Nesse marco, a efetividade de políticas públicas de juventude estruturadas como política de Estado depende de uma arquitetura de governança capaz de articular, de forma estável e coordenada, diferentes setores governamentais, níveis federativos e instâncias de participação social. Considerando a natureza transversal das trajetórias juvenis, atravessadas simultaneamente por educação, trabalho, saúde, assistência social, cultura, território, segurança e participação política, a ausência de mecanismos consistentes de coordenação tende a produzir políticas fragmentadas, sobreposições institucionais e lacunas de atendimento, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

A partir dessa compreensão, a governança sistêmica constitui um critério central de qualidade para políticas públicas de juventude. Ela pressupõe a existência de instâncias formais de articulação interministerial, capazes de alinhar prioridades, integrar instrumentos de planejamento e induzir coerência entre políticas setoriais. No contexto brasileiro, a retomada e

o fortalecimento do Cojuve representam um passo relevante nessa direção. Ao reunir ministérios com atribuições diretas e indiretas sobre as condições de vida das juventudes, o Cojuve tem potencial para operar como espaço de coordenação estratégica, reduzindo a dispersão de iniciativas e promovendo uma abordagem integrada das políticas.

A efetividade de políticas públicas de juventude, enquanto política de Estado, depende de uma governança que articule diferentes setores governamentais, níveis federativos e instâncias de participação social. Também precisa ser articulada a mecanismos de governança federativa.

Entretanto, a coordenação inter-setorial, por si só, é insuficiente se não estiver articulada a mecanismos de governança federativa. A implementação das políticas de juventude ocorre, em grande medida, nos estados e municípios, onde se materializam serviços, programas e ações que impactam diretamente as trajetórias juvenis. A ausência de pactos federativos claros, com definição de responsabilidades, fluxos de cooperação técnica e incentivos institucionais, contribui para profundas desigualdades territoriais na oferta e na qualidade das políticas. Nesse contexto, o fortalecimento do Fonajuve assume papel estratégico como espaço de articulação horizontal entre entes subnacionais, permitindo a troca de experiências, a difusão de boas práticas e a construção de agendas comuns.

De forma complementar, o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) constitui um instrumento fundamental para estruturar essa coordenação federativa. Ao estabelecer parâmetros mínimos de institucionalidade, governança e participação para os entes federados, o sistema cria condições para ampliar a capilaridade das políticas de juventude e reduzir assimetrias territoriais. Instituído por lei no mesmo marco normativo que estabeleceu o Estatuto da Juventude, o Sinajuve representa um avanço relevante do ponto de vista institucional; contudo, sua efetivação permanece incompleta, com baixa adesão federativa, fragilidades operacionais e limitada capacidade de indução. A consolidação do sistema, portanto, depende de vontade política, incentivos institucionais e articulação com instrumentos estrutu-

rantes de planejamento e financiamento. Quando articulado a um Plano Nacional de Juventude, o Sinajuve pode operar como mecanismo indutor de adesão, qualificação institucional e alinhamento das políticas locais às diretrizes nacionais, respeitando a diversidade dos territórios e a autonomia federativa.

A governança sistêmica das políticas de juventude envolve, ainda, a institucionalização de mecanismos permanentes de participação social. A experiência brasileira demonstra que conselhos, conferências e processos participativos ampliam a legitimidade das políticas, qualificam diagnósticos e fortalecem o controle social. Nesse campo, o Conjuve e as Conferências Nacionais de Juventude desempenham papel central ao assegurar que as juventudes sejam reconhecidas como sujeitos políticos ativos na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas. Para além da escuta pontual, a participação efetiva requer que essas instâncias estejam conectadas a processos decisórios reais, com capacidade de incidir sobre prioridades, instrumentos de planejamento e mecanismos de monitoramento.

A consolidação dessa arquitetura de governança demanda também uma interlocução permanente e qualificada com o Poder Legislativo. Políticas de juventude estruturadas como política de Estado necessitam de sustentação normativa e política que ultrapasse a esfera do Executivo, garantindo estabilidade institucional e previsibilidade ao longo do tempo. O fortalecimento da Frente Parlamentar Mista de Juventudes constitui, nesse sentido, um elemento estratégico para articular a agenda juvenil no Congresso Nacional, mobilizar apoio político e criar condições favoráveis à aprovação, implementação e acompanhamento do Plano Nacional de Juventude. De modo convergente, a criação e o fortalecimento de comissões temáticas dedicadas às juventudes no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ampliam a capacidade institucional do Legislativo de acompanhar de forma sistemática essa agenda, assegurando coerência normativa, atenção orçamentária e continuidade política.

No campo do financiamento, a governança sistêmica exige o enfrentamento de uma lacuna histórica das políticas de juventude: a ausência de mecanismos estáveis, previsíveis e vinculantes de sustentação orçamentária. A garantia de financiamento da Política Nacional para e com as Juventudes demanda a estruturação de ações programáticas intersetoriais, a criação de um fundo específico para as políticas de juventude e a definição de dotação orçamentária compatível com a escala dos desafios enfrentados. Nesse arranjo, o Conjuve deve ser reconhecido como instância deliberativa desse fundo, for-

talecendo o controle social, a transparência e a corresponsabilização na alocação de recursos públicos.



É essencial garantir mecanismos estáveis de financiamento para as políticas de juventude, com dotação orçamentária compatível com os desafios existentes.

De forma articulada, o fortalecimento da presença das juventudes nos instrumentos centrais de planejamento estatal, em especial no Plano Plurianual, constitui condição estratégica para a efetividade dessa agenda. Isso implica reconhecer as juventudes como eixo transversal formal do planejamento público, em articulação direta com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), superando abordagens fragmentadas e assegurando coerência entre diretrizes, metas e recursos ao longo do ciclo orçamentário.

Outro componente central da governança das políticas de juventude diz respeito à formulação e validação de estratégias participativas de monitoramento e avaliação. A superação da atual lacuna de dados e de mecanismos sistemáticos de acompanhamento exige um compromisso articulado entre governos, sociedade

civil e universidades na criação de um Observatório Nacional das Políticas de Juventude, bem como no fomento às instituições de ensino e pesquisa e no fortalecimento de redes e organizações da sociedade civil dedicadas à produção de conhecimento no campo das juventudes. Tal instância pode cumprir papel estratégico na produção de evidências, na sistematização de informações, na avaliação de resultados e na qualificação do debate público, fortalecendo a gestão baseada em evidências e a responsabilização institucional.

À medida que essa arquitetura de governança se fortalece, torna-se igualmente necessário ampliar seu campo de incidência para além do ecossistema tradicional de agentes diretamente envolvidos com políticas públicas de juventude. A consolidação de uma política de Estado exige a construção de um pacto social mais amplo, capaz de envolver bancos de desenvolvimento, organizações e movimentos da sociedade civil, partidos políticos, organismos internacionais, fundações e iniciativas filantrópicas, bem como o setor privado comprometido com agendas de impacto social. A articulação com esses atores amplia a capacidade de mobilização de recursos, diversifica fontes de financiamento, fortalece a produção e a circulação de evidências e contribui para a difusão social da agenda juvenil.

Nesse mesmo movimento, a ampliação do espaço das juventudes na imprensa e nos meios de comunicação desempenha papel estratégico na construção de legitimidade pública e na sustentação política de longo prazo das políticas propostas. Ao expandir sua zona de influência e dialogar com diferentes esferas da sociedade, a política de juventude deixa de ser percebida como agenda setorial ou corporativa e passa a se afirmar como questão estruturante do desenvolvimento nacional.

Ao integrar coordenação interministerial, pactos federativos, participação social institucionalizada, ancoragem legislativa, financiamento estruturado, capacidade de monitoramento e articulação com um conjunto ampliado de atores sociais, a governança das políticas públicas de juventude configura-se como um arranjo sistêmico e socialmente sustentado. O fortalecimento da Secretaria Nacional da Juventude, preferencialmente com status de secretaria especial vinculada à Presidência da República ou com equivalência ministerial, dotada de orçamento próprio e força política de coordenação, constitui elemento decisivo para viabilizar essa arquitetura. Esse arranjo é condição indispensável para consolidar o Plano Nacional de Juventude como política de Estado, orientada por direitos, evidências e responsabilidade pública, capaz de produzir continuidade, coerência e impacto real nas trajetórias das juventudes brasileiras.

5.4 ESCUTA E PERCEPÇÕES DAS JUVENTUDES COMO EVIDÊNCIA CONTÍNUA

Políticas orientadas por direitos, continuidade e suficiência demandam a incorporação sistemática das percepções, experiências e expectativas das próprias juventudes como parte constitutiva do ciclo de formulação, implementação e avaliação da ação pública. Nesse sentido, processos de escuta qualificada não cumprem apenas uma função legitimadora, mas operam como dispositivos centrais de produção de conhecimento socialmente situado, capaz de orientar decisões públicas mais aderentes à realidade vivida.

A literatura especializada e a experiência acumulada no campo das políticas de juventude indicam que a distância entre desenho institucional e efetividade das políticas tende a se ampliar quando as vozes juvenis são tratadas como consulta ocasional ou como etapa acessória de processos decisórios já definidos. Em contraste, políticas que incorporam escutas regulares, metodologicamente consistentes e conectadas a mecanismos reais de deci-



são ampliam sua capacidade de antecipar riscos, identificar desigualdades emergentes e ajustar prioridades de forma responsiva ao longo do tempo. A escuta, nesse marco, deixa de ser um evento e passa a constituir uma infraestrutura permanente de produção de evidências.



A escuta regular e consistente das juventudes contribui para a qualidade das políticas públicas, possibilitando antecipar riscos, identificar desigualdades e ajustar prioridades.

As evidências empíricas disponíveis corroboram essa compreensão. No plano internacional, o processo *Youth Lead Dialogues*, escutou mais de 75 mil pessoas jovens em 182 países, revelando convergência expressiva de demandas em torno de trabalho decente, dignidade, participação política significativa, justiça social e acesso equitativo a oportunidades. Os resultados desse processo evidenciam que, apesar da diversidade de contextos nacionais, as juventudes compartilham diagnósticos consistentes sobre precarização das condições de vida, déficit de representação e fragilidade dos mecanismos institucionais de escuta e influência.

No contexto nacional, pesquisas desenvolvidas no âmbito do Atlas das Juventudes aprofundam e qualificam esse diagnóstico. Estudos como “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” e “Vozes das Juventudes” evidenciam impactos severos da crise sanitária sobre educação, trabalho, renda, saúde mental, insegurança alimentar e perspectivas de futuro, ao mesmo tempo em que revelam a heterogeneidade das experiências juvenis segundo raça, território, gênero e condição socioeconômica. Essas pesquisas demonstram que as juventudes não apenas identificam com clareza os principais obstáculos que atravessam suas trajetórias, como também expressam expectativas concretas em relação ao papel do Estado, à qualidade das políticas públicas e às formas de participação desejadas.

Essas experiências reforçam que escutar as juventudes não significa apenas coletar opiniões, mas reconhecer a legitimidade de seus diagnósticos e incorporá-los como evidência relevante no processo decisório. Quando estruturadas de forma contínua, transparente e com devolutiva pública, as escutas

contribuem para reconstruir vínculos de confiança entre juventudes e instituições, ampliando a percepção de pertencimento, reconhecimento e responsabilidade compartilhada. Em sentido oposto, processos de escuta sem consequência, nos quais as contribuições não se traduzem em decisões, prioridades ou ajustes de política, tendem a produzir frustração, descrédito institucional e afastamento da participação

Nesse contexto, tratar as escutas e percepções das juventudes como evidência contínua implica reconhecê-las como componente estruturante da governança das políticas públicas, e não como instrumento periférico de participação. Isso requer métodos claros, periodicidade definida, articulação com sistemas de monitoramento e avaliação, bem como capacidade institucional de traduzir aprendizados em decisões públicas. Esse movimento amplia não apenas a legitimidade democrática das políticas públicas, mas também sua eficácia substantiva ao alinhar planejamento, implementação e avaliação às realidades concretas das juventudes brasileiras.



5.5 JUVENTUDES MINORIZADAS COMO CRITÉRIO TRANSVERSAL DE SUFICIÊNCIA

Um dos dilemas centrais das políticas públicas de juventude reside na distância recorrente entre a universalidade formal dos direitos e a efetividade concreta das políticas para grupos juvenis historicamente mais expostos à exclusão, à precarização e à violência. Nesse contexto, a incorporação das juventudes minorizadas como critério transversal de suficiência não se apresenta como um recorte temático adicional, mas como um princípio estruturante para o desenho, a implementação e a avaliação das políticas públicas.

Ao longo deste artigo, as evidências apresentadas demonstram que as trajetórias juvenis no Brasil são profundamente atravessadas por desigualdades estruturais de raça, gênero, território, renda, escolaridade, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero. Juventudes negras, periféricas, rurais, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, jovens com deficiência e jovens fora da escola e do trabalho experimentam, de forma acumulada, barreiras de acesso a direitos, oportunidades e proteção social. Nesses contextos, políticas universais formuladas sem capacidade de diferenciação tendem a reproduzir desigualdades, ainda que formalmente orientadas pela igualdade de direitos.

No processo de formulação e implementação de políticas, as juventudes minorizadas devem ser tratadas como critério de suficiência, ou seja, devem ser as referências para balizar ações voltadas à equalização de desigualdades e garantia de acesso a direitos.

Tratar as juventudes minorizadas como critério transversal de suficiência implica deslocar o foco da política pública da pergunta “quem é atendido” para uma questão mais exigente: “em que medida a política é suficiente para produzir efeitos reais sobre aqueles que mais dependem da ação pública”. Esse deslocamento é fundamental para superar abordagens compensatórias pontuais e avançar em direção a políticas capazes de enfrentar desigualdades estruturais de forma sistemática e sustentada. A suficiência, nesse marco, não se confunde com cobertura nominal, mas com impacto efetivo sobre trajetórias historicamente marcadas por exclusão.

Do ponto de vista do planejamento e da governança, esse princípio exige que diagnósticos, metas, indicadores e mecanismos de monitoramento sejam sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade juvenil. Isso implica produzir e utilizar dados desagregados, reconhecer intersecções entre raça, gênero, território e renda, e incorporar critérios de prio-

rização capazes de orientar investimentos públicos de forma mais justa e eficiente. Políticas de juventude de qualidade não são aquelas que tratam todas as juventudes da mesma forma, mas aquelas que reconhecem que tratar desigualmente os desiguais é condição para a efetivação da igualdade de direitos.

A experiência recente de políticas e pactos temáticos voltados a públicos específicos, como iniciativas direcionadas às juventudes negras, às juventudes periféricas e às juventudes em situação de maior vulnerabilidade social, oferece aprendizados relevantes nesse sentido. Quando articuladas a estratégias mais amplas de política pública, essas iniciativas demonstram que é possível combinar universalidade de direitos com focalização qualificada, desde que ancoradas em planejamento, financiamento adequado, governança integrada e mecanismos de avaliação contínua. Isoladas, porém, tendem a assumir caráter temporário e a perder potência transformadora.

Nesse sentido, a transversalização das juventudes minorizadas não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva de um setor ou programa específico, mas como eixo orientador de todo o campo das políticas públicas de juventude. Educação, trabalho, saúde, assistência social, cultura, mobilidade, segurança pública e participação política precisam ser pensadas a partir de critérios comuns de suficiência, capazes de responder às desigualdades concretas que moldam as experiências juvenis. Esse alinhamento é condição indispensável para evitar a fragmentação das respostas e para garantir coerência entre discurso normativo e prática institucional.

Ao adotar as juventudes minorizadas como critério transversal de qualidade e suficiência, o Estado fortalece sua capacidade de produzir políticas públicas com maior impacto social, legitimidade democrática e justiça distributiva. Mais do que um imperativo ético, trata-se de uma exigência técnica e política para a construção de uma política de juventude que seja, de fato, política de Estado: orientada por direitos, sustentada no tempo e capaz de transformar realidades historicamente marcadas pela desigualdade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que a agenda de políticas públicas para e com as juventudes ocupe posição central no projeto de desenvolvimento brasileiro. Em um contexto de transição demográfica, aprofundamento das desigualdades e transformações aceleradas, a capacidade do Estado de garantir direitos juvenis torna-se um critério decisivo de sustentabilidade econômica, social e democrática. Isso exige políticas estruturadas como política de Estado, ancoradas em planejamento de longo prazo, governança sistêmica, financiamento adequado, participação social com capacidade real de incidência e produção permanente de evidências.

Exige, igualmente, a construção de um pacto social em torno de uma agenda comum, capaz de integrar diferentes agentes da sociedade, incluindo o Estado, as juventudes, organizações da sociedade civil, universidades, parlamentos, organismos internacionais e o setor privado comprometido com o interesse público. Nesse horizonte, a defesa de um Plano Nacional de Juventude forte, legítimo e consistente deve se afirmar como bandeira compartilhada, sustentada por conhecimento qualificado, diagnóstico rigoroso e debate público informado.

É nesse esforço coletivo de produção de evidências, reflexão crítica e incidência que se insere esta coletânea. A partir desse enquadramento, os capítulos seguintes aprofundam realidades, desafios e potencialidades das juventudes minorizadas como expressões concretas das desigualdades estruturais do país e como referência indispensável para a construção de respostas públicas à altura da diversidade, do protagonismo e do papel estratégico das juventudes no futuro comum de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila; FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

BANCO MUNDIAL. **Competências e empregos**: uma agenda para a juventude. Washington, DC: World Bank, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Skills and jobs in Brazil**: an agenda for youth. Washington, DC: World Bank, 2018.

BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo (coord.). **Atlas das Juventudes**: evidências para a transformação das juventudes brasileiras. Instituto Veredas, São Paulo: Atlas das Juventudes, 2021.

BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; RANIE, Matheus; MONTEIRO, Wesla (coord.). **Juventudes do Agora**: diretrizes e bases para uma política nacional para e com as juventudes. Instituto Cíclica, São Paulo: Atlas das Juventudes, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. **Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018**. Institui o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) e define mecanismos de articulação federativa. Brasília, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 11.701, de 12 de setembro de 2023**. Altera e reestrutura o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Brasília, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.833, de 15 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e institui o Programa Estação Juventude. Brasília, 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Inclui a juventude como prioridade nas políticas públicas. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cria a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e estabelece direitos, princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **I Conferência Nacional de Juventude**: resoluções finais. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **II Conferência Nacional de Juventude**: resoluções finais. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **III Conferência Nacional de Juventude**: direitos da juventude – subsídios para o debate. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda da Juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Caderno de Resoluções da 4ª Conferência Nacional de Juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **La juventud en América Latina y el Caribe y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**: una mirada desde el sistema de las Naciones Unidas. Santiago: CEPAL, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Relatório de evidências sobre o financiamento das políticas públicas de juventude no Brasil**. Instituto Cíclica, Brasília: Conjuve, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE; ATLAS DAS JUVENTUDES; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; REDE CONHECIMENTO SOCIAL; UNESCO; EM MOVIMENTO; VISÃO MUNDIAL; MAPA EDUCAÇÃO; PORVIR. **Juventudes e a pandemia do coronavírus no Brasil**: impactos da Covid-19 nas juventudes brasileiras. 2020–2022.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; PLANO CDE. **Juventudes, educação e projeto de vida**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Jovens**: percepções e políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV Social / Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 2021.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Jovens**: projeções populacionais, percepções e políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV Social / Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 2021.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Juventude e trabalho**: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? Rio de Janeiro: FGV Social / Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 2019.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Juventudes, educação e trabalho**: impactos da pandemia nos “nem-nem”. Rio de Janeiro: FGV Social / Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 2021.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NUNES, Felipe. **Brasil no espelho**: um guia para entender o Brasil e os brasileiros. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2025.

QEDU; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; IEDE; ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **QEdu Juventudes e Trabalho**: plataforma de dados sobre educação e inserção produtiva juvenil. Disponível em: <https://juventudasetrabalho.qedu.org.br/>.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. **Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil**: conquistas e desafios. Revista de Ciencias Sociales, n. 42, p. 107–126, 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

SOBRINHO, André Luiz da Silva; ABRAMO, Helena Wendel; VILLI, Marisa de Castro (org.). **Jovens e saúde**: revelações da pandemia no Brasil (2020–2022). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz), 2022.

TALK INC (coord.). **Vozes das juventudes**: percepções e experiências das juventudes brasileiras. São Paulo: Atlas das Juventudes. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/vozes-das-juventudes/>.

UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND. **The Power of 1.8 Billion**: adolescents, youth and the transformation of the future. New York: UNFPA, 2014.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World population highlights 2026**: Youth. New York: United Nations, 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. **The pact for the future** – Resolution A/RES/79/1. New York: United Nations, 2024.

UNITED NATIONS. **Our common agenda policy brief** – Meaningful youth engagement in policymaking and decision-making processes. New York: United Nations, 2023.

UNITED NATIONS. Youth Office. **Core principles for meaningful youth participation in intergovernmental processes and across the work of the United Nations**. New York: United Nations, 2026.

UNITED NATIONS. Youth Office. **Youth2030**: global progress report 2024. New York: United Nations, 2024.

UNITED NATIONS. Youth Office. **Youth2030**: global progress report 2025. New York: United Nations, 2025.



JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA E O DESAFIO DA DESIGUALDADE

Ynaê Lopes dos Santos¹

Minha esperança e objetivo é encontrar espaços onde o que tenho para oferecer seja mais relevante do que “quem eu sou” ou a identidade que meu corpo carrega. Para mim, esses componentes, que fazem parte da minha história e experiência social, são, na verdade, um agregador que cria camadas de consciência, leitura social, sensibilidade e valoriza a potência que existe em mim e em tantos outros.

Jovem, 29 anos, negro, morador no Rio de Janeiro (RJ)

23 minutos. É o tempo médio que intercala o assassinato de jovens negros no Brasil todos os dias. 23 minutos. Essa informação, amplamente confirmada pelo Mapa da Violência² e reconhecida pela

Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, consolidou-se nos últimos anos como um alerta contundente sobre a realidade enfrentada pela juventude negra no país. O que deveria ser motivo de ampla comoção

¹ Ynaê Lopes dos Santos é professora de História da América da Universidade Federal Fluminense. É bacharel, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo. Suas áreas de pesquisa tratam da História da Escravidão nas Américas, bem como o Estudo das relações étnico-raciais no continente americano e do ensino de História da África e da questão negra no Brasil, com livros publicados nessas áreas. Colunista da DW Brasil, também é autora dos livros: *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro 1808-1850*, HUCITEC, 2010; *História da África e do Brasil Afrodescendente*, PALLAS, 2017; *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira*, EDUFF, 2020; *Racismo Brasileiro: uma história da formação do país*, TODAVIA, 2022; *Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana*, Civilização Brasileira, 2025.

² Para mais informações: <https://flacso.org.br/project/mapa-da-violencia/>.

nacional evidencia, na verdade, as múltiplas camadas de desigualdades e violências que estruturam a sociedade brasileira. Nesse contexto, torna-se inevitável falar em um verdadeiro “genocídio da juventude negra” – processo no qual o Estado brasileiro tem papel central, seja por ação direta, seja pela omissão sistemática diante da morte e da exclusão de milhares de jovens negros (Nascimento, 1978). O Brasil conta com uma população estimada em 212,6 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de julho de 2024. Desse total, aproximadamente 47 milhões de pessoas estão na faixa etária entre 15 e 29 anos, grupo que compõe a chamada juventude brasileira. Esse número, embora expressivo, vem diminuindo progressivamente nos últimos anos – tendência demográfica que acende alertas sobre os impactos futuros na estrutura produtiva do país.

Vale destacar que, dentro desse grupo, cerca de 30 milhões (cerca de 60%) são jovens negros, o que revela a centralidade dessa parcela da população nos debates sobre desenvolvimento, cidadania e justiça social. Cerca de um terço deles (34%) vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, ao passo que as famílias com jovens brancos na mesma faixa de renda somam 18%. Para a população que ganha mais de três salários mínimos, a população negra constitui apenas 4%³.



Perfil – Juventudes negras (15 a 29 anos)

30 milhões de jovens negros
60% da população jovem no Brasil

Renda família até meio salário mínimo per capita

Jovens negros: 34%
Jovens brancos: 18%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

³ Os dados de perfil da população negra estão na tabela 1 no anexo.

Nesse cenário, as violências e desigualdades que atingem as juventudes negras impactam a vida e o destino de uma parcela importante da população – e do país –, envolvendo dimensões como o trabalho, o potencial criativo e a sustentabilidade social do país.

É importante frisar que esse índice de violência abissal revela camadas de desigualdades que afetam a vida da população negra de maneira geral e da juventude negra de forma mais específica. A primeira e mais direta diz respeito às políticas de segurança pública no Brasil que, longe de representarem proteção para todos, atuam com lógica de repressão seletiva, mirando corpos negros nas periferias urbanas como suspeitos por natureza (Flauzina; Freitas, 2017; Gomes; Laborne, 2008; Machado da Silva, 2008). Em parte, o resultado disso se vê cotidianamente na mídia em todo o país: a violência legitimada pelo Estado, na qual o direito à vida e à cidadania é negado sistematicamente a pessoas que têm determinada cor, estão em determinada classe social e vivem em determinados territórios (Pires, 2018).



As juventudes negras representam cerca de 60% da população jovem do país e são atingidas, de maneira mais intensa, pela desigualdade socioeconômica e pela violência, tendo seu direito à vida e à cidadania negado.

Os dados mais recentes sobre violência letal e jovens brasileiros revelam uma face alarmante do racismo estrutural no país. De acordo com o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), dos 45.747 homicídios registrados no Brasil em 2023, 47,8% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. A distribuição racial dessas mortes é um retrato brutal das desigualdades históricas: segundo a publicação “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 25.800 homicídios de pessoas de 15 a 29 anos registrados no Brasil em 2020, 17% das vítimas eram jovens brancos, enquanto 8,95% eram jovens pretos e impressionantes 72,1% eram jovens pardos. Os dados revelam, portanto, que jovens negros – a soma de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE – representaram mais de 80% das vítimas de homicídio nessa

faixa etária, embora esse grupo correspondesse a 60,3% da juventude brasileira naquele ano.

Essa diferença estatística, longe de ser um mero desvio numérico, escancara uma desigualdade racial profunda que ordena o sistema de segurança pública e o acesso à cidadania no país. Organizações internacionais e movimentos sociais negros têm denunciado, há décadas, que o racismo é um fator determinante na forma como a violência se distribui no Brasil – e os dados de 2020 apenas confirmam essa realidade: a cor da pele continua sendo um marcador de morte violenta e risco de morte no país.



Os dados oficiais revelam que os jovens negros são vítimas principais da violência: em 2020, eles eram 60% da população, mas correspondem a 80% das vítimas de homicídio na faixa etária de 15 a 29 anos.

No entanto, e infelizmente, a violência que coloca a vida dos jovens negros na mira do fuzil é apenas a ponta do *iceberg*. É necessário observar e analisar as demais camadas da desigualdade que ordena a vida das juventudes negras brasileiras.

Os dados coletados pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) entre 2014 e 2024 apontam para um cenário de desigualdade estrutural persistente, sobretudo em duas áreas que ajudam, em parte, a compreender o teor de violência empregada pelo Estado: educação e “mundo de trabalho”. No campo educacional, apesar dos avanços nas taxas de matrícula no ensino médio, os jovens negros continuam apresentando menores índices de conclusão escolar em comparação aos jovens brancos – em 2024, apenas 55,6% dos jovens negros de 15 a 29 anos haviam concluído o ensino médio, percentual que vai para 66,9% quando falamos de jovens brancos e amarelos.

No mundo do trabalho, o quadro é igualmente preocupante: ainda que alguns jovens negros tenham alcançado o ensino superior, sobretudo após a implementação da Lei de Cotas nas instituições de ensino superior (Lei nº 12.711/2012)⁴, sua presença em ocupações que exigem diploma per-

⁴ Sobre a importância das cotas raciais nas universidades públicas, ver: CAMPOS, L. A.; LIMA, M. (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. São Paulo : Autêntica, 2025.

manece reduzida. A taxa de desemprego entre jovens negros, em especial mulheres, é desproporcionalmente mais alta, chegando a ser três vezes maior do que a de seus pares brancos. Entre 2014 e 2024, a informalidade continuou a ser uma realidade predominante para essa parcela da população, evidenciando a permanência de barreiras raciais que dificultam a mobilidade social juvenil no país.

É muito significativo que um país marcado por índices alarmantes de homicídios entre jovens negros não assegure, de forma plena e eficaz, as condições mínimas previstas constitucionalmente para que essa mesma juventude tenha acesso a uma educação pública de qualidade, como será aprofundado mais adiante. A ausência desse direito fundamental compromete qualquer possibilidade real de inserção equitativa no mercado de trabalho, perpetuando as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra no Brasil.

A vitimização dos jovens negros pela violência ocorre num cenário onde as desigualdades na educação e no mundo do trabalho os colocam em desvantagem significativa na comparação com a juventude em geral.



O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise crítica dos dados referentes à juventude negra brasileira no período de 2014 a 2024. A análise concentra-se em dois eixos centrais: o acesso e a permanência de jovens negros no sistema educacional, bem como sua inserção e alocação no mundo do trabalho.

1. JUVENTUDE NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO: UMA LUTA HISTÓRICA

Desde a Revolução Francesa (1789), a educação passou a ocupar um lugar central nos projetos modernos de organização social, sendo concebida como um dos principais mecanismos de mobilidade social e construção da cidadã-

nia dos Estados-nação ocidentais. Ao romper com os princípios do Antigo Regime, a revolução instituiu a ideia de que todos os indivíduos, independentemente de sua origem, deveriam ter acesso à instrução como condição de igualdade formal e participação na vida pública (Condorcet, 1792). Essa concepção se disseminou por diversos países ao longo dos séculos XIX e XX, chegando ao Brasil como parte dos ideais republicanos e liberais de progresso, ainda que de forma profundamente desigual e excludente.

No entanto, no Brasil, a universalização da educação nunca se deu de maneira plena, sendo sistematicamente atravessada por hierarquias raciais, de classe e de gênero (Nogueira, 2009). Durante a escravidão, a população negra teve pouco acesso à educação formal; uma série de leis provinciais proibiam escravizados de frequentar escolas. E, a despeito de iniciativas particulares, como a do professor Pretextato, a população negra livre encontrava uma série de obstáculos para acessar a educação (Ferreira, 2018).

Com a abolição da escravidão em 1888 e a instauração da República no ano seguinte, a promessa de cidadania plena não se concretizou. Pelo contrário: o controle seletivo e racializado do acesso à educação consolidou-se como um dos mecanismos centrais de reprodução das desigualdades herdadas do regime escravo-

crata, perpetuando a marginalização da população negra e sustentando as bases do racismo estrutural no país (Dávila, 2006; Santos, 2022).

Estudos apontam que ao longo do século XX a escola foi uma instituição que, em grande medida, reforçou a política de silenciamento e apagamento das histórias e contribuições negras, naturalizando a adoção de um currículo eurocentrado que deslegitimava saberes não-brancos. Não por acaso, o movimento negro sempre teve a educação da população negra como uma das suas principais pautas de reivindicação.

Nesse contexto, vale destacar a promulgação da Lei nº 10.639 em 2003 – posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645 em 2008 –, que representou um marco na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas. Mais do que uma mudança curricular, a medida foi resultado de décadas de mobilização dos movimentos negros, que denunciaram o silenciamento histórico dessas populações e pressionaram o Estado por uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo e com a valorização da diversidade. Organizações, intelectuais e educadores negros atuaram de forma decisiva na formulação de propostas, na incidência política e na construção de um debate público que evidenciasse a urgência de rever

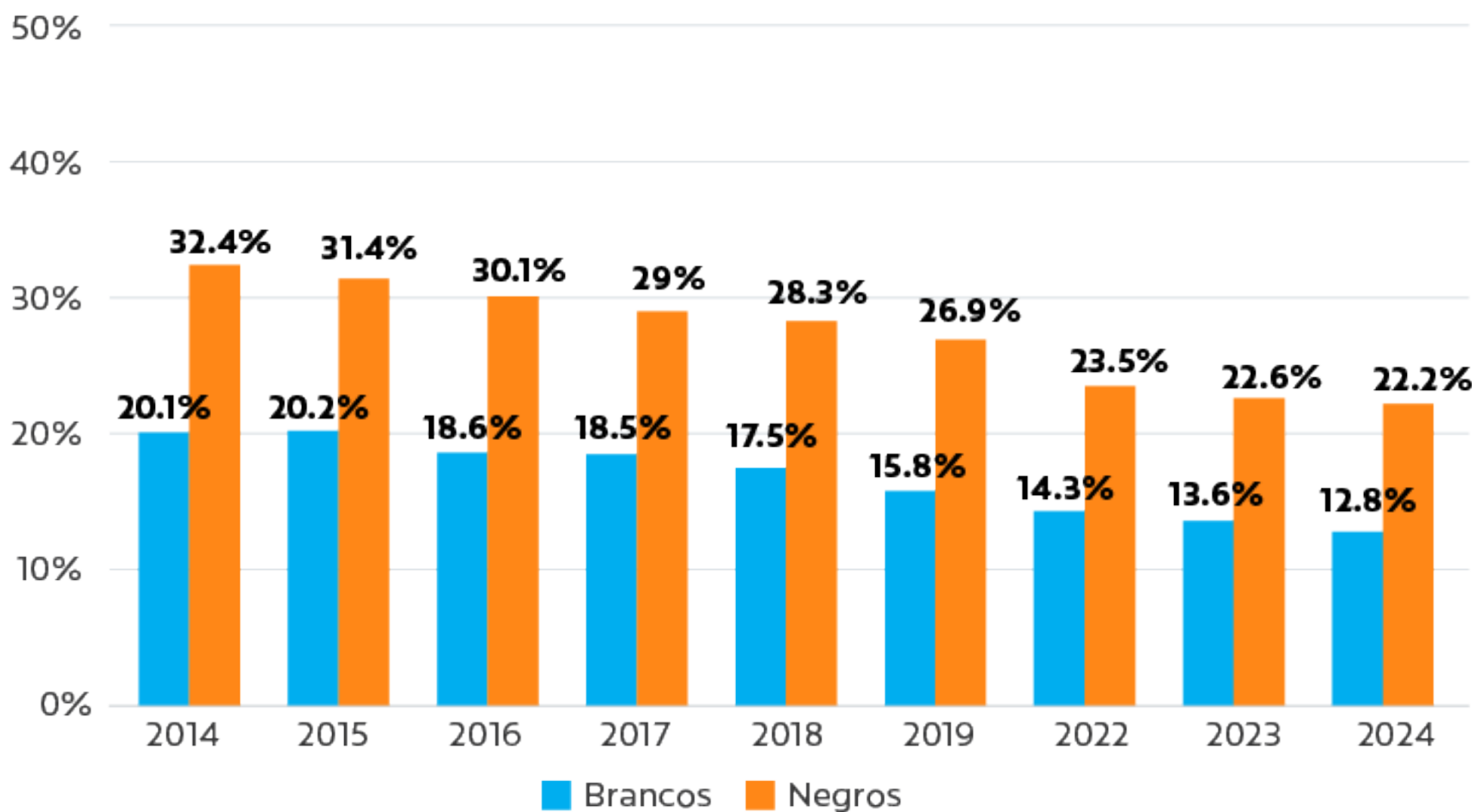
conteúdos e práticas pedagógicas. Ainda que sua implementação enfrente desafios, a legislação consolidou uma conquista histórica ao reconhecer a escola como espaço estratégico para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma memória nacional mais plural. Desse modo, a atuação dos movimentos negros e indígenas foi corresponsável pelos principais avanços na educação pública brasileira, apesar da permanência e readequação de mecanismos institucionais e sociais que exercem exclusões veladas no mundo escolar.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse tensionamento pode ser em parte observado nos dados sobre o acesso, permanência e conclusão da juventude negra nas escolas. Segundo a pesquisa Juventudes Fora da Escola (2024), as pessoas negras são maioria entre aquelas que não concluíram a educação básica. Mesmo nos índices que demonstram queda do percentual de jovens não concluintes, os brancos foram mais beneficiados que os negros. Com base no Gráfico 1, é possível observar que houve uma queda no percentual de jovens brancos e negros fora da escola sem concluir a educação básica entre 2014 e 2024, ainda que o racismo esteja presente nessa série histórica. Em 2014, 32,4% dos jovens negros estavam fora da escola sem concluir a educação básica, frente a 20,1% dos jovens brancos. Mesmo com a redução das taxas de jovens fora da escola sem concluir a educação básica em todas as regiões do Brasil ao longo dos anos – chegando, em 2024, a 22,2% para jovens negros e 12,8% para jovens brancos –, a diferença percentual entre os dois grupos permanece elevada e preocupante, oscilando entre 9 e 12 pontos percentuais ao longo de toda a série histórica. Isso indica que, embora as políticas públicas possam ter contribuído para a redução da evasão escolar, os efeitos do racismo estrutural e das desigualdades sociais seguem operando de forma decisiva sobre o percurso educacional da juventude negra.



Gráfico 1 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos fora da escola sem concluir a educação básica por cor/raça – Brasil, 2014 a 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2014–2024. Elaboração própria.

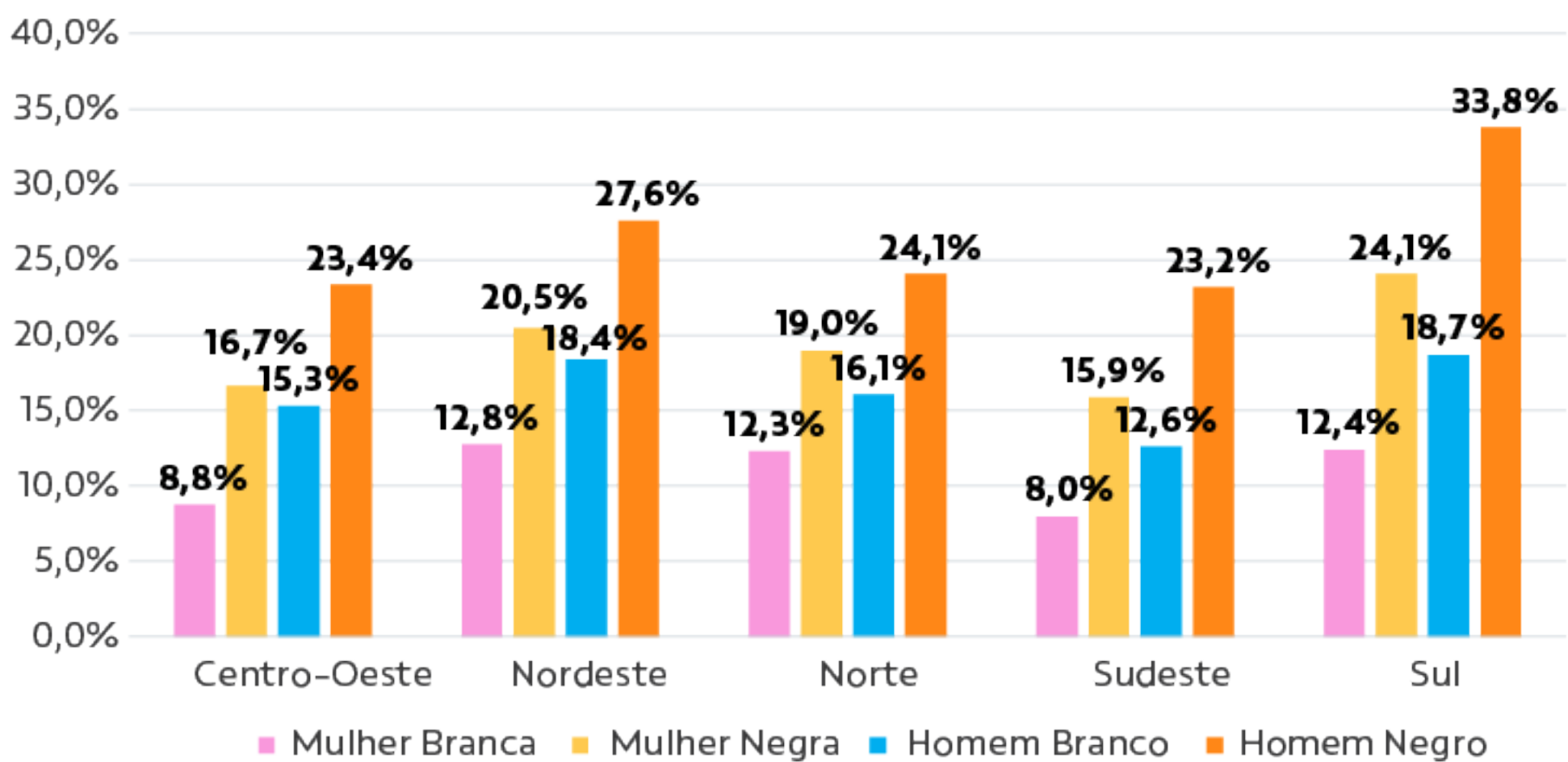
Embora a porcentagem de jovens negros, especialmente homens, fora da escola sem concluir a educação básica esteja diminuindo, a distância entre brancos e negros continua sendo grande, na faixa de dez pontos percentuais, o que revela o impacto do racismo estrutural em sua trajetória escolar.

Ao trazer questões relativas ao gênero, observamos como a diminuição dos jovens fora da escola teve caminhos distintos, uma dimensão importante para a formulação de futuras políticas públicas. Em relação aos dados nacionais, em 2014, 49,7% dos homens negros estavam fora da escola sem concluir a educação básica, índice que, apesar de ter sido reduzido para 25,6% em 2024, ainda representa percentuais maiores entre todos os grupos sociais. A magnitude desse número evidencia a exclusão educacional sistemática que atinge com mais intensidade os homens negros, frequentemente submetidos à precarização das condições de vida, ao trabalho precoce, à violência institucional e ao encarceramento. Em comparação, entre as mulheres

negras, a porcentagem de meninas que estavam fora da escola sem concluir a educação básica caiu de 44,0% para 18,6% no mesmo período – um avanço importante, ainda que limitado por outras formas de desigualdade que as afetam. Já entre brancos, os números são sempre mais baixos: em 2024, 15,4% dos homens brancos e 10,2% das mulheres brancas estavam fora da escola sem concluir a educação básica.

Em relação às regiões, observamos no Gráfico 2 que o Nordeste e o Sul apresentaram os quadros mais críticos em 2024. No Sul, 33,8% dos homens negros e 24,1% das mulheres negras estavam fora da escola sem concluir a educação básica – o maior índice nacional, seguido pelo Nordeste (homens negros 27,6% e mulheres negras 20,5%), demonstrando que mesmo com avanços, as desigualdades de cor e gênero continuam operando fortemente nos extremos regionais.

Gráfico 2 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos fora da escola sem concluir aeducação básica por cor/raça, sexo e região, 2024

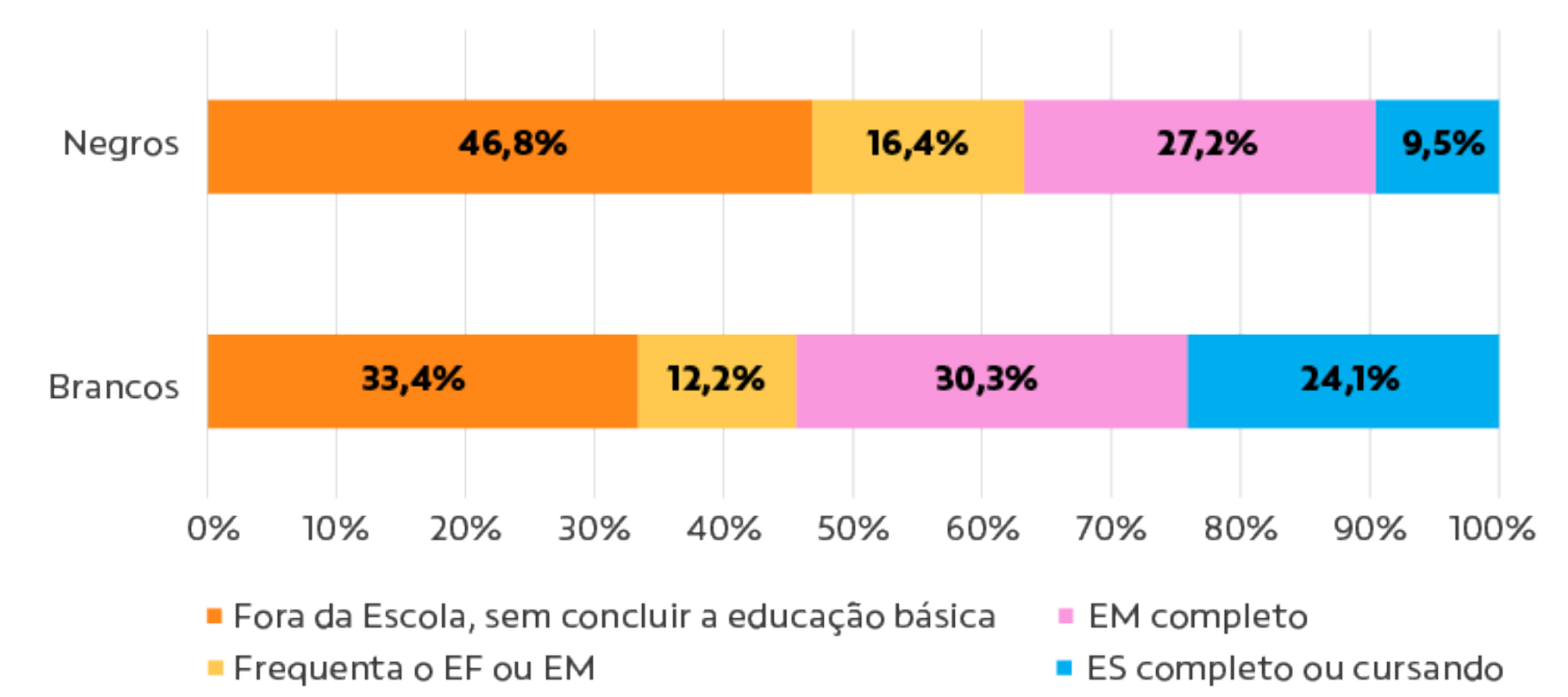


Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2014–2024. Elaboração própria.

As desigualdades seguem ordenando a vida dos jovens nas escolas e universidades. Os Gráficos 3 e 4 apresentam a evolução da situação de escolarização da juventude negra e branca nos anos de 2014 e 2024, e observa-se uma evolução geral na escolarização dos jovens neste período. A juventude negra melhorou a frequência, a conclusão do ensino médio e acesso ao ensino superior, o que pode indicar tanto avanços em termos de políticas de inclusão quanto permanência.

Porém, as desigualdades ainda persistem: na comparação com a juventude branca, jovens negros apresentam maior proporção fora da escola e sem concluir a educação básica, e menor presença no ensino superior. Em contrapartida, o mesmo dado pode indicar que as políticas afirmativas e os programas de acesso e permanência escolar – como o Bolsa Família e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – tiveram efeito positivo na trajetória da juventude negra.

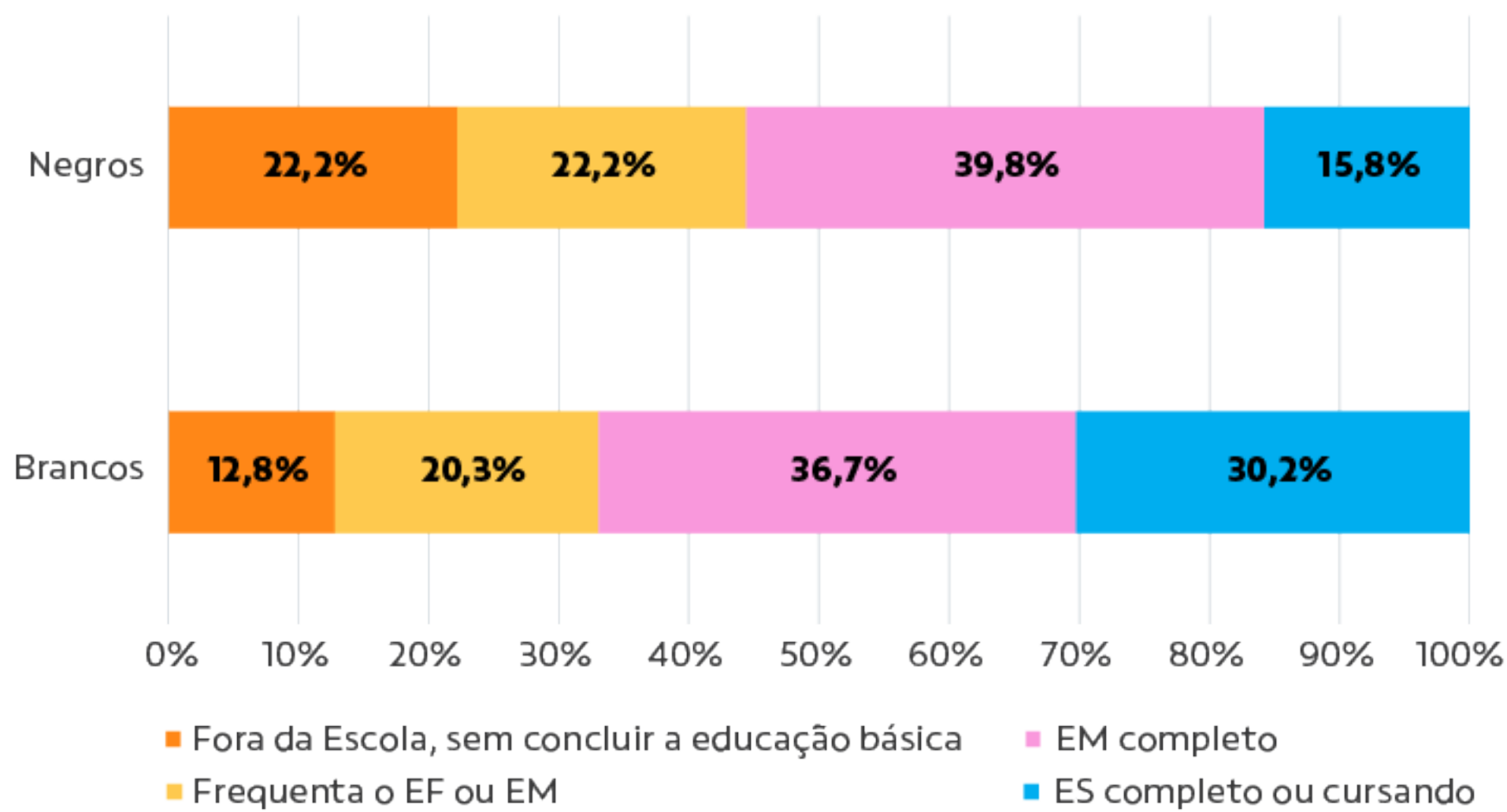
Gráfico 3 – Distribuição percentual da situação de escolarização de jovens de 15 a 29 anos por cor/raça – Brasil, 2014



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2014. Elaboração própria.



Gráfico 4 – Distribuição percentual da situação de escolarização de jovens de 15 a 29 anos por cor/raça – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

Apesar do crescimento percentual do ingresso na educação superior em todos os grupos – crescimento que não pode ser desvinculado da política de cotas raciais e sociais na educação superior –, as diferenças entre negros e brancos continuam profundas. Em 2024, mulheres brancas seguem liderando o acesso e a conclusão no ensino superior em todas as regiões – com destaque para o Centro-Oeste (39,2%) e o Sudeste (35,7%), indicando que este grupo continua tendo mais capital escolar, apoio familiar e acesso a escolas e universidades de melhor qualidade.

As políticas educacionais, em especial a Lei de Cotas, impactaram positivamente no acesso das juventudes negras ao ensino superior. Apesar disso, persistem as desvantagens dos negros, revelando, mais uma vez, o impacto do racismo estrutural.

Já os homens negros estão sempre na base da pirâmide educacional. Mesmo nas regiões onde mais avançaram – como no Sudeste, onde passaram de 8,6% para 13,6% de 2014 para 2024, ou no Centro-Oeste, de 11,6% para 17,4% –, seus percentuais permanecem distantes da média nacional. Esses dados indicam que, mesmo quando conseguem concluir o ensino médio, esses jovens enfrentam barreiras estruturais como precariedade de ensino, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, violência policial e falta de políticas de permanência no ensino superior.

A análise interseccional da Tabela A (vide Anexo) mostra que as mulheres negras conseguiram ampliar sua presença tanto no ensino médio quanto no superior, com ganhos mais expressivos que os homens negros, ainda que em posições significativamente mais baixas que as mulheres brancas. Isso demonstra o peso que as desigualdades de gênero e raça exercem de formas distintas. Mulheres negras concluem o ensino médio, porém ainda enfrentam dificuldade de acesso ao ensino superior, revelando que o racismo permanece como um filtro determinante.

3. JUVENTUDE NEGRA E A LUTA HISTÓRICA NO MERCADO DE TRABALHO

Ao longo da história brasileira, a luta da população negra pelo acesso à educação esteve profundamente atrelada à inserção no mercado de trabalho e à busca por melhores condições de vida. Desde o período escravista, já se compreendia que a educação era um instrumento fundamental para romper com o ciclo de exclusão social imposto à população negra. A escravidão racial nas Américas, especialmente no Brasil, produziu uma associação duradoura e racista entre a negritude e a subalternidade. O trabalho manual, desvalorizado por ter sido exercido por pessoas negras escravizadas, foi socialmente construído como inferior, o que contribuiu para apagar o protagonismo negro na história do trabalho. Mesmo livres, muitos negros foram excluídos do reconhecimento como trabalhadores, apesar de sua atuação organizada em lutas por melhores condições laborais ainda no período escravista.

A Lei de Terras de 1850 constituiu um poderoso instrumento de ampliação das desigualdades sociais ao estabelecer a compra – e não mais a ocupação – como única forma legítima de acesso à terra. Ao preservar o controle fundiário nas mãos da elite agrária, a legislação impediu que,

após a Lei Áurea (1888), negros recém-libertos pudessem se tornar proprietários. Sem políticas de inclusão ou reforma agrária, muitos foram empurrados para a marginalização urbana ou para relações de trabalho precárias, enquanto imigrantes europeus, em diversos contextos, tiveram maiores oportunidades de acesso à terra, reforçando a histórica concentração fundiária no país (Costa, 2010; Martins, 2010).

Desse modo, no pós-abolição, o racismo foi reorganizado por meio de políticas estatais que promoveram a imigração europeia com o objetivo de construir uma sociedade branca, ao mesmo tempo em que excluía deliberadamente a população negra do mercado formal de trabalho (Reis, 2019). Essa exclusão foi sustentada por um discurso racista que associava negros – especialmente homens – à vagabundagem e à criminalidade (Kowariki, 2019; Paulino, 2020; Barros, 2020). Assim, por mais de 30 anos, a marginalização da população negra foi uma política nacional deliberada que pretendia promover o branqueamento da população brasileira. A partir da década de 1930 e por conta de uma série de pressões de movimentos e associações negras, houve uma mudança das políticas trabalhistas, que passaram a celebrar o trabalhador nacional, o que incluía – de forma desigual e combinada – os trabalhadores negros brasileiros. Não há dúvidas de que muitos avanços foram conquistados pela população negra, fazendo com que a história da República brasileira também se entrelaçasse com a história negra pela sua integração na sociedade de classes (Fernandes, 1965; Souza, 2011).

No entanto, os dados levantados pela PNAD Contínua entre 2014 e 2024 demonstram que esse histórico de desigualdade no mercado de trabalho se mantém e determina a vida da juventude negra. A análise dos dados sobre desemprego entre jovens brancos e negros nas cinco grandes regiões do Brasil nesta década revela desigualdades persistentes no acesso ao mercado de trabalho. Em todas as regiões, a taxa de desemprego da população negra é maior do que a da população branca, ainda que em alguns casos tenha havido redução geral dos índices na comparação entre os anos. A Tabela 1, abaixo, mostra as diferenças na taxa entre jovens brancos e negros no Brasil e em suas regiões.

Tabela 1 – Taxa de desemprego de jovens de 15 a 29 anos por cor/raça – Brasil e regiões, 2014 e 2024

	2014		2024	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Brasil	10,5%	14,0%	10,2%	13,4%
Norte	13,4%	12,7%	10,9%	12,2%
Nordeste	14,7%	15,4%	14,9%	16,2%
Sudeste	10,9%	14,5%	10,4%	13,2%
Sul	7,7%	10,2%	7,6%	9,3%
Centro-Oeste	8,3%	10,4%	8,5%	10,2%

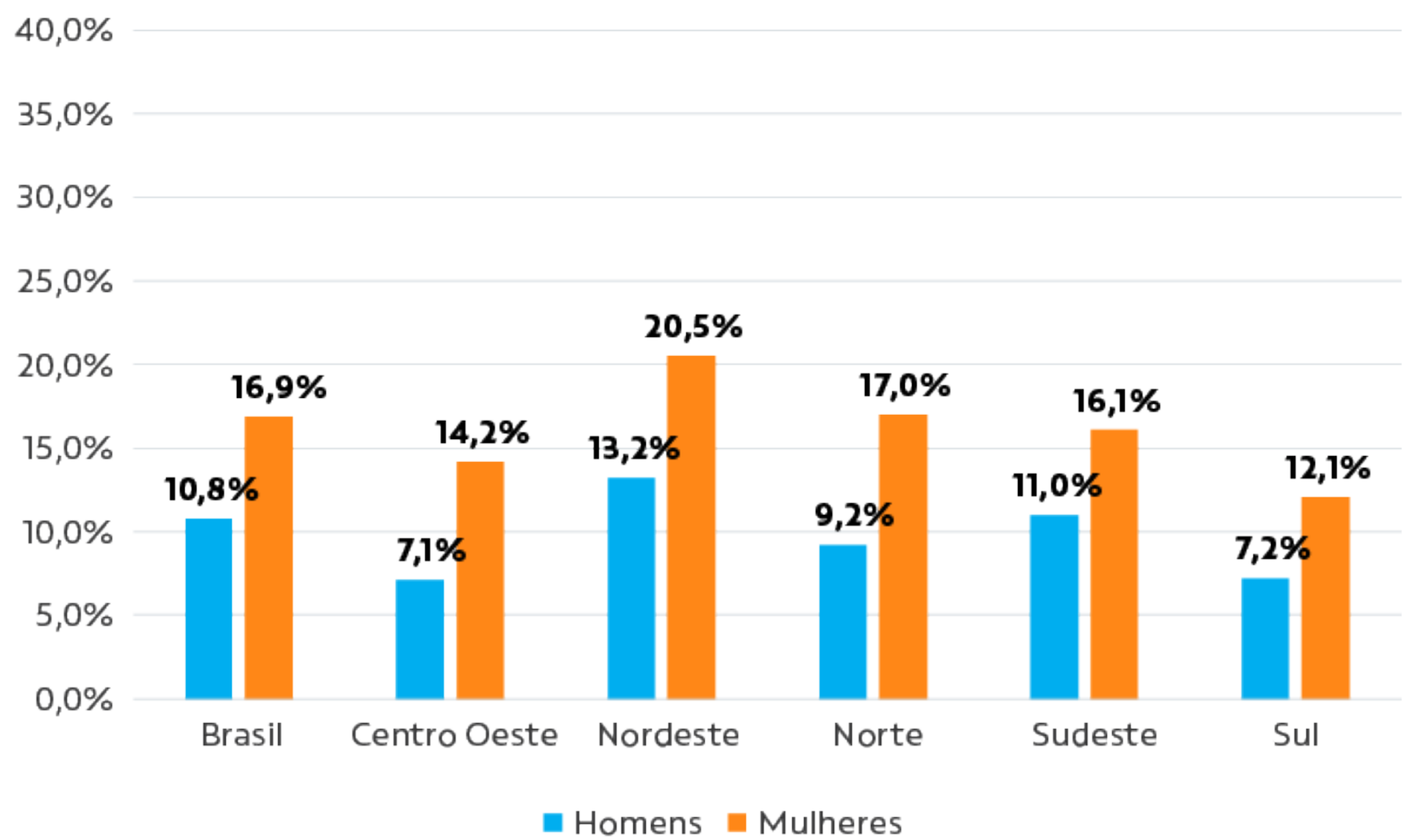
Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

Um exame dos dados do Gráfico 5 que leve em consideração região, raça/cor e gênero em 2024, aponta que em todas as regiões do Brasil as mulheres negras enfrentam os maiores índices de desemprego, a despeito da melhora das taxas de escolarização desse segmento populacional. A região Nordeste apresenta a maior taxa de desemprego entre as mulheres (20,5%) e homens negros (13,2%) do país. No Sudeste, para o ano de 2024, a taxa de desemprego entre as mulheres negras é de 16,1%, frente a 11,0% dos homens negros. Mesmo no Sul, onde os índices são, em geral, menores, as mulheres negras seguem em desvantagem (12,1%) em relação aos demais grupos.

Apesar da melhoria dos indicadores de acesso da população negra ao trabalho, as desigualdades entre brancos e negros persistem: estes enfrentam maiores taxas de desemprego e de informalidade, sobretudo as mulheres negras. Embora tenham avançado na escolarização, os índices de desemprego são maiores entre elas.



Gráfico 5 – Taxa de desemprego entre jovens negros, por sexo – Brasil e regiões, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

A desigualdade não se limita à não entrada dos jovens no mercado de trabalho. Quando o ingresso acontece, é fundamental compreender em quais condições ele se dá. Os dados da PNAD Contínua mostram que, entre 2014 e 2024, os jovens negros (tanto homens quanto mulheres) continuam enfrentando maiores taxas de informalidade⁵ em todas as regiões do Brasil, em comparação aos brancos. Observa-se que a taxa de informalidade para a juventude negra cresceu ou permaneceu alta nas cinco regiões no período, superando os percentuais dos grupos brancos no mesmo recorte temporal e regional.



Tabela 2 – Taxa de informalidade de jovens de 15 a 29 anos por cor/raça – Brasil e regiões, 2014 e 2024

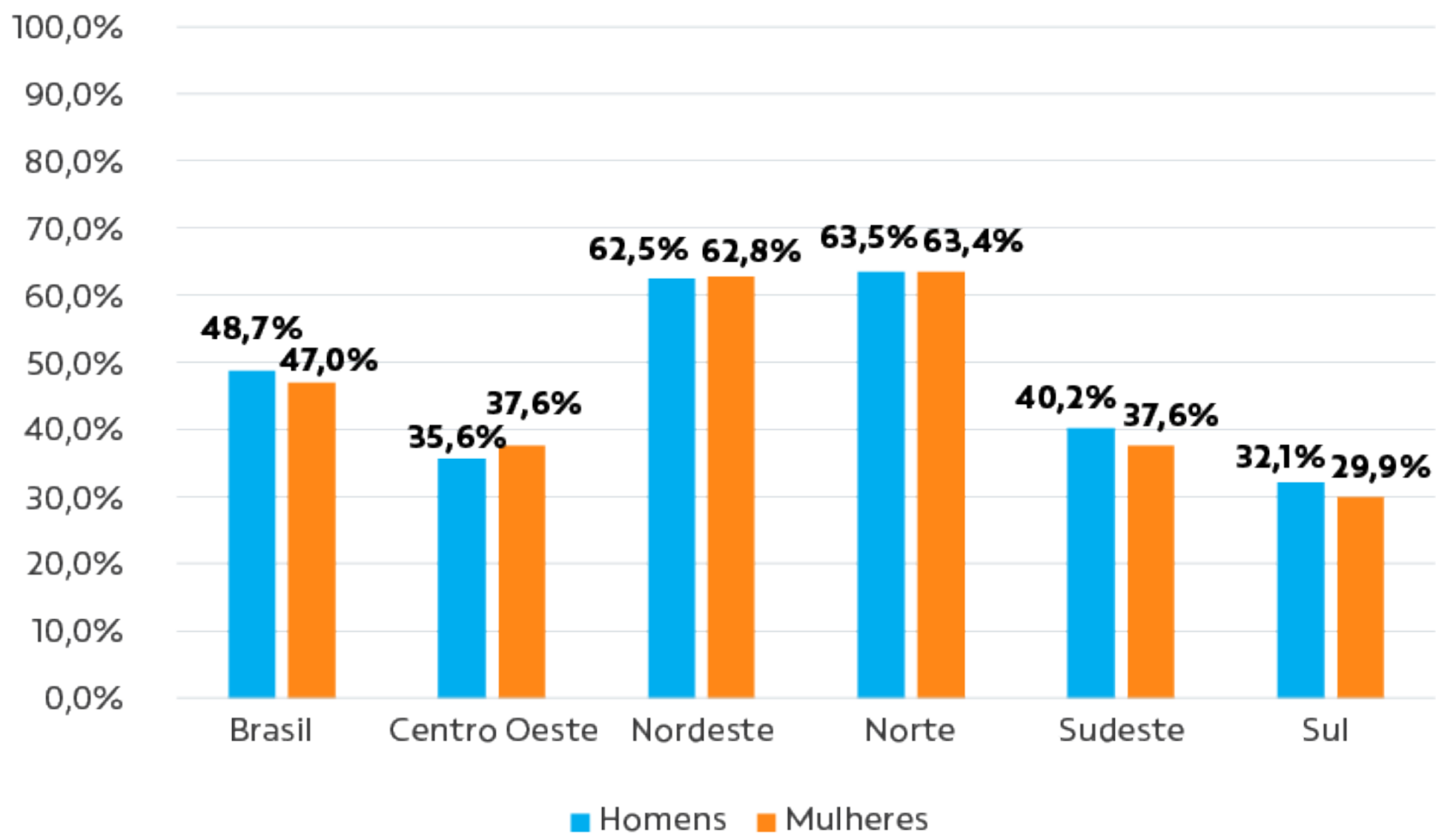
	2014		2024	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Brasil	31,2%	46,2%	37,8%	48,0%
Norte	49,3%	61,4%	56,3%	63,5%
Nordeste	54,1%	59,5%	58,5%	62,6%
Sudeste	25,8%	32,9%	35,9%	39,2%
Sul	26,8%	31,3%	28,2%	31,2%
Centro-Oeste	34,6%	38,4%	36,6%	36,5%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2014 e 2024. Elaboração própria.

Observamos que as regiões Sudeste e Sul possuem os menores índices de informalidade para negros (Tabela 2), embora o distanciamento dos grupos brancos permaneça. Vale dizer que, no recorte entre 2014 e 2024 nessas regiões, a informalidade cresceu de modo mais acelerado entre negros de ambos os gêneros do que entre brancos. Tal fenômeno não apenas revela, como reitera a manutenção de barreiras estruturais que dificultam a inserção da juventude negra em empregos formais e com melhores salários, a despeito da melhora na escolarização dos jovens negros, sobretudo das mulheres negras, que entre 2014 e 2024 não só estudaram por mais tempo, como também ingressaram mais no ensino superior.

Em 2024, no recorte de gênero e cor/raça, jovens negros e negras apresentaram taxas de informalidade de 48,7% e 47,0% respectivamente. Já os dados regionais apontam que as regiões Nordeste e Norte apresentaram as maiores taxas para mulheres e homens negros, sugerindo os impactos regionais do desenvolvimento econômico e social sobre esses grupos. Tais índices revelam como a intersecção entre raça e gênero limita o acesso de jovens negros a empregos regulares e protegidos.

Gráfico 6 – Taxa de informalidade entre jovens negros, por sexo – Brasil e regiões, 2024



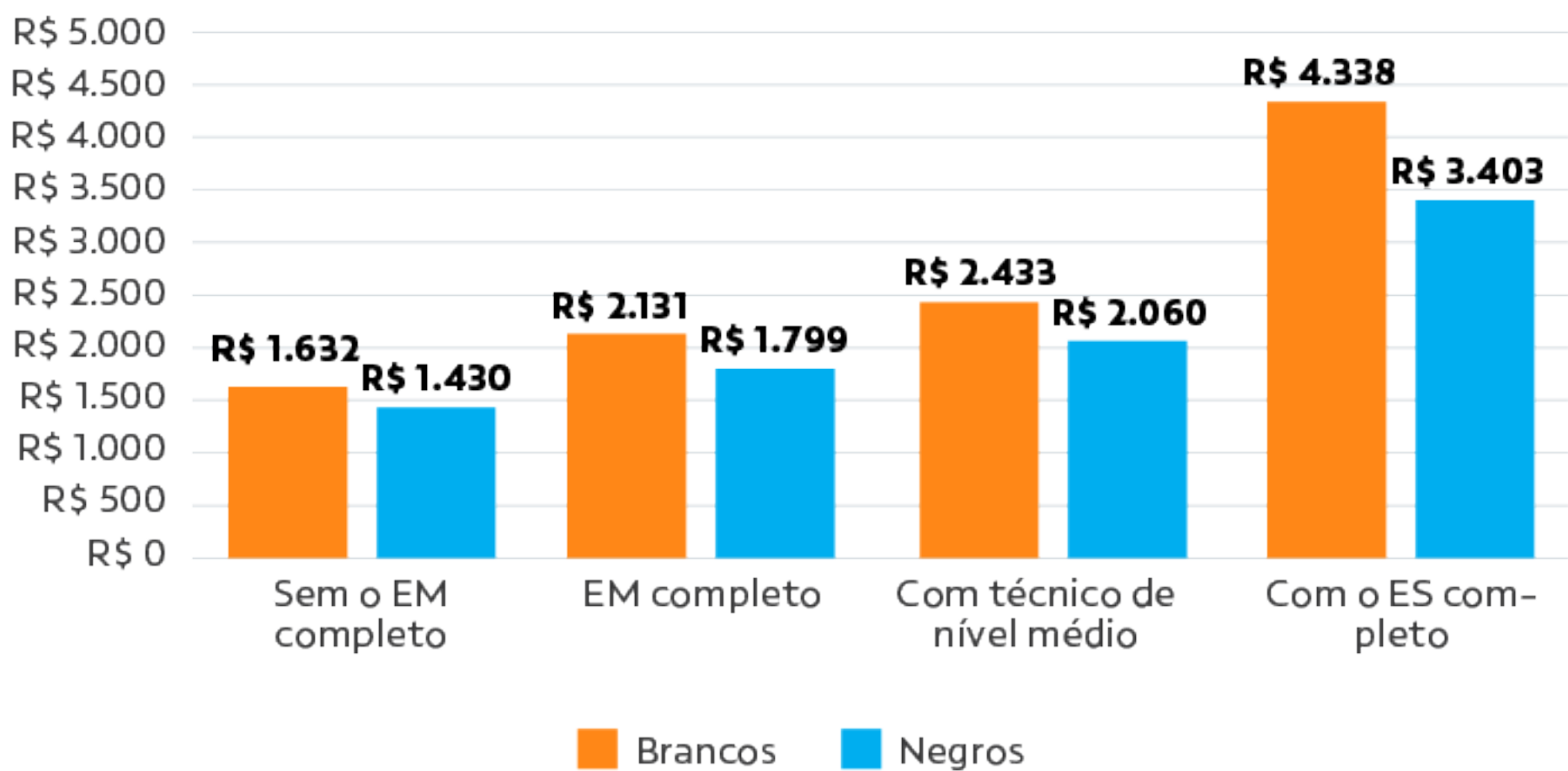
Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

A desigualdade racial no mercado de trabalho também se expressa nos rendimentos. Mesmo quando jovens negros e brancos alcançam níveis semelhantes de escolaridade, os retornos econômicos permanecem desiguais. Os dados da PNAD Contínua de 2024 mostram que o aumento da escolaridade eleva o rendimento médio para todos os grupos, mas não elimina a disparidade racial. Entre jovens com ensino médio completo, os brancos recebem, em média, R\$ 2.131, enquanto os negros recebem R\$ 1.799.

A diferença torna-se ainda mais expressiva no ensino superior completo: jovens brancos recebem, em média, R\$ 4.338, enquanto jovens negros recebem R\$ 3.403. Em termos proporcionais, isso significa que jovens negros com diploma superior ganham 22% menos que jovens brancos com a mesma escolaridade. A ampliação da diferença nos níveis mais altos de formação revela que o retorno educacional é racialmente desigual, refletindo barreiras estruturais que limitam a inserção e a valorização da juventude negra, mesmo quando esta amplia sua trajetória escolar. Esses resultados dialogam com achados anteriores que atestam que a desigualdade – especialmente racial – é ainda maior no topo da estrutura social.

Mesmo com o avanço na escolarização, as juventudes negras estão sujeitas a remunerações mais baixas do que os jovens brancos. A discrepância é maior entre aqueles que têm ensino superior.

Gráfico 7 – Rendimento médio do trabalho de jovens de 15 a 29 anos por cor/raça e escolaridade – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.



Ao longo de toda a graduação, precisei conciliar os estudos com a vida profissional. Foram longos anos trabalhando 8 horas por dia, me deslocando entre regiões diferentes da cidade e tentando fazer sobrar energia para absorver os conteúdos de uma graduação noturna.

A necessidade de contribuir com a renda familiar e conseguir viver com um pouco mais de conforto não apresenta espaço para uma dedicação maior aos estudos, e essa é uma realidade para a maioria dos alunos, principalmente cotistas, como eu.

A rede de apoio construída entre outros alunos que viviam a mesma realidade que a minha foi fundamental para atravessar esses desafios vividos coletivamente. Já a falta de sensibilidade de profissionais que poderiam oferecer suporte para jovens que vivem essas barreiras foi e, por vezes, é uma decepção. Por isso, a construção de redes alternativas é importante.

Em algumas ocasiões, o baixo aproveitamento pode ser lido como “falta de interesse” ou descompromisso, mas a realidade é que precisamos atender a inúmeras demandas e, muitas vezes, somos o suporte de nossas famílias e comunidades. Esse é um cenário extremamente desgastante e que é imposto a quem almeja alcançar as mudanças que sonha.

Mesmo com os avanços, a luta por uma sociedade igualitária é contínua! A graduação em Psicologia e as atividades que desempenhei relacionadas a isso não me protegeram de situações desconfortáveis. Frases como “É você quem vai me atender?” ou “Não tem cara de psicólogo” ou as inúmeras demonstrações de subestimação e descrédito vividas no contexto acadêmico e/ou profissional revelam o trabalho que ainda está em aberto nos espaços de educação, nas empresas e organizações que se abrem para a diversidade, mas ainda não estão prontas para lidar com ela.

Jovem, 29 anos, negro, morador no Rio de Janeiro (RJ)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da PNAD Contínua de 2014 e 2024 demonstra que a juventude negra brasileira segue enfrentando profundas desigualdades tanto no campo da educação quanto no acesso ao mercado de trabalho; condições essas que evidenciam o entrelaçamento de desigualdades históricas, raciais, sociais e econômicas que marcam a trajetória da população negra brasileira. Apesar de avanços nos índices de matrícula e conclusão escolar, jovens negros, especialmente homens, permanecem com as maiores taxas de evasão e distorção idade-série se comparados aos jovens brancos, além de terem acesso reduzido ao ensino superior, mesmo nas regiões com melhores indicadores.

Nesse sentido, para além de reformulações estruturais na educação pública – que passam pela melhoria das condições de trabalho e aumento salarial dos professores e investimento na infraestrutura escolar, levando em consideração as diversidades regionais que compõem o Brasil –, é importante destacar como políticas públicas bem aplicadas podem mudar esse quadro no curto e médio prazo.

Programas voltados para a permanência estudantil em todos os níveis de escolarização são fundamentais para evitar a evasão escolar dos jovens. Um exemplo é o Programa Pé-de-Meia, uma política pública federal de incentivo financeiro-educacional criada para estimular a permanência e a conclusão do ensino médio por parte de estudantes de baixa renda matriculados em escolas públicas no Brasil. Partindo do diagnóstico de que a necessidade de entrar no mundo do trabalho é uma das causas de evasão escolar e também de não conclusão escolar, o programa é uma espécie de “poupança educacional”, no qual o estudante elegível recebe valores relacionados à matrícula, frequência escolar, conclusão do ano e participação em exames (como o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem), com parte do benefício disponível imediatamente e outra parte acumulada para ser sacada ao longo da trajetória escolar.



A superação das defasagens educacionais, decorrentes das múltiplas desigualdades que atravessam as juventudes negras, requer políticas públicas focalizadas e que incidam no cotidiano escolar a fim de melhorar a qualidade do ensino.

Além disso, é fundamental que os dados coletados nas últimas décadas sejam levados em conta para promover a permanência e a qualidade da formação escolar dos jovens brasileiros. Sendo assim, é urgente a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das dificuldades vividas por estudantes das escolas públicas, com ações que incidam diretamente no cotidiano escolar para evitar a reprovação e assegurar a qualidade do ensino. Tais políticas devem partir de diagnósticos consistentes, capazes de considerar as diversidades sociais, regionais, raciais e econômicas que atravessam a realidade das escolas brasileiras, permitindo a definição de estratégias mais eficazes e contextualizadas.

Entre essas ações, destacam-se a ampliação de turnos com professores e/ou monitores para o acompanhamento de dificuldades específicas de aprendizagem, o fortalecimento das bibliotecas escolares e a valorização de seus profissionais, favorecendo a criação de oficinas e práticas formativas. Também é fundamental um investimento vigoroso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulado a melhorias estruturais das escolas e à qualificação permanente do corpo docente, de modo a garantir condições efetivas para a permanência e o sucesso escolar.

No mundo do trabalho, essas barreiras educacionais se convertem em obstáculos ainda mais visíveis. Jovens negros, sobretudo as mulheres, enfrentam as maiores taxas de desemprego e informalidade, independentemente da região ou escolaridade, mesmo com o aumento expressivo do número de mulheres negras que concluem o ensino médio e ingressam no ensino superior.

Esse contexto demonstra a necessidade da formulação de políticas públicas eficazes para enfrentar essas desigualdades. Assim como pontuado pelo movimento negro (de forma geral) e pelo movimento de mulheres negras (de forma mais específica), essas políticas devem fortalecer e ampliar as ações afirmativas, garantindo, assim, que essa geração da juventude brasileira pos-

sa usufruir de condições mais equânimes de acesso e permanência tanto na educação como no mercado de trabalho formal.

As ações afirmativas podem desempenhar um papel relevante para o enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência na escola, nas instituições de ensino superior e no trabalho formal.

No campo da educação, além da implementação efetiva da Lei nº 11.645/2008 – que obriga o ensino das histórias e culturas afro-brasileira e indígenas nas escolas brasileiras –, o desenho dessas políticas públicas seria mais eficiente se fosse feito em parceria com os poderes federal, estadual e municipal, levando em consideração as especificidades regionais do país. É preciso conhecer a população para desenhar projetos que garantam a entrada, permanência e a qualidade da educação básica.

A manutenção e a ampliação das cotas sociais e raciais nas universidades brasileiras também são ações contundentes para o aprofundamento da democratização do ensino superior e para o enfrentamento das desigualdades historicamente estruturadas no país. A Lei de Cotas trouxe inúmeros ganhos já contabilizados, demonstrando a eficácia dessa política (Campos; Lima, 2024). Porém, mais do que assegurar o acesso, é imprescindível que as políticas sejam acompanhada por ações voltadas à permanência estudantil, com a sistematização e a ampliação de bolsas que garantam condições materiais para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, torna-se igualmente estratégico o desenvolvimento de iniciativas que aproximem os estudantes cotistas do mundo do trabalho por meio de estágios, programas de formação profissional e parcerias institucionais mediadas pelas próprias universidades, que também podem ser parceiras na fiscalização para que seus estudantes tenham condições de trabalho e remunerações equânimes, independentemente de seu pertencimento racial, seu gênero ou sua classe social.

No mundo do trabalho, é fundamental ampliar programas de inserção profissional e proteção ao emprego formal, além de assegurar fiscalização rigorosa das práticas de discriminação racial e promover políticas que dialoguem com o território e o contexto social dos jovens negros. É crucial que o Estado formule políticas públicas capazes de fomentar ações afirmativas, reconhe-

cendo seu papel estratégico na redução das desigualdades raciais e sociais. Para além da ampliação das cotas raciais no serviço público, é necessário criar mecanismos de incentivo à iniciativa privada que aderir a programas de diversidade e inclusão, como benefícios fiscais, linhas de financiamento e certificações institucionais. Ao combinar regulação e estímulo, o poder público pode induzir práticas mais equitativas de contratação e promoção, contribuindo para um mercado de trabalho mais representativo e socialmente justo.

E, tão importante quanto o desenho conjunto dessas políticas públicas na área da educação e do trabalho, é a participação ativa e crítica das instituições responsáveis pela Segurança Pública do Brasil, pois, para que o jovem negro possa estudar e trabalhar de forma digna, é preciso que ele esteja vivo.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. P. de. A subalternização do negro brasileiro: reflexões gerais acerca das políticas do Estado brasileiro na República Velha (1889–1930) e no Estado Novo (1937–1946). **Revista da ABPN**, v.12, n. Ed. Especial, p. 666–693, ago. 2020.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAMPOS, L. A.; LIMA, M. (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. São Paulo : Autêntica, 2025.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2023**. Brasília: Ipea; São Paulo: FBSP, 2023.

CONDORCET, M. J. A. N. C., marquis. **Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique**: présentés à l'Assemblée nationale, au nom du Comité d'instruction publique, les 20 et 21 avril 1792. Paris: Imprimerie Nationale, 1792.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia**. 5. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil, 1917–1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965. 2v.

FERREIRA, H. F. Em tintas negras: educação, ensino e a trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na Corte Imperial – novas evidências. **ABPN**, v. 10, n. 25, p. 26–42, 2018.

FLAUZINA, A. L. P.; FREITAS, F. S. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 25, n. 135, p. 49–71, 2017.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Juventudes fora da escola**. São Paulo: Itaú Educação e Trabalho, 2024. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/pesquisa-juventudes-fora-da-escola>.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 34, p. 1–26, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>.

KOWARIKI, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2019.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, M. A. **Democracia e educação no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

PAULINO, S. C. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 94-440, 2020.

PIRES, T. Racializando o debate sobre direitos humanos. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 65-75, dez. 2018

REIS, J. J. **Ganhadores: a greve negra de 1875 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Y. L. **Racismo brasileiro: uma história da formação do Brasil**. São Paulo: Todavia, 2022.

SOUZA, R. **Tudo pelo trabalho livre!:** trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA/FAPESP, 2011.

ANEXO

Anexo A – Tabela de distribuição percentual de jovens, por situação de escolarização, cor/raça, sexo e regiões – 2024

Região	Cor/Sexo	Fora da Escola e Sem Concluir a Educação Básica	Frequenta o EF ou EM	Concluiu o EM	ES completo ou cursando
Centro Oeste	Homem Branco	15,3%	19,7%	33,4%	31,6%
	Homem Negro	23,4%	19,5%	39,7%	17,4%
	Mulher Branca	8,8%	18,4%	33,7%	39,2%
	Mulher Negra	16,7%	20,2%	38,3%	24,9%
Nordeste	Homem Branco	18,4%	23,1%	36,9%	21,6%
	Homem Negro	27,6%	25,5%	35,8%	11,2%
	Mulher Branca	12,8%	23,1%	37,0%	27,1%
	Mulher Negra	20,5%	23,1%	40,4%	16,0%

Norte	Homem Branco	16,1%	23,5%	37,7%	22,6%
	Homem Negro	24,1%	26,7%	35,9%	13,2%
	Mulher Branca	12,3%	21,2%	38,2%	28,3%
	Mulher Negra	19,0%	23,7%	38,7%	18,7%
Sudeste	Homem Branco	12,6%	20,1%	37,4%	30,0%
	Homem Negro	23,2%	20,3%	42,8%	13,6%
	Mulher Branca	8,0%	19,4%	36,9%	35,7%
	Mulher Negra	15,9%	20,2%	43,8%	20,1%
Sul	Homem Branco	18,7%	18,7%	38,0%	24,6%
	Homem Negro	33,8%	19,8%	34,2%	12,3%
	Mulher Branca	12,4%	19,8%	34,6%	33,2%
	Mulher Negra	24,1%	19,3%	38,5%	18,1%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.



JUVENTUDES EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL

Maíra Penna Franca¹

O ingresso no ensino superior foi uma grande conquista, mas os resultados chegam a longo prazo. No dia a dia, a desigualdade social continua sendo uma pedra no caminho, evidenciando as diferenças na experiência educacional e profissional de jovens de diferentes classes.

Jovem de 29 anos, negro, residente no Rio de Janeiro (RJ)

A transição da juventude para a vida adulta é um processo marcado por múltiplos eventos, como a conclusão da escolaridade obrigatória, a entrada no mundo do trabalho e a emancipação em relação aos pais e responsáveis. Conforme destacam Guimarães *et al.* (2024), esse percurso não ocorre de forma linear nem homogênea, sendo fortemente condicionado por múltiplos fatores de desigualdades socioeconômicas como renda, raça e gênero.

Ribeiro (2014) evidencia que as desigualdades socioeconômicas estão diretamente associadas a padrões heterogêneos de transição para a vida adulta. Jovens de baixa renda, sobretudo aqueles residentes em áreas rurais ou periféricas, tendem a sair da escola mais cedo e ingressar precocemente no mercado de trabalho, frequentemente em ocupações precárias. Entre esses jovens, as transições podem incluir ainda a maternidade na adolescência,

¹ Professora do Mestrado em Economia e Gestão Empresarial da Universidade Cândido Mendes. É mestre e doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense.

o casamento em idade jovem e a entrada prematura no trabalho – fatores que ampliam a heterogeneidade e a complexidade das trajetórias juvenis. Em contraste, jovens de renda mais alta dispõem de condições mais favoráveis para prolongar os estudos e permanecer sob a dependência familiar por mais tempo, o que lhes permite adiar a entrada definitiva na vida adulta.

As desigualdades de gênero também moldam fortemente essas trajetórias. O conceito de divisão sexual do trabalho, cuja característica central é a atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (Hirata; Kergoat, 2007), influencia os padrões de inserção laboral e educacional. Entre os homens, observa-se maior engajamento em atividades de trabalho remunerado, com taxas mais elevadas de ocupação e participação na força de trabalho, enquanto as mulheres estão mais expostas a períodos de inatividade relacionados ao cuidado de filhos e à realização de afazeres domésticos – dinâmicas que, por vezes, interrompem ou dificultam suas trajetórias escolares e profissionais.

Sendo assim, a integração das juventudes à sociedade não se resume a uma sequência linear que vai da escola ao trabalho, mas envolve uma multiplicidade de percursos. Como argumentam Guimarães *et al.* (2024), esses percursos são atravessados por experiências diversas: jovens que estudam e trabalham simultaneamente, que deixam a escola e posteriormente retornam, ou que ingressam precocemente no mercado de trabalho e, em outro momento, retomam os estudos. Essa não linearidade das transições torna-se ainda mais evidente quando observamos jovens em situação de pobreza. Entre eles, as restrições que moldam as trajetórias educativas e laborais tendem a se intensificar, dadas as barreiras materiais e as responsabilidades precoces.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2024, 1,7 milhões (3,7%) de jovens viviam em domicílios abaixo da linha de pobreza extrema, definida em US\$ 2,15 PPC per capita², enquanto 11,9 milhões (25,4%) estavam em lares abaixo da linha de pobreza, definida em US\$ 6,85 PPC per capita³. Nessas condições, muitos são levados a escolhas marcadas pela necessidade imediata de contribuir para a renda familiar, o que reforça o

2 A linha de extrema pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 2,15 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 218, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

3 A linha de pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 6,85 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 695, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

ciclo de desigualdades intergeracionais e limita tanto a permanência nos estudos quanto o acesso a empregos de melhor qualidade.

Ao longo das últimas duas décadas, diversas políticas públicas buscaram mitigar os efeitos da acentuada desigualdade de renda e pobreza, destacando-se os programas de transferência de renda e a expansão do sistema de educação. Evidências de Chitolina, Foguel e Menezes-Filho (2016) mostram que a concessão do benefício jovem do Programa Bolsa Família (PBF) teve impacto positivo e estatisticamente significativo sobre a frequência escolar e a decisão dos jovens de conciliar estudo e trabalho, com efeitos mais intensos em áreas rurais e entre jovens da região Nordeste. Ainda assim, tais políticas não têm sido suficientes para reverter a estrutura desigual da escolaridade e da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O estudo realizado pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), em 2025, acompanhou uma coorte de jovens beneficiários do PBF ao longo de 12 anos. Os resultados indicam que quase metade desses jovens que eram dependentes do Bolsa Família em 2012 saiu completamente do Cadastro Único até 2024, enquanto apenas um terço permaneceu recebendo o benefício. A probabilidade de desligamento esteve associada a condições iniciais rela-

tivamente mais favoráveis, como maior escolaridade do responsável, renda um pouco mais alta e menor tempo de exposição ao programa. Em contraste, a permanência no programa concentrou-se entre jovens em domicílios precários, com responsáveis de baixa escolaridade e residentes nas regiões Norte e Nordeste, indicando que aqueles em situação de maior vulnerabilidade permaneceram dependentes da rede de proteção social.

Nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo analisar a evolução, no período de 2012 a 2024, de três dimensões centrais da transição para a vida adulta: os arranjos familiares, a escolaridade e a inserção no mundo do trabalho. Para tanto, são explorados os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, que permitem a construção da renda domiciliar per capita e, a partir dela, a identificação das situações de pobreza e extrema pobreza. A ênfase do estudo recai sobre os jovens em condição de maior vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que é nesse grupo que as desigualdades de renda e as discontinuidades nas trajetórias educacionais e laborais tendem a se manifestar de forma mais intensa e persistente.

1. METODOLOGIA

Neste estudo, adota-se a definição de juventude estabelecida pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), segundo a qual são consideradas jovens as pessoas com idades entre 15 e 29 anos. A fonte de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) em sua divulgação anual, abrangendo o período de 2012 a 2024⁴. A pesquisa produz resultados trimestrais, predominantemente voltados ao acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho.

Além dessa divulgação, a PNAD Contínua realiza um levantamento anual sobre temas específicos, dentre eles o rendimento domiciliar, em que o entrevistado, geralmente na primeira visita, responde a um conjunto detalhado de perguntas sobre todas as fontes de rendimento do domicílio, incluindo rendimentos do trabalho, aposentadorias e pensões, transferências de programas sociais, rendas de aluguel, aplicações financeiras e outras fontes. A partir dessas informações, calcula-se a renda domiciliar per capita, variável utilizada para a mensuração de indicadores de pobreza, extrema pobreza e concentração de renda. Todos os resultados foram calculados com os pesos amostrais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela PNAD Contínua, assegurando representatividade populacional.

A linha de pobreza adotada segue as referências internacionais do Banco Mundial, atualizadas para preços de 2017 em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC), e convertidas para valores mensais em reais com atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) para o ano de 2024. A linha de extrema pobreza adotada corresponde à métrica internacional de US\$ 2,15 PPC/dia, o que equivale, em 2024, a R\$ 218 mensais por pessoa, após conversão e atualização. Esse valor é também compatível com a linha administrativa utilizada pelo Programa Bolsa Família, que define como elegíveis os domicílios com renda domiciliar per capita de até R\$ 218 mensais. A linha de pobreza utilizada segue o padrão internacional para países de renda média-alta, como o Brasil: US\$ 6,85 PPC/dia, convertida para a moeda nacio-

⁴ Em razão das restrições impostas pela pandemia de covid-19 à coleta presencial, houve alteração na forma de captação das informações em parte do período: para 2012–2019 e 2023–2024, utilizaram-se as informações anuais consolidadas das primeiras visitas da PNAD Contínua, enquanto para 2020–2022 os indicadores anuais foram construídos com base nas quintas visitas, dado que o IBGE não disponibilizou as primeiras entrevistas nesses anos.

nal e atualizada pelo IPCA, corresponde a uma renda de R\$ 695 mensais por pessoa em 2024.

A análise está organizada em três eixos. O primeiro delinea o perfil socioeconômico dos jovens em situação de vulnerabilidade. O segundo examina sua trajetória educacional, abordando a frequência escolar por faixa etária e nível de ensino, além da proporção daqueles que deixaram a escola antes de concluir a educação básica. Por fim, o terceiro eixo analisa indicadores de inserção laboral, com ênfase no trabalho informal dos jovens em condição de pobreza.

2. RESULTADOS

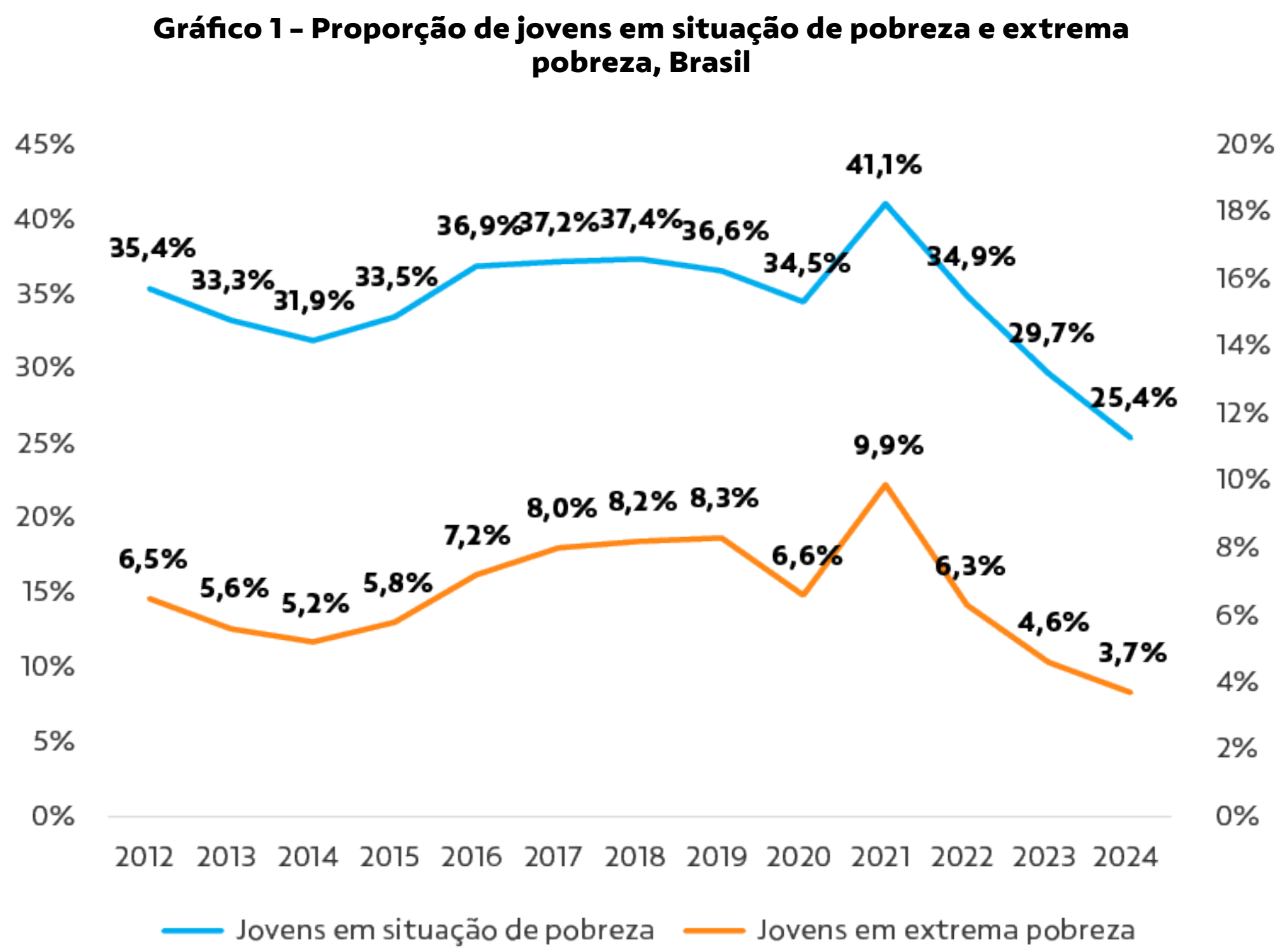
2.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A juventude brasileira é marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, mesmo diante da melhora recente nos indicadores de pobreza. Entre 2012 e 2024, a proporção de jovens de 15 a 29 anos em situação de pobreza e extrema pobreza apresentou oscilações, refletindo tanto o ciclo econômico quanto os efeitos da pandemia de covid-19. A extrema pobreza, que atingia 6,5% dos jovens em 2012, avançou durante a crise econômica e sanitária, alcançando seu pico em 2021 (9,9%), para então recuar até 3,7% em 2024, o menor patamar da série histórica. Ainda assim, cerca de 1,7 milhão de jovens vivem em domicílios abaixo da linha de extrema pobreza.

No Brasil, em 2024, havia 1,7 milhão de jovens vivendo em domicílios em situação de extrema pobreza e 11,9 milhões em situação de pobreza.



A proporção de jovens em situação de pobreza apresentou padrão semelhante: partindo de 35,4% em 2012, atingiu 41% no auge da pandemia e, posteriormente, recuou de forma contínua até alcançar 25,4% (11,9 milhões) em 2024, o menor nível da série histórica.

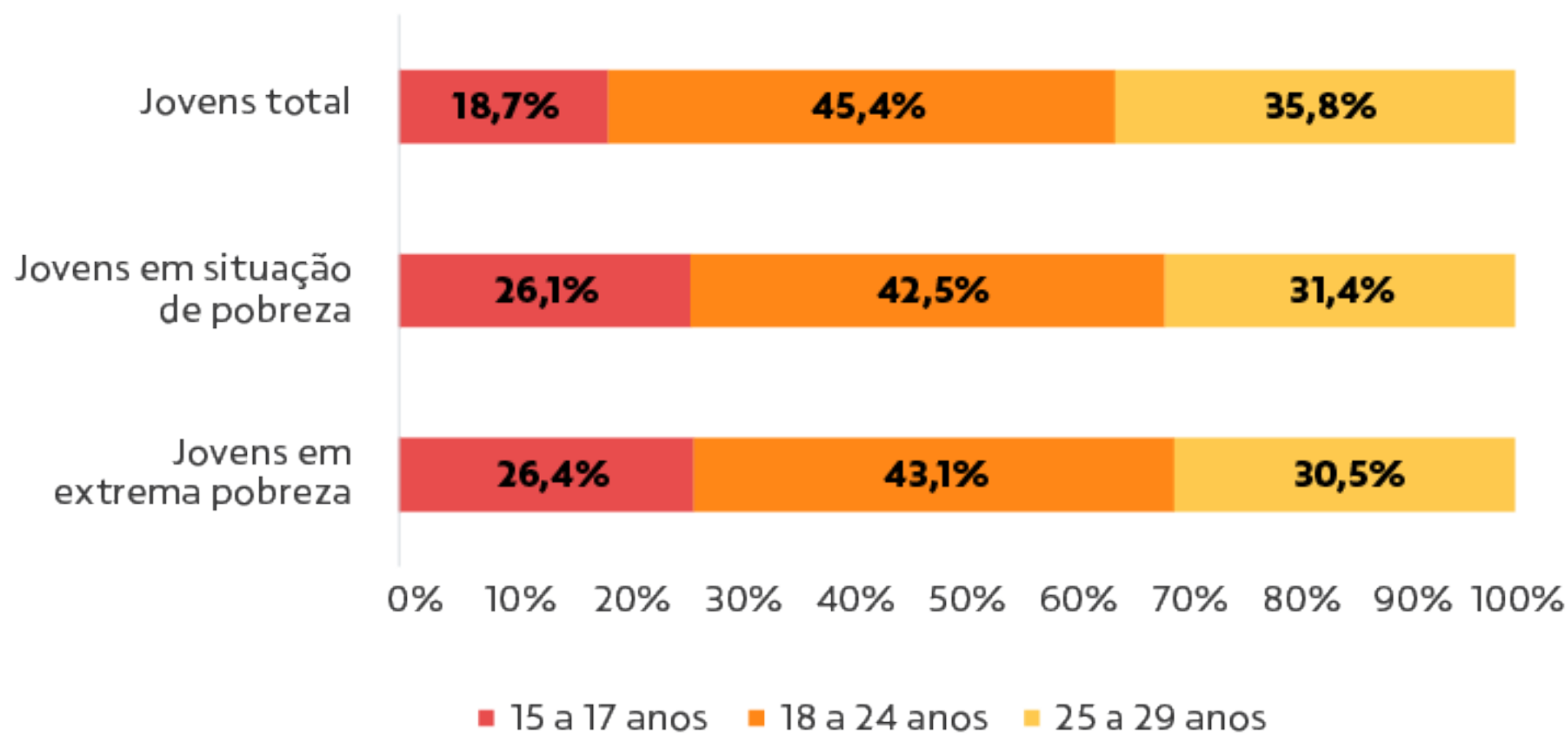


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Um primeiro aspecto que se destaca é o contraste entre o perfil etário dos jovens em situação de pobreza ou extrema pobreza e o conjunto dos jovens do país. Entre os extremamente pobres, 26,4% tinham entre 15 e 17 anos, enquanto no total da população jovem esse percentual era de 18,7%, uma diferença de 7,7 pontos percentuais (p.p.). Já as faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos têm peso menor entre os jovens pobres e extremamente pobres, sugerindo que a pobreza se concentra justamente nas faixas etárias mais jovens.



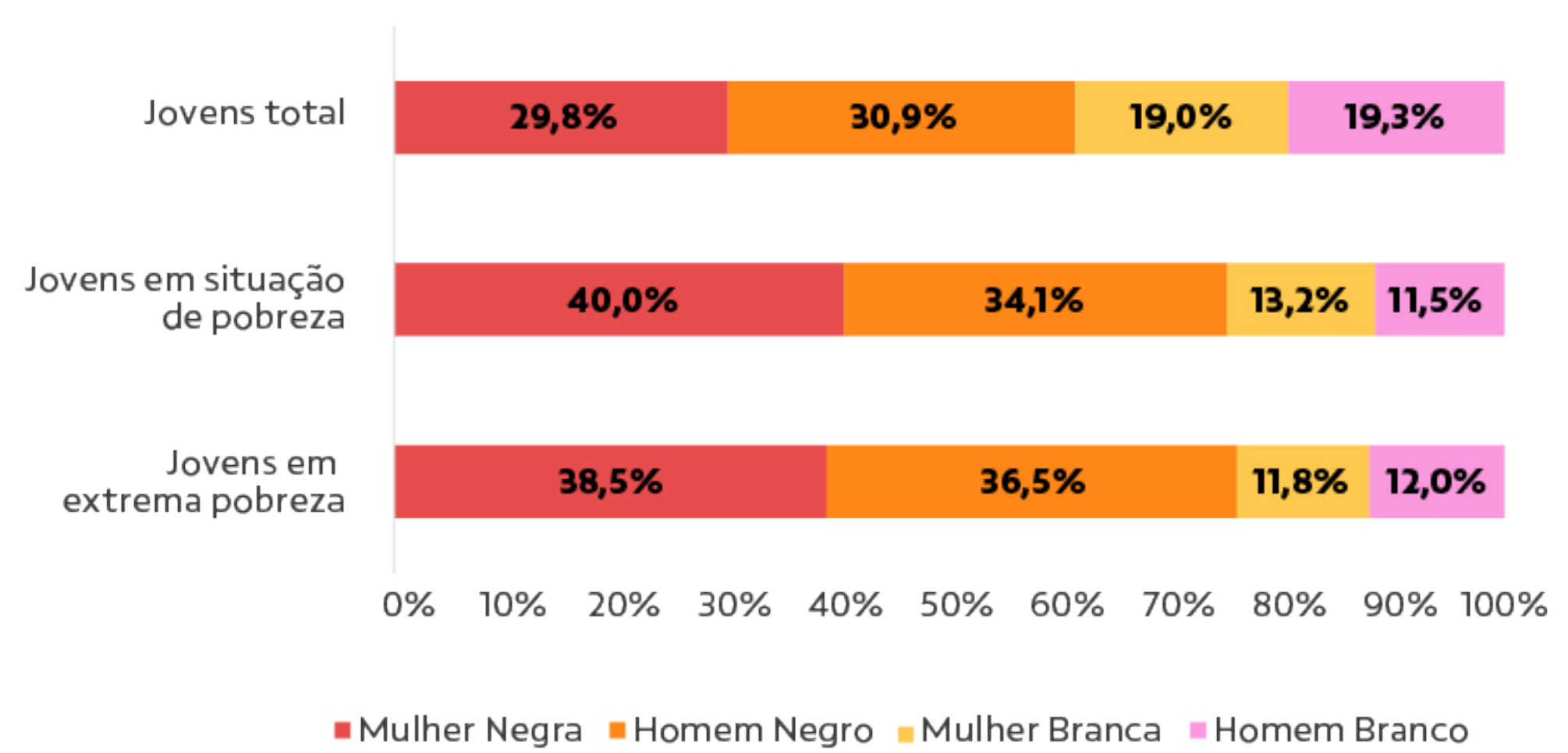
Gráfico 2 – Distribuição dos jovens de 15 a 29 anos por faixa etária, total e em situação de pobreza – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Segundo os dados anuais da PNAD Contínua, em 2024, 56,9% da população brasileira se autodeclarava negra, sendo 46,1% parda e 10,7% preta, enquanto 42% se declaravam brancos. Entre os jovens, a presença da população negra era ainda mais expressiva, alcançando 60,7%. A desigualdade racial torna-se ainda mais evidente quando observada a extrema pobreza: cerca de três quartos (74,9%) dos jovens nessa condição eram negros. As mulheres constituíam ligeira maioria tanto entre os extremamente pobres (50,3%) quanto entre os pobres (53,2%). Entre elas, as mulheres negras tinham um peso particularmente elevado: representavam 40% de todos os jovens em situação de pobreza. Esses resultados evidenciam que a pobreza no Brasil tem raça e gênero, reforçando a centralidade das desigualdades estruturais que atingem de forma desproporcional jovens negros, em especial, mulheres negras.

Gráfico 3 – Distribuição dos jovens de 15 a 29 anos por sexo e cor/raça, total e em situação de pobreza – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

A esse quadro somam-se fortes desigualdades regionais. Os dados revelam uma concentração significativamente maior de jovens em pobreza e extrema pobreza nas áreas rurais e nas regiões Nordeste e Norte. Enquanto apenas 11,7% do total dos jovens vivem na zona rural, essa proporção sobe para 23,1% entre os jovens pobres e para 25,9% entre os extremamente pobres. O Nordeste abriga quase metade dos jovens pobres (47,8%) e mais da metade dos extremamente pobres (52,5%), seguido pelo Norte, que também apresenta participação acima de seu peso populacional.

Além das características socioeconômicas, a literatura destaca a importância dos arranjos domiciliares para compreender as transições juvenis. Camarano *et al.* (2009) analisaram a saída dos jovens da casa dos pais ou responsáveis a partir das informações da PNAD Contínua sobre a condição no domicílio (chefe, cônjuge, filho ou outro parente). Considera-se que jovens identificados como chefes do domicílio ou cônjuges fizeram a transição de saída da casa dos pais e constituíram um novo arranjo domiciliar. As autoras apontaram um padrão diferenciado por gênero para os anos de 1982 e 2007: proporcionalmente mais jovens mulheres já haviam deixado a casa dos pais, majoritariamente na condição de cônjuge. Além disso, observou-se crescimento da proporção de mulheres chefes de família ao longo do período.

Neste capítulo, essa análise foi reproduzida para os anos de 2012 e 2024, restringindo a amostra a jovens de 18 a 29 anos. A escolha da faixa etária se justifica uma vez que, entre os mais novos, de 15 a 17 anos, na média do período, 95,6% encontravam-se na posição de filho ou outro parente. Mesmo entre aqueles em situação de extrema pobreza, essa proporção permaneceu elevada, alcançando 94,2% no período analisado.

Segundo os dados da tabela 1, em 2012, 49,2% das jovens mulheres estavam na posição de filhas ou outras parentes, proporção que caiu para 45,1% em 2024. Entre os homens, esses valores são substancialmente mais altos: 63,9% em 2012 e 59,3% em 2024. A tendência que mais chama atenção é o aumento da proporção de jovens mulheres na posição de chefe do domicílio, que mais que dobra no período (de 12,5% para 29,6%), sendo que, destas, 12,6% são chefes sem cônjuge. A contrapartida é uma redução expressiva no percentual de mulheres cônjuges (33,9% para 21,8%).

Tabela 1 – Distribuição dos jovens entre 18 e 29 anos, segundo sexo e posição no domicílio, 2012 e 2024 (em %)

Posição na família	Mulheres		Homens		Total	
	2012	2024	2012	2024	2012	2024
Residem com os pais/outros parentes	49,2	45,1	63,9	59,3	56,5	52,3
Outros arranjos	4,4	3,5	3,7	2,9	4,1	3,2
Saíram da casa dos pais	46,4	51,4	32,4	37,8	39,4	44,5
Cônjuge jovem	33,9	21,8	5,7	12,5	19,8	17,1
Chefe jovem	12,5	29,6	26,7	25,3	19,6	27,5
Chefe jovem com cônjuge	6,9	17	21,7	14,8	14,3	15,9
Chefe jovem sem cônjuge	5,6	12,6	5,1	10,5	5,3	11,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Entre os jovens em situação de pobreza (Tabela 2) e extrema pobreza (Tabela 3), observa-se um padrão ainda mais acentuado de saída da casa dos pais entre as mulheres. Em 2024, 57,2% das jovens pobres e 62,4% daquelas em

extrema pobreza já haviam deixado o domicílio de origem (na condição de chefes ou cônjuges), proporções superiores às observadas entre os homens nos mesmos estratos socioeconômicos.

Os dados também revelam uma transformação importante no perfil da saída feminina. Em 2012, a proporção de mulheres pobres como chefes de família era de 14,8% e a proporção de cônjuges, 40,1%. Em 2024, esse padrão se inverte: a chefia jovem tornou-se a forma predominante, alcançando 37,5% entre as mulheres pobres e 43,0% entre aquelas em extrema pobreza. Além disso, grande parte dessas jovens chefes não estava vivendo em união conjugal: em 2024, 28,9% das mulheres extremamente pobres eram chefes sem cônjuge, proporção bastante superior ao que se observava em 2012 (12,5%). Assim, a saída via casamento ou união perde peso relativo, sendo substituída por arranjos nos quais a jovem mulher assume sozinha o domicílio e a responsabilidade familiar.

Os dados evidenciam o predomínio das mulheres jovens pobres e extremamente pobres na condição de chefes de família sem cônjuge, tendência acentuada entre 2012 e 2024.

Tabela 2 – Distribuição dos jovens entre 18 e 29 anos em situação de pobreza, segundo sexo e posição no domicílio, 2012 e 2024 (em %)

Posição na família	Mulheres		Homens		Total	
	2012	2024	2012	2024	2012	2024
Residem com os pais/outros parentes	41,6	39,8	57,4	58,8	48,9	48,3
Outros arranjos	3,5	3	3	2,4	3,3	2,7
Saíram da casa dos pais	54,9	57,2	39,7	38,9	47,9	49
Cônjuge jovem	40,1	19,7	7,7	16,4	25,2	18,2
Chefe jovem	14,8	37,5	32	22,5	22,7	30,8
Chefe jovem com cônjuge	7,8	19	29,7	16,6	17,9	17,9
Chefe jovem sem cônjuge	7	18,5	2,3	5,9	4,8	12,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 3 – Distribuição dos jovens entre 18 e 29 anos em situação de extrema pobreza, segundo sexo e posição no domicílio, 2012 e 2024 (em %)

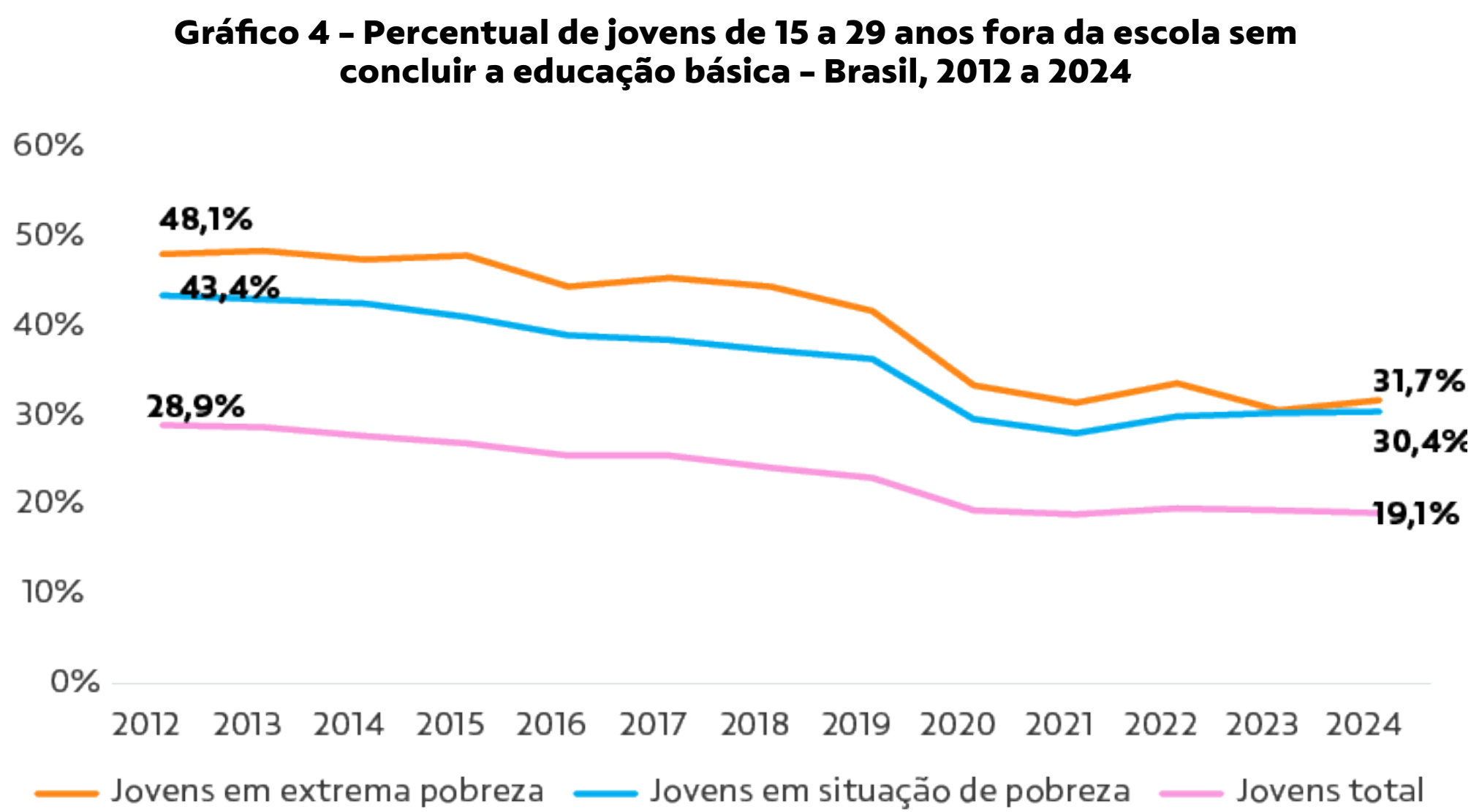
Posição na família	Mulheres		Homens		Total	
	2012	2024	2012	2024	2012	2024
Residem com os pais/outros parentes	35,8	35,2	53,9	57,5	43,8	45,9
Outros arranjos	2,6	2,4	2,2	2,4	2,4	2,4
Saíram da casa dos pais	61,6	62,4	43,9	40,1	53,8	51,7
Cônjuge jovem	40,9	19,4	7,3	10,4	26,1	15,1
Chefe jovem	20,7	43	36,6	29,7	27,7	36,7
Chefe jovem com cônjuge	8,2	14,2	31,4	14,1	18,4	14,1
Chefe jovem sem cônjuge	12,5	28,9	5,2	15,6	9,3	22,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Uma possível explicação para o aumento do percentual de mulheres chefes de família, principalmente entre as jovens em situação de extrema pobreza, é a titularidade preferencial feminina em programas de transferência de renda, como Bolsa Família, o que tende a reforçar o papel das mulheres na chefia dos domicílios mais vulneráveis. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2024), das 20,9 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, 17,4 milhões (83,4%) são chefiadas por mulheres. Conforme Bartholo *et al.* (2019), a lógica que orienta esses programas baseia-se em evidências empíricas sobre os padrões de gasto domiciliar, segundo as quais a transferência monetária direta às mulheres tende a favorecer a utilização dos recursos em prol de toda a família. As autoras argumentam que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar.

2.2 ESCOLARIDADE

Passando à dimensão educacional, observa-se uma melhora significativa no nível de escolaridade dos jovens entre 2012 e 2024, medida pela redução da proporção de jovens fora da escola sem concluir a educação básica. No conjunto da juventude, esse indicador recuou de 28,9% em 2012 para 19,1% em 2024, uma queda de 9,8 p.p.. Entre os jovens em situação de pobreza e extrema pobreza, a queda foi de 13,0 e 16,4 p.p, respectivamente, alcançando 30,4% e 31,7% em 2024. Apesar da redução, esses percentuais ficam acima da média geral dos jovens mesmo em 2012, valor máximo da série histórica.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Os padrões de escolarização em 2024 evidenciam fortes desigualdades por faixa etária e condição socioeconômica. Entre adolescentes de 15 a 17 anos, a frequência escolar é elevada em todos os grupos, mas com diferenças notáveis. Observa-se uma proporção maior de jovens extremamente pobres (28,2%) e pobres (24,3%) que frequentam o ensino fundamental, em comparação aos 18,3% observados no total, o que indica maior atraso escolar entre os jovens vulneráveis. Enquanto 73,3% dos jovens estavam matriculados no ensino médio, esse percentual cai para 66,1% entre os jovens em situação

de pobreza e para 61,4% entre aqueles em extrema pobreza. A proporção de jovens fora da escola sem ter concluído o ensino médio, embora relativamente baixa, também revela desigualdades: 5,3% no total, frente a 7,3% entre os jovens pobres e 8,5% entre os extremamente pobres.

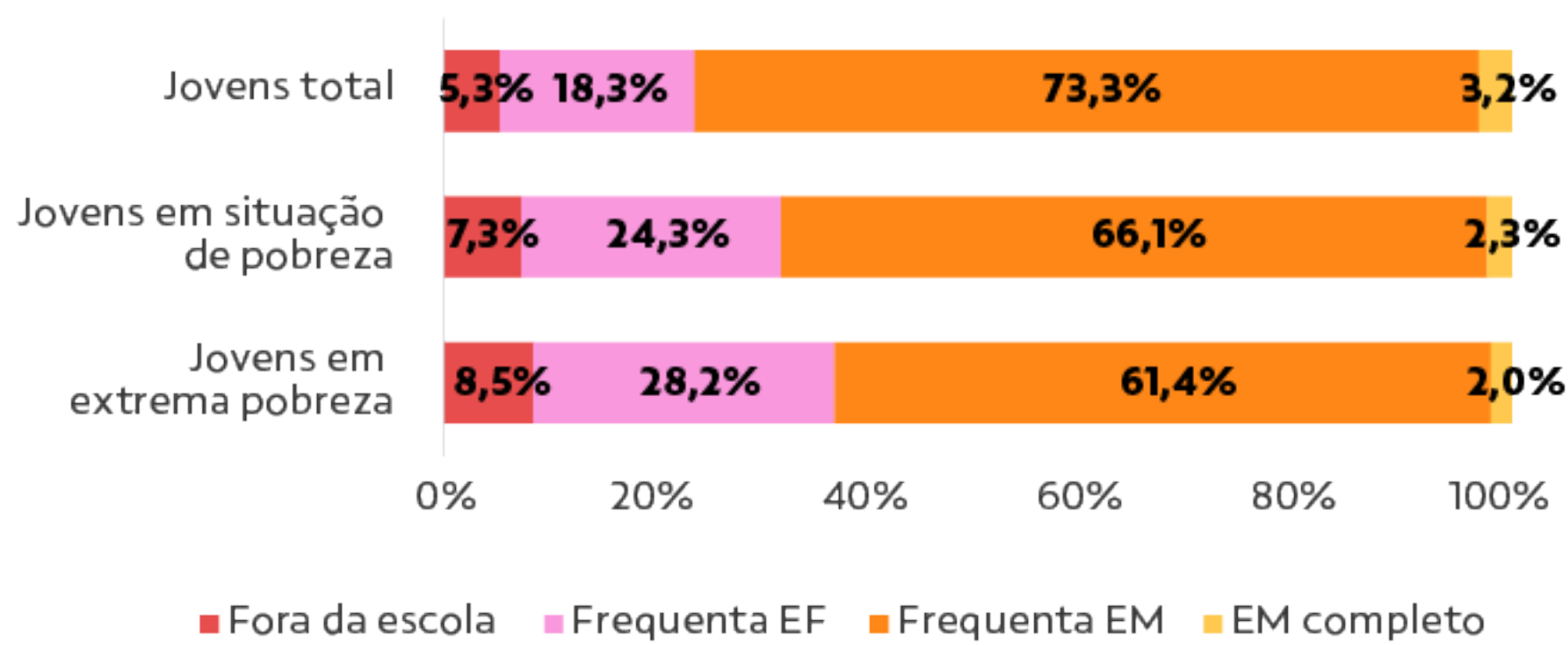
As disparidades tornam-se mais pronunciadas entre jovens de 18 a 24 anos. Nesse grupo, cerca de um terço dos jovens pobres e extremamente pobres estavam fora da escola, proporção significativamente superior aos 20,7% observados no total. A contrapartida é um percentual menor de jovens pobres (53,3%) e extremamente pobres (52%) com ensino médio completo, frente a 71,2% na média dos jovens brasileiros nessa faixa etária.

Entre os jovens pobres e extremamente pobres, os indicadores de distorção idade-série e percentual de jovens fora da escola, sem concluir a educação básica, tendem a ser maiores na comparação do que entre as juventudes em geral.

Entre os jovens de 25 a 29 anos, a desigualdade se aprofunda. No total, cerca de 75% tinham completado ao menos o ensino médio, mas entre os jovens pobres esse percentual cai para 52,2%, e para 48% entre os jovens em extrema pobreza. Além disso, metade dos jovens em extrema pobreza (50,1%) havia deixado a escola sem concluir a educação básica, contra 24,3% no total. Esses resultados são coerentes com maiores barreiras impostas às classes de menor renda para a conclusão da etapa de nível médio.



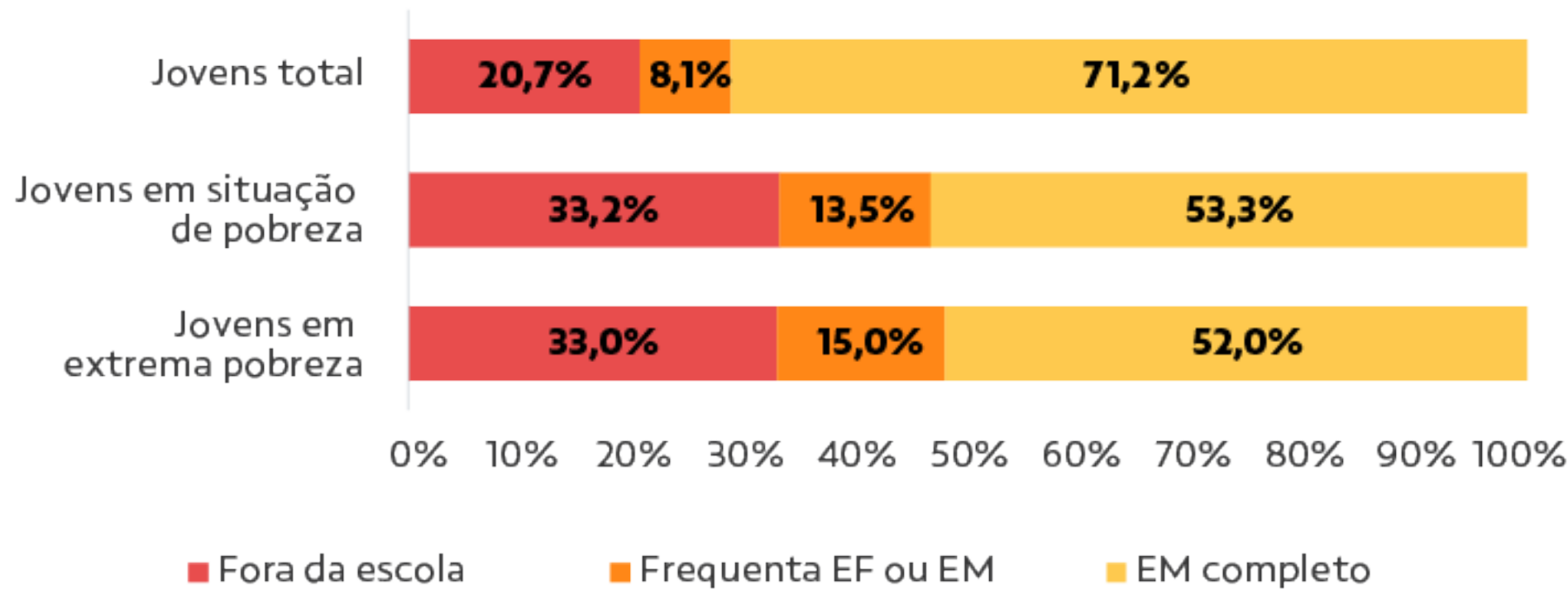
Gráfico 5 – Distribuição percentual de jovens de 15 a 17 anos por situação de escolarização e faixa etária, total e em situação de pobreza – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

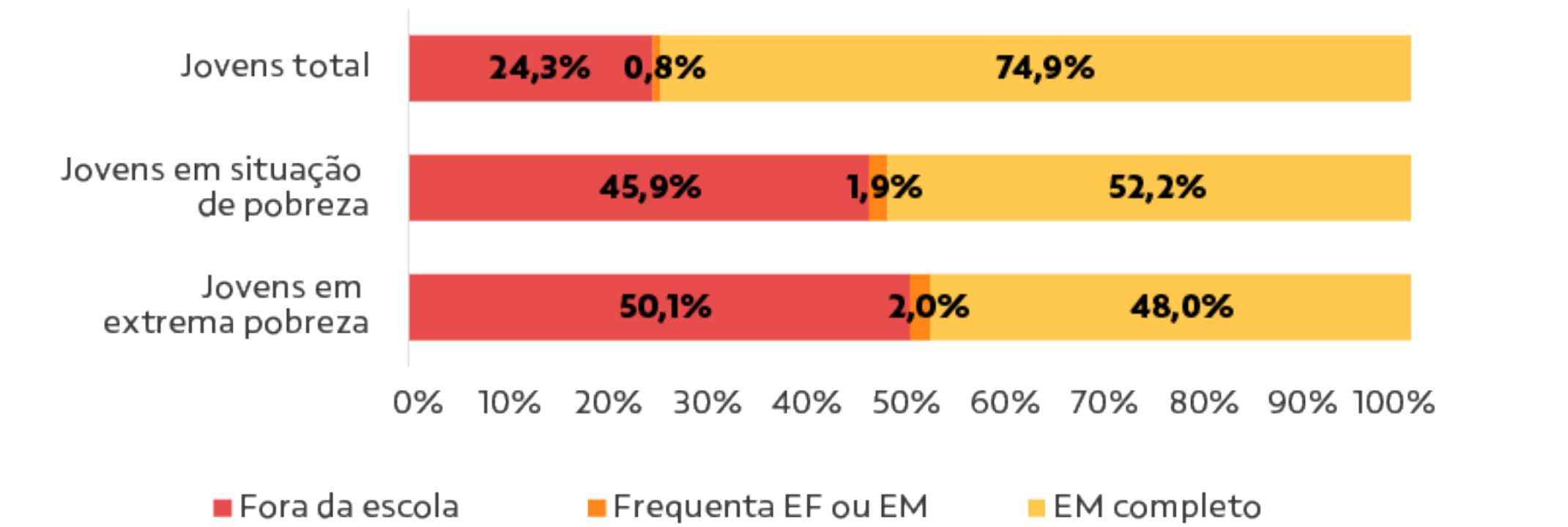


Gráfico 6 – Distribuição percentual de jovens de 18 a 24 anos por situação de escolarização e faixa etária, total e em situação de pobreza – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Gráfico 7 – Distribuição percentual de jovens de 25 a 29 anos por situação de escolarização e faixa etária, total e em situação de pobreza – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.



Em resposta ao quadro de evasão no ensino médio, o governo federal criou em 2024 o Pé-de-Meia, um programa de incentivo financeiro destinado a estudantes de baixa renda matriculados no ensino médio da rede pública. Voltado a jovens de 14 a 24 anos pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único, o programa vincula transferências monetárias à matrícula, frequência mínima às aulas, aprovação ao final do ano letivo e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no último ano. Parte dos recursos é paga ao longo do ano, enquanto outra parcela é reservada e liberada apenas após a conclusão do ensino médio. Ao reduzir o custo de oportunidade de permanecer na escola, especialmente para jovens que enfrentam pressões para ingressar precocemente no mercado de trabalho, a iniciativa busca conter a evasão e incentivar a conclusão da educação básica.

Se, por um lado, a permanência e a conclusão do ensino médio constituem condições importantes para ampliar oportunidades futuras, por outro, a vulnerabilidade juvenil no Brasil não pode ser compreendida apenas a partir

de déficits educacionais. Nesse sentido, a análise da inserção no mercado de trabalho torna-se fundamental para entender os mecanismos que sustentam a pobreza juvenil e os limites das trajetórias de mobilidade social.

2.3 TRABALHO E RENDA

Os jovens são um grupo demográfico que enfrenta maiores barreiras à entrada no mercado de trabalho, principalmente devido à falta de experiência laboral. Corseuil *et al.* (2020) destacam que além do fato de a taxa de desemprego dos jovens brasileiros ser significativamente mais alta do que a de adultos, há uma alta concentração de jovens no setor informal.

O trabalho informal caracteriza-se pela exclusão de direitos trabalhistas, como férias remuneradas, 13º salário, FGTS⁵, horas extras e benefícios decorrentes de acordos coletivos, o que intensifica a precarização das relações de trabalho. Além disso, a ausência de contribuição regular ao sistema previdenciário limita o acesso a benefícios como seguro em caso de acidente, licença-maternidade e aposentadoria, ampliando significativamente a vulnerabilidade e a insegurança social dos trabalhadores informais.

A elevada incidência de emprego informal entre os jovens constitui um desafio relevante, pois implica a

ausência de proteção social adequada, com possíveis impactos negativos na trajetória profissional dos jovens. Além disso, há evidências na literatura (Cruces; Ham; Viollaz, 2012) de que uma entrada no mercado de trabalho marcada por empregos precários ou por longos episódios de desemprego compromete a trajetória profissional futura dos jovens.

A Tabela 4 resume os principais indicadores de mercado de trabalho. No conjunto da juventude, a taxa de ocupação, que mede o percentual de jovens que de fato possuem uma ocupação (formal ou informal), permaneceu praticamente estável entre 2012 e 2024 (de 56,7% para 57%). Entre os jovens pobres, porém, houve uma queda expressiva (de 38% para 28,7%), e entre os extremamente pobres a redução foi ainda mais acentuada (de 24,9% para 9,5%). No mesmo período, a taxa de desemprego aumentou de forma significativa entre os mais vulneráveis, alcançando 31,9% entre os jovens pobres e 68,9% entre os extremamente pobres em 2024.

⁵ FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Tabela 4 – Indicadores de mercado de trabalho, jovens total e em condição de pobreza – Brasil, 2012 e 2024

Indicadores	Total		Pobreza		Extrema pobreza	
	2012	2024	2012	2024	2012	2024
Taxa de ocupação	56,7	57	38	28,7	24,9	9,5
Taxa de desemprego	12,8	11,8	23,8	31,9	37,3	68,9
Taxa de informalidade	38,6	40,3	65,6	70,2	95,7	91,7
Jornada do trabalho ¹	40,2	39,5	37,4	34,3	30,2	28,2
Rendimento médio do trabalho ²	2014,4	2197,5	990,3	960,7	390,6	341

Nota: Taxas em percentual / ¹ em horas por semana / ² em R\$ de 2024.

*Taxa de informalidade: são considerados informais os trabalhadores sem carteira, autônomos (trabalhadores por conta própria e empregadores) que não contribuem na previdência, e trabalhador familiar auxiliar.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Essas tendências podem refletir, em parte, os efeitos do ciclo econômico, mas são também compatíveis com uma mudança na composição dos grupos de jovens em situação de pobreza e extrema pobreza ao longo do período analisado. Entre 2012 e 2024, a proporção de jovens em extrema pobreza recuou de 6,5% para 3,8%, enquanto a proporção de jovens pobres diminuiu de 35,3% para 25,6%. Esse movimento sugere que uma parcela dos jovens deixou essas condições ao longo do período, de modo que aqueles que permaneceram tendem a concentrar níveis mais elevados de vulnerabilidade socioeconômica, enfrentando maiores barreiras à inserção no mundo de trabalho. Essa interpretação vai ao encontro dos resultados do estudo do IMDS (2025), que, ao acompanhar uma coorte de jovens beneficiários do Programa Bolsa Família, identificou que a permanência no programa ao longo do tempo está associada a condições iniciais mais desfavoráveis e a maior grau de vulnerabilidade.

As taxas de desemprego e de informalidade são maiores entre os jovens pobres e extremamente pobres, o que sugere uma concentração da vulnerabilidade socioeconômica e maiores barreiras para inserção no mundo do trabalho.

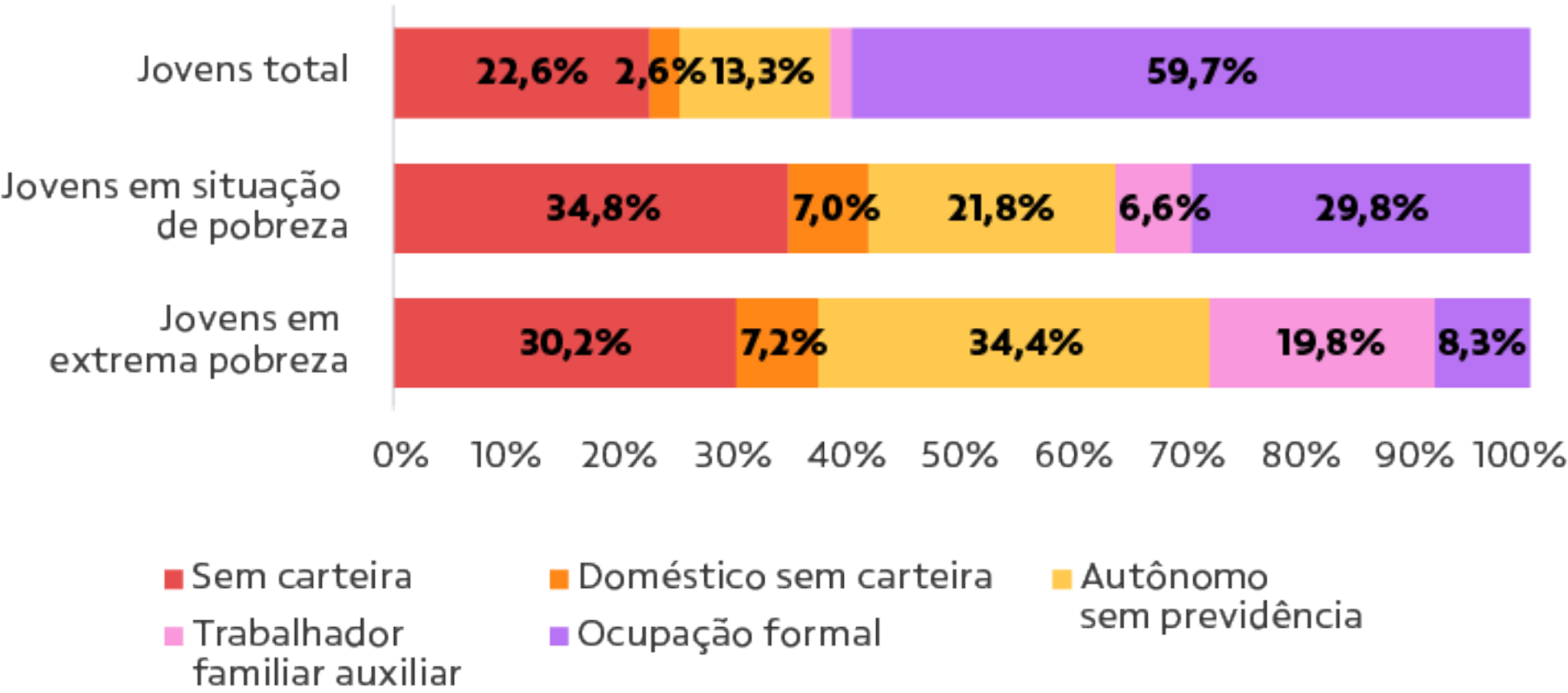
Segundo os dados da PNAD Contínua, a taxa de informalidade entre os jovens chegou a 40,3% em 2024, ligeiramente acima do nível observado em 2012. No mesmo período, o rendimento médio do trabalho, após uma trajetória de queda entre 2014 e 2021, voltou a crescer a partir de 2022. Em 2024, atingiu R\$ 2.197, valor cerca de 10% superior ao de 2012. Entre os jovens em situação de pobreza, o rendimento médio era de R\$ 960, aproximadamente 44% do rendimento da juventude como um todo. No caso dos jovens em extrema pobreza, o rendimento médio era de apenas R\$ 341, um valor muito reduzido, em parte, porque grande parcela desses jovens atuava como trabalhador familiar auxiliar, condição em que não há remuneração monetária. A informalidade atingia 70,2% dos jovens pobres e chegava a 91,7% entre aqueles em extrema pobreza.

O Gráfico 8 mostra a distribuição dos jovens em ocupações formais e informais⁶. Entre os extremamente pobres, em 2024, chama atenção o fato de que quase 20% eram trabalhadores familiares auxiliares, isto é, trabalhadores não remunerados que ajudam um membro do domicílio, e 7,2% eram trabalhadores domésticos sem carteira. Esses tipos de ocupação, extremamente precários, são pouco frequentes entre os jovens no geral, representando apenas 1,9% e 2,6%, respectivamente. O percentual de autônomos que não contribuem para a previdência também foi substancialmente maior entre os extremamente pobres (34,4%) e pobres (21,8%), em comparação ao total de jovens (13,3%).



6 As categorias apresentadas somam 100% dos ocupados. Como o foco da análise recai sobre a ocupação informal, optou-se por desagregar suas principais modalidades (empregado sem carteira, doméstico sem carteira, autônomo sem contribuição à previdência e trabalhador familiar auxiliar). As ocupações formais (empregado com carteira assinada, servidor público/militar e autônomo com contribuição à previdência) foram agregadas em uma única categoria.

Gráfico 8 – Distribuição dos jovens em ocupação informal, total e em condição de pobreza – Brasil, 2024



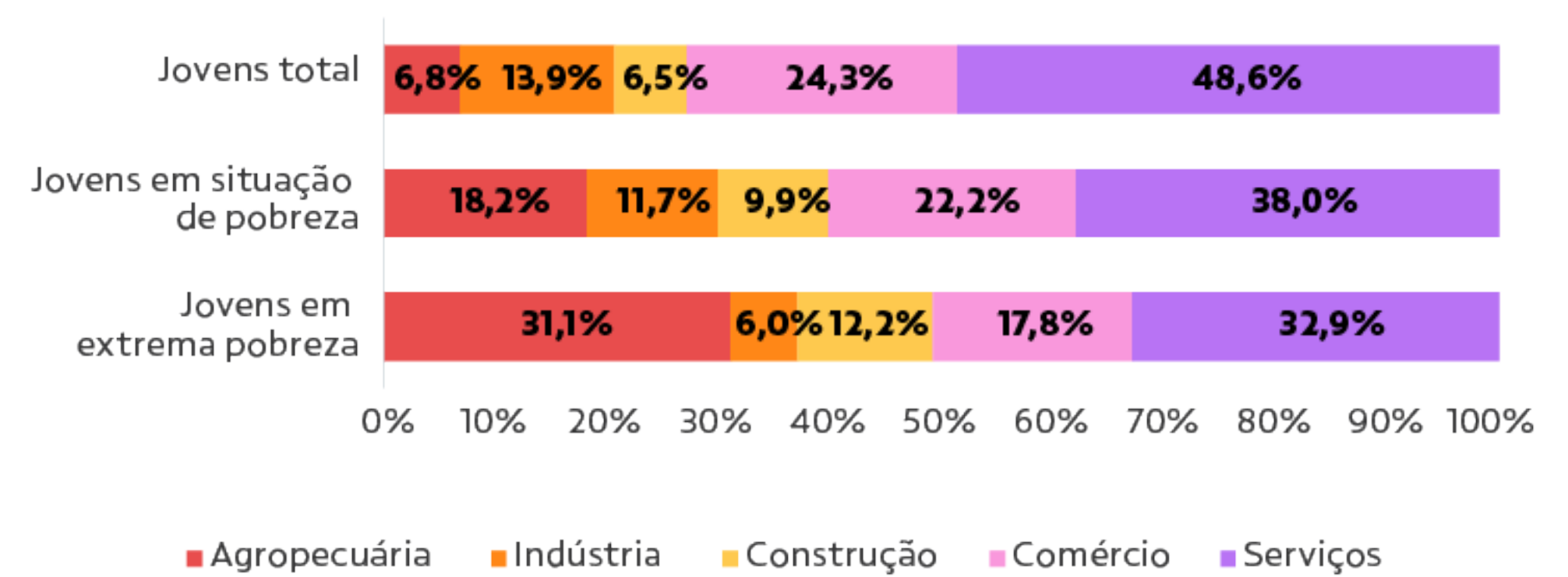
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

A distribuição setorial reforça o caráter precarizado da inserção produtiva dos jovens em pobreza e extrema pobreza. Entre os extremamente pobres, houve uma forte concentração na agropecuária (31,1%) e nos serviços (32,9%), além de uma presença expressiva na construção civil, que absorve 12,2% desses jovens, quase o dobro da participação observada no conjunto da juventude (6,5%).

Entre os jovens pobres, embora a agropecuária também tenha um peso relevante (18,2%), nesse grupo cresceu a participação do comércio (22,2%) e dos serviços (38,0%). Já na população de jovens em geral, o setor de serviços dominou a ocupação (48,6%), enquanto a agropecuária (6,8%) e a construção civil (6,5%) tiveram presença mais limitada, e a indústria assumiu um papel mais relevante (13,9%).

Em resumo, os dados mostram que a inserção laboral dos jovens pobres é marcada por baixa ocupação, alto desemprego, informalidade generalizada e forte concentração em setores e posições de ocupação precárias. Esse padrão não só limita a autonomia econômica dos jovens no presente, mas também restringe a possibilidade de mobilidade social futura, contribuindo para a reprodução das vulnerabilidades ao longo do ciclo de vida.

Gráfico 9 – Distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade, total e em condição de pobreza – Brasil, 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.



Finalizando minha graduação e vivendo os “últimos momentos da juventude”, consigo olhar para trás e fazer um balanço de toda a minha trajetória até aqui.

Fico feliz por perceber que os estudos me levaram a lugares e oportunidades antes inimagináveis. Por meio da Psicologia, consegui contribuir para a saúde mental de juventudes, pensar e construir estratégias de cuidado para regiões historicamente violentadas, como favelas e periferias, e fortalecer grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAPN+ e a comunidade negra.

Entretanto, a possibilidade de ser um agente transformador, ter a voz valorizada e poder contribuir de alguma forma com o desenvolvimento social nem sempre existiu. Fui um jovem, assim como tantos outros, com poucas referências de sucesso e mobilidade social em minha favela de origem, principalmente no que se refere a homens negros. A maior perspectiva era conseguir concluir o ensino médio e garantir uma atividade remunerada o suficiente para viver com dignidade. Não havia planos de ascensão.

Entre os 15 e 16 anos, fui selecionado para o programa de Jovem Aprendiz. Essa oportunidade foi a responsável por ampliar meus horizontes e reconhecer em mim a possibilidade de avançar para além do imaginado: pude conviver e observar a atuação de profissionais de diversas especialidades, o que me tornou curioso e aumentou minha ambição.

Conviver com a desigualdade social naquele momento foi meu primeiro grande motivador. Passava o dia com engenheiros, advogados, psicólogos e outros profissionais em uma grande empresa, percebia seus estilos de vida, a qualidade e o conforto com que viviam. O meu cenário e o das pessoas ao meu redor eram completamente diferentes.

Como eu poderia diminuir essa distância que se apresentava a mim? Foi a partir daí que percebi a importância da educação e da profissionalização, e isso virou meu maior foco, até ser aprovado no vestibular em 2016.

Jovem de 29 anos, negro, residente no Rio de Janeiro (RJ).



3. IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Os resultados deste estudo indicam que a pobreza juvenil no Brasil está fortemente associada à exclusão do mercado de trabalho. Em 2024, enquanto 57% dos jovens no total estavam ocupados, essa proporção era de apenas 28,7% entre os jovens pobres e de 9,5% entre os extremamente pobres. A pobreza juvenil contemporânea, portanto, não decorre apenas de baixos salários, mas da ausência de inserção produtiva.

Nesse contexto, programas de transferência de renda são essenciais, mas não suficientes para a superação duradoura da pobreza. Conforme argumentam Barros e Machado (2022), iniciativas como o Programa Bolsa Família desempenham um duplo papel: aliviam a privação imediata e, ao garantir maior estabilidade de renda, criam condições para que os membros da família em idade ativa possam aproveitar oportunidades de trabalho. No entan-

to, é a inserção produtiva por meio do exercício do direito ao trabalho que sustenta uma estratégia efetiva de enfrentamento da pobreza, na medida em que a ampliação da renda gerada autonomamente pela família permite elevar, de forma consistente, seu padrão de vida.

Os achados empíricos deste estudo convergem com essa proposta: a exclusão persistente do mercado de trabalho entre os mais vulneráveis sugere que políticas de juventude não podem se limitar a uma dimensão única. Elas devem articular simultaneamente a garantia de renda mínima, estímulo à permanência e conclusão da escolaridade básica e políticas de inclusão produtiva que ampliem o acesso ao trabalho formal e a qualificações que aumentem a empregabilidade. A elevada proporção de jovens pobres e extremamente pobres que não concluíram o ensino médio indica que déficits educacionais são um dos mecanismos da exclusão produtiva, o que justifica a integração de programas como o Pé-de-Meia com o restante da rede de proteção social. Esses incentivos educacionais funcionam como mecanismos para reduzir o custo de oportunidade da permanência escolar e podem ser potencializados quando articulados com serviços de apoio e recuperação de aprendizado.

Frentes para as políticas públicas

- ✧ Articulação de garantia de renda, estímulo à permanência na escola, acesso ao trabalho formal e empregabilidade.
- ✧ Intermediação pública de mão de obra.
- ✧ Estratégias territorializadas e integradas de qualificação e diagnóstico das dinâmicas produtivas.
- ✧ Atendimento personalizado e integrado às famílias em situação de vulnerabilidade.
- ✧ Inclusão da dimensão do cuidado nas políticas de inclusão.

No eixo produtivo, instrumentos como a Lei da Aprendizagem⁷ podem facilitar a transição entre escola e trabalho formal ao combinar formação teórica e contrato protegido, gerando oportunidades de emprego com direitos. Além disso, políticas de intermediação pública de mão de obra, como aquelas promovidas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), podem reduzir fricções de informação e ampliar o acesso de jovens vulneráveis ao mercado de trabalho formal. Evidências recentes para a América Latina, sistematizadas por Nunn (2024), indicam que os resultados das políticas ativas de mercado de trabalho dependem fundamentalmente de seu desenho, da adequada seleção dos participantes e de sua compatibilidade com o contexto socioeconômico local. Isso reforça a necessidade de estratégias territorializadas e integradas, que articulem intermediação, qualificação profissional e diagnóstico das dinâmicas produtivas locais, especialmente em regiões com elevada concentração de jovens em situação de pobreza.

Barros e Machado (2022) também destacam a importância do atendimento personalizado e integrado às famílias em situação de vulnerabilidade, realizado por meio dos Centros de Referência de Assistência Social

(CRAS), no qual agentes públicos e famílias constroem conjuntamente um plano de desenvolvimento familiar que coordene os esforços dos seus membros com a oferta de serviços públicos disponíveis, com monitoramento contínuo e avaliação de resultados. Essa abordagem é particularmente relevante para jovens extremamente pobres residentes em áreas rurais e periferias urbanas, onde a presença do Estado é mais limitada e as barreiras de acesso à educação e emprego são mais acentuadas.

Adicionalmente, os resultados sobre arranjos domiciliares, em especial o crescimento da proporção de jovens mulheres chefes de domicílio sem cônjuge, indicam que políticas de inclusão produtiva devem incorporar a dimensão do cuidado, por meio da expansão de creches e de serviços de apoio à parentalidade, a fim de reduzir restrições à permanência escolar e à inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, a superação da pobreza juvenil exige uma estratégia integrada que combine transferência de renda, incentivo à conclusão da escolaridade obrigatória, acesso a oportunidades produtivas e acompanhamento territorializado pelos CRAS. A efetividade dessa agenda depende da articulação entre essas dimensões

⁷ A Lei da Aprendizagem, Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, dispõe que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes; e o contrato de trabalho pode durar até dois anos.

e da capacidade de adaptação das políticas às especificidades dos territórios e dos grupos mais vulneráveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou a evolução de indicadores demográficos, educacionais e de mercado de trabalho dos jovens brasileiros entre 2012 e 2024, com foco naqueles em situação de pobreza e extrema pobreza. Os resultados apontam para avanços relevantes na escolaridade ao longo do período, bem como para a redução da proporção de jovens abaixo da linha de pobreza. No entanto, os jovens que permaneceram nessas condições apresentaram níveis elevados de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente quando se observam os indicadores de inserção no mercado de trabalho.

No que se refere aos aspectos demográficos, os resultados evidenciam uma forte associação entre pobreza, raça e gênero. Entre a população jovem abaixo da linha de pobreza, 74,1% eram pessoas negras, sendo 40% mulheres negras. No que se refere aos arranjos familiares, observa-se um padrão diferenciado por gênero: as mulheres tendiam a realizar a saída da casa dos pais ou responsáveis em idades mais precoces do que os homens. Ademais, registrou-se um aumento da proporção de jovens mulheres na condição de chefes de família e uma redução da participação feminina na posição de cônjuges. Entre as jovens em situação de extrema pobreza de 18 a 29 anos, 43% eram chefes de família. Esse padrão é compatível com a titularidade preferencial feminina em programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Na dimensão educacional, observa-se uma melhora no nível de escolaridade dos jovens ao longo do período, medida pela redução da proporção de jovens fora da escola sem concluir a educação básica. Esse avanço foi observado em todos os grupos, mas ainda assim os jovens pobres e extremamente pobres mantiveram níveis substancialmente mais elevados de não conclusão da educação básica.

A análise do mercado de trabalho evidencia que a inserção laboral dos jovens pobres e extremamente pobres permaneceu marcada por baixa ocupação, elevado desemprego e alta informalidade. A forte concentração em ocupações precárias e de baixa remuneração sugere que o mercado de trabalho continua sendo um importante canal de reprodução das desigualdades, limi-

tando as possibilidades de autonomia econômica e mobilidade social desses jovens, mesmo em um contexto de avanços educacionais.

Em síntese, embora o período analisado tenha sido marcado por melhora nos indicadores educacionais e redução da pobreza monetária, a inserção produtiva dos jovens mais vulneráveis não acompanhou esses avanços. A elevação do desemprego e a persistência de níveis elevados de informalidade entre os jovens em situação de pobreza e extrema pobreza indicam que a integração ao mercado de trabalho permanece como um dos principais desafios. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas articuladas, capazes de combinar proteção de renda, progressão escolar e estratégias específicas de inclusão produtiva voltadas aos jovens em maior vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 55, e195525, 2019.

BARROS, R. P.; MACHADO, L. M. **Diretrizes para o desenho de uma política para a superação da pobreza**. São Paulo: Insper, 2022. 88 p. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/86d5e21f-ff80-4938-81dc-ace5a86e4ae1/content>.

BRASIL. Lei nº **10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília: Presidência da República, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Mulheres são protagonistas do Bolsa Família, com 83,4% dos benefícios em seus nomes**. Brasília, DF: MDS, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://>

www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nomes. Acesso em: 13 dez. 2025.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 71–89.

CHITOLINA, L.; FOGUEL, M. N.; MENEZES-FILHO, N. A. The impact of the expansion of the Bolsa Familia Program on the time allocation of youths and their parents. **Revista Brasileira de Economia**, v. 70, n. 2, p. 183–202, 2016.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n.3, p. 501–520, set. 2020.

CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLLAZ, M. **Scarring effects of youth unemployment and informality: evidence from Argentina and Brazil**. Londres: Centre for Distributive, Labor and Social Studies (CEDLAS), 2012.

FIRPO, S.; PORTELLA, A. Informal and small: how labor market institutions affect inequality, income

volatility and labor productivity in Brazil. **UNDP RBLAC Working Paper Series**, n. 22, mar. 2021. Disponível em: https://files.acquia.undp.org/public/migration/latinamerica/undp-rblac-PNUD_bckPapers22-OK.pdf.

GUIMARÃES, N. A.; COMIN, A. A.; CORSEUIL, C. H.; MARSCHNER, M.; FRANCA, M. P. Changing policies, durable inequalities: youth flows and transitions in the Brazilian labour market. In: CHESTERS, J. (org). **Research Handbook on Transitions into Adulthood**. Melbourne: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 204–223.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012–2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 54). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2025.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IMDS. **Determinantes da saída do Cadastro Único**: evidências longitudinais a partir dos beneficiários do Bolsa Família em 2012. Rio de Janeiro: IMDS, 2025. Disponível em: <https://imds-brasil.org/wp-content/uploads/2025/10/Imds-R-001-2025-DeterminantesSaidaCadastroUnico.pdf>.

NUNN, A. **How effective are Active Labour Market Policies and public employment services?** Lessons for Latin America and the Caribbean. Washington: Inter-American Development Bank, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0013185>.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade nas transições para a vida adulta no Brasil (1996 e 2008). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 433–473, out. 2014.

REIS, M. C. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125–43, jan./

mar. 2015. DOI 10.5935/0034-7140.20150006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/16257/45033>.



PARTE 2

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

A questão do território é um dos fatores mais determinantes para as trajetórias educacionais das juventudes brasileiras, especialmente para aquelas vinculadas a comunidades tradicionais e ao meio rural.

Os artigos sobre juventudes quilombola, indígena e rural indicam que o território não é apenas um espaço geográfico, mas um lugar de construção de identidades. Contudo, muitas

vezes, é marcado por uma lógica de exclusão e expulsão forçada.

As políticas públicas voltada a essas juventudes precisam assegurar o direito à permanência, promovendo uma educação que valorize saberes tradicionais e que permita ao jovem aplicar o conhecimento técnico e acadêmico para o bem-viver de sua própria comunidade, invertendo o ciclo histórico de marginalização.



JUVENTUDES INDÍGENAS NO BRASIL HOJE: TRAJETÓRIAS, PERSPECTIVAS E BEM-VIVER

Rita Potyguara¹

Melissa Oliveira²

Gostaria que as pessoas entendessem que ser jovem indígena hoje não é viver no passado.

É transitar entre mundos: o da tradição e o da cidade, o da oralidade e o da escrita, o do território e o da internet. Somos contemporâneos, críticos e politicamente conscientes.

Jovem, 28 anos, indígena do povo Munduruku

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama da situação das juventudes indígenas no Brasil, abordando trajetórias de formação escolar, participação política e inserção no mundo do trabalho. A partir da análise de dados quantitativos e qualitativos, pretende-se contribuir com a construção de políticas públicas para

as juventudes indígenas que estejam alinhadas ao seu perfil contemporâneo, suas percepções e aspirações, considerando ainda a interseccionalidade de gênero.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica para o estado da arte sobre a temática, o uso de dados

¹ Doutora em Educação. Indígena do Povo Potiguara do Ceará. Membro da Coordenação Executiva do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e Diretora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil, onde coordena o Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais.

² Doutora em Antropologia, é pesquisadora associada ao Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil.

estatísticos relacionados à faixa etária, gênero, residência, educação, trabalho e vulnerabilidades desta população e a análise de documentos técnicos e normativas que fazem referência direta ou indireta às juventudes indígenas. Também foram realizadas entrevistas com nove jovens mulheres indígenas de diferentes regiões do país, com foco nas suas trajetórias escolares, atuação profissional e projetos de vida.

O texto está estruturado em quatro partes, além da introdução. Na primeira é discutida a construção política da categoria juventudes indígenas, abordando o seu protagonismo na cena política, apresentado um breve perfil educacional dessas juventudes e apontando a ausência de dados detalhados sobre a sua inserção no mundo do trabalho. Na segunda parte é apresentado um panorama sobre a presença transversal da pauta das juventudes indígenas na Política Nacional da Juventude (PNJ) e nas ações do Ministério da Educação (MEC). Nos órgãos responsáveis pela política indigenista, são descritas ações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e destacado o processo de construção de uma política nacional para a juventude indígena pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), criado em 2023.

Na terceira parte, a partir de uma intersecção com a temática de gênero, são destacados pontos centrais de nove entrevistas realizadas com jovens indígenas mulheres de diferentes regiões do Brasil. Elas refletem sobre seus desafios, conquistas e sonhos na educação, no trabalho e na mobilização política. Por fim, são apresentadas recomendações para a formulação de políticas públicas que estejam atentas às complexidades que envolvem as características, as trajetórias e as aspirações das juventudes indígenas no Brasil, tendo em vista o reconhecimento e a valorização das diversidades dos povos indígenas no país.

1. JUVENTUDES INDÍGENAS: CONTEXTO EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, existem no Brasil 443 mil jovens indígenas, o que equivale a 1% das juventudes do país. Essa população jovem representa 26,1% do total da população indígena, que é de aproximadamente 1,7 milhão de pessoas, proporção maior do que a referente à juventude na população geral do

Brasil, que é de cerca de 22%. Destes, 50% são homens e 50% são mulheres; 22% estão na faixa etária de 15 a 17 anos, 48% de 18 a 24, e 29% de 25 a 29 anos. Os jovens indígenas estão predominantemente nas regiões Norte (47%) e Nordeste (28%), sendo que 40% residem em Terras Indígenas e 60% fora delas.



Perfil – Juventudes indígenas

No Brasil, existem 443 mil jovens indígenas, que representam:

1% das juventudes brasileiras
26,1% da população indígena

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2022.



A categoria “juventudes indígenas” é uma construção social e política recente. Além de se referir à pluralidade de formas pelas quais os diferentes povos indígenas compreendem e demarcam a transição da infância para a fase adulta, ela também está relacionada ao processo de construção do protagonismo juvenil indígena na cena pública. São as lideranças indígenas jovens que vêm ocupando cada vez mais os espaços de participação e de gestão da política pública, e mesmo em fóruns internacionais, a exemplo da agenda climática.

Contrasta com esta recente e maior visibilidade das juventudes indígenas o seu passado de negação ou de invisibilização por não corresponder ao modelo de juventude moderna (urbana, ocidentalizada) presente na maioria dos estudos sobre os jovens (Oliveira, 2022). Vale destacar também que, nas décadas de 1980 e 1990, as pessoas hoje chamadas de jovens indígenas eram associadas a outras categorias, tais como lideranças políticas, estudantes e professores, ou seja, a juventude indígena não era reconhecida como categoria autônoma.

Somente a partir dos anos 2000, surgiram as primeiras estruturas políticas organizadas por jovens indígenas, como a criação, em 2008, do Departamen-

to de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (Dejair), ligado à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI) em 2009; e a Rede Nacional de Juventude Indígena (REJUIND) também em 2009. Isto é, os jovens indígenas vêm ajudando a ressignificar o sentido de juventude e construindo o seu protagonismo a partir de suas referências culturais, identitárias e de organização social e política.

É nesse cenário que os jovens indígenas passam a se autoidentificar como sujeitos políticos e a disputar os sentidos da juventude a partir de suas próprias culturas e demandas, enfrentando as estruturas adultocêntricas e coloniais que historicamente limitaram sua participação em diferentes espaços.

Assim, no jogo de construção de identidades sociais, o movimento indígena, na atualidade, vem sendo marcado pela expressão do que pode ser chamado de protagonismo juvenil indígena. Esse protagonismo é percebido na forte presença pública das juventudes indígenas – oriundas dos diferentes biomas e territórios – em espaços de atuação de âmbito nacional, como é o caso do Acampamento Terra Livre (ATL), do Coletivo Mídia Indígena, da representação no Conselho Nacional de Juventude, vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República, dos cargos de gestores públicos assumidos no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), da participação nas Marchas das Mulheres Indígenas, dentre outros.

Multiplica-se também o número de coletivos indígenas específicos das juventudes em todas as regiões do país, a exemplo do Coletivo Nën Ga – Organização de Juventude Indígena Kaingang no Paraná; dos coletivos Munduruku, Daje Kapap Eypi, Da'uk e Coletivo Audiovisual Wakoborün, no Pará, que atuam na comunicação e defesa territorial; do coletivo Grupo Brô MC's (Guarani-Kaiowá), no Mato Grosso do Sul, que articula rap, política e defesas de direitos; da Juventude Indígena Conectada, que articula diversos povos do Ceará; e do Coletivo Tybyra, primeiro coletivo indígena voltado para a questão LGBTQIA+ no Brasil, que reúne indígenas de vários povos e regiões.

Muitos desses coletivos têm organizado assembleias e encontros das juventudes indígenas em âmbito local, estadual e regional, como é o caso dos Encontros de Jovens Indígenas do Oiapoque (Amapá e Pará), Encontros de Juventude Indígena na Amazônia Ocidental (Acre e Sul do Amazonas), Grande Assembleia da Juventude do Povo Terena (Mato Grosso do Sul e São Paulo) e Assembleia da Juventude Indígena de Roraima. Estes encontros geralmente resultam em cartas reivindicatórias e estratégias de ação. A presença de

jovens indígenas é marcante também em coletivos específicos como o dos Guardiões e Guerreiras da Floresta, no Maranhão, e da Rede de Agentes de Manejo Ambiental e Rede Wayuri de comunicadores indígenas, no Amazonas.

A constituição do protagonismo juvenil indígena também é resultado da implantação e da expansão das oportunidades educacionais promovidas pelas políticas de educação escolar indígena e de ações afirmativas no ensino superior (política de cotas e processos seletivos específicos).

Embora a taxa de analfabetismo atinja 6% na população das juventudes indígenas, sendo três vezes maior do que entre as juventudes não-indígenas, é importante frisar que essa diferença entre taxas indígenas e não indígenas é menor nas gerações mais jovens, sendo de 5,2 pontos percentuais até os 34 anos e de 22,6 pontos percentuais no grupo de 65 anos ou mais. Segundo Marta Antunes, coordenadora do Censo de Comunidades e Povos Tradicionais, isso demonstra maiores oportunidades educacionais das gerações mais jovens, devido à expansão da educação escolar nas últimas décadas. A taxa de analfabetismo entre povos indígenas, que era de 23,4% em 2010, caiu para 15% em 2022 (IBGE, 2022, 2024).

É inegável que a crescente oferta da educação básica nas escolas indígenas, dentre outras conquistas, tem:

- ✱ ampliado, apesar de ainda não atingir os índices desejados, o acesso aos diferentes níveis de ensino e suas modalidades, reduzindo de modo significativo as taxas de analfabetismo;
- ✱ contribuído para a permanência dos indígenas em seus territórios, diminuindo a saída de famílias ou de indivíduos indígenas para as cidades em busca dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- ✱ criado postos de trabalho na área da educação, por meio da formação e da profissionalização de professores e gestores indígenas;
- ✱ contribuído indiretamente para um aumento no acesso de jovens indígenas ao ensino superior.

A ampliação do número de escolas indígenas nos territórios levou à melhoria dos indicadores educacionais das juventudes indígenas, porém as desvantagens ainda são significativas em relação à juventude em geral.

Segundo um levantamento do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior de São Paulo (Semesp), entidade criada no final da década de 1970 com atuação estadual e atualmente congregando mantenedoras de estabelecimentos de ensino superior em todo o país, embora os alunos indígenas em instituições de ensino superior no Brasil representem apenas 0,5% dos estudantes, a quantidade de matrículas de alunos autodeclarados indígenas no ensino superior cresceu 374% entre 2011 e 2021 (Semesp, 2023). Um dado importante é que 55,5% dos alunos eram do sexo feminino. De acordo com dados do Censo de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o número de estudantes indígenas matriculados em instituições de ensino superior no Brasil era 70 mil e em 2009, apenas 11,4 mil. (Schmidt, 2025).

O acesso à educação superior, considerado como importante estratégia para o fortalecimento dos projetos

societários indígenas, suas autono-
mias e protagonismos (Nascimento, 2022), tem não só promovido a formação de um número crescente de indígenas advogados, linguistas, antropólogos, assistentes sociais, jornalistas e demais categorias profissionais, como também favorecido a criação de carreiras específicas, sobretudo, para atuação nas políticas de gestão territorial e ambiental das terras indígenas e da saúde coletiva dessa população.

Nesse movimento de lutas pelos direitos educacionais, cabe destacar ainda a criação de organizações associativas, tais como o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), a União Plurinacional de Estudantes Indígenas (UPEI) e as diversas associações de professores indígenas de base regionais e estaduais. De uma maneira geral, são nos encontros promovidos por estas organizações que suas reivindicações e demandas, construídas coletivamente, são sistematizadas, validadas e encaminhadas.

Apesar do significativo aumento das matrículas de estudantes indígenas no ensino superior, é urgente aprimorar as políticas de acesso e permanência, tendo em vista a qualidade da formação.

Embora se reconheçam os avanços e as conquistas no campo educacional, como mencionado acima, há que se considerar também os seus desafios. É urgente a melhoria na qualidade e na expansão das políticas de acesso, permanência e conclusão da educação básica e da educação superior para os povos indígenas.

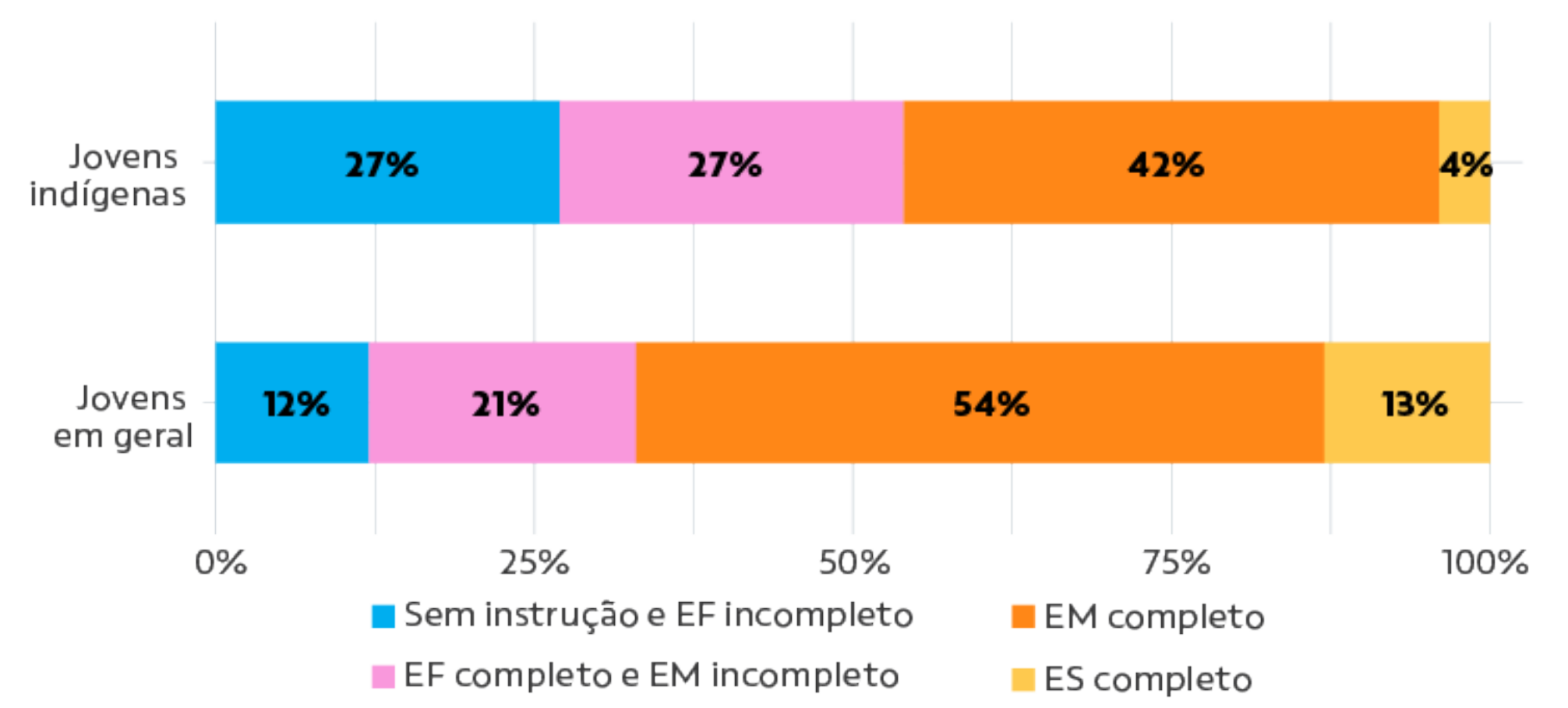
Estes aspectos se manifestam, sobretudo, no que se refere à insuficiência e à precariedade da oferta da educação básica nas escolas indígenas – especialmente no ensino médio. Isso é demonstrado nos dados oficiais do Estado brasileiro, tais como os do Censo Escolar 2024, no qual se verifica que, das 3.572 escolas indígenas, cerca de 30% delas funcionavam em locais improvisados nos espaços cedidos pelas comunidades, não possuindo, portanto, prédios específicos. A precariedade na infraestrutura das escolas indígenas é caracterizada, ainda, pela falta de água potável (27%), energia elétrica (26,4%), internet (55,43%), biblioteca (90,45%), laboratório de ciências (90,78%), laboratório de informática (92,75%) e quadra de esportes (95,54%). Soma-se a isso a baixa

escolaridade dos professores indígenas, a carência de planos de carreira e a oferta insuficiente de formação inicial, continuada, específica e intercultural para os professores indígenas (Brasil, 2025).

Essa situação tem impacto direto na oferta do ensino médio (EM) para a juventude indígena, visto que do total de escolas indígenas, apenas 554 (15,5%) oferecem esta etapa (Brasil, 2025). No que se refere ao número de matrículas, os dados do Censo Escolar 2024 mostram que, dos 289.477 estudantes matriculados nas escolas indígenas, apenas 33.710 (11,5%) estão no ensino médio. Além disso, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, o número de jovens indígenas de 18 a 29 anos com ensino médio completo é 12 pontos percentuais inferior aos jovens brasileiros em geral.



Gráfico 1 – Distribuição percentual da situação de escolarização de jovens de 18 a 29 anos: indígenas e jovens em geral – Brasil, 2022



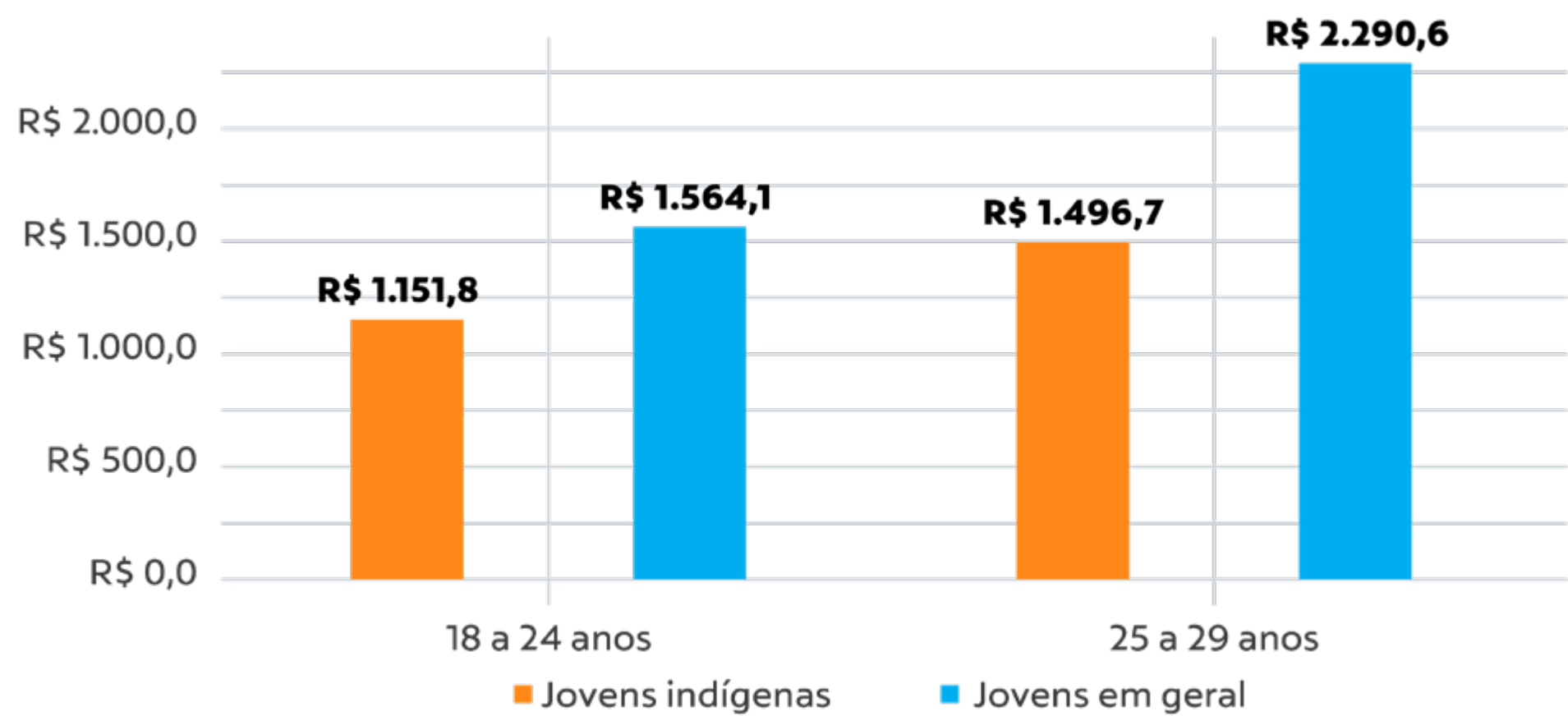
Fonte: Pnad Contínua Educação/IBGE, 2024.
Nota: Total de observações na base 12.361.

A baixa oferta e número de matrículas indicam que os estudantes que concluíram o ensino fundamental interromperam sua trajetória escolar ou prosseguiram em escolas fora dos territórios indígenas, ou seja, a falta de oferta suficiente ainda empurra os jovens para estudar fora dos territórios.

Tal situação contraria as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução CNE/CEB nº 5/2012, ao indicar que a oferta do ensino médio deve favorecer o fortalecimento dos laços de pertencimento identitário, a continuidade sociocultural dos povos indígenas em seus territórios e a construção do bem viver de suas comunidades. Esses desafios que afetam os processos de escolarização dos jovens indígenas têm sido estudados, principalmente, por pesquisadores das Ciências Sociais e da Educação.

Já no que se refere à inserção dos jovens indígenas no mundo do trabalho, inexistem estudos específicos. Segundo dados do Censo Demográfico 2022, na faixa de 25 a 29 anos, 50,9% dos jovens indígenas estão ocupados, percentual inferior ao observado entre os jovens em geral da mesma faixa etária (68,3%). Além disso, os jovens indígenas, entre 18 e 29 anos, estariam submetidos a piores níveis de remuneração do que os demais jovens brasileiros.

Gráfico 2 – Rendimento médio do trabalho de jovens de 18 a 29 anos, por faixa etária: indígenas e jovem em geral – Brasil, 2022



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

No entanto, é importante ressaltar que pesquisas e dados estatísticos dificilmente contemplam as especificidades em relação ao trabalho e as diversidades dos povos indígenas, no sentido de que a finalidade da escolarização e a transição para o mundo do trabalho, diferente dos jovens não indígenas, não estão pautadas na ideia de carreira pessoal e sucesso individual, mas no engajamento em atividades laborais que contribuam para o fortalecimento de suas culturas, para a sustentabilidade e para o bem-viver nos territórios, e cujo valor econômico nem sempre se traduz na formalidade do trabalho e na monetarização.

No trabalho, as juventudes indígenas estão sujeitas à informalidade e à baixa remuneração – o que está associado à baixa escolaridade e à dissonância entre a formação oferecida e suas expectativas de engajamento em atividades vinculadas à vida nos territórios.

[Voltar para o sumário](#)

108

Em estudo recente sobre as produções acadêmicas no Brasil a respeito do “trabalho fantasma” indígena, por exemplo, Mantilla, Teixeira e Possas (2024), chamam a atenção para a importância de se visibilizar a participação indígena no mercado de trabalho, reconhecer os direitos trabalhistas e implementar políticas públicas específicas para os trabalhadores e as trabalhadoras indígenas. No entanto, o estudo não menciona questões geracionais nem a participação das juventudes indígenas no mercado de trabalho. Esta ausência de estudos e a escassez de dados demonstram a necessidade de se ampliar o debate sobre juventudes indígenas, educação e inserção no mercado de trabalho dentro e fora dos territórios. Além disso, a inexistência de informações sobre o “trabalho fantasma” dos jovens indígenas, reproduzindo a invisibilidade histórica de seus povos, revela que, não obstante o protagonismo crescente das juventudes indígenas na cena pública, muito há o que se fazer para a garantia de direitos e a construção de políticas específicas.

Se a partir das lutas do movimento indígena pela defesa e promoção de seus direitos individuais e coletivos se vem alcançando um maior protagonismo, como é o caso das juventudes, as conquistas não têm acontecido na mesma proporção. Ao se traçar o perfil das juventudes indígenas no Brasil, constata-se que se trata de uma população vulnerabilizada em diversos sentidos. Em 2024, do total de 211 assassinatos de indígenas registrados no país, cerca de 34% (71 casos) vitimaram jovens na faixa etária de 20 a 29 anos de idade (Cimi, 2024). Muitos defensores ambientais assassinados nos últimos anos foram jovens indígenas, caso emblemático de Paulo Paulino Guajajara, 26 anos, Guardião da Floresta, morto a tiros em 2019 numa emboscada feita por madeireiros no seu território, a Terra Indígena Araribóia (Survival, 2024).

As juventudes indígenas são atravessadas por diversos tipos de vulnerabilidades, entre elas a violência, inclusive em formas extremas como o assassinato, e pelas questões de saúde mental.

Um estudo realizado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade de Harvard aponta que a taxa de suicídio entre jovens indígenas chega a ser oito vezes maior do que entre jovens brancos e negros da mesma idade. Tem-se que 64% dos suicídios indígenas de 2000 a 2020 ocorreram nesse grupo, na faixa entre 10 e 24 anos, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Norte (Alves *et al.*, 2024).

Estudos realizados na região amazônica apontam o consumo de álcool como um fator associado ao aumento das taxas de suicídio entre os jovens indígenas e/ou ao aumento de situações de vários tipos de conflitos e violências (Souza, 2018; Silva et al., 2019). Um levantamento realizado pelo coletivo Gênero e Número (2025), com base nos dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (MS), revela que o registro das violências contra as mulheres indígenas aumentou 258% entre 2014 e 2023. O levantamento aponta, ainda, que 29% dos casos de violência sexual ocorrem entre jovens de 14 e 18 anos e que 50% dos casos são praticados contra meninas menores de 14 anos, configurando estupro de vulnerável.

As diversas vulnerabilidades que afetam as juventudes indígenas evidenciam a necessidade da construção de uma política nacional integrada, que reconheça efetivamente os jovens indígenas como sujeitos de direito em suas especificidades.



Ser um jovem indígena comunicador significa carregar a responsabilidade de representar não só a mim, mas um coletivo historicamente silenciado.

Nem sempre nossa voz é ouvida nos espaços institucionais. Muitas vezes, falam sobre nós, mas não nos escutam. Na escola, na universidade e até na mídia ainda existe muito estereótipo sobre o que é ser indígena.

Na minha trajetória, encontrei lideranças indígenas, comunicadores e ativistas que me inspiraram, pessoas que abriram caminho antes de mim e mostraram que é possível ocupar espaços estratégicos sem deixar de ser quem somos.

Hoje, minha inspiração vem também da juventude indígena organizada, que está produzindo conteúdo, estudando, disputando narrativas e mostrando que nossa geração não aceita mais invisibilidade.

Minha trajetória escolar foi marcada por desafios comuns a muitos jovens indígenas: falta de representatividade no conteúdo, invisibilização da nossa história e, em alguns momentos, preconceito.

A escola ainda ensina muito pouco sobre os povos indígenas. Fala do passado, mas não fala do presente. Isso afeta diretamente nossa autoestima e nossa identidade.

O que me preocupa no mundo do trabalho é a exclusão estrutural. Ainda somos minoria em muitos espaços profissionais qualificados. O racismo institucional e a desigualdade de oportunidades são barreiras reais.

Jovem, 28 anos, indígena do povo Munduruku

2. POLÍTICAS NACIONAIS PARA JUVENTUDES INDÍGENAS

Embora no Brasil haja uma Política Nacional de Juventude criada há mais de 20 anos, o conjunto de leis, planos e ações que a compõe trata das juventudes indígenas apenas de maneira transversal. Não há, portanto, uma política ou plano estruturado especificamente para esse público.

Assim, o Estatuto da Juventude, criado por meio da Lei nº 12.852/2013, por exemplo, não possui um capítulo ou sessão específica para a juventude indígena. A menção nominal aos povos indígenas ocorre quando trata dos direitos educacionais dos jovens. Neste aspecto, reitera o direito, presente na legislação educacional brasileira, ao uso de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem na educação básica, destacando, ainda, as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Indígena. Na educação superior trata do acesso, da expansão da oferta nas instituições públicas, do financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas para os

jovens indígenas, assim como para os estudantes negros, com deficiência e oriundos da escola pública.



As juventudes indígenas são tratadas de forma transversal no arcabouço legal sobre as juventudes brasileiras.

Além do Estatuto da Juventude, outras legislações e resoluções, como as do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também tratam da proteção e do tratamento diferenciado a adolescentes e jovens indígenas, especialmente no contexto do sistema socioeducativo, reconhecendo suas formas próprias de organização social e resolução de conflitos.

Em relação às políticas indigenistas, observa-se a atuação dos órgãos estatais no campo das políticas para a juventude indígena, que por vezes se articulam – a Funai e o MPI realizam diversas ações pontuais com o propósito comum de fortalecer o protagonismo juvenil indígena.

Na Funai, tais ações, previstas em seu planejamento orçamentário e executadas a partir de diversas parcerias interinstitucionais, vão desde o apoio às formações interculturais nas escolas e universidades até projetos pedagógicos de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, encontros de juventudes, festivais e intercâmbios e fortalecimento da educação escolar indígena para ações de promoção de geração de renda e de participação social, em especial, em pautas ambientais. Conforme a atual estrutura organizacional da Funai, as ações para as juventudes indígenas são desenvolvidas mais diretamente no âmbito da Diretoria de Direitos Humanos e Políticas Sociais, sendo as ações educacionais de responsabilidade da Coordenação de Políticas de Educação Escolar e Formação Intercultural.

O MPI, por sua vez, possui em seu organograma a Coordenação de Políticas para a Juventude Indígena, que vem organizando a criação de uma política específica. Para tanto, até o segundo semestre de 2025, foram realizadas algumas etapas regionais do Seminário Nacional de Política para Juventude Indígena. Trata-se de uma iniciativa de mobilização e de promoção do protagonismo juvenil indígena na construção de propostas e recomendações de políticas públicas e de ações conjuntas do MPI com outros órgãos, como o MEC, o Ministério da Cultura (MinC) e o MS.

Dentre as questões debatidas pelas juventudes indígenas nas etapas do seminário, estão temas de educação, cultura, identidade, saúde, proteção territorial, sustentabilidade e segurança. Tais temas se apresentam como um importante diagnóstico das demandas dos jovens para subsidiar a construção da política a partir de seu protagonismo nas fases de elaboração, implementação e controle social, que serão sistematizados num documento a ser apresentado pela Secretaria Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas (SEART) e parceiros (Brasil, 2025).

Há que se considerar que essa iniciativa do MPI se inscreve no processo recente da criação do Ministério. Ao longo de seus três anos de existência, o MPI se encontra na fase de constituição de suas capacidades estatais no que se refere às questões orçamentárias, estruturas de pessoal e até mesmo de espaço físico para o seu funcionamento. Desse modo, para o ineditismo da proposta de construção de uma política específica para as juventudes indígenas, os processos de consulta e de participação social das juventudes adotados pelo Ministério são relevantes e significativos. As ações da proposta são capitaneadas e desenvolvidas diretamente no âmbito da Coordenação de Política para a Juventude Indígena, ligada à SEART. Há que se destacar, ainda, que os principais cargos de gestão da Funai e do MPI são ocupados por indígenas.

Com o recorte de juventude em sua política educacional, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), possui uma Coordenação Geral de Políticas Educacionais para as Juventudes. Em que pese a importância da demarcação desse espaço de gestão, ainda não há política, programa ou projeto especificamente voltado para as juventudes indígenas. Da mesma forma que ocorre nos demais órgãos da administração federal, aqui também existem ações pontuais, como a garantia da participação social de representante das juventudes indígenas na Comissão Nacional de Políticas Educacionais para as Juventudes (CNPej), espaço de assessoramento e consulta do MEC. Há também a ação de apoio técnico e financeiro para ingresso, sobretudo de negros, indígenas e pessoas com deficiência, na educação superior por meio da Rede de Cursinhos Populares (CPOP), uma iniciativa de preparação de estudantes da rede pública.



3. VOZES DAS JOVENS MULHERES INDÍGENAS: EDUCAÇÃO, TRABALHOS E PROJETOS DE VIDA

Nesta parte do artigo será abordada a temática da juventude indígena, educação e mundo do trabalho, em intersecção com a categoria de gênero, destacando pontos não cobertos nas análises dos dados disponíveis sobre educação e trabalho, analfabetismo e informalidade.

A partir de uma síntese de narrativas de nove mulheres indígenas na faixa etária de 19 a 29 anos, de diferentes povos e oriundas das diferentes regiões do Brasil – Tabajara, Kariri e Guajajara (Nordeste), Kamayurá (Centro-Oeste), Kaingang (Sul), Munduruku, Baré e Tariana (Norte) –, são apresentadas suas percepções sobre o que é ser jovem mulher indígena hoje; suas trajetórias escolares nos territórios e nas cidades; os desafios no ingresso e na continuidade no ensino superior; a atuação no mundo do trabalho nos territórios indígenas e fora deles; seus sonhos e projetos de futuro; o que pensam sobre a mobilização política das juventudes indígenas; e o que esperam que os tomadores de decisão considerem em relação às juventudes indígenas na implementação de políticas.

Ao trazerem suas percepções sobre as juventudes indígenas hoje, estas jovens mulheres indígenas destacam o aumento do direito à voz e a conquista de autonomia dentro e fora dos territórios. Destacam, assim, que as juventudes indígenas têm criado seus próprios espaços de participação ao promover encontros em que discutem pautas como língua, território, gênero, universidade, trabalho, medicina tradicional e ancestralidade. Neste sentido, o acesso às tecnologias de comunicação permite levar a voz dos povos para fora dos territórios e trazer informações de volta para as comunidades, de modo que os jovens assumem o papel de apoiar as lideranças mais velhas, que muitas vezes não dominam a escrita ou o uso das redes sociais. Fortalecem, dessa maneira, a luta coletiva em diálogo e escutando os conselhos dos mais velhos.

No que se refere ao estatuto das jovens mulheres indígenas nos territórios, reconhecem que ainda existe machismo nas comunidades, mas destacam avanços: hoje, jovens mulheres indígenas têm mais espaço e incentivo, inclusive de caciques e lideranças, para assumir papéis de fala e decisão.

Em relação às suas trajetórias escolares, uma parte das entrevistadas estudou em escolas indígenas nos territórios, tendo a oportunidade de crescer e

se escolarizar em meio a práticas culturais de seus povos, aprendendo com os pais nas atividades de roça, na produção do artesanato e em outras atividades cotidianas. Uma das interlocutoras, que estudou o ensino fundamental e médio na escola indígena no seu território, relembra o imprevisto das aulas feitas embaixo de árvores, de ter seus próprios tios como professores. Destaca como uma diferença fundamental entre a educação escolar indígena e a educação escolar não indígena o fato de que a primeira une teoria e prática, dialoga com os saberes tradicionais e vai além da leitura e da escrita.

Nesse sentido, é marcante o lugar atribuído às línguas indígenas. Por um lado, ressaltam que muitas vezes o uso das línguas indígenas nas aldeias depende da força de vontade dos próprios familiares, geralmente mulheres – avós, mães e tias –, em seguir falando e ensinando para suas filhas e filhos. Por outro lado, destacam a importância da atitude de professores e professoras indígenas em promover a escrita e o registro de textos nas línguas indígenas nas escolas. Nesses casos, enfrentam, muitas vezes, as equipes de secretarias de educação municipais ou estaduais que, por ignorância ou má-fé, proíbem ou não incentivam o uso dessas línguas em estabelecimentos escolares, desrespeitando a Constituição Federal e a legislação escolar indígena brasileira.

Essas jovens percebem que a formação das juventudes indígenas pela educação escolar indígena, principalmente nos casos em que há a oferta do ensino médio, é um fato que ameniza o êxodo dos jovens para as cidades e promove uma permanência mais contínua nos territórios, o que faz com que as juventudes indígenas tenham acesso a trabalhos formais como professoras(es) indígenas, agentes de saúde indígenas ou brigadistas indígenas. Permitem também o acesso a trabalhos considerados informais, junto às associações indígenas, em processos de revitalização cultural e linguística, comunicação, manejo ambiental e gestão territorial.

Uma das interlocutoras que vive em território indígena ressalta a importância de oferecer condições para que os jovens não precisem deixar suas raízes e culturas em busca de oportunidades fora, defendendo que eles possam estudar, trabalhar e se desenvolver em seus próprios territórios. A educação escolar, segundo ela, tem papel fundamental nesse processo e a escola deve se adaptar às necessidades dos estudantes, compreendendo suas diferenças e oferecendo acolhimento, em vez de exigir apenas a adaptação dos jovens.

Algumas das entrevistadas estudaram sempre, ou a partir de certo momento, em escolas públicas em cidades, seja por terem nascido no meio urbano, seja



por terem sido incentivadas por seus familiares a estudarem nessas localidades. Estas, em alguns casos, mudaram-se para a cidade para acompanhar as atividades de seus pais como funcionários públicos ou como lideranças indígenas na capital do país. As jovens indígenas urbanas ou urbanizadas entrevistadas relatam que o investimento na educação escolar dos filhos na cidade foi concebido por seus familiares – pais, mães ou avós – como forma de resistência e autonomia. Ou seja, o domínio dos conhecimentos e da língua dos brancos não foi entendido, nesses casos, como abandono de um pertencimento indígena, mas sim como meio de alcançar mais oportunidades de vida e de trabalho.

Uma das interlocutoras relata o desafio de ter interrompido os estudos em escola pública na cidade por ter sido mãe aos 14 anos, retomando a formação por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e, posteriormente, ingressando no ensino superior, enfrentando preconceito por ser uma estudante universitária indígena e mãe.

Cinco entrevistadas são discentes ou obtiveram o diploma de ensino superior como cotistas em universidades públicas ou como bolsistas do Programa Universidade para todos (Prouni) nos cursos de Comunicação Organizacional, Gestão de Políticas Públicas, Direito e Ciência Política, Jornalismo

e Engenharia Florestal. Ao adentrarem as universidades nas cidades, os desafios apontados foram: conciliar estudos, projetos e militância; adaptação à vida na cidade grande; distância e saudade dos territórios; dificuldades financeiras e impossibilidade de frequentar aulas por falta de recursos para transporte ou alimentação; dificuldade de adaptação ao ambiente universitário; o caráter muito teórico e pouco prático do ensino universitário; racismo e desigualdade social, o que se torna ainda mais grave em situações em que são ou foram umas das primeiras alunas indígenas nas universidades.

Como pontos positivos, ressaltam o privilégio de terem a oportunidade de entrar na universidade enquanto muitos jovens no território não a têm; a representatividade dos estudantes indígenas em instituições em que eles já possuem um número maior de colegas e atingiram um certo grau de organização; a possibilidade de ampliar conhecimentos e de levar novas ferramentas para o território, a exemplo da comunicação, que pode ser usada para fortalecer os povos indígenas em todo o país. Concebem que ser uma jovem indígena na universidade é também uma forma de resistência, de correr atrás de direitos, de romper estereótipos, de ocupar espaços antes negados – universidade e o serviço público – e de manter compromisso coletivo e de abrir caminhos para o futuro.

As jovens que continuaram nos territórios e não frequentam o ensino superior ressaltam a importância da universidade, mas apontam a distância dos territórios, o preconceito em instituições não indígenas e falta de acesso a alguns cursos. Defendem que jovens que estudam fora devem retornar para contribuir em seus territórios, principalmente em áreas como pedagogia, medicina e direito. Ainda, a necessidade de os/as jovens indígenas frequentarem uma universidade também foi posta em xeque: enquanto algumas jovens desejam sair do território para estudar, outras preferem permanecer. De qualquer forma, as jovens indígenas entrevistadas são unânimes sobre a importância da existência de oportunidades para o ensino superior entre indígenas e, nesse sentido, argumentam ser fundamental que as lideranças apoiem essa causa.

Quanto à inserção no mundo do trabalho, as entrevistadas apresentam um perfil de engajamento com as pautas indígenas e/ou causas sociais e de gênero. Aquelas que nasceram, cresceram e fizeram toda sua formação escolar nos territórios indígenas mostram um histórico de participação em atividades de fortalecimento linguístico e cultural e em espaços de participação juvenil, projetos, conferências, fóruns e assembleias. Essa formação política, paralela à formação escolar, é apresentada como ponto fundamental para que pudessem assumir as funções ou postos de trabalho em que se encontram hoje, seja em seus territórios como professoras indígenas ou funções relacionadas aos movimentos indígenas, seja fora deles, como diretoras de departamentos de juventude em organizações indígenas ou órgãos de Estado. Ao assumirem tais posições, mobilizam temas como políticas públicas, proteção territorial, saúde, educação, incidência política e fortalecimento das vozes juvenis.

Jovens mulheres indígenas que viveram e estudaram parcialmente em seus territórios e hoje cursam universidades como cotistas indígenas apresentam um perfil de atuação em projetos relacionados às pautas dos seus povos e territórios e dos povos indígenas de modo geral, atuando na área de projetos e redes relacionadas a diversas áreas: comunicação e cinema, arte e artesanato, proteção territorial, segurança alimentar e sustentabilidade econômica, juventude indígena e política internacional, gênero e questão LGBTQIA+, e questão climática, sendo que, em alguns casos, possuem experiências na representação desta temática em fóruns internacionais.

As jovens mulheres indígenas que nasceram e estudaram nas cidades, ou passaram a maior parte de suas vidas em contexto urbano, atuam ou tra-

balham com questões sociais ou de gênero. Uma delas é autora de um projeto na universidade para o acolhimento e escuta de mulheres em situação de violência, que está sendo articulado para que se transforme em política pública; outra trabalha em um órgão público relacionado à defesa de direitos individuais e coletivos. Outra relata como sua trajetória profissional foi marcada pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, restrito, branco e excludente, tendo sobrevivido por anos com Bolsa Família, artesanato e trabalhos informais.

Todas as jovens mulheres indígenas entrevistadas, independentemente de suas trajetórias de formação e de trabalho, ressaltam que apesar de as oportunidades de educação e trabalho para jovens indígenas terem aumentado, ainda enfrentam preconceito tanto fora quanto dentro dos territórios. Nesse sentido, buscam se preparar para rebater estereótipos com conhecimento, mostrando que ser indígena não é algo homogêneo e que suas vivências podem ser diferentes do que a sociedade costuma generalizar.

Ao tratarem de seus sonhos e projetos de futuro, revelam a intenção de continuarem num caminho que articule o avanço na atuação profissional, a identidade indígena, o compromisso com a melhoria da vida dos seus territórios e a defesa dos povos indígenas, aos movimentos indígenas de forma mais ampla. Algumas destacam a intenção

em permanecer atuando pela visibilidade e maior participação política das juventudes e mulheres indígenas.

Quanto à articulação política, ressaltam a importância da resistência coletiva e da conquista de espaço por parte de jovens mulheres indígenas. Nesse sentido, destacam que a participação em encontros, marchas e conferências é uma oportunidade de fazerem valer suas propostas em pautas históricas e contemporâneas na intersecção entre corpo, território, direitos e autonomia. Afirmam ser urgente a defesa das mulheres ameaçadas nos territórios e nas cidades, colocando como prioritária a pauta da violência de gênero e políticas públicas, uma vez que, enquanto na cidade os feminicídios já são alarmantes, nas aldeias a realidade é ainda mais invisibilizada pela ausência de delegacias e serviços próximos.

Sobre juventudes indígenas e política num sentido mais amplo, defendem ser fundamental que os jovens indígenas sejam ainda mais ativos em sua participação em espaços de articulação, liderança e decisão, unindo forças entre mulheres e homens, incluindo pessoas LGBTQIA+, em diálogo com as experiências dos mais velhos a fim de enfrentar os desafios contemporâneos e garantir um futuro mais justo, saudável e sustentável, sempre inspirando uns aos outros e mantendo viva a cultura e os conhecimentos tradicionais.



Enfim, argumentam que o olhar para a juventude deve ser ampliado, valorizando suas opiniões, desejos e formas de viver, e os erros do passado precisam servir de aprendizado para a construção de novas possibilidades. Ressaltam a importância da garantia do direito à consulta prévia às comunidades indígenas, incluindo juventudes indígenas, na tomada de decisões, especialmente diante de questões globais como mudanças climáticas e racismo ambiental, lembrando que os povos indígenas preservam a biodiversidade e sofrem os impactos de escolhas feitas por grandes líderes e sociedades não indígenas.

Nota-se, portanto, que as vidas destas jovens mulheres indígenas são marcadas pelos trânsitos entre os territórios e a cidade, entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, entre a escolarização e o movimento indígena, entre preconceitos, dificuldades financeiras e realizações, entre a autonomia e a articulação com suas famílias e territórios, entre aspirações profissionais individuais e o senso de compromisso na atuação profissional em atividades que gerem impactos positivos em seus próprios territórios e para a população indígena de maneira mais ampla.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conclui-se, dessa maneira, que as juventudes indígenas no Brasil compõem um público diverso em gênero, línguas, territorialidades, trajetórias escolares e de trabalho. Apesar de ser considerada uma população vulnerabilizada em alguns aspectos, as juventudes indígenas mostram-se como um público cada vez mais escolarizado – com acesso crescente, embora ainda restrito, ao ensino médio e superior –, organizado e com um protagonismo marcante na cena política. E é justamente essa trajetória de escolarização e participação social que permite a composição de um perfil de trabalhador que, embora nem sempre figure nas estatísticas, busca articular pretensão individual e pertencimento cultural, profissão e territorialidade.

Nesse sentido, são apresentadas algumas recomendações para as políticas públicas que procuram estar atentas às complexidades e transformações dessa população.

- 1.** A Política Nacional de Juventudes, coordenada pela Secretaria de Juventudes da Presidência da República, deveria criar diretrizes conceituais

e orçamentárias, aliadas às ações programáticas, para as políticas voltadas às juventudes indígenas.

- 2.** Sendo definido que o MPI será o coordenador nacional da Política de Juventudes Indígenas, deve ser dada atenção à intersectorialidade entre as diversas áreas das políticas públicas (educação, saúde, emprego e renda, esporte e lazer, assistência social, dentre outras) e à articulação com os entes subnacionais (estados, municípios e o Distrito Federal).
- 3.** É fundamental a criação de uma base de dados do governo federal unificada, integrada em uma única plataforma, para acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas para as juventudes indígenas.
- 4.** O Censo Escolar e o Censo da Educação Superior do Inep deveriam dar mais visibilidade aos dados referentes aos indígenas. Hoje, esses dados aparecem somente quando são utilizados em estudos e pesquisas. Os dois censos capturarem a realidade de quem está dentro das escolas e das universidades. No entanto, há pouca ou nenhuma informação sobre os que estão fora, onde estão e quais suas demandas. É necessário, portanto, a criação de instrumentos de coletas de dados que exponham a situação, assim como a criação de políticas que contemplem esses perfis.
- 5.** É importante que MPI, Funai e MEC atuem em conjunto, com urgência, para aumentar a oferta de ensinos médios indígenas, incluindo a possibilidade da oferta de ensino médio técnico e da educação profissional, de modo a atrelar os currículos escolares aos eixos dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, e promover a criação de alternativas de trabalhos para os jovens indígenas relacionados à sustentabilidade nos territórios.



Articulação, intersectorialidade e refinamento das bases de dados oficiais relativas às juventudes indígenas são três pontos fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas para esses segmentos.

6. O fortalecimento das licenciaturas indígenas e interculturais e a implementação da Universidade Federal Indígena (UNInd), por meio do Projeto de Lei nº 6.132/25 (Piovesan; Miranda, 2026), são ações políticas que podem fortalecer a qualidade da oferta da educação escolar indígena e do ensino médio indígena nos territórios, além de contribuir para a qualificação profissional das juventudes indígenas para o mundo do trabalho.
7. A Política Nacional de Juventudes Indígenas deve fortalecer os processos de reconhecimento de categorias profissionais que hoje atuam nos territórios, a exemplo dos agentes territoriais e ambientais indígenas e comunicadores indígenas.
8. A Política Nacional de Juventudes Indígenas deve, também, criar uma linha de financiamento próprio para garantir a formação e a participação de jovens indígenas nas agendas nacionais e internacionais sobre o clima. Na pauta ambiental, agir junto ao Ministério de Direitos Humanos a fim de monitorar e proteger as vidas dos jovens defensores ambientais.
9. A Política Nacional de Juventudes Indígenas deve considerar as realidades das juventudes indígenas urbanas, atuando no sentido de garantir direitos básicos e específicos dessa população e agindo junto a outros ministérios responsáveis, com especial atenção ao apoio ao ingresso e permanência no ensino superior, à garantia de direitos trabalhistas e ao combate ao preconceito com a devida penalização de crimes de racismo.
10. A Política Nacional de Juventudes Indígenas deve estar atenta a pontos de vulnerabilização deste público, tais como suicídios, alcoolismo e violências, aliando políticas de implementação à geração e observação de dados específicos.
11. É fundamental, também, a criação de uma linha específica de atenção e financiamento para a pauta de juventude e gênero, considerando tanto a pauta LGBTQIA+ quanto o combate à violência contra as meninas e jovens mulheres indígenas.

Ao longo deste artigo, procurou-se cercar o tema das juventudes indígenas sob a ótica da educação e do mundo do trabalho, em variados níveis e a partir de perspectivas diversas, perpassando desde o nível mais macro das estatísticas à materialidade de legislações e documentos e à sutileza das narrativas. As reflexões e indagações que surgiram durante este caminho foram o

fundamento para as recomendações aqui apresentadas. Assim sendo, para concluir, seguem as palavras de uma das interlocutoras, jovem mulher indígena: “os tomadores de decisão não devem ver as juventudes indígenas apenas como o futuro, mas como o presente, pois é agora que os jovens vivem e atuam para construir um futuro melhor para as próximas gerações”.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. O.; FIALHO, E.; ARAÚJO, J. A. P.; NASLUND, J. A.; BARRETO, M. L.; PATEL, V. L.; MACHADO, D. B. The rising trends of self-harm in Brazil: an ecological analysis of notifications, hospitalizations, and mortality between 2011 and 2022. **The Lancet Regional Health**, fev. 2024, v. 31:100691. DOI: 10.1016/j.lana.2024.100691.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, na educação básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Escolar Indígena: contexto**. Brasília, DF: MEC, 18 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/contexto>. Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **MPI lança série de Seminários Nacionais de Políticas para a Juventude Indígena com foco em direitos e acesso à justiça**. Brasília, DF: MPI, 06 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/povo-indigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/06-1/mpi-lanca-serie-de-seminarios-nacionais-de-politicas-para-a-juventude-indigena-com-foco-em-direitos-e-acesso-a-justica>. Acesso em: 10 out. 2025.

CENSO Demográfico 2022. In: **IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro, 2022.

CINCO anos após morte de Paulo Guajajara, assassinado segue em liberdade. **Survival Brasil**, [S.l.], out. 2024. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/14087>. Acesso em: 10 out. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2024**. 22. ed. Brasília: Cimi, 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Inclusão produtiva jovem na perspectiva da garantia de direitos**: guia básico para empresas. [S.l.]: Unicef, 2024. Disponível em: https://lmio.com.br/themes/custom/umio/files/home/inclusao_produtiva_jovem_na_perspectiva_da_garantia_de_direitos.pdf. Acesso em 05 out. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. **Violência contra mulheres indígenas mais que triplica em uma década**. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 8 mai. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/violencia-contra-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. 2º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022: Alfabetização sobre indígenas, mas segue menor que a média nacional**. Rio de Janeiro: Agência IBGE, 4 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41481-censo-2022-alfabetizacao-sobre-entre-indigenas-mas-segue-menor-que-a-media-nacional>. Acesso em: 15 out. 2025.

MANTILLA, E. G.; TEIXEIRA, S.; POSSAS, H. M. “Trabalho fantasma”: estado da questão em teses e dissertações sobre os trabalhadores indígenas no Brasil. **Amazônica – Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 188–214, mar. 2024. ISSN 2176-0675. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/14246>>. Acesso em: 10 out. 2025.

NASCIMENTO, R. G. (Rita Potyguara). **Povos indígenas e democratização na universidade no Brasil (2004–2016)**: a luta por “autonomia e protagonismo”. 1. ed., Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

OLIVEIRA, A. C. Os desafios da participação comunitária de jovens indígenas na Amazônia. In: BELTRÃO, J. F.; LACERDA, P. M. **Violências versus resistências**: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira. Brasília: ABA Publicações, 2022. 260 p. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/503852_00187512.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

PIOVESAN, E.; MIRANDA, T. Câmara aprova projeto que cria a Universidade Federal Indígena. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 10 out. 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1244543-camara-aprova-projeto-que-cria-a-universidade-federal-indigena>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SCHMIDT, S. Número de estudantes indígenas no ensino superior cresce, mas grupo enfrenta desafios para se formar. **Revista Pesquisa Fapesp**, [S.l.], 4 jun. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/numero-de-estudantes-indigenas-no-ensino-superior-cresce-mas-grupo-enfrenta-desafios-para-se-formar/>. Acesso em: 10 out. 2025.

SEMESP. **Alunos declarados indígenas no ensino superior aumentam 374%**. São Paulo: Semesp, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/semesp/2023/04/19/alunos-declarados-indigenas-no-ensino-superior-aumentam-374/>. Acesso em: 01 out. 2025.

SILVA, D. L.; PALHA JÚNIOR, A. P.; FEITOSA, M. Z. S. (2019). Juventude indígena e suicídio: diálogos transdisciplinares, campos de possibilidades e superação de vulnerabilidades. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 556–569, set.–dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, M. L. P. Parentesco, guerra tribal e violência: as “brigas” dos jovens indígenas em um contexto em transformação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 410–422, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WZbcrV7bfLw-5QyBjTWXVcDN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.





JUVENTUDES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS, TRABALHOS E TERRITORIALIDADES

Maria Albenize Farias Malcher¹

Melissa Santana de Oliveira²

A gente é minoria na faculdade e no mercado de trabalho. Nossa voz é silenciada, basicamente. Hoje em dia é muito difícil conseguir um emprego, e vindo de onde a gente vem, levando a voz do nosso povo, é muito difícil. Não somos ouvidos. Temos que lutar e batalhar muito pelos nossos direitos. Para conseguir o mínimo para sobreviver, precisamos lutar muito. Nossa voz é silenciada.

Jovem mulher, 22 anos, mora em comunidade quilombola

Este artigo analisa a condição das juventudes quilombolas no Brasil contemporâneo, articulando suas trajetórias educativas e a inserção no mercado de trabalho à centralidade da resistência territorial. Partindo do bônus demográfico revelado pelo Censo 2022 – que evidencia uma população predominantemente jovem –, este artigo analisa dados estatísticos sobre a presença qui-

lombola nos ensinos médio e superior, e explora o “chão do território” por meio da experiência exemplar da Escola Quilombola Campo Verde (PA), culminando em recomendações estratégicas que dialogam com demandas próprias destas juventudes para garantir a autonomia, o bem-viver e o seu protagonismo frente aos desafios do racismo estrutural.

¹ Instituto Federal do Pará – IFPA; Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA).

² Doutora em Antropologia, é pesquisadora associada ao Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil.

Mas quem são, ou melhor, como são definidas e como se definem as juventudes quilombolas?

Enquanto categoria, a juventude negra é representada em estudos predominantemente relacionados ao racismo estrutural, exclusão social, desigualdades históricas e violências, o que reforça uma visão problematizadora; a juventude negra quilombola aparece como uma categoria que tem papel fundamental na manutenção da identidade quilombola, o que, por sua vez, está fundamentada na territorialidade e na ancestralidade, que é a marca do modo de vida nos quilombos.

A luta desta juventude quilombola envolve, então, a defesa dos territórios contra as ameaças externas – agronegócio, mineração e grandes empreendimentos – e pelos direitos básicos: políticas públicas de saúde, educação e geração de renda. (Eugênio; Souza, 2017; Santos, 2018).

No que se refere à autodefinição, por um lado, as juventudes quilombolas (e aqui falamos no plural) destacam a diversidade: territórios, culturas, gostos e linguagens diferentes; em contrapartida, reconhecem valores comuns, tais como solidariedade, respeito às origens e ancestralidade, ensinamentos coletivos, luta contra as desigualdades e alegria. Como “afrodescendência viva e pulsante”, apresentam-se como parte da história e do presente. Também se reconhecem como sujeitos de direitos que lutam pela transformação social (Conaq, 2024).

Falar sobre as juventudes quilombolas hoje implica reconhecer a importância da implementação do ensino escolar quilombola nos territórios. A educação escolar quilombola é uma política de ação afirmativa reparadora, que valoriza saberes tradicionais e, ao mesmo tempo, é uma estratégia política e territorial que fortalece comunidades, garante visibilidade e promove diversidade (Malcher, 2021).

Diante do crescimento da população jovem, constatado no Censo 2022, ganha importância a implementação da educação escolar quilombola nos territórios enquanto forma de ação afirmativa reparadora.

O direito à educação escolar quilombola em âmbito nacional é uma conquista histórica do movimento negro. A Constituição de 1988 pode ser considerada um marco no processo de reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas e no espaço para as reivindicações educacionais. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) teve papel fundamental na mobilização da luta pela educação escolar quilombola como direito coletivo ao articular as comunidades no processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Silva, 2012).

A Resolução nº 8/2012 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define essas diretrizes, traz pontos importantes sobre o ensino médio quilombola: este deve ser implementado através de consulta prévia às comunidades, deve ser adequado às culturas e aos modos de vida das comunidades nos territórios, e deve formar os alunos para participarem de projetos e atividades que valorizem dimensões de trabalho, tecnologia, ciência e culturas próprias dos quilombolas, bem como da sociedade mais ampla (Brasil, 2012)³. A formação

profissional técnica de nível médio quilombola deve articular formação ampla, sustentabilidade socioambiental, respeito à diversidade dos estudantes e às formas de organização das comunidades, tendo em vista gestão territorial autônoma e a articulação com projetos comunitários e oportunidades de atuação técnica (Brasil, 2012)⁴.

No que tange à educação superior, a referência é a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que instituiu o programa de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, e oriundos de famílias com renda inferior a um salário mínimo e meio per capita. A norma foi aprimorada e efetivada com a nova Lei de Cotas em 2023⁵, que incluiu os estudantes quilombolas como beneficiários (Brasil, 2012, 2023).

Esses direitos atingiram novos patamares com a Portaria nº 470/2024, do Ministério da Educação, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Tal política entende que a juventude é central na preservação da identidade e da territorialidade nas comunidades e na luta antirracista, mas enfrenta maiores

3 Art. 20º e 21º da Resolução nº 8/2012 (vide referências bibliográficas).

4 Art. 24º da Resolução nº 8/2012 (vide referências bibliográficas).

5 Lei nº 14.723/2023.



desigualdades na trajetória escolar, com índices elevados de evasão; assume que esse público requer políticas específicas que garantam o acesso e a permanência na escola, principalmente no ensino médio e educação superior; prevê ações como fortalecimento das escolas quilombolas, bolsas permanência, apoio à entrada e permanência em universidades; e incentiva a criação de espaços de participação juvenil em conselhos e políticas públicas (Brasil, 2024).

É importante mencionar que o Decreto nº 11.786/2023, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), menciona a valorização e ampliação da participação de jovens quilombolas na gestão territorial e ambiental junto a outros grupos, prevê o incentivo e fortalecimento de atividades produtivas desenvolvidas por jovens, e fala na mobilização e engajamento da juventude em ações educativas voltadas ao fortalecimento do patrimônio cultural e da identidade quilombola (Brasil, 2023)⁶.

Um marco na construção de uma Política Nacional da Juventude foi a Lei nº 11.129/2005, que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e criou o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude. Embora essa lei não mencione diretamente a juventude quilombola, abriu caminhos para a elaboração do Plano Nacional de Juventude e a realização de Conferências Nacionais de Juventude, que cada vez mais passam a reconhecer a juventude quilombola como um segmento específico, vulnerabilizado e prioritário para políticas públicas de educação e cultura, e trazem resoluções sobre território, cultura e participação social. O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) que, por sua vez, definiu os direitos dos jovens (15 a 29 anos), estabeleceu princípios e diretrizes para políticas públicas e instituiu o Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve), menciona o direito dos jovens negros e indígenas ao ensino superior através de políticas afirmativas.

Mas é a Lei nº 15.178/2025, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e tem o objetivo de “integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos das juventudes do campo, das florestas e das águas” (Brasil, 2025), que se destaca ao enfatizar a permanência dos jovens no campo – quilombolas, indígenas e ribeirinhos (não mencionados diretamente, mas por meio da men-

⁶ Art. 4º, 7º e 8º do Decreto nº 11.786/2023.

ção à Lei da Agricultura Familiar⁷). Nesse sentido, menciona direitos como acesso à terra e ao território, inclusão produtiva, educação no campo, saúde e qualidade de vida, conectividade e participação política, proteção territorial e ambiental. O documento que sintetiza ideias do debate em torno da construção participativa e consultiva de um novo Plano Nacional de Juventude reconhece a pluralidade das juventudes no Brasil; no entanto, o termo quilombola é mencionado apenas três vezes – no contexto da construção de políticas específicas de educação escolar, equidade de gênero e cuidado integral (Brasil, 2025).

Marcos legais relevantes

- ✱ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012).
- ✱ Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).
- ✱ Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Decreto nº 11.786/2023).
- ✱ Política Nacional da Juventude (Lei nº 11.129/2005).
- ✱ Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).
- ✱ Política e Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (Lei nº 15.178/2025).

No que se refere aos entrelaçamentos entre juventude, educação e mercado de trabalho, a literatura trata com mais frequência sobre a situação da juventude negra. Lélia Gonzalez (1979), em seu artigo seminal “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego”, mostra que o desemprego entre jovens negros é resultado de um sistema racista e excludente, mar-

⁷ Lei nº 11.326/2006.

cado por uma divisão racial do trabalho que relega esses jovens a situações de desemprego e subempregos, independentemente da sua qualificação. Sobre a juventude quilombola, Machado (2020) argumenta que a marginalização histórica, que é resultado da escravização e da colonização negra no Brasil e que se traduz no acesso limitado a empregos dignos pela população negra, é um peso de exclusão carregado pela juventude quilombola.

Desse modo, mesmo ocupando os quilombos, que são espaços de resistência política e territorial, tais jovens ainda enfrentariam efeitos da marginalização, sendo empurrados para ocupações precárias. E a educação, como caminho de mobilidade social, muitas vezes reproduz desigualdades, de modo que os jovens quilombolas teriam acesso limitado à escola e à formação profissional.

A questão da juventude quilombola e mercado de trabalho é mencionada de maneira mais recorrente em obras que abordam a experiência dessa juventude com a vida nos territórios quilombolas, a educação escolar e suas expectativas e projetos de futuro. Nesse sentido, uma pesquisa realizada em comunidades do interior de Minas Gerais revela que jovens quilombolas sustentam sonhos pessoais, partindo do princípio de que a escolarização que os diferencia de seus pais lhes garantirá um futu-

ro melhor. Dessa maneira, anseiam terminar os estudos, ter empregos que geralmente exigem formação de nível superior e se casar. Porém, ao mesmo tempo, como parte de um processo de autorreconhecimento da identidade e do território quilombola, sustentam sonhos comunitários relacionados com a realização de projetos de valorização da cultura, da história e saberes locais na escola (Alves, 2015).

As conquistas verificadas nos marcos legais e nas taxas de ingresso precisam ser compreendidas dentro de um panorama mais amplo. Dados estatísticos recentes que quantificam as realidades demográficas e educacionais desta população revelam a força em números e presença fundamental de uma juventude que, apesar de desigualdades históricas, é protagonista no aprimoramento educacional e na luta por uma vida digna nos territórios.



1. O BÔNUS DEMOGRÁFICO E OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DA JUVENTUDE QUILOMBOLA

Em 2022, a população quilombola foi considerada pela primeira vez como um grupo étnico no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelando uma população total de 1,33 milhão de pessoas, o que representa 0,65% da população, distribuídas em 1.696 municípios. Além disso, 61,7% residem em área rural. A maioria (68,1%) se concentra no Nordeste, seguida pela região Sudeste (13,7%) e Norte (12,6%). Cerca de 12,6% vivem em territórios quilombolas oficialmente delimitados; no entanto, apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios titulados – ou seja, que passaram por todo processo de regularização fundiária⁸. A razão de sexo⁹ é de 100,08 homens para cada 100 mulheres, indicando um equilíbrio superior à média nacional (94,2 homens para cada 100 mulheres) (IBGE, 2024).



Perfil população quilombola

- ✱ 1,33 milhão de pessoas (0,65% da população)
- ✱ 61,7% residem em área rural
- ✱ 12,6% vivem em territórios quilombolas demarcados
- ✱ 48,4% têm até 29 anos de idade

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2022.

Nesse cenário de ocupação histórica e fortalecimento da autoidentificação quilombola, mas de incerteza jurídica, a juventude quilombola, sua escolarização e profissionalização surgem como um agente fundamental de resistência e transformação.

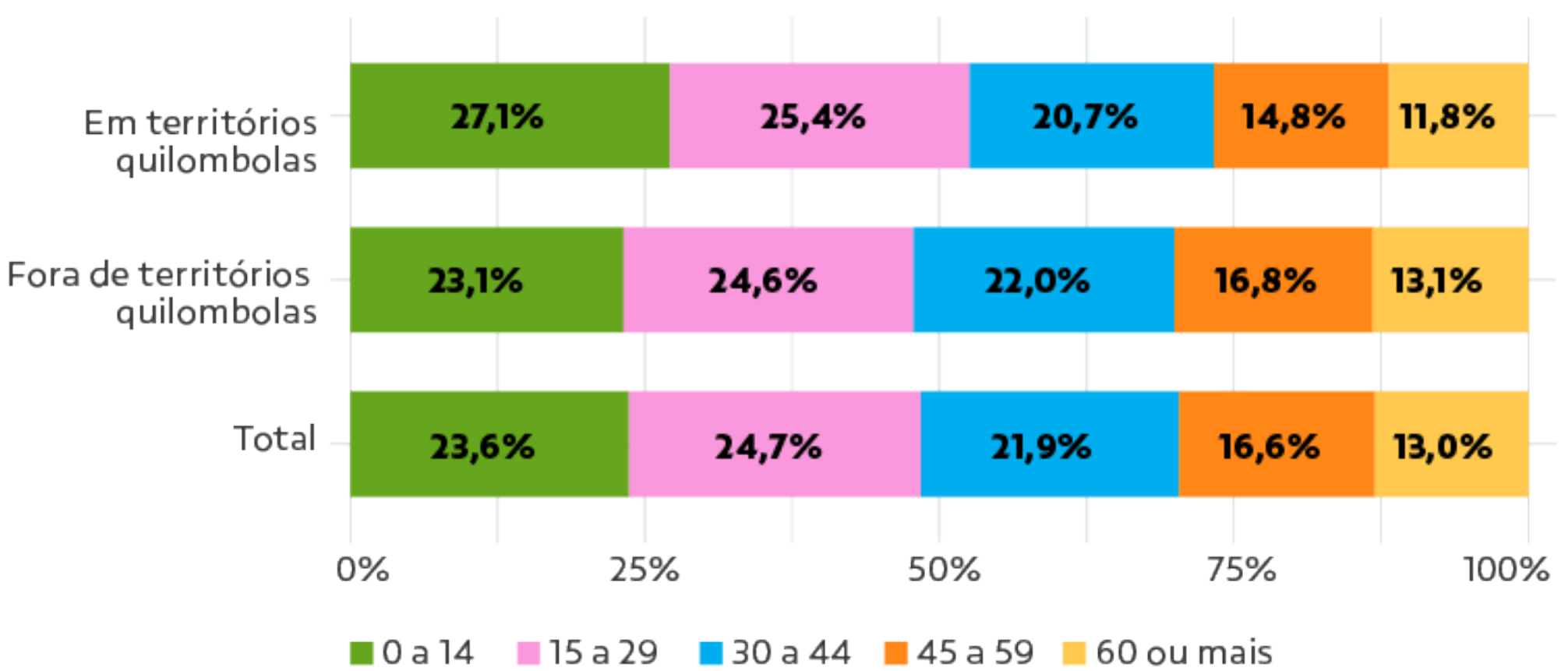
⁸ O processo completo de regularização fundiária é composto por etapas de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos, que é garantido pela Constituição de 1988.

⁹ Sinaliza a proporção de homens em relação às mulheres num grupo populacional. Quando a razão de sexo é superior a 100, significa que nesse grupo existem mais homens do que mulheres, quando é inferior a 100, que existem mais mulheres que homens no grupo.

Os dados do Censo 2022 indicam que a população quilombola brasileira é predominantemente jovem. Enquanto a idade mediana da população quilombola é de 31 anos, a da população em geral é de 35 anos. Quase metade da população quilombola (48,44%) tem até 29 anos de idade, sendo que o grupo mais numeroso está na faixa de 15 a 29 anos (24,7%), seguido por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (23,69%).

Em territórios quilombolas oficialmente delimitados, a população é ainda mais jovem: 52,6% possuem até 29 anos e idosos respondem por 11,9%.

Gráfico 1 – Percentual de pessoas quilombolas, por localização, segundo grupos de idade – Brasil – 2022



Fonte: Censo Demográfico/IBGE (2022). Elaboração própria.

A menor idade mediana está na região Norte: 26 anos. De modo geral, a proporção de idosos (60 anos ou mais) entre quilombolas é de 13,0%, percentual inferior aos 15,8% registrados na população total do país (IBGE, 2024).

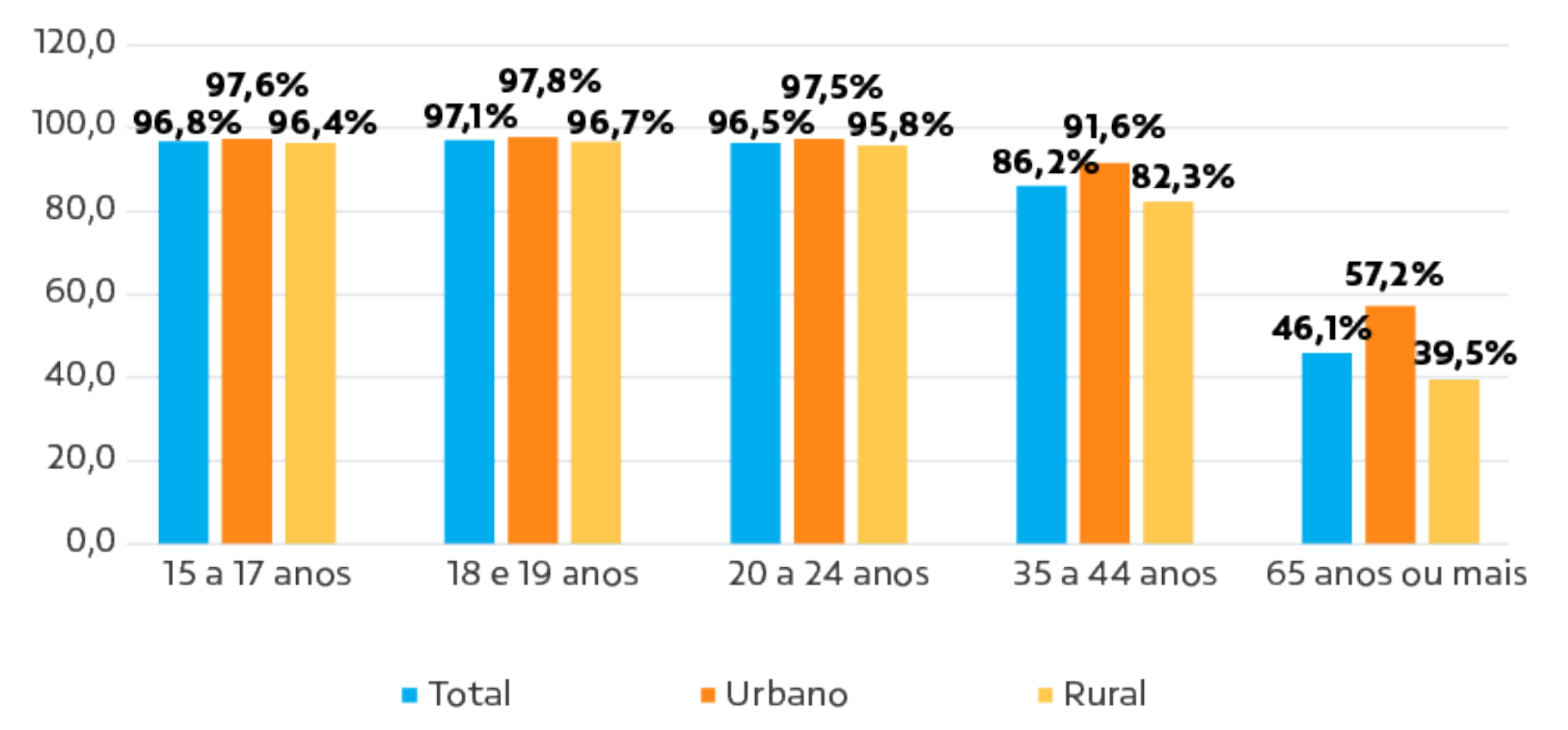
Entre a população quilombola em territórios quilombolas, há predominância de uma juventude rural: existem 37.370 jovens de 15 a 29 anos, o que representa 87,6%, vivendo em áreas rurais de territórios quilombolas. Fora dos territórios quilombolas, 68,2% vivem em áreas rurais. Quanto ao sexo, há um equilíbrio entre mulheres e homens entre a juventude quilombola, com um percentual levemente maior de homens (52%) nos territórios delimitados.

No universo de mais de 1 milhão de pessoas quilombolas com 15 anos ou mais, a taxa de alfabetização é de 81,0% o que revela uma diferença desvantajosa

sa em relação à média para a população nacional na mesma faixa (93%). As desvantagens ficam mais evidentes quando se comparam as áreas urbanas e rurais: a taxa de alfabetização da população quilombola que vive em territórios quilombolas em áreas urbanas é de 86,4%; já em áreas rurais é de 79,6%. Os dados para quem vive fora de seus territórios são: 94,5% para quem vive em áreas urbanas e apenas 81,9% para quem vive no meio rural. As mulheres quilombolas são mais alfabetizadas (82,8%) do que os homens (79,1%), seguindo uma tendência de maior escolarização feminina observada em outros recortes do Censo. As maiores taxas de alfabetização de quilombolas estão na região Sul (89,9%) e a mais baixa no Nordeste (78,4%), região que concentra o maior volume populacional desse grupo (IBGE, 2024).

No entanto, uma análise dos dados de residentes em territórios quilombolas demonstra discrepâncias geracionais que apontam uma tendência ao crescimento da alfabetização na população quilombola. Jovens entre 15 e 17 anos apresentam uma taxa de alfabetização de 96,8%, enquanto idosos de 65 anos ou mais possuem taxa de 46,1%, ponto que pode estar relacionado com o aumento da oferta de educação escolar para esse público. A taxa de alfabetização, porém, é maior entre os residentes de áreas urbanas em todas as faixas etárias.

Gráfico 2 – Taxa de alfabetização da população quilombola de 15 anos ou mais de idade, total e por situação do domicílio, segundo grupos de idade – Brasil, 2022



Fonte: Censo Demográfico/IBGE 2022.

Indicadores educacionais do Censo Escolar 2024, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), evidenciam desigualdades nas trajetórias escolares de estudantes de escolas quilombolas: cerca de 30% dos alunos no ensino médio possuem idade superior à da série frequentada, ou seja, encontram-se numa situação de atraso escolar, percentual significativamente superior à média nacional do ensino médio, que foi de 17,8%. No entanto, o mesmo levantamento revela que, no ensino médio, em dez anos, o número de matrículas em escolas em áreas remanescentes de quilombos¹⁰ passou de 15.969 (2014) para 26.669 (2024), o que representa um aumento de aproximadamente 57%. Cerca de 96% são escolas estaduais. O número de matrículas no ensino médio na faixa etária de 15 a 17 anos quase dobrou, passando de 9.672 para 18.990 matrículas. O ensino médio em tempo integral cresceu quase nove vezes, passando de apenas 645 matrículas em 2014 para 4.165 em 2024 (Inep, 2025).



Perfil Educacional

Taxa de alfabetização

Quilombolas: 81,01%
População em geral: 93%

Distorção idade-série no ensino médio

Quilombolas: 30%
População em geral: 17,8%

Matrículas em escolas quilombolas

2014: 15.969
2024: 26.669
Aumento de 57%

Fontes: Censo Demográfico/IBGE, 2022 e Censo Escolar/Inep, 2024

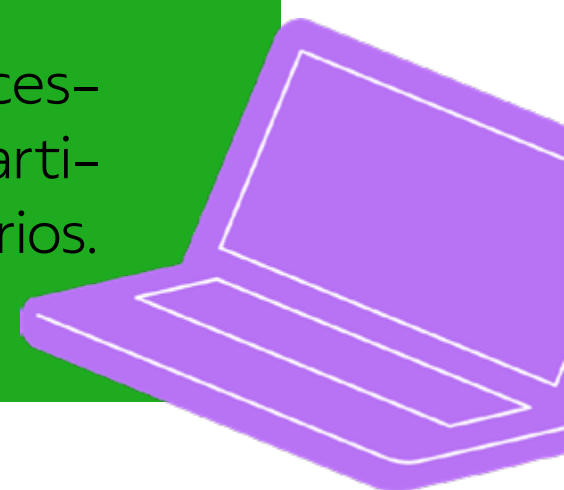


10 Área demarcada e reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que abriga os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição certificada pela Fundação Palmares, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Inep, 2013, p. 29–30).

Com a atualização da Lei de Cotas e a implementação da reserva de vagas específicas para quilombolas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2023, identificou-se um aumento de 41% no número de quilombolas aprovados entre 2024 (1.175) e 2025 (2.505). Nos últimos dois anos, mais de 300 estudantes quilombolas conseguiram aprovação em cursos como Medicina e Direito. Em 2024, o governo universalizou o atendimento do Bolsa Permanência para estudantes universitários indígenas e quilombolas, o que representou um aumento de 31,3% em relação a 2022. No mesmo ano, 19.759 estudantes quilombolas foram beneficiados com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) Social, que garante reserva de vagas para quilombolas e financiamento de até 100% para estudantes de baixa renda (Brasil, 2024).

Se, em comparação ao restante da população brasileira, os números apontam para um baixo nível de alfabetização e precariedade das escolas, os dados dos povos quilombolas em si revelam o fortalecimento da identidade quilombola, com um número considerável de pessoas que se autodefinem como tal, a predominância de uma população jovem majoritária nos territórios e que supera as antigas gerações em relação à alfabetização, e ao nível de escolarização, chegando aos níveis médio e superior. Se esses avanços são resultados da luta histórica do movimento negro e quilombola, que levou às conquistas de direitos territoriais e educacionais, esses dados, quando combinados, indicam a importância de políticas direcionadas para as juventudes quilombolas que dialoguem com o aprimoramento de políticas mais amplas de regularização dos territórios, de gestão territorial, culturais, de educação escolar quilombola e ações afirmativas, trabalho e outros direitos básicos, que garantam uma cidadania plena para essa parcela da população.

Apesar dos avanços na educação, os dados indicam a necessidade de iniciativas direcionadas às juventudes quilombolas, articuladas a políticas de regularização e valorização dos territórios.



Entretanto, dados estatísticos oficiais ganham outros significados quando o olhar é direcionado às práticas cotidianas das comunidades. Nesse sentido, as trajetórias educativas marcadas pela experiência da educação escolar quilombola no ensino médio e o acesso ao ensino superior pela política de cotas, tornam-se completas com o movimento de retorno desses jovens

aos seus territórios de origem, transformando o diploma universitário em instrumento de participação qualificada na gestão comunitária, territorial e ambiental.

2. DO CHÃO DO TERRITÓRIO À UNIVERSIDADE: O CICLO DE RETORNO DA JUVENTUDE QUILOMBOLA

Com Alice Maciel (Escola Quilombola Campo Verde, PA)

Ao adentrar o "chão" dos territórios, como o de Campo Verde em Concórdia do Pará, território quilombola amazônico, emerge uma narrativa de resistência que inverte a lógica da exclusão, evidenciada em alguns dos dados apresentados anteriormente. Em diálogo com a liderança e professora quilombola Alice Maciel da Silva, percebe-se que a educação escolar quilombola consiste numa estratégia política de permanência e fortalecimento da identidade da juventude quilombola.

Assim como muitos outros jovens no passado, Alice viveu a trajetória escolar marcada pelo deslocamento para fora dos territórios quando precisou sair da comunidade aos nove anos para estudar e mais tarde, ao retornar, pôde ensinar os moradores embaixo de um pé de manga e incentivar os mais velhos a tirarem seus documentos.

A implantação da escola-polo no território em 2014 alterou radicalmente essa dinâmica. Mais do que paredes e salas de aula, a escola foi uma conquista dos mais velhos, que possuíam conhecimentos de roça e de produção de artefatos, mas não sabiam ler e escrever. O objetivo era garantir que os jovens pudessem concluir o ensino médio mantendo os laços familiares e identitários e os processos educativos quilombolas.

A transição recente para a modalidade de Educação Escolar Quilombola (2024) oficializa uma pedagogia que valoriza os saberes tradicionais, levando alunos a pesquisar com os mestres da comunidade e transformando a roça em espaço de produção de conhecimento.

Um dos dados mais expressivos dessa realidade é o índice de retorno à comunidade. Graças a políticas afirmativas, como o Processo Seletivo Quilombola (PSQ), o território vê hoje um movimento inverso ao êxodo tradicional: cerca de 90% dos jovens desta comunidade que saem para o ensino superior retornam ao quilombo.

Tal retorno ressignifica o mercado de trabalho local. Para essa juventude, o “sucesso profissional” não está apenas na ocupação de cargos urbanos, mas na aplicação do saber acadêmico para o bem-viver comunitário. São engenheiros de computação, agrônomos, professores e agentes de saúde que ocupam postos estratégicos no território, atuando nas associações políticas locais e em projetos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Quilombola, da agricultura familiar.

O mercado de trabalho para o jovem de Campo Verde é diversificado. Enquanto alguns se especializam em áreas como Engenharia de Computação e Telecomunicações, outros buscam a Licenciatura em Educação Escolar Quilombola ou Medicina. No cotidiano do território, essa formação técnica convive com protagonismo administrativo: jovens entre 21 e 25 anos gerem a secretaria escolar, dominando a linguagem digital necessária ao trabalho, e se engajam no apoio à implementação de políticas públicas, como o programa Minha Casa Minha Vida local. A responsabilidade geracional se manifesta na criação de músicas, grupos de capoeira e atuação em organizações religiosas, mantendo viva a ancestralidade por meio da arte.

Um dos pilares mais sensíveis na formação da juventude quilombola contemporânea, conforme relatado por Alice Maciel, é a transição da vergonha para o orgulho identitário. Alice recorda que, em sua época de jovem, existia uma vergonha latente de ser negro, do cabelo *black*, um estigma que a escola-polo agora tem conseguido desconstruir, contribuindo para a formação de uma geração que tem orgulho de ser negra e quilombola. Dessa forma, a escola, e em especial o ensino médio quilombola, incentiva a juventude a ocupar espaços com segurança, superando o trauma do racismo estrutural que costuma impactar o ambiente acadêmico e o mercado de trabalho por meio de estratégias de invisibilidade e hostilidade.

Diante desse cenário de conquistas e desafios, torna-se imperativo traçar diretrizes que assegurem o protagonismo dessa geração na garantia de uma vida digna nos territórios quilombolas. Denúncias e afirmações expressas pelas juventudes da Conaq apontam caminhos para políticas públicas que respeitem a autonomia e o modo de vida quilombola como população no presente e no futuro.





Não é fácil ser jovem, principalmente para a gente que é mulher, quilombola e religiosa. Eu acredito que sou bem forte pelas coisas que já passei e que vivenciei aqui enquanto comunidade. Pela determinação que tenho, pela luta e tudo que já passamos, eu continuo estudando porque aprender nunca é demais.

Eu me vejo como uma mulher forte, uma jovem forte, sempre em busca do melhor de mim, para mim e para minha comunidade. Tenho orgulho de mim. Eu teria orgulho, sim, de ser outra pessoa e me espelhar em mim. [...]

Eu quero terminar minha faculdade. Se eu conseguir Biologia, ótimo; se conseguir continuar na Medicina Veterinária, também. Quero viajar muito, aprender cada vez mais. Eu sou muito ligada à natureza e aos animais. Futuramente, pretendo trazer uma ONG para dentro da comunidade quilombola para cuidar dos animais. Acho que, como bióloga ou veterinária, eu seria muito feliz – vou ser muito feliz quando conseguir.

O trabalho formal me assusta muito. Eu sei que nosso povo é muito rejeitado lá fora. A gente sofre muito preconceito. Vou ter que ser muito forte. São várias barreiras que colocam no nosso caminho. Eu sei que vou ter muita dificuldade, mas é importante não desistir.

Jovem mulher, 22 anos, mora em comunidade quilombola

3. JUVENTUDES QUILOMBOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

As juventudes quilombolas sabem o que querem!

Tendo como inspiração as pautas apresentadas pelas juventudes da Conaq (Conaq, 2024) e tomando em consideração os dados estatísticos e a realidade vivida "no chão do território" relatada por Alice, as recomendações finais para políticas públicas e estratégias de desenvolvimento para a juventude quilombola devem focar em programas que invistam em transformar o bônus demográfico em autonomia territorial.

- ✱ Representatividade política: a facilitação por parte de gestores municipais e estaduais para participação dessas juventudes em conferências, nas quais possam defender suas pautas e demandas; instituição de vagas reservadas às juventudes quilombolas em conselhos municipais, estaduais e nacionais de juventudes e de outras temáticas relevantes;
- ✱ Território, educação e trabalho: continuidade da universalização da Bolsa Permanência para os estudantes quilombolas; regularização territorial e ampliação/qualificação do ensino médio quilombola como modo de evitar a evasão e o deslocamento para as cidades; implementação de programas que integrem a Política de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e a Política de Juventude e Sucessão, no sentido de incentivar e viabilizar, através de bolsas e projetos, os trabalhos das juventudes nos seus territórios.
- ✱ Proteção Social: criação de programas, campanhas de combate e canais efetivos de denúncias às violências, especialmente de meninas e jovens mulheres quilombolas, e sobre o uso de álcool e drogas nas comunidades.
- ✱ Comunicação: universalizar o acesso das comunidades quilombolas à internet e realizar cursos de formação de juventudes quilombolas como comunicadores e produtores de conteúdo informativo cultural relevante.
- ✱ Protagonismo juvenil: promover editais públicos específicos para projetos científicos, artísticos e políticos coordenados por estas juventudes, como atores fundamentais na projeção de saberes tradicionais frente aos desafios contemporâneos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este trabalho percorreu desde a base legal e demográfica que sustenta o crescimento das juventudes quilombolas no ensino médio e superior, até as vivências práticas de educação escolar quilombola e resistência territorial.

Ao contrastar avanços significativos, como o aumento de matrículas no ensino médio e das aprovações do Sisu e a universalização da Bolsa Permanência, com as carências de infraestrutura escolar e titulação fundiária, o texto reafirmou a importância de uma educação escolar que articule conhecimentos tradicionais e ocidentais, valorize a identidade e promova o retorno técnico às comunidades após a formação no ensino superior, articulando projetos de vida e projetos comunitários.

As recomendações aqui apresentadas consolidam a visão de que o sucesso profissional da juventude quilombola é indissociável da proteção de seus territórios, servindo como guia para políticas públicas que garantam o combate ao racismo estrutural e o acesso a uma cidadania plena, e sensíveis às diversidades étnico-raciais, de geração e de gênero.



REFERÊNCIAS

ALVES, A. N. R. **Juventude quilombola**: projetos de vida, sonhos comunitários e luta por reconhecimento. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude; Secretaria Nacional de Juventude. **Um debate sobre o Plano Nacional de Juventude**: documento síntese. Brasília, DF: ASCOM/SGPR, 2025. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/atvna/mwtf/#p=>. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.786, de 20 de novembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu comitê gestor. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**.

Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cria a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacio-

nal de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Lei 15.178, de 23 de julho de 2025**. Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Inclusão na educação superior aumentou 124% pelo Sisu**. 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/inclusao-na-educacao-superior-aumentou-124-pelo-sisu>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024**. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ceb/2012/rceb008_12.pdf.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. **A Juventude também é quilombola**. Coletivo Juventude. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://conaq.org.br/coletivos/juventude>. Acesso em: 22 jan. 2026.

EUGÊNIO, B.; SOUZA, T. E. S. Estado do conhecimento sobre juventude negra: análise do VI Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira

(JUBRA). **Educação por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 49–66, 2017.

GONZALEZ, L. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation, 26–29 abr., 1979. Pittsburgh. **Resumos [...]**. Pittsburg: AHSA, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **O Brasil quilombola**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2025.

MACHADO, C. E. R. **Educação e trabalho**: juventude quilombola urbana e a relação com a legislação Lei nº 10.097/2000 – aprendizagem profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MALCHER, M. A. F. O impacto político-territorial de políticas afirmativas: reflexões acerca da educação quilombola. **Revista da ABPN**, v. 13, n. Ed. Especial, p. 169–187, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1241>.

SANTOS, J. R. P. **Juventudes quilombola**: trajetórias, conflitos e formação de identidades. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018.

SILVA, G.M. **Educação como processo de luta política**: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2012.



JUVENTUDES DO CAMPO: EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CENTRO DA CENA

Álida Angélica Alves Leal¹

Symaira Poliana Nonato²

A escola ficava no povoado [onde moro], mas eu precisava andar cerca de 1,5 km até o ponto onde passava o ônibus escolar. Às vezes voltava à noite, na chuva — era difícil. A escola ficava a uns 7 km da fazenda, e o trajeto de van podia durar mais de uma hora.

Jovem, 28 anos, mora no campo e foi mãe na adolescência.

Jovens cujos percursos de vida se entrelaçam a territórios do campo, das águas e das florestas compõem um amplo e heterogêneo mosaico no Brasil. Entre a lida cotidiana e os vínculos socioterritoriais tecidos por suas famílias e comunidades com

estes espaços, estas/es sujeitas/os são filhas e filhos (ou são, elas/es próprias/os) de agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, acampadas e acampados da e na luta pela terra, quilombolas, ribeirinhas e ribeirinhos,

¹ Licenciada em Geografia. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universitat de Barcelona (UB). Doutorado em Educação pelo programa de pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora de Área do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMG (2025-2027). Compõe a equipe de Coordenação do programa de extensão, ensino e pesquisa Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG.

² Pedagoga. Doutora em Educação pelo programa de pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora geral do programa de extensão, ensino e pesquisa Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora geral do Colegiado de Extensão Faculdade de Educação da UFMG (2025-2027).

pescadoras e pescadores artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, entre tantos outros sujeitos que produzem e recriam suas existências na relação com estes territórios.

Seus caminhos, marcados por distintas formas de relação com a terra, o trabalho e a coletividade, constituem o centro da cena neste texto. É nesse emaranhado de experiências, condições e potências que situamos nosso olhar, chamando a atenção para o que essas/es jovens desvelam sobre o tecido social que conforma o campo brasileiro na contemporaneidade.

Ao tratarmos das juventudes do campo, referimo-nos a um grupo social com grande diversidade, cujos corpos carregam marcas físicas e simbólicas de experiências atravessadas por desigualdades históricas, mas também por resistências, invenções e práticas que se tecem nos e com os territórios.

No cenário atual, observa-se um significativo desinteresse social e acadêmico em relação às/aos sujeitas/os jovens que vivem e/ou que mantêm laços familiares, comunitários e/ou de trabalho com o campo. Essas juventudes têm sido, de forma reiterada, invisibilizadas e socialmente ocultas pela grande mídia, pela produção acadêmica e pelas políticas públicas, nos múltiplos espaços que constituem nossa vida social.

No país, embora crescentes, ainda são tímidas as pesquisas voltadas a esse

grupo, especialmente se comparadas às juventudes das áreas urbanas (Castro, 2015), seja para compreender as relações sociais nas quais essas/es jovens estão imersas/os, seja para analisar suas dimensões simbólicas e culturais, bem como marcadores de classe, gênero, pertencimento étnico-racial e territorial que, articulados às suas condições materiais e às suas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, impactam profundamente seus modos de ser e estar no mundo – especialmente quanto às especificidades de produção e reprodução da vida em meios rurais.

Nesse contexto, essas juventudes têm demandado, por meio de sua participação social e política em diversos espaços, um olhar mais atento e ações concretas voltadas às suas realidades, de modo a assegurar o reconhecimento de sua existência e a efetivação de seus direitos em condições de igualdade, dignidade e respeito às suas singularidades. Essas e esses jovens têm reivindicado a valorização de seus saberes, memórias e modos de vida, que reafirmam o campo como lugar de vida, de luta, de direito à permanência e de futuro.

Esse movimento tem despertado o interesse de pesquisadoras/es e favorecido a incipiente inserção da temática na agenda das políticas públicas, o que evidencia a necessidade de maior sistematização para subsidiar análises consistentes e orientar

a formulação de ações efetivas voltadas às juventudes do campo (Castro *et al.*, 2009; Leão; Antunes-Rocha, 2015; Castro, 2016; Valadares *et al.*, 2016; Castro *et al.*, 2017).



As juventudes rurais demandam, através da participação social e política, o reconhecimento de sua existência, a efetivação de seus direitos e o respeito às suas singularidades.

Desse modo, este artigo problematiza elementos que atravessam experiências, modos de vida e processos formativos de juventudes do campo, evidenciando desafios, contradições e potências que emergem nos contextos em que vivem e se constituem como sujeitas/os. Discutimos dimensões centrais para a compreensão dessas juventudes no Brasil, com ênfase em questões relacionadas à educação e ao mundo do trabalho.

Tal escolha se justifica pela necessidade de reconhecer a emergência de uma nova condição juvenil no Brasil. Para Dayrell (2007), esta vem sendo construída em meio a profundas transformações socioculturais no mundo ocidental nas últimas décadas, gerando uma nova configuração social. Neste sentido, mudanças no âmbito educacional e no mundo do trabalho são particularmente significativas e incidem de forma decisiva sobre as vidas juvenis.

No campo educacional, a oferta às juventudes tem sido marcada por propostas que ferem seus direitos, o que repercute, por exemplo, na redução de oportunidades de acesso ao Ensino Superior para as camadas mais empobrecidas da população e, conseqüentemente, em sua inserção decente no mundo do trabalho. As transformações no mundo do trabalho, por sua vez, têm alterado a inserção juvenil no mercado, com o desassalariamento e a proliferação de postos de trabalho cada vez mais precários, que atingem sobretudo as/os jovens das camadas populares, restringindo seu universo de experiências e seu campo de possibilidades.

Estas transformações, que se retroalimentam e configuram um círculo vicioso a ser coletivamente enfrentado e combatido, incidem de maneira particularmente danosa sobre as juventudes do campo, dadas as históricas desigualdades educacionais, a precariedade das condições de tra-

balho e a persistência de barreiras sociais, culturais e territoriais que limitam o exercício pleno de seus direitos. Isto justifica o fomento ao debate público sobre entrecruzamentos das temáticas das juventudes do campo, educação e trabalho, com vistas à construção de políticas e práticas que reconheçam suas especificidades, valorizem seus modos de vida e assegurem condições dignas de formação, inserção produtiva e permanência nos territórios.

1. METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado neste artigo combina o diálogo com bibliografia especializada sobre o tema com análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referentes aos anos de 2014 e 2024. Essa combinação é orientada por um olhar que contrasta juventudes do campo e da cidade, com ênfase na identificação de desigualdades, permanências e transformações que incidem de modo particular sobre jovens do campo, permitindo evidenciar nuances e dinâmicas muitas vezes invisibilizadas nas leituras generalistas sobre o tema.

O texto está estruturado em três partes principais. Na primeira, apresentamos o que entendemos por juventude/juventudes, com destaque para a discussão sobre condição juvenil e dimensões da experiência juvenil articuladas ao território do campo. Tal discussão busca evidenciar reflexões, análises e tendências que têm assumido centralidade em pesquisas acadêmicas recentes sobre o tema no país.

Na segunda parte, procedemos a uma análise descritiva de dados da PNAD Contínua (2014 e 2024), evidenciando contrastes entre jovens dos meios rural e urbano a partir de indicadores como escolaridade, inserção no mundo do trabalho e a relação entre trabalho e estudo. Na terceira e última parte, trazemos a discussão sobre possibilidades de enfrentamento dos desafios impostos às juventudes do campo no Brasil, com destaque para políticas públicas e propostas que emergem do debate com essas/es sujeitas/os. Por fim, são apresentadas considerações finais e referências mobilizadas para a discussão.



2. JUVENTUDES, CAMPO E CONDIÇÃO JUVENIL DO/NO CAMPO

O termo juventude tem sido empregado no senso comum, na produção acadêmica e no debate político desde o final do século XIX. Inicialmente, sua definição emergiu do contraponto entre “novas” e “velhas” gerações, sustentada por uma perspectiva hierárquica naturalizante, que subordina o primeiro grupo ao segundo, num viés adultocêntrico. A partir do final do século XX, ampliaram-se os debates e pesquisas sobre o tema, no sentido de problematizar tal noção. Porém a categoria juventude ainda é tratada, em muitos contextos, como autoexplicativa e relativamente consensual, reduzida a critérios etários e/ou a atributos meramente comportamentais (Castro, 2015). Esta abordagem privilegia uma noção universal de juventude, fazendo com que o termo seja usado no singular, nomeando um sujeito homogêneo e estável.

A partir da década de 1980 a análise passou a incorporar um olhar atento à diversidade, capaz de impulsionar o questionamento de definições assentadas exclusivamente em critérios etários. Nesse movimento, ganhou força o uso do termo “juventudes”, no plural, que implica no reconhecimento de diferenças sociais, culturais, territoriais e políticas, afastando-se de concepções homogeneizantes (Castro, 2015). Neste mesmo sentido, Angelina Peralva (1997), Nilma Gomes e Juarez Dayrell (2004) ressaltam que a juventude constitui, ao mesmo tempo, uma condição social, histórica e uma representação e, como tal, deve ser debatida e problematizada.

Atualmente, podemos dizer que a juventude é uma condição construída nas interações entre as/os sujeitas/os e o mundo, marcada por uma relação singular com o tempo passado, presente e com as expectativas de futuro. Nessa perspectiva, ser jovem não é apenas uma etapa biológica ou cronológica, mas um modo de estar no mundo, atravessado por desigualdades de classe, gênero, raça, sexualidade e território.

Também cabe destacar a importância de nos atentarmos à “situação juvenil”, ou seja, “o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc.”, às quais também incluímos a noção de território. (Dayrell, 2007, p. 05).

No caso das juventudes do campo, essa pluralidade de valores, expectativas e representações socialmente produzidas a partir de um recorte geracio-

nal, somadas aos diferentes recortes que matizam os modos como a condição juvenil é vivida por estas/es sujeitas/os faz com que sejam pluralizadas as perspectivas de leituras acerca deste grupo social. Não existe, pois, uma única juventude do campo, mas múltiplas formas de ser jovem no e do campo, delineadas pelas condições econômicas, pelos vínculos com a terra, pelas tradições culturais e pelas relações que estabelecem com o território.

Nesse sentido, falamos em “juventudes do campo”, no plural, para afirmar a necessidade de uma perspectiva que reconheça as/os sujeitas/os em suas singularidades e intersecções, marcadas por classe social, raça, gênero, sexualidade, geração e território; reconhecendo que o modo de viver a juventude está diretamente relacionado às condições objetivas e simbólicas de existência e à pluralidade de trajetórias e modos de ser jovem em contextos rurais brasileiros.

Existem múltiplas formas de ser jovem no e do campo modeladas pelas condições econômicas, vínculos com a terra, tradições culturais e pelas relações com o território.

Maciel Cover e Paulo Cerioli (2015) lembram que juventude rural é um termo amplamente utilizado para designar jovens que vivem em áreas rurais no país. Trata-se, inclusive, de uma categoria utilizada nas pesquisas realizadas por órgãos estatais brasileiros – como a PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste levantamento, a definição de juventude rural fundamenta-se na classificação da situação do domicílio conforme sua área de localização, de acordo com a legislação vigente. Considera-se como “situação urbana” as áreas correspondentes às cidades (sedes

municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas; ao passo que a “situação rural” abrange toda a área situada para além desses limites (IBGE, 2024).

Tem-se, assim, uma concepção que toma o urbano como medida e referência, relegando ao rural a condição de “resto” territorial, por aquilo que excede os contornos do urbano.

Neste artigo, em concordância com Geraldo Leão e Maria Isabel Antunes-Rocha (2015), adotamos “juventudes do campo” por compreendermos que o termo “campo” contém a capacidade de instigar a superação,

na prática social e científica, de uma leitura historicamente limitada, pejorativa e estereotipada sobre o meio rural brasileiro.

O campo não é um espaço físico limitado a um perímetro não urbano, muitas vezes lido como residual, arcaico e atrasado. Também não corresponde, unicamente, a um espaço, sujeitas/os e práticas que se restringem à lida direta com a terra, as águas e as florestas. O campo, entendido como território, envolve dimensões simbólicas, políticas e afetivas: é o espaço ressignificado onde se entrelaçam as relações sociais e culturais que configuram as experiências cotidianas das/os sujeitas/os.

Compreender a juventude do campo é, portanto, reconhecer o território como lugar de vida, memória e construção de identidades; de pertencimento e de disputa. Nele, as/os jovens também elaboram estratégias para permanecer, resistir e reinventar modos de viver no campo. Essa dimensão territorial da juventude do campo revela que as experiências juvenis são indissociáveis dos espaços usados e apropriados por estas/es sujeitas/os, bem como das transformações econômicas e culturais que as/os atravessam. Entretanto, também enfrentam contradições, uma vez que o campo é historicamente produzido como espaço de desigualdade e exclusão, com processos de invisibilização e desvalorização de saberes e modos de vida.

As juventudes do campo vivem condições muito distintas de acesso a direitos, de reconhecimento e de possibilidades de escolha se comparadas às juventudes que habitam as cidades, como será possível constatar por meio de dados analisados neste texto. Além disto, estão permeadas pela questão da migração para centros urbanos – temática predominante ao tratar deste grupo social (Cover; Cerioli, 2015). A migração estaria vinculada a um suposto desinteresse das/os jovens pelo meio rural e a um encantamento e sedução pelo modo de vida urbano, o que justificaria este deslocamento campo-cidade.

A este respeito, Castro (2012; 2015) destaca que a percepção, quase trágica, do total desinteresse das/os jovens pelo campo é confrontada por manifestações de organizações juvenis em direção à defesa do campo. Coletivos juvenis vêm sendo fortalecidos em suas pautas e demandas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros. Emerge, pois, a compreensão de uma categoria que, embora historicamente invisibilizada, afirma-se como um “ator político” que exige respeito e reconhecimento.

Com relação à educação e ao trabalho, Castro (2012) afirma que algumas dificuldades incidem mais diretamente sobre os/as jovens do campo. As juventudes do campo enfrentam a necessidade de conciliar as demandas do trabalho agrícola, familiar ou sazonal, por exemplo, com os processos de escolarização, frequentemente marcados pela precariedade da oferta e pela distância entre o currículo escolar e a realidade territorial.

O percurso escolar nas áreas rurais em diferentes regiões do país ainda é atravessado pelas condições materiais e simbólicas de existência marcadas pela precariedade e pelo descaso. Além disto, as escolas situadas em territórios rurais, historicamente, foram organizadas a partir de uma lógica urbana e produtivista, desconsiderando as especificidades territoriais, culturais e laborais das/os sujeitas/os que nelas estudam, em modelos educativos que, muitas vezes, desvalorizam a cultura camponesa e os saberes da terra.



As juventudes do campo se veem frente ao desafio de conciliar as demandas do trabalho agrícola, familiar ou sazonal com processos de escolarização frequentemente marcados pela precariedade da oferta e pela dissonância entre o currículo e o território onde vivem.

Paralelamente, o trabalho no campo, atravessado por relações desiguais de propriedade e por condições precárias, muitas vezes não se apresenta como espaço de realização e dignidade, mas como imposição de sobrevivência. A precarização das atividades agrícolas, o avanço do agronegócio e a ausência de políticas de incentivo à agricultura familiar dificultam a permanência das juventudes no campo.

Assim, as/os jovens que constroem suas vidas no campo se encontram entre a necessidade de trabalhar e o desejo de estudar, entre o chamado à permanência e as pressões de um modelo de desenvolvimento que lhes nega o direito de existir plenamente em seus territórios. A educação aparece como promessa de mobilidade e emancipação, mas também como espaço de reprodução de desigualdades.

O trabalho, por sua vez, pode ser fonte de identidade, pertencimento e autonomia, mas, nas condições impostas pelo capitalismo contemporâneo, assume muitas vezes formas precarizadas e excludentes. Para muitas/os jovens do campo, o trabalho é também espaço de aprendizagem e de transmissão intergeracional de saberes; mas, para outros, é o que os afasta do estudo e limita os projetos de vida.

Neste sentido, como refletem Leão e Antunes-Rocha (2015), pensar a juventude do campo é pensar também nas formas de produção do conhecimento e de resistência que emergem nesses territórios, nas escolas, nos diferentes locais de trabalho e nas comunidades, onde as/os jovens reconfiguram os sentidos de aprender e de viver.

Essas reflexões nos convidam a formular perguntas que não buscam respostas prontas, mas provocam o pensamento e a ação. Como tem se configurado a inserção das/os jovens do campo na educação e no trabalho? As/os jovens do campo estão na escola? A partir dos marcadores sociais de opressão, qual tem sido o lugar das/os jovens negras/os do campo? E quanto à inserção no mercado de trabalho, quais os acessos destas e destes jovens? Estão em trabalhos protegidos?

3. CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE DO CAMPO NO BRASIL (PNAD CONTÍNUA – 2014 E 2024): BREVE PANORAMA



A análise de dados da PNAD Contínua dos anos de 2014 e 2024 evidencia permanências e transformações importantes a respeito do lugar que as/os jovens do campo ocupam na estrutura social e nas dinâmicas territoriais brasileiras. De modo geral, observa-se que a população jovem total no país, de 15 a 29 anos, passou de aproximadamente 50,8 milhões em 2014 para 48 milhões em 2024 – uma diminuição de cerca de 2,8 milhões de jovens ao longo da década. Essa redução acompanha a tendência de envelhecimento populacional do país, mas tem efeitos distintos quando consideramos os contextos rural e urbano.

Os dados de perfil socioeconômico da população jovem segundo o local de residência (campo e cidade) nos anos de 2014 e 2024 evidenciam uma redução da juventude residente no campo, que passou de 14,2% do total de jovens brasileiras/os (cerca de 7,2 milhões) em 2014 para 12,2% (aproximadamente

5,8 milhões) em 2024. Em contrapartida, observa-se o crescimento da participação da juventude urbana, que representava 85,8% em 2014 e alcança 87,8% em 2024, indicando um processo contínuo de concentração da população jovem nas áreas urbanas.

Esses números expressam, de um lado, a continuidade da migração campo-cidade e, de outro, a concentração das oportunidades de estudo e trabalho nas regiões urbanas, o que reforça as desigualdades territoriais estruturais. A redução da presença das/os jovens no campo não é, contudo, apenas quantitativa: ela tem implicações simbólicas e materiais, na medida em que compromete a continuidade de práticas, saberes e modos de vida ligados ao território, à agricultura familiar e às culturas camponesas.

Com relação à faixa etária, houve também, entre 2014 e 2024, uma redução da presença juvenil no meio rural em todas as faixas etárias³ analisadas (15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos), acompanhada do aumento da concentração de jovens nas áreas urbanas. Esse movimento indica um processo contínuo de diminuição da juventude residente no campo, independentemente da subdivisão etária considerada.

Esta análise etária revela certo padrão de mobilidade territorial: a proporção de jovens rurais diminui à medida que aumenta a idade, especialmente após os 18 anos, sugerindo que muitas/os migram para áreas urbanas possivelmente em busca de escolarização e inserção profissional que o meio rural não assegura, seja para elas e eles, seja para suas famílias.

Essa redução tem sido interpretada de modo naturalizado como um “desejo” das juventudes de se deslocar para as áreas urbanas, contra o qual pouco ou nada se pode fazer. Pesquisas recentes, no entanto, tensionam essa leitura simplificadora, ao indicar que o dilema das/os jovens entre “ficar” e “sair” do campo envolve múltiplos condicionantes (econômicos, culturais, sociais e políticos).

3 Embora a faixa etária não seja o único critério relevante para compreender a condição juvenil, ela constitui o principal parâmetro a partir do qual as políticas públicas são formuladas e executadas. Do mesmo modo, as pesquisas demográficas utilizam a idade como base para definir e mensurar a população (Singer, 2007; Carrano, 2008). No campo das políticas voltadas à juventude, é comum que os estudos adotem subdivisões etárias para captar as especificidades de cada etapa do ciclo juvenil. Conforme a classificação proposta pelo Ipea (2008), distinguem-se três segmentos: o jovem adolescente (15 a 17 anos), o jovem jovem (18 a 24 anos) e o jovem adulto (25 a 29 anos). É importante dizer que mesmo com faixas etárias iguais, as/os jovens vivem suas juventudes de maneiras muito diferentes, pois as condições sociais (classe, local de moradia), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e os pertencimentos identitários (raça, gênero, sexualidade) alteram significativamente suas experiências.



Articulados a esse debate, Lanna Oliveira, Luana Silva e Matheus Silva (2023) desenvolvem uma reflexão sobre o fechamento das escolas do campo. Com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), as/os autoras/es indicam que, entre 1997 e 2018, mais de 80 mil escolas do campo foram fechadas. Ainda segundo dados do Inep, em 2018 o país contava com 57,6 mil escolas do campo em funcionamento, frente às 137.599 existentes em 1997, o que evidencia a expressiva redução dessa rede ao longo das últimas décadas.

Dessa forma, reforçamos que não se trata, para as juventudes do campo, de escolher permanecer no campo ou não, mas de ser forçado a buscar alternativas de escolarização fora dele, em razão da construção social da desigualdade.

Dando continuidade à caracterização das/os jovens do campo quanto à cor/raça, observa-se que entre 2014 e 2024 os percentuais de jovens brancas/os e negras/os mantêm-se relativamente estáveis, com predominância da residência urbana em ambos os grupos.

Em 2024, 14,3% das/os jovens negras/os viviam em áreas rurais, proporção significativamente superior à observada entre jovens brancas/os (9,0%). Isso indica que a juventude negra permanece mais vinculada a territórios rurais historicamente marcados por menos investimentos públicos, piores indicadores educacionais e maiores restrições de acesso a direitos. O Nordeste e o Norte concentram o maior número absoluto e a maior incidência relativa de jovens negras/os rurais, sobrepondo desigualdades de raça, classe e território.

Refletir acerca da condição juvenil das/os jovens do campo, levando em conta a dimensão racial⁴, é crucial, uma vez que na sociedade brasileira o racismo estrutural produz e reproduz lógicas de opressão e subalternização, em que a pessoa branca é colocada como padrão de fenótipo, de saber e de modo de existir a ser seguido.

Para as juventudes do campo, esses marcadores se entrelaçam de modo ainda mais intenso, pois a racialização, somada às desigualdades territoriais, reforça limitações históricas de acesso a direitos, permanência escolar e reconhecimento de seus modos de viver. Assim, compreender sua condição juvenil exige considerar como raça, território e classe produzem experiências específicas e, muitas vezes, silenciadas.

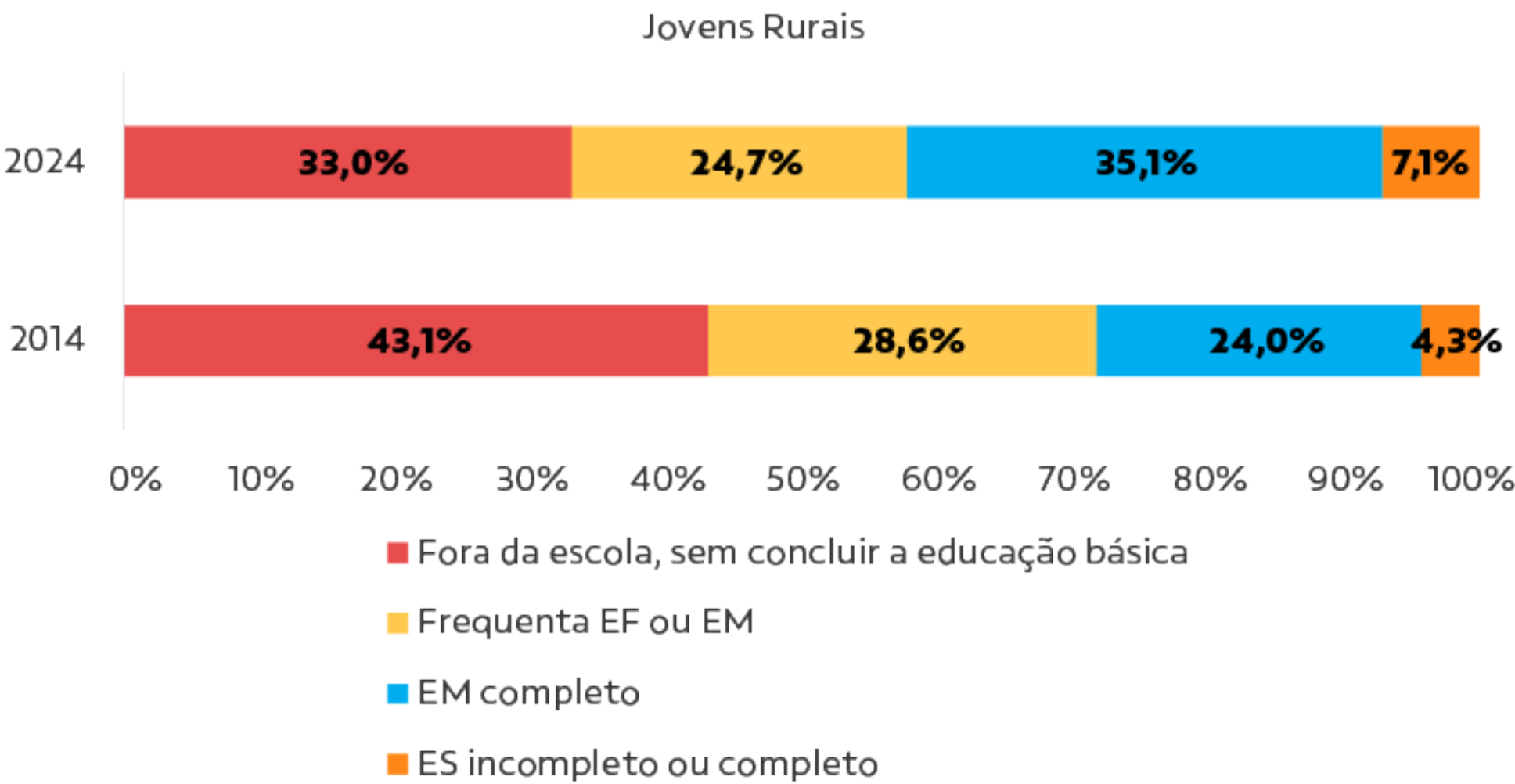
⁴ O termo raça constitui uma “categoria social de dominação e exclusão” (Guimarães, 2003, p. 4), pois, ao longo do processo de socialização, internalizamos e naturalizamos as hierarquias produzidas nas relações entre pessoas negras e brancas em distintos contextos sociais. Assim, raça, na contemporaneidade, refere-

Por último, os dados regionais evidenciam as desigualdades que atravessam o país e se expressam na distribuição das juventudes do campo. Em 2014 e 2024, as maiores proporções concentram-se no Nordeste (25,4% e 22,4%) e no Norte (21,6% e 19,5%), enquanto Sul (12,4% e 10,5%), Centro-Oeste (8,5% e 5,7%) e Sudeste (6,4% e 5,1%) apresentam percentuais menores. Ao longo da década, verifica-se uma redução generalizada da presença juvenil no campo em todas as regiões, com a maior presença nas regiões historicamente associadas à agricultura familiar e à produção de subsistência.

3.1 ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO DAS JUVENTUDES DO CAMPO: REFLETINDO SOBRE OS DADOS

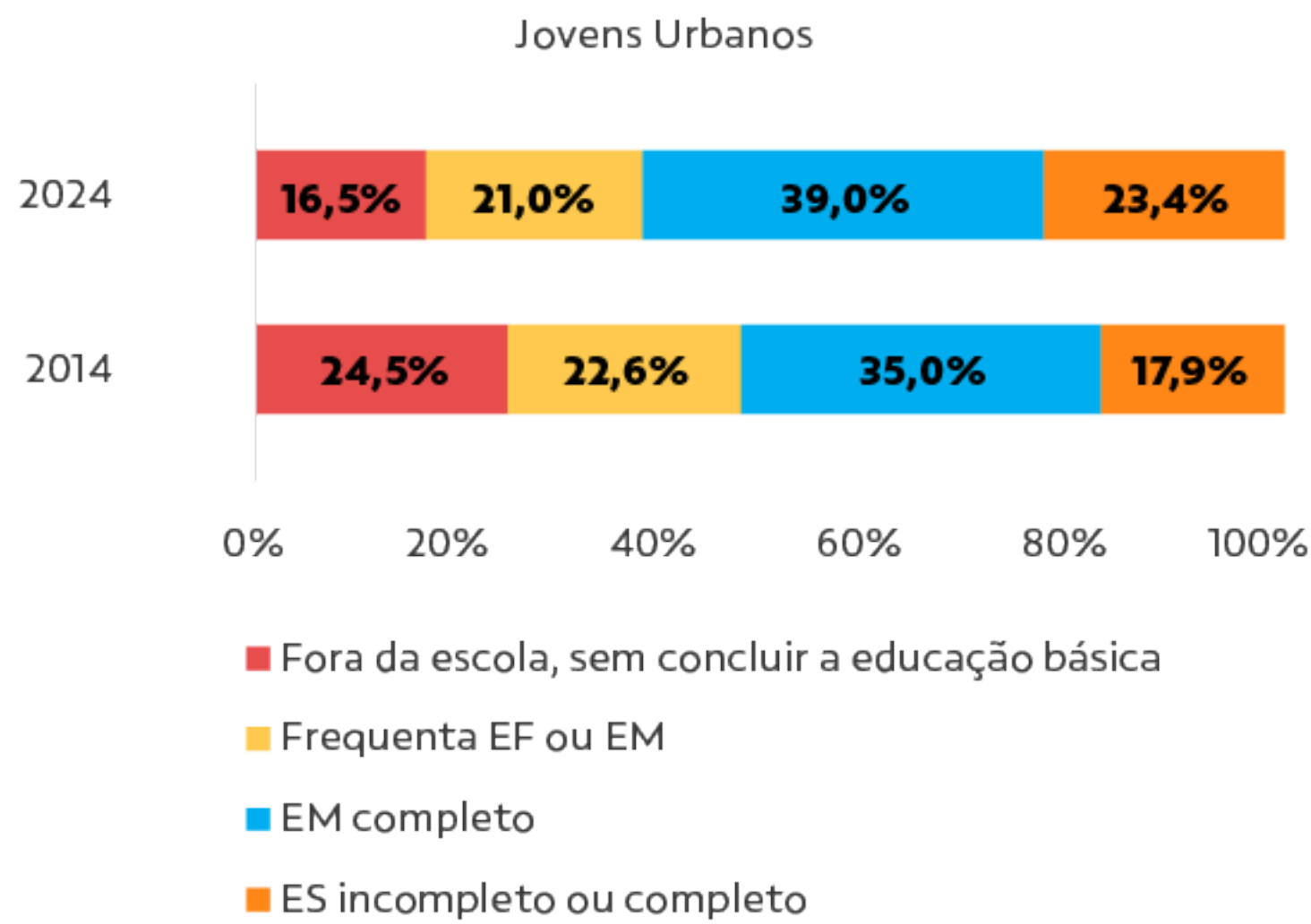
A PNAD Contínua, conforme os gráficos 1 e 2, aponta elementos importantes acerca da escolarização e do trabalho.

Gráfico 1 – Distribuição percentual de jovens rurais de 15 a 29 anos por situação de escolarização – Brasil, 2014 e 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Distribuição percentual de jovens urbanos de 15 a 29 anos por situação de escolarização – Brasil, 2014 e 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

Os gráficos indicam que, entre 2014 e 2024, houve avanços importantes na escolarização das juventudes do campo, ainda que persistam desigualdades estruturais em relação às áreas urbanas. No meio rural, observa-se a redução do percentual de jovens de 15 a 29 anos fora da escola sem concluir a educação básica (de 43,3% para 33,0%), acompanhada do crescimento daqueles que concluíram o ensino médio (de 24,0% para 35,1%) e do aumento, ainda que tímido, do acesso ao ensino superior incompleto ou completo (de 4,3% para 7,1%).

A comparação evidencia que, embora ambos os contextos tenham registrado melhorias, os jovens urbanos mantêm trajetórias educacionais menos interrompidas, com percentuais significativamente menores de não conclusão da educação básica e maior presença no ensino médio concluído e no ensino superior. Assim, os gráficos explicitam que os avanços no campo não eliminam as desigualdades territoriais, mas revelam um movimento de expansão do acesso escolar que ocorre de forma desigual e tensionada pelas condições históricas e estruturais que marcam os territórios rurais.



Em uma década, melhoraram os índices de permanência na escola e de conclusão da educação básica no campo. Porém, os números permanecem inferiores aos do meio urbano, explicitando desigualdades territoriais e a permanência de tensões históricas.

Os gráficos indicam possíveis efeitos positivos de políticas educacionais para ampliação de acesso e permanência das/dos jovens do/no campo, implementadas na última década, conforme abordaremos no próximo tópico.

Ainda assim, a proporção de jovens rurais fora da escola ou que não concluíram o ensino médio permanece consideravelmente superior à observada entre jovens urbanos – 33% em 2024 –, evidenciando a persistência de barreiras territoriais que dificultam a permanência escolar. Em 2024, as/os jovens urbanas/os continuam concentrando maior presença no ensino médio concluído (39%) e maior acesso ao ensino superior, indicando percursos educacionais menos interrompidos, ainda que a taxa também seja baixa.

O contraste entre os dois contextos mostra que, apesar de avanços no campo, as desigualdades territoriais permanecem estruturantes e impactam diretamente as oportunidades educacionais – o que reforça a necessidade de políticas específicas voltadas à garantia de acesso, permanência e progressão escolar das juventudes rurais, com atenção às condições socioeconômicas, geográficas e culturais que moldam suas experiências educativas.

Os indicadores relativos ao mundo do trabalho entre jovens de 15 a 29 anos rurais revelam uma inserção laboral no campo marcada pela informalidade, baixos rendimentos e desigualdades estruturais, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Taxa de participação, ocupação, desemprego, informalidade e rendimento do trabalho de jovens rurais – 2024

	Taxa de participação	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego	Informalidade	Rendimento do trabalho
Jovens	51,8%	46,8%	9,8%	69,0%	R\$ 1.461
Cor/raça					
Brancos	59,0%	54,6%	7,5%	55,9%	R\$ 1.872
Negros	48,9%	43,6%	10,7%	75,3%	R\$ 1.257
Sexo					
Homens	66,8%	62,1%	7,0%	69,9%	R\$ 1.505
Mulheres	36,1%	30,6%	15,2%	67,0%	R\$ 1.363
Região					
Centro-Oeste	57,3%	53,5%	6,7%	54,3%	R\$ 2.138
Nordeste	45,6%	39,5%	13,5%	81,0%	R\$ 1.043
Norte	49,0%	45,6%	6,9%	86,6%	R\$ 1.182
Sudeste	61,4%	56,1%	8,6%	58,8%	R\$ 1.770
Sul	67,6%	64,9%	4,1%	36,2%	R\$ 2.253

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração própria.

As desigualdades raciais são expressivas: jovens negras/os apresentam menor participação (48,9%), menor ocupação (43,6%), maior desemprego (10,7%) e a maior informalidade (75,3%), além dos menores rendimentos (inferiores a um salário mínimo).

Entre as mulheres rurais, a vulnerabilidade é ainda mais acentuada, com taxa de desemprego de 15,2%, o dobro da registrada entre homens, revelando barreiras específicas que atravessam as juventudes femininas no campo.

O impacto das desigualdades de gênero e racial é mais intenso nas jovens negras do campo, que apresentam taxas mais elevadas de desemprego e informalidade.



Regionalmente, Norte e Nordeste rurais concentram resultados piores, em comparação às demais regiões. Apesar de pequenas melhorias salariais ao longo da década, a inserção laboral das juventudes do campo permanece atravessada por obstáculos históricos e estruturais. As políticas de trabalho e renda para jovens continuam a ser um desafio urgente, especialmente quando cruzadas com raça, gênero e território.

Outros números também revelam desigualdades significativas entre juventudes rurais e urbanas quanto às oportunidades educacionais e ocupacionais. Entre as/os jovens rurais de 15 a 29 anos, 28,8% não estudam nem trabalham, valor muito superior ao encontrado em áreas urbanas (17%). A situação se agrava nas faixas de 18 a 29 anos, consideradas críticas na transição entre a conclusão da educação básica e o trabalho.

Em um primeiro momento, poderíamos sinalizar que a condição de jovens que não trabalham e não estudam (as/os chamadas/os “jovens sem sem”) é mais intensa no campo⁵.



5 Adotamos o termo “jovens sem sem” no lugar dos “jovens nem-nem” por considerarmos que esta nomeação, surgida na Inglaterra nos anos 1990, desconsidera as diferentes formas de estar nos processos de escolarização e no mundo do trabalho. Como aponta Nonato (2019), ela se baseia em uma concepção restrita de trabalho, limitada ao mercado formal, invisibilizando inserções laborais precárias, sazonais ou de baixa formalização, comuns entre jovens do campo. Também tende a responsabilizar individualmente as/os jovens pela ausência de trabalho e escolarização, desconsiderando que o desemprego juvenil e as dificuldades de acesso à educação são problemas estruturais, agravados nos territórios rurais. Denominações como “jovens sem sem” – sem estudos e sem ocupação no mercado de trabalho (Corrochano; Abramo; Abramo, 2017) – são mais coerentes, uma vez que evidenciam ser este um desafio de ordem estrutural complexa e relacional, não individual.



Jovens sem estudo e sem trabalho (2024)

No campo: 28,8%

Nas áreas urbanas: 17%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024

No caso das/os jovens do campo, os dados revelam maiores obstáculos de acesso à educação formal nos territórios de vida destas populações e, também, insuficiência de oportunidades de trabalho qualificado que possibilitem a permanência no campo. A combinação entre trabalho precário e baixa permanência escolar aprofunda desigualdades históricas das juventudes do campo.

Quanto à conciliação entre estudo e trabalho, 17,4% das/os jovens urbanos estudam e trabalham, e 9% das/os jovens rurais estão nessa condição. Ao analisar as subdivisões etárias, constata-se que, entre 15 e 17 anos, os dados rurais e urbanos são semelhantes: a maioria absoluta se concentra nos estudos. Contudo, a partir dos 18 anos, ocorre uma ruptura mais abrupta no campo: entre 18 e 24 anos, 14,7% das/os jovens rurais continuam estudando (contra 18,9% no urbano).

Importante citar que a noção recorrente de “conciliação” entre trabalho e estudo, sobretudo quando aplicada às juventudes, opera como eufemismo que mascara as condições concretas enfrentadas pelas/os jovens, particularmente aquelas/es do campo. Mais do que um equilíbrio entre duas dimensões da vida juvenil, trata-se de um processo de tensionamento e interrupção em que o trabalho, tal como se apresenta nos territórios rurais, compete de maneira desigual com o estudo, inviabilizando trajetórias formativas mais longas e aprofundando as desigualdades históricas entre campo e cidade.

Por último, podemos afirmar que esses dados revelam barreiras profundas de acesso, permanência e progressão educacional, indicando que a trajetória escolar das/os jovens rurais é interrompida mais cedo e com menor possibilidade de retomada. Há um movimento de “expulsão” destas/es sujeitas/os da escola – com interrupção precoce da vida estudantil para parte delas/es

(devido, inclusive, ao fechamento de estabelecimentos escolares no campo) –, barreiras estruturais de permanência e, ainda, necessidade de ampliação de políticas de ensino médio e educação superior de qualidade socialmente referenciada e voltada ao campo no país.

Os dados, portanto, apontam para a necessidade de políticas educacionais e socioeconômicas que considerem as especificidades territoriais e reconheçam que os territórios rurais produzem experiências juvenis singulares, marcadas por desigualdades históricas que afetam o acesso à educação, ao trabalho digno e ao reconhecimento social.

3.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES SOB A ÓTICA DAS JUVENTUDES DO CAMPO

Os territórios, especialmente aqueles atravessados pela precariedade, produzem formas próprias de educar e de afirmar a juventude, nas quais o pertencimento e a busca por reconhecimento se tornam dimensões centrais da experiência juvenil. Dayrell (2007) afirmou que a escola “faz juventudes”, no sentido de afirmar que a instituição escolar – enquanto espaço de sociabilidade, trocas, atribuição de papéis e mediação entre gerações – participa ativamente da produção de identidades, expectativas e “condição juvenil”, ou seja, de como a/o jovem se define e é definido socialmente no contexto de sua geração e de seu ambiente de vida. Considerando pensar os territórios e, especialmente as/os jovens do campo, perguntamos: o território do campo “faz juventudes”?

Tal indagação nos convoca a reconhecer que os modos de viver, trabalhar, aprender e se relacionar ao território também configuram experiências juvenis singulares, produzidas na interseção entre condições materiais, memórias coletivas, dinâmicas comunitárias e formas próprias de sociabilidade que marcam profundamente o modo como essas/es jovens se percebem e são percebidas/os no mundo.



Nas duas últimas décadas, ganharam destaque as lutas das juventudes do campo por políticas voltadas para a sustentabilidade e permanência no campo com dignidade.

Nesse cenário, as juventudes do campo constroem alternativas, reivindicando condições de educação e trabalho que dialoguem com seus modos de vida. A este respeito, ganha destaque um acúmulo da construção das juventudes do campo, das florestas e das águas, nas duas últimas décadas, na luta por políticas públicas que visam à sustentabilidade no campo e à garantia de permanência no campo com dignidade.

No âmbito da educação, nas últimas décadas, políticas públicas voltadas para a educação do campo têm buscado valorizar as especificidades dos territórios e dos sujeitos que neles vivem, reconhecendo que o campo é espaço de produção de saberes, e não apenas de carências. A este respeito, podem ser mencionados o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo – Portaria nº 538/2025). Dentre seus princípios, destacamos o incentivo à oferta da educação em tempo integral nas escolas do campo à luz da formação em alternância, além da garantia de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior.

Lembramos, ainda, que o acúmulo das lutas das juventudes do campo também culminou na elaboração do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR), materializado no Decreto 8.736/2016 – revo-

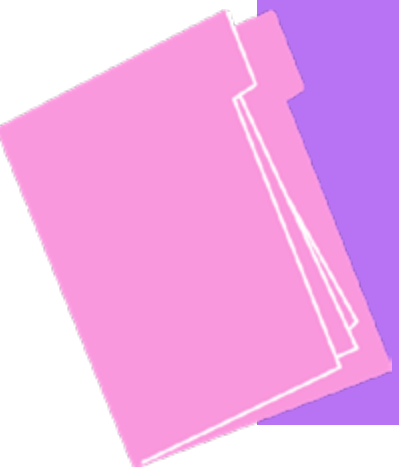
gado em 2020 –, e na nova instituição deste plano pela Lei 15.178/2025. Frutos de diversos encontros, oficinas, conferências, disputas, embates e debates em diversos âmbitos, tais documentos contêm propostas e caminhos de políticas públicas que buscam contemplar a integralidade dos desafios que perpassam a vida da juventude camponesa. No eixo relativo à inclusão produtiva destas/es jovens, por exemplo, destacam-se demandas de democratização da terra juntamente com as condições financeiras e de assistência para a permanência no campo, passando, também, pelo fomento à agricultura familiar, na perspectiva da agroecologia, voltado para as juventudes. Destaca-se a demanda das juventudes do campo de enfrentamento e ruptura da hierarquização e da tutela, característicos dos suportes recebidos (Brasil, 2025).

Cabe, ainda, mencionar a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ – 2010), construída com foco na garantia dos direitos à educação e ao trabalho das juventudes, aqui retomada à luz das singularidades que atravessam a vida das/os jovens do campo. Essa retomada é fundamental para tensionar os limites impostos pelas dinâmicas rurais de informalidade, precarização e desigualdade territorial, que moldam de maneira específica a experiência juvenil.

A ANT DJ, lançada em 2010 e (re)construída entre 2013 e 2016 com a participação de diferentes setores da sociedade, enfatiza que as/os jovens devem ser reconhecidas/os como sujeitas/os de direitos e que é necessário superar a dualidade ou a chamada conciliação harmoniosa entre trabalho e estudo. Conforme sintetizam Maria Carla Corrochano, Helena Abramo e Laís Abramo (2017), a Agenda “chama a atenção para o fato de que há a necessidade de examinar as condições em que o trabalho é exercido e de promover garantias de que essa inserção não seja prejudicial ao seu desenvolvimento integral, da qual a educação é parte fundamental” (2017, p. 149).

Tendo em vista o diagnóstico das condições juvenis no campo, marcado por trajetórias interrompidas e pela dificuldade de acessar tanto a escola quanto o trabalho digno, destacamos as quatro ações prioritárias da Agenda: 1) “Mais e melhor educação”, que diz respeito à elevação dos níveis educacionais das/os jovens, assegurando igualdade de oportunidades em termos de classe, gênero e raça, bem como cumprimento da idade mínima de ingresso no trabalho; 2) “Conciliação de estudos, trabalho e vida familiar”, que envolve a criação de condições que permitam articular tempo de trabalho, escolarização e vida doméstica, sem que uma esfera inviabilize a outra; 3) “Inserção ativa e digna no mundo do trabalho”, com ampliação das oportunidades de emprego de qualidade e promoção da igualdade de tratamento; 4) “Diálogo social”, com fortalecimento dos espaços de debate sobre alternativas para a inserção laboral juvenil (Brasil, 2010).

Em síntese, a reflexão proposta pela Agenda evidencia que o trabalho juvenil deve ser analisado em sua complexidade, reconhecendo “a/o jovem em suas múltiplas facetas, quais sejam: estudante, trabalhadora/or, filha/o, mãe/pai e etc.” (Nonato, 2019, p. 378). Assim, um trabalho decente para as juventudes exige arranjos de tempo e espaço que contemplem essas dimensões e rompam com a dicotomia histórica entre estudo e trabalho. Além de promover “mais e melhor educação”, é imprescindível assegurar que o acesso das/os jovens ao mundo laboral não se dê em espaços precarizados, mas por meio de inserções dignas, socialmente protegidas e territorialmente adequadas.



Considerando as singularidades das juventudes do campo, é importante que exista uma articulação entre as políticas agrárias, de educação e produtivas, tendo em vista a criação de condições efetivas de permanência no território.

Nesse sentido, para as juventudes do campo, a ANTDJ se apresenta não apenas como um documento normativo, mas como uma possibilidade concreta de ação pública. Contudo, é importante um olhar acerca das singularidades das juventudes do campo, pois não se trata apenas de “conciliar” estudo e trabalho, mas de disputar condições efetivas de permanência no território, com tempo, renda, proteção social e acesso à educação que respeite seus modos de vida. Assim, a Agenda só se realiza plenamente quando articulada a políticas agrárias, educacionais e produtivas que enfrentem a precarização estrutural que incide sobre o campo.

Os desafios postos à relação entre educação e trabalho para as juventudes do campo evidenciam que suas trajetórias não podem ser compreendidas sem considerar o papel estruturante das políticas públicas. Programas como o Pronera, o Novo Pronacampo e o PNJSR constituem respostas históricas às desigualdades territoriais, atuando na ampliação do acesso à educação, na valorização dos modos de vida rurais e na criação de condições para que jovens possam permanecer no campo com dignidade. Esses instrumentos mostram que a efetivação do direito à educação depende de ações que integrem infraestrutura, formação docente, apoio à agricultura familiar, democratização da terra e reconhecimento das identidades camponesas.

Ao mesmo tempo, a ANTDJ, ao afirmar a centralidade do emprego digno, da proteção social, da igualdade de oportunidades e do diálogo social, oferece parâmetros essenciais para enfrentar a precarização que marca a inserção laboral juvenil no campo, convocando o Estado a construir condições reais de trabalho compatíveis com o desenvolvimento integral dessas/es sujeitas/os.



Nasci e cresci na zona rural de uma cidade pequena, com cerca de 17 mil habitantes, onde vivi com minha família a maior parte da vida. Sou formada em Ciências Biológicas e atuo como professora em três escolas do campo. Também estou finalizando uma segunda graduação, em Farmácia.

Comecei a dar aula recentemente. Ingressei por meio de um concurso público. Por causa da minha idade, muitos acham que sou auxiliar ou estagiária.

Como morava na zona rural, foi desafiador fazer uma faculdade: a mais próxima ficava a 50 km de onde eu morava, e a cidade é bem tradicional, então havia resistência na minha família, que acreditava que o papel da mulher era casar, ter filhos e cuidar da casa.

Comecei a estudar aos 6 anos. [...] As condições das escolas rurais sempre foram simples. Mesmo hoje, faltam laboratórios e recursos tecnológicos, mas os prédios são bem cuidados e os professores muito dedicados.

Jovem, 28 anos, mora no campo e foi mãe na adolescência.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito dos estudos sobre juventudes no Brasil, as experiências das/os jovens do campo costumam permanecer à margem das análises, seja pela escassez de pesquisas dedicadas a esse público, seja pelos processos históricos de invisibilização que encobrem suas demandas e modos de vida. Apesar disso, trata-se de um grupo profundamente heterogêneo, cujas vivências desafiam leituras simplificadoras e homogêneas.

Como apontam Leão e Antunes-Rocha (2015), compreender as juventudes do campo exige ampliar o horizonte interpretativo, substituindo definições únicas por abordagens que levem em conta a multiplicidade de experiências que conformam essa condição juvenil. Tal perspectiva implica reconhecer as relações sociais que atravessam essas/es sujeitas/os, considerar suas dimensões simbólicas e culturais, atentar para os marcadores de classe, gênero, raça e território que estruturam suas existências, bem como para as condi-

ções materiais e transformações emocionais e cognitivas que moldam seus modos de ser e de se inserir no mundo.

Diante dos dados apresentados, entende-se que, para discutir sobre juventudes do campo, é preciso refletir acerca dos modos como o poder e a desigualdade se materializam nas trajetórias juvenis, especialmente no que se refere à educação e ao trabalho.

É necessário considerar que a educação ocupa um papel central na afirmação dessas juventudes, seja como espaço de sociabilidade e reconhecimento, seja como possibilidade de construção de outros horizontes de vida. No entanto, a permanência escolar não pode ser compreendida de forma dissociada das condições materiais que estruturam o cotidiano juvenil. Para as/os jovens do campo, estudar implica, muitas vezes, enfrentar longas distâncias, precariedades estruturais, responsabilidades familiares e comunitárias, além dos limites impostos pela inserção precoce no trabalho. Por isso, pensar políticas educacionais para essas juventudes exige considerar as dinâmicas territoriais, os tempos da vida rural, a diversidade das práticas agrícolas e o reconhecimento das identidades camponesas, por exemplo.

Do mesmo modo, a reflexão sobre o trabalho das juventudes do campo evidencia tensões fundamentais que atravessam a experiência juvenil. As estatísticas mostram que a chamada “conciliação entre trabalho e estudo”, por exemplo, não se realiza plenamente, sobretudo quando o trabalho oferecido é informal, sazonal, de baixa remuneração ou imposto pela necessidade de sobrevivência familiar. Por isso, quando pensamos a categoria “trabalho decente”, precisamos confrontá-la com a realidade concreta da juventude camponesa, marcada por processos de exploração, ausência de proteção social, discriminação estrutural e restrições históricas ao acesso à terra. A ANTDJ se apresenta, assim, como marco importante, mas que exige releituras profundas quando aplicada aos contextos rurais.

Diante desse cenário, o campo brasileiro tem sido território de um tensionamento permanente entre as forças que expulsam e aquelas que buscam criar condições de enraizamento destas juventudes no campo. A diminuição do número de jovens rurais entre 2014 e 2024 sugere que as condições estruturais que sustentam a permanência, como o acesso à educação, ao crédito, à internet, ao transporte e à cultura, ainda são insuficientes para garantir que as/os jovens escolham permanecer. Em contrapartida, mesmo diante da diminuição numérica, há um fortalecimento simbólico de movimentos e coletivos que articulam trabalho, agroecologia e educação como práticas de per-

manência. Essa dimensão qualitativa é fundamental para compreender que as encruzilhadas vividas pelas/os jovens do campo são também lugares de criação, especialmente ao admitir o território como espaço de produção de saberes e de vida, que devem ser reconhecidos e reafirmados em nosso país.

Nesse sentido, o enfrentamento das desigualdades que atravessam as juventudes do campo requer políticas que articulem, simultaneamente, educação, trabalho, terra, território, cultura e sustentabilidade ambiental. Recuperar marcos como o Pronera, o Novo Pronacampo e o PNJSR, assim como reler a ANTDJ à luz das experiências das juventudes do campo, é um movimento essencial para construir condições reais de permanência com dignidade. Trata-se de reconhecer essas juventudes como sujeitas/os políticas/os que reivindicam não apenas oportunidades educacionais e laborais, mas o direito de existir, viver e produzir conhecimento em seus territórios.

Por fim, salientamos que juventude é uma construção social e que as/os jovens são sujeitas/os concretos, em carne, sangue e espírito, como salienta Maria Corrochano (2008). Assim, “na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens enquanto sujeitas/os que a experimentam e sentem segundo determinado con-

texto sociocultural onde se inserem” (Dayrell, 2007, p. 4).

Jovens do campo questionam e tensionam formas de ser jovens, produzem suas próprias estratégias de resistência e reinvenção, afirmando identidades e pertencimentos que atravessam as fronteiras entre o rural e o urbano. Assim, não se pode reduzir o perfil das juventudes do campo à ausência, ao êxodo ou a referências que se restringem ao modo de vida urbano. Castro (2008, *apud* Caldart *et al.*, 2012, p. 442) afirma que “esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos”. É preciso pensar nas juventudes do campo longe dos estereótipos que insistem em negá-las como sujeitos políticos, capazes de conduzir seus próprios destinos e de disputar sentidos para o território.

As juventudes do campo, portanto, não apenas vivenciam a juventude em um contexto de desigualdade histórica, mas também produzem novas formas de existência e resistência. Elas constroem horizontes de sentido que articulam o local e o global, o passado e o futuro, a tradição e a modernidade, o campo e a cidade. É no encontro entre esses polos que emergem projetos de vida, uto-

pias e desafios, atravessados por tensões que dizem respeito ao direito de permanecer no campo e de ter garantido o acesso à educação, ao trabalho digno e à vida com qualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Trabalho decente para a juventude**. Brasília: Ipea, 2008.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, a busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 6, set.-dez.,1997.

BARCELLOS, S. As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF jovem em debate. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, p. 149–173, jan./jun. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: censo escolar da educação básica**. Brasília, DF: MEC, Inep, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília: MTE, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil**. Brasília, MTE, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE, 2011.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Brasília, DF: Governo Federal, 2024.

CAMARANO, A. A. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARRANO, P. C. R.; MEDEIROS, V. N. **O projeto de vida entre o objetivo e o subjetivo desafia o ensino médio**. São Paulo: Ação Educativa, 2024.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: NOVAES, R.; VENTURI, G.; RIBEIRO, E.; PINHEIRO, D. (org.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016, p. 60–101. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/AGENDAJuventudeBrasil.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

CASTRO, E. G. de. Juventude do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 439–446.

CASTRO, E. G.; FERREIRA, A. T.; SERRADOURADA, R. N.; CARVALHO, E. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M; L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: Ipea, 2017, p. 295–326.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009. 240p. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/os-jovens-estao-indo-embora.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 53–68, out.–dez, 2020.

CORROCHANO, M. C. Novo ensino médio: experiências e sentidos entre jovens estudantes. **Revista Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 68, p. 1–25, 2024.

CORROCHANO, M. C. **O trabalho e sua ausência:** narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, [S.l.], p. 135–169, 2017.

CORTI, A. P. **À deriva:** um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991–2003). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COVER, M.; CERIOLI, P. C. Juventude rural e os modelos de desenvolvimento. In: **Juventudes do Campo**, v. 1, p. 48–62. São Paulo: Autêntica, 2015.

DAYRELL, J. T. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105–1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

DAYRELL, J. T.; CARRANO, P. C. **Jovens no Brasil:** difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. [S.l.], 2002.

FEIJOÓ, M. C. Los ni-ni: una visión mitológica de los jóvenes latino-americanos. **Tendências em foco**, n. 30, março, p. 1–20, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371197>. Acesso em: 15 set. 2025.

GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93–107, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua):** Notas técnicas versão 1.18. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/10/pnad-continua-2023-trabalho-infantil-out-2024.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. **Comunicado da Presidência:** PNAD 2007 Primeiras Análises – educação, juventude, raça e cor. Brasil, vol. 4, n. 12, 2008.

LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MENEZES, V. M. O. SANTOS, R. S. Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012–2022). **Tempo Social**, São Paulo, v. 35, n. 3, 2024.

NASCIMENTO, M. B. M.; MARQUES, T.G.; TRINDADE, D. R. Jovens do campo no ensino superior. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, p. 1–30, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n0id1259. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100223. Acesso em: 15 set. 2025.

NONATO, S.P. **Jovens [em]cena no palco da vida:** percursos de individuação no entrecruzamento do mundo do trabalho com os processos de escolarização. 2019. 421p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

OLIVEIRA, L. C. L.; SILVA, L. P. C.; SILVA, M.; F. Fechamento das escolas do campo: entre os territórios de articulação, resistência e luta. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 330–342, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.67227. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67227>. Acesso em: 15 set. 2025.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: SPOSITO, M.P. **Espaços públicos e tempos juvenis:** um estudo de ações de poder público em cidades de região metropolitana brasileira. São Paulo: Global, 2007.

VALADARES, A. A.; FERREIRA, B. F.; LAMBAIS, G. B.; MARTINS, L. R.; GALIZA, M. Os significados da

permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (org.).

Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. 329p.

VEIGA, A. A. O fechamento de escola do campo e os impactos sobre o território rural. **Revista Educação e Ciências Sociais**, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 136-147, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cienciassociais/article/view/13616>. Acesso em: 10 nov. 2025. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-538-de-24-de-julho-de-2025-644409910>.

PARTE 3

EDUCAÇÃO E TRANSIÇÕES PARA O TRABALHO

A escola pública é um elo que conecta as vivências de jovens com deficiência, LGBTQIAPN+, jovens mulheres de carreiras STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) e jovens mães, devendo atuar como um *hub* de proteção, aprendizagem, desenvolvimento, incentivo e ponte para o mundo do trabalho.

Entretanto, barreiras severas ainda expulsam esses jovens, como o bullying que atinge dos estudantes LGBTQIAPN+, a falta de acessibilidade e apoio que impedem os estudantes com deficiência de avançar nos

estudos, o "funil" que leva à sub-representação de mulheres negras em carreiras tecnológicas e a maternidade precoce que afasta as adolescentes dos estudos.

O fortalecimento da escola exige investimentos em infraestrutura, formação de professores e o atendimento de necessidades específicas, como por exemplo a oferta de creches para os filhos de mães adolescentes, a fim de que a educação seja o caminho efetivo para a autonomia e a inserção laboral digna.



JUVENTUDES DE ESCOLAS PÚBLICAS: SONHOS, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Arthur Cassio de Oliveira Vieira¹

*Vitória é o sonho dos olhares,
que nos aguardam nos lares,
crendo que na volta somos mais.*

Emicida²

Sou um jovem negro e me considero em uma etapa da minha juventude em que conquistei ascensão através da educação, muito por conta da minha mãe, que foi a primeira da família materna a se formar na faculdade e incentivou meu pai a concluir o ensino médio pelo EJA quando eu tinha entre 7 e 8 anos. Nunca fui um dos alunos com as maiores notas, mas minhas experiências fora da escola me ajudaram bastante nos estudos na rede pública.

Jovem, 23 anos, ex-estudante de escola pública e negro

¹ Professor do Departamento de Educação do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/ UFRN). Historiador e pedagogo, traz em sua trajetória profissional anos de atuação na educação básica, em escolas públicas da cidade de Natal e do interior do estado do Rio Grande do Norte.

² Música “Trevo, figuinha e suor na camisa”, composta por Emicida e interpretada com Ivete Sangalo.

E antes de tudo... era o sonho! O sonho do ser/fazer evidencia-se ainda muito cedo em nossa sociedade. Desde bebês, somos acostumados a ouvir as pessoas da família em suas entusiasmadas previsões de “Esse menino vai ser arquiteto!” ou “Essa menina vai ser professora!”, mediante os interesses e aptidões demonstrados nos primeiros anos de vida. Crescemos entendendo que ser está diretamente relacionado ao nosso fazer. Quando adultos, se perguntados sobre o que somos, apressamo-nos em apresentar nossas credenciais, afirmando veementemente nossa formação profissional ou o trabalho que desenvolvemos.

Se sonhar é o principal elemento que nos impele a uma carreira, podemos afirmar que a educação e as instituições formativas são pontes que promovem os atravessamentos e permitem trilhar caminhos que levam à conquista de um diploma ou certificação profissional. Nesse sentido, quando pensamos na formação integral dos sujeitos, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, tratamos de aspectos que envolvem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Em diálogo com autores como Dewey (2002), a LDB também dispõe que a educação escolar deve estar vinculada à vida nas democracias e ao mundo do trabalho.

A educação ganha, assim, um caráter social e político que vai além do desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e descontextualizadas da vida social. É possível afirmar que nossos modelos e instituições educacionais são capazes de catalisar as demandas dos jovens no tocante aos seus projetos de vida? O mundo do trabalho encontra-se aberto aos seus sonhos e saberes?

Koselleck (2014) trabalha a ideia de tempo como um espiral em que os estratos de passado, presente e futuro se entrecruzam produzindo memórias, narrativas e identidades. Neste sentido, as implicações do ser/fazer se relacionam diretamente com as trajetórias individuais e coletivas de cada sujeito. Isto nos leva a uma primeira reflexão: a escola pode ser um espaço que impulsiona e constrói, mas também um lugar de apatia e morte dos sonhos.

O fiar que compõe a tessitura entre passado, presente e futuro – e que também norteia estruturalmente a construção deste artigo – parte do sonhar como elemento propulsor de vida, conquista e realização. É o que Ribeiro (2022) nos convida a analisar quando trata do sonho que articula ancestralidade e presente na construção do futuro, em seu livro *Sonho Manifesto*. Ele funciona como uma espécie de oráculo, de simulacro do possível, do desejável e do vir a ser.

De tal modo, é notória a influência do sonho para a constituição de um sujeito e de um fazer educacional com propósito e potência, conforme nos provoca o artista Jeff Alan³ na obra *Comigo Ninguém Pode*, a que tive acesso pela primeira vez em 2023, numa exposição homônima na cidade do Recife. A pintura nos apresenta em plano de fundo a planta símbolo de resistência que a intitula. Em primeiro plano, uma menina negra vestindo fardamento de escola pública, carrega uma mochila onde se lê “sonhos vivos”. O quadro é um convite à reflexão e ao questionamento: Que sonhos impulsionam tal estudante em sua incursão pelos caminhos da educação? Que desejos, projeções e perspectivas de futuro carregam aquela mochila?

Em busca de responder alguns desses questionamentos, a Fundação Roberto Marinho em parceria com a Plano CDE realizou, em 2020, a pesquisa *Juventudes, Educação e Projeto de Vida* com mais de 1.500 jovens estudantes de escolas públicas das classes C, D e E, no tocante aos seus anseios pessoais e profissionais.

Nota-se, em linhas gerais, que a maior parte desses jovens (59,5%) possui como objetivo terminar os estudos e cursar uma faculdade. Suas prioridades profissionais oscilam entre a área da saúde e o meio empresarial, tendo como preferência nesse quesito gerir o seu próprio negócio. Um dado que chama atenção é que 46,6% desses jovens apresentam interesse por um trabalho que lhes traga satisfação pessoal e realização, colocando em segundo lugar o fator remuneração, além de outras motivações com dados numéricos menos expressivos⁴.



Pesquisa Juventudes, Educação e Projeto de Vida

59,5% querem terminar os estudos

46,6% querem um trabalho que traga satisfação pessoal e realização

Fonte: Fundação Roberto Marinho/Plano CDE, 2020.

3 Jeff Alan é um artista negro e periférico de Recife (PE,) que pinta rostos e vivências de sua comunidade, traduzindo em suas telas negritude, ancestralidade e potência.

4 <http://frm.org.br/conteudo/professores/publicacao/pesquisa-juventudes-educacao-e-projeto-de-vida>. Acesso em: 10 out. 2024.

Esse breve panorama nos convida à leitura do presente artigo, construído com o objetivo de provocar reflexões sobre as juventudes que se encontram em formação nas escolas públicas, em interface com as perspectivas de ingresso no mundo do trabalho. No primeiro tópico, trazemos um olhar para a história da educação pública no Brasil e suas implicações sociais. Em um segundo momento, traçamos um perfil das juventudes de escolas públicas no Brasil atual, bem como os principais projetos vigentes de educação para formação geral e para o trabalho, evidenciando potencialidades e aspectos a melhorar. Por fim, trazemos um olhar para o futuro acerca das juventudes, educação e trabalho, discutindo as principais expectativas de formação para a sociedade do amanhã.



1. EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PASSADO

Mais do que sonhada, a escolarização pública no Brasil foi fortemente desejada. A educação sempre se apresentou como uma necessidade latente de um território de grandes proporções, e desafios de mesma magnitude. Já no período colonial, o projeto português possuía como um dos elementos centrais de domínio a massificação cultural, promovida, sobretudo, pelos jesuítas através de sua Pedagogia Brasílica⁵. Entretanto, existiam diferentes modelos de educação. Enquanto os brancos livres e filhos dos colonizadores recebiam uma educação pautada pela retórica, filosofia e administração pública, aos indígenas aprisionados nas missões e negros libertos eram ensinados trabalhos manuais (Saviani, 2008).

Sendo assim, é possível observar que a educação para o trabalho no Brasil já nasce sob a égide da desigualdade, sendo destinados aos menos favorecidos. Compreensão semelhante encontramos no período imperial, em que a educação ministrada nos Liceus de Artes e Ofícios era ofertada aos “pobres e desvalidos”.

⁵ A Pedagogia Brasílica tem como principal característica o foco na catequização, promovendo o ensino-aprendizagem de elementos culturais europeus por meio de alegorias, do canto e do teatro.

Com a República em 1889, o Brasil respirava o entusiasmo dos ventos civilizatórios e higienistas de influência positivista⁶. Foi nesse período que, a partir dos anos 1920, intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Cecília Meireles, entre outros, assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, lançando as bases de uma escola pública laica, gratuita e para todos. A materialização deste projeto foi expressa pelos Grupos Escolares, espaços racionalmente pensados para o desenvolvimento de crianças organizadas em níveis de ensino e com professores admitidos por concurso.

Os Grupos Escolares, entretanto, ficaram conhecidos como “Escolas-Monumento”⁷ e acolhiam, sobretudo, os filhos da classe média. Enquanto isso, a maior parte da população estudava em instituições com estrutura precária em termos de recursos humanos e materiais.

No tocante à educação para o trabalho no período republicano, destaca-se a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto nº 7.566/1909), com o objetivo de garantir formação para os filhos das camadas populares, servindo como mão de obra para o comércio e a indústria em desenvolvimento. A aliança entre os interesses político-econômicos e o ensino profissionalizante se torna mais evidente anos depois, sob o discurso trabalhista de Getúlio Vargas, alinhado ao projeto nacional-desenvolvimentista do Estado Novo.

O demarcador social torna-se ainda mais tangível durante a Ditadura Militar, com a profissionalização compulsória do segundo grau (Lei 5.692/1971). Esta preconizava como principal objetivo a formação de mão de obra para ocupar os postos ofertados pelo campo do trabalho.

Cabe enfatizar que, em um país marcado por mais de 300 anos de escravização institucionalizada, os trabalhos manuais ocuparam um lugar de subalternidade e desvalorização no imaginário social e político, subsidiando e legitimando

6 O Positivismo é uma filosofia que surgiu na Europa do século XIX e defendia o progresso e o desenvolvimento com base na racionalização e no cientificismo. A recém-proclamada República Brasileira foi fortemente influenciada por esse pensamento, como podemos observar no próprio lema da nossa bandeira: “Ordem e Progresso”. O Positivismo também influenciou os modelos de educação propostos pela administração pública do período, com ênfase no método científico e na organização da sociedade por meio da institucionalização da escola e do saber.

7 Essas instituições foram utilizadas pelo aparato político republicano (1889-1930) como materialização de sua visão educacional, sendo responsáveis pela difusão de uma cultura escolar. Eram, portanto, a monumentalização de um projeto de educação que, discursivamente, contemplaria a todos. Na prática, entretanto, estava restrito aos filhos da classe média. Para mais informações sobre o contexto e as instituições da Primeira República, indica-se a leitura de: CORDEIRO, A. G. S.; STAMATTO, M. I. S. A regulamentação do ensino na Primeira República. In.: **Research, Society and Development**, v. 7, n. 1, p. 1-36, e17196, 2018.

modelos educacionais que promoviam um recorte social bem definido: educação superior e trabalho intelectual para as classes dominantes em oposição a uma educação pragmática e tecnicista para os filhos do proletariado.

Com a redemocratização pós-1985, observamos a ampliação das políticas assistencialistas e a organização de uma educação que busca congrega a formação humanística, social e cognitiva com os interesses neoliberais, processo que vislumbramos ainda em nossos dias em algumas experiências educacionais. A LDB trouxe em sua seção IV as determinações legais para a profissionalização em nível médio, enfatizando a formação para o mundo do trabalho também nos demais níveis de ensino, evidenciando objetividade e propósito das atividades desenvolvidas nas salas de aula.

Historicamente, os modelos educacionais brasileiros promoveram um recorte social definido, destinando a educação superior e o trabalho intelectual às classes de maior poder aquisitivo, e a educação pragmática e tecnicista às classes mais pobres.

O passeio histórico aqui realizado –, ainda que breve, possibilita-nos um olhar crítico acerca da construção de políticas públicas para educação ao longo do tempo, compreendendo a forma como os diversos governos a conceberam em função dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes e seus projetos de país. Isto nos leva a refletir sobre os modelos de educação hoje vigentes. Quem são os jovens que ocupam as escolas públicas atualmente? É possível atender aos seus sonhos e expectativas por meio da educação ministrada nestas instituições? Os tópicos a seguir trazem diálogos e reflexões que podem nos apontar caminhos.

2. JUVENTUDES DE ESCOLAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE O PRESENTE

Dando continuidade às discussões, cabe questionar: de qual escola pública estamos falando? Qual é a cara dessa instituição? A fim de traçar um perfil dos estudantes das escolas públicas brasileiras, tanto de ensino para formação geral como de Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio

(EPT), utilizamos dados do Censo Escolar de 2024 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este artigo realiza uma análise descritiva desses dados, cruzando com reflexões sobre as políticas públicas atuais, visando compreender sua eficácia no sentido de atender os anseios das juventudes.

Nos últimos cinco anos, em um universo que oscila entre 7.550.753 e 7.790.396 estudantes matriculados no ensino médio no Brasil, cerca de 87% estão na escola pública, ante 13% na rede privada⁸. Na escola pública, 49,6% dos estudantes são do sexo masculino e 50,4% do sexo feminino. Do total, 96% têm entre 15 e 19 anos. A grande maioria (94%) está na área urbana. Com relação à declaração de cor/raça⁹, os dados revelam que na escola pública 38,9% dos estudantes são brancos, 59,9% são pretos ou pardos, 1% é amarelo ou indígena. Já na escola privada, a maioria (53,2%) é branca e apenas 1,9% declararam-se pretos, 19,1% são pardos, 0,8% são amarelos ou indígenas e 25,1% não são declarados. Nota-se, portanto, que o número de estudantes pretos e pardos nas escolas públicas é bem superior em relação às escolas privadas.



Perfil das juventudes no ensino médio – rede pública (2024)

87% das matrículas são na escola pública

50,4% são do sexo feminino

59,9% são pretos ou pardos

42,7% vivem em famílias com renda de até meio salário mínimo

Fonte: Inep/MEC e Pnad Contínua/IBGE, 2024.



⁸ Nota de atualização: o Censo Escolar 2025 mostra que o total de matrículas no ensino médio neste ano foi de 7.370.879.

⁹ Os percentuais das categorias “Branca”, “Preta/Parda” e “Outra (Amarela/Indígena)” somam 100% dos que declararam cor/raça. O percentual de cor/raça “Não declarada” foi de 14,8%.

Também chama atenção a comparação da renda domiciliar per capita dos jovens. De acordo com a PNAD Contínua 2024, na rede pública do ensino médio observa-se forte predominância de estudantes provenientes de famílias de menor renda: 42,7% situam-se na faixa de até meio salário mínimo e 34,5% na faixa de mais de meio e um salário mínimo. Em conjunto, essas categorias reúnem mais de três quartos dos matriculados nessa rede.

Já nas escolas privadas, apenas 7,6% dos estudantes pertencem à faixa de até meio salário mínimo, enquanto a concentração se desloca para os estratos de renda mais elevados – com destaque para aqueles com mais de três salários– mínimos de renda domiciliar per capita (25,8%).

Embora o acesso à escola tenha se ampliado, uma parcela significativa da juventude ainda tem seu direito à educação comprometido. Persistem desafios estruturais relacionados à permanência e à conclusão da educação básica, e os indicadores evidenciam desigualdades que marcam as trajetórias juvenis, sobretudo entre grupos mais vulneráveis.

O Censo Escolar 2024 revela expressivas disparidades de indicadores, como as taxas de insucesso escolar – que compreendem reprovação e abandono – e a de distorção idade–série¹⁰, especialmente na comparação entre as redes pública e privada. Nas escolas públicas, as taxas de insucesso na 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio são, respectivamente, 12,2%, 8,8% e 5,4%, enquanto nas escolas privadas esses percentuais são de 3,6%, 2,1% e 0,9% respectivamente.

Nas escolas públicas, a taxa de distorção idade–série é de 19,7%, enquanto nas escolas privadas é de 5,5%. Na escola pública, destaque para a taxa de distorção de 22,1% dos estudantes pretos ou pardos, em oposição a 13,9% dos estudantes brancos. Os números chamam atenção para a persistência da desigualdade entre o sucesso de estudantes das escolas privadas, em detrimento dos estudantes das instituições públicas, assim como dos estudantes brancos em comparação com os negros.



10 Proporção de estudantes com dois ou mais anos de atraso escolar.



Distorção idade-série no ensino médio (2024)

19,7% na rede pública

5,5% na rede privada

Na rede pública

Estudantes pretos ou pardos: 22,1%

Estudantes brancos: 13,9%

Fonte: Inep/MEC, 2024.

O estudo de Soares et al. (2024) *A permanência escolar importa: indicador de trajetórias educacionais*, baseado nos dados longitudinais do Censo Escolar¹¹, mostrou que apenas 41% dos estudantes finalizam o ensino médio na idade esperada. Ao analisar os fatores sociodemográficos associados às trajetórias escolares, o estudo aponta que percursos irregulares – marcados por reprovação e abandono – são mais frequentes entre estudantes de baixo nível socioeconômico, com deficiência, indígenas, negros e do sexo masculino. Também se observam índices mais elevados nas regiões Norte e Nordeste.

A desigualdade também aparece no recorte socioeconômico: apenas 39% dos estudantes de baixo nível socioeconômico (NSE¹²) concluem o ensino fundamental na idade adequada, frente a 69% daqueles de nível mais elevado.

11 Os pesquisadores analisaram a trajetória escolar de mais de 16 milhões de estudantes ao longo do ensino fundamental e médio, no período de 2007 a 2019. Essas trajetórias foram classificadas em quatro categorias: regular (idade certa); de pouca irregularidade (1 a 2 anos de defasagem); de muita irregularidade (mais de três anos de defasagem); e interrompida (evadidos que não retornam no período de acompanhamento).

12 O NSE (Nível Socioeconômico) realiza uma leitura do desempenho escolar dos estudantes e instituições, levando em consideração a renda dos pais do estudante, a ocupação e sua escolaridade. Ele é calculado com base nos questionários contextuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outras avaliações ou exames. Cabe ressaltar que o NSE não é capaz de revelar aspectos da realidade educacional brasileira em sua totalidade, tendo em vista que muitas escolas e estudantes não se submetem aos grandes sistemas nacionais de avaliação, responsáveis pela coleta de informações que subsidiam a interpretação. De acordo com Soares et al. (2023), o número de instituições que enviou dados para o Saeb corresponde a 49% das escolas públicas brasileiras.

Sendo assim, é possível afirmar que as condições sociais precárias refletem diretamente no percurso formativo dos estudantes, resultando em distorções idade-série, reprovações e evasão.

Os dados evidenciam a alta irregularidade da trajetória escolar, sobretudo para as juventudes mais vulneráveis do país. E nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destaca-se como modalidade de extrema relevância social para que boa parte das juventudes possa retomar os estudos, permanecer e concluir a educação básica.

De acordo com o Censo Escolar 2024, 92,1% das matrículas na EJA estão em instituições públicas. Desse total, 47,6% dos estudantes são homens e 52,4% são mulheres. No que se refere à faixa etária, 12,3% têm entre 14 e 17 anos; 14% entre 18 e 19 anos; 22% entre 20 e 29 anos; e 52% têm 30 anos ou mais. Quanto à distribuição por cor/raça¹³, 78,9% dos estudantes se autodeclararam pretos ou pardos e 19,2% brancos. Estudantes amarelos e indígenas representam 1,5% do total.

Do público da EJA, 78% encontram-se nas áreas urbanas. No que se refere à renda, cerca de 96% vivem em domicílios com renda per capita de até 2 salários mínimos. Já em termos de escolaridade do responsável pelo domicílio, a maioria possui o ensino fundamental incompleto (40%), com destaque também para o ensino médio incompleto (17%) e ensino médio completo (18%). É possível afirmar, portanto, que o público da EJA é composto em sua maioria por estudantes pretos e pardos, advindos das classes D e E (até 2 salários mínimos).

Já no tocante à Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio, o número de matrículas vem crescendo ao longo dos anos, chegando a 2,38 milhões em 2024. Porém, ainda distante da meta do Plano Nacional de Educação 2014–2024 (PNE), o que significaria 4,8 milhões de matrículas¹⁴. Nessa modalidade, percebe-se um maior equilíbrio, com taxas que oscilam entre 40% e 60% distribuídas em instituições públicas e privadas, respectivamente, considerando

13 Destaca-se ainda que 22% das matrículas não possuem declaração de cor/raça.

14 Nota de atualização: o PNE 2026–2036, já aprovado, prevê no Objetivo 11: "ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica, com redução de desigualdades e inclusão". A meta para educação profissional técnica de nível médio é ampliar as matrículas de modo a atingir 50% do total de matrículas no ensino médio; 45% das novas matrículas devem ser na rede pública. Para a EJA, a meta é chegar a, no mínimo, 25% das matrículas nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional.

o ensino médio normal/magistério, curso técnico integrado e curso técnico integrado à EJA de nível médio¹⁵.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2024), há 199 cursos de EPT de nível médio ofertados, divididos em 14 eixos, dos quais os mais procurados são Gestão e Negócios (390 mil matrículas), Informação e Comunicação (298 mil matrículas) e Ambiente e Saúde (182 mil matrículas). Isto nos ajuda a compreender as principais áreas de interesse da juventude, refletindo a demanda por formação em tecnologias da informação, sustentabilidade ambiental e, sobretudo, a busca pela independência possibilitada pelo empreendedorismo.

De acordo com a PNAD Contínua 2024, 22% dos jovens de EPT da rede pública estão em famílias com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, e 70% em famílias com renda de meio a três salários mínimos. De acordo com o Censo Escolar 2024, observa-se que na rede públicas, a maior parte dos estudantes autodeclara-se como pretos ou pardos (57,1%), seguido por brancos (41,9%)¹⁶ (Brasil, 2024).

Os dados da PNAD Contínua 2024 revelam que pretos, pardos e indígenas possuem rendimentos menores do que a média nacional. Também revelam que a renda aumenta de acordo com a escolaridade. Sendo assim, é possível afirmar que uma formação superior e/ou profissional e tecnológica pode resultar em melhores salários e melhores postos de trabalho.

Na EPT de nível médio, a maior parte dos responsáveis pelo domicílio possui ensino médio completo (47%), mais que o dobro daqueles com ensino fundamental incompleto (19%), categoria em segundo lugar. No ensino médio de formação geral, 34% dos responsáveis pelo domicílio possuem o ensino médio completo e 30% o ensino fundamental incompleto. Em comparação ao ensino médio regular, portanto, os estudantes da EPT tendem a ter responsáveis com níveis mais elevados de escolaridade.

15 Esses termos dizem respeito às modalidades do ensino médio ofertadas no Brasil. Aqui enfatizamos o ensino médio de formação geral (voltado para os estudantes entre 15 e 17 anos, na última etapa da educação básica); ensino médio na modalidade EJA (voltado para aqueles com mais de 18 anos); e a EPT de nível médio (voltada à formação profissional de maneira integrada ao ensino médio).

16 Nas instituições públicas 16,2% dos estudantes não possuem declaração de cor/raça, e nas privadas 31,9%.

Seguindo a tendência nacional, as mulheres são a maior parcela dos estudantes na EPT. De acordo com o Censo Escolar 2024, elas são 54,1% na rede pública e 60,8% na rede privada. A quase totalidade do público da EPT encontra-se nas áreas urbanas (92,7%), em detrimento de 7,3% em áreas rurais.

Na EPT, assim como no ensino médio de formação geral, também predominam estudantes de 15 aos 17 anos. Essa geração nascida entre os anos de 2008 e 2010 é chamada de Geração Z. Caracteriza-se, principalmente, pelo contato com a internet, as redes sociais e as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) (Bezerra *et al.*, 2019). É também uma geração que busca mais flexibilidade na carreira e uma relação mais saudável com o trabalho.

Isso vem se refletindo em investimentos em propósitos, recursos tecnológicos, rotinas menos exaustivas e acesso às redes sociais com finalidades profissionais por parte das empresas. A relação com as tecnologias tem apontado para uma maior automatização do trabalho, em processos produtivos mediatizados por aparatos tecnológicos e que demandam adaptação de ambas as partes – empresas e trabalhadores –, sobretudo, letramento digital e capacitação destes últimos (Bezerra *et al.*, 2019). Se o mercado de trabalho tem realizado adaptações com o intuito de atrair os jovens, é evidente também a necessidade de mudanças no campo educacional. A escola que temos hoje, forjada na retórica herdada da pedagogia jesuítica e no enciclopedismo, finda por perder sua relevância diante de um mundo em que os conteúdos se encontram à distância de um clique. É necessário dotar nossas instituições de sentido e significado, o que pode ser alcançado a partir da compreensão das demandas e necessidades dos jovens.

A análise dos dados demonstra a efetiva contribuição dos processos formativos em uma melhor inserção/ remuneração no mundo do trabalho. De acordo com a PNAD Contínua 2024, quanto mais alto o nível de escolaridade, maiores são os salários, o nível de participação e a taxa de ocupação. Em contrapartida, as taxas de desemprego e informalidade são maiores naqueles grupos com menor formação, como podemos observar no quadro abaixo.



Indicadores de mercado de trabalho por nível de escolaridade –
Jovens (18 a 29 anos)

	Taxa de ocupação ¹⁷	Taxa de desemprego	Taxa de informalidade ¹⁸	Renda média do trabalho (R\$)
Sem o ensino médio completo	55,6%	12,8%	60,2%	1.602,08
Com ensino médio regular ¹⁹	67,7%	12,4%	39,5%	1.841,90
Com ensino médio técnico ²⁰	76,7%	10,1%	31,3%	2.121,94
Superior completo	84,7%	6,2%	30,3%	3.956,07

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Com base nos dados aqui apresentados, é possível traçar um perfil da escola pública de ensino médio, da EJA e da EPT de nível médio no Brasil atual. Trata-se de uma escola majoritariamente preta e parda, advinda das classes trabalhadoras e formada por jovens e adolescentes que, ao sair do ensino médio, ingressarão no mundo do trabalho. Aqui cabe ressaltar problemas que atravessam a nossa educação e que circundam a sociedade como um todo; exemplo flagrante é o racismo estrutural.



A escola pública de ensino médio, inclusive na EPT e na EJA, é composta, predominantemente, de estudantes pretos e pardos e filhos das classes trabalhadoras, que possivelmente ingressarão no mundo do trabalho, após concluírem a educação básica.

Se a formação e a capacitação profissional possibilitam melhor empregabilidade, este argumento pode perder sustentação se analisado de maneira isolada. A exemplo disso, dados do Censo de 2022 divulgados pelo IBGE, dão conta

17 Percentual de jovens de 18 a 29 anos ocupados em relação ao total da faixa etária.

18 Ocupações informais: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares.

19 Sem avançar para o ensino superior.

20 Sem avançar para o ensino superior.

que pretos, pardos e indígenas recebem salários mais baixos que brancos e amarelos, mesmo com formação em nível superior. Sendo assim, além de garantir acesso e permanência a um ensino de qualidade, é preciso propor políticas de mitigação de desigualdades históricas.

Segundo Menezes e Santos (2023), houve aumento das matrículas de adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio, como mostram os microdados da PNAD Contínua do decênio 2012–2022. Porém, levando em conta critérios raciais, houve aumento das desigualdades de acesso ao ensino médio entre 2017 e 2024. Os autores também reafirmam a influência direta da escolaridade dos pais – sobretudo das mães – no ingresso, permanência e sucesso desses jovens na escolarização de nível médio.

Ainda tratando de diferenças que levam em consideração o critério cor/raça, destacamos aqui o aprendizado adequado²¹. O Saeb 2023 referente à 3ª série do ensino médio apresenta que 42,5% dos estudantes brancos da escola pública têm aprendizado considerado adequado em língua portuguesa; entre os estudantes negros a porcentagem é de 27,7%. Em matemática, 7,9% dos estudantes brancos possuem aprendizado adequado; entre os negros, 3,8%.

Os dados revelam uma associação entre aprendizagem e o nível socioeconômico e a raça, com desvantagens significativas para os estudantes negros e de mais baixa renda.



A desigualdade é também flagrante na comparação entre instituições públicas e privadas. Em língua portuguesa 32,5% dos estudantes da escola pública apresentam aprendizado adequado; nas privadas a porcentagem é de 66,7%, mais que o dobro. Já em matemática, as escolas públicas contabilizam 5,2% de estudantes com aprendizado adequado, enquanto nas particulares a porcentagem é de 30,5%.

21 O aprendizado adequado leva em consideração avaliações de português e matemática realizadas pelo Saeb no ensino fundamental e no ensino médio. Ele é medido a partir de quatro níveis de proficiência: insuficiente, básico, proficiente e avançado. O que é considerado enquanto aprendizado adequado corresponde, portanto, à soma dos níveis proficiente e avançado. Essas definições são adotadas por organizações da sociedade civil, como IEDE e Todos pela Educação.

Também é possível observar a influência do NSE na aprendizagem, em que estudantes com alto NSE têm, em linhas gerais, desempenhos superiores. Em língua portuguesa são 41,1% dos estudantes e em matemática 8,7%. Enquanto entre aqueles de NSE mais baixo 25,2% possuem aprendizagem adequada em língua portuguesa e apenas 3% em matemática. O retrato de nossa escola pública nos coloca diante de uma espécie de pavilhão de espelhos, no qual o reflexo de suas múltiplas imagens representa os diversos problemas que atravessam as vivências de seus estudantes, dentro e fora dos seus muros. Dentre tantos, podemos elencar a partir das discussões aqui tecidas a não correspondência entre as expectativas dos estudantes e os modelos de educação a eles ofertados, as diferenças geracionais entre professores e estudantes e as desigualdades socioeconômicas.

A pesquisa *Juventudes Fora da Escola*, realizada em 2024 pela Fundação Roberto Marinho e o Itaú Educação e Trabalho, apresenta um panorama dos jovens que abandonaram a educação básica por razões diversas, dentre as quais se destaca a necessidade de trabalhar ou cuidar da família/filhos (sobretudo as mulheres). De cada 4 jovens entrevistados, 3 têm a intenção de retomar os estudos, representando cerca de 7 milhões de jovens. Para 77% deles, a EPT apresenta-se como uma proposta interessante, tendo em vista que preferem o ensino médio técnico para voltar a estudar – um reflexo de suas necessidades, já que a maioria apresenta como objetivo garantir empregabilidade²².



A EPT integrada ao ensino médio é vista, pela maioria dos jovens que evadiram da educação básica e pretendem retomar os estudos, como uma alternativa para a volta à escola, segundo a pesquisa *Juventudes Fora da Escola*.

Outro reflexo da demanda por empregabilidade é a aprovação da Lei 14.945/2024, que institui o novo modelo de ensino médio, com carga horária total mínima de 3 mil horas, sendo 2.400 horas para a formação geral básica (língua portuguesa, inglês, artes, educação física, matemática, biologia, física,

²² Para acessar a pesquisa completa, visitar o link: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/pesquisa-juventudes-fora-da-escola>. Acesso em: 10 jan. 2026.

química, filosofia, geografia, história e sociologia). O restante destina-se aos itinerários formativos.

Os itinerários do novo ensino médio são: (I) Linguagens e suas tecnologias; (II) Matemática e suas tecnologias; (III) Ciências da natureza e suas tecnologias; (IV) Ciências humanas e sociais aplicadas; (V) Formação técnica e profissional (EPT). Os quatro primeiros itinerários são voltados para o aprofundamento das áreas do conhecimento, com carga horária mínima de 600 horas. Já o quinto itinerário pode atingir até 1.200 horas. A implementação desse modelo iniciou-se em 2025, com a obrigatoriedade de cada escola ofertar ao menos dois itinerários. Dessa maneira, o Ministério da Educação (MEC) tem buscado dinamizar o currículo, aproximando-se das demandas do mundo do trabalho e dos interesses da juventude que visa a empregabilidade.

É em busca de mitigar problemas e contemplar as necessidades dos diversos públicos que são criadas as políticas educacionais. Dentre as principais, podemos citar a merenda escolar, o transporte escolar e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), além de programas de transferência de renda, que visam reduzir os impactos das desigualdades socioeconômicas, tais como o Pé-de-Meia e o Bolsa Família. Estas políticas são estabelecidas tomando

como base o impacto causal, ou seja, considera-se quanto o aprendizado irá se alterar caso uma determinada ação seja implementada, identificando o impacto de diversos fatores determinantes do aprendizado (Barros; Grosner, 2013).

Enquanto o Bolsa Família atua para garantir melhoria na qualidade de vida das famílias com foco na redução da pobreza, o Pé-de-Meia foca principalmente na educação, visando garantir a permanência de jovens entre 14 e 24 anos nas escolas.

É possível perceber, até 2024, uma tendência de aumento das matrículas nas modalidades analisadas, à exceção da EJA. Entretanto, ainda é cedo para afirmar que este fenômeno seja um efeito direto do Pé-de-Meia, tendo em vista sua recente implementação. Ressalta-se também que, ao tratarmos de políticas públicas educacionais, não é possível mensurar o sucesso com base apenas em dinâmicas numéricas, mas também no sentido de qualidade da formação, o que leva em consideração aspectos de aprendizagem adequada, NSE, entre outros elementos aqui já discutidos.

Arroyo (2010) tece um diálogo interessante acerca da construção de políticas públicas. Segundo o autor, elas são construídas com base nas imagens e representações dos gru-

pos sociais e como estes são vistos e compreendidos socialmente²³. Assim, a leitura social sobre determinado grupo interfere diretamente nas políticas propostas e implementadas para ele. De tal forma, é essencial garantir o protagonismo dos jovens de quem tratamos aqui, a fim de que suas demandas sejam compreendidas e refletidas em políticas que fujam do paternalismo, possibilitando sucesso em suas trajetórias educacionais e uma boa inserção no mundo do trabalho.

Para isso, é essencial falar de protagonismo e autonomia. Bebemos da fonte histórica de uma educação hierarquizada que buscou efetivar um projeto de sociedade fundamentada na desigualdade. Investir em uma educação libertadora e potencializadora pode proporcionar a consciência crítica necessária ao entendimento do campo sociopolítico em que estamos imersos e, conseqüentemente, levar a uma atuação significativa desses jovens, promovendo mudanças em suas trajetórias e no corpo social.

Além de repensar os currículos e propostas pedagógicas, buscando a articulação da formação para o trabalho com emancipação, a formulação e implementação das políticas educacionais e de trabalho para as juventudes devem se pautar pelo protagonismo dos jovens.



Em âmbito educacional, trata-se de repensar currículos e propostas pedagógicas que referendam a educação bancária, tratando estes sujeitos como quadros em branco. Em lugar disso, a proposição de atividades formativas pautadas em suas vivências e experiências, gerando engajamento, protagonismo e uma formação que faça sentido dentro de suas expectativas (Freire, 2012).

Se temos hoje altas taxas de insucesso escolar, estas certamente se devem não apenas ao baixo NSE dos matriculados, mas também a um modelo de escola do século XX que persiste no século XXI. No que tange à EPT, cabe refletir: temos formado sujeitos autônomos com capacidade crítica e criativa dentro de suas competências profissionais ou apenas reproduzido o tecnicismo educacional?

23 Partindo de uma compreensão advinda da História Cultural, entende-se o mundo como uma construção narrativa, imagética e simbólica, em que as coisas não são naturalizadas; elas são construídas e estabelecidas socialmente por grupos e sujeitos com suas visões de mundo, que permeiam interesses econômicos e projetos de poder.

O caminho talvez esteja em reconhecer a necessária formação para o trabalho sem renunciar a uma visão educacional que promova a emancipação. Um exemplo disso é a chamada EPT emancipatória, que visa garantir formação profissional em diálogo com a formação humana e integral dos estudantes. Por meio dela investe-se na compreensão de seu lugar no mundo, da sociedade que o cerca e da construção de um projeto de vida que possibilite ascensão. Esta surge, portanto, da consolidação de habilidades cognitivas, técnicas e socioemocionais, evidenciando que uma leitura crítica é essencial para enfrentar os desafios do mundo atual, seja dentro ou fora do trabalho²⁴.

Neste sentido, Ciavatta (2023) chama atenção para uma dicotomia. Segundo ela, há uma diferença fundamental entre as ideias de mundo do trabalho e mercado de trabalho. O mundo do trabalho refere-se ao entendimento mais amplo de que tudo aquilo que o ser humano produz a partir de sua existência no mundo pode ser compreendido a partir da categoria trabalho. Sob este pressuposto, a formação para o mundo do trabalho é conformada por um todo complexo do que é ser humano em suas habilidades, competências e necessidades. Já mercado de trabalho pressupõe produto, relação de cessão em que o sujeito que não é dono dos meios de produção vende a sua força de trabalho em troca de um salário, ou seja, o seu trabalho torna-se também mercadoria.

A LDB de 1996 traz diversas disposições sobre a categoria trabalho, inserindo nesta discussão o entendimento de que a educação deve estar articulada aos interesses socioeconômicos, formando cidadãos preparados para o mundo do trabalho – não é possível identificar no documento a terminologia “mercado de trabalho”. A LDB também trata da formação do ser humano em sua integralidade, ou seja, formação do sujeito em seus aspectos cognitivo, físico e socioemocional. Sendo assim, é possível, e até mesmo recomendável, pensar em um modelo educacional que contemple essa integralidade, seja ele no ensino médio propedêutico ou na EPT. Talvez seja esta uma das chaves que podemos virar rumo a uma educação mais convidativa, participativa, e que faça sentido para a juventude brasileira atual.

24 No ano de 2020 o Itaú Educação e Trabalho publicou o material *Educação Profissional e Tecnológica Emancipatória: Juventudes e Trabalho*, em que apresenta experiências exitosas da EPT emancipatória em localidades como São Paulo, Paraíba e Distrito Federal. Material completo disponível em: <https://www.itaueducacao-e-trabalho.org.br/biblioteca/publicacoes/publicacao-educacao-profissional-e-tecnologica-emancipatoria-juventudes-e-trabalho>. Acesso em: 11 jan. 2026.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre os meses de janeiro e novembro de 2025, o setor que mais empregou jovens em aprendizagem profissional foi a indústria (42.429), seguido por serviços (39.897) e o comércio (24.678). Em contrapartida, prevê-se para o futuro que as profissões/áreas mais promissoras estão ligadas à sustentabilidade, inteligência artificial, ciência de dados, tecnologias agrícolas e segurança da informação. Nota-se, portanto, que é necessário haver mudanças e adaptações no perfil de empresas e indústrias, bem como nos currículos e propostas educacionais, a fim de estarmos bem-preparados para enfrentar os desafios do amanhã.

3. JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM OLHAR PARA O FUTURO

Iniciamos esse artigo tratando de questões filosóficas, tais como o sonho e o desejo da formação e da profissionalização. É seguindo este fio condutor que chamamos atenção para o postulado por Saviani (2008) ao explicitar as tendências pedagógicas circulantes no Brasil ao longo do tempo. Dentre as duas correntes – liberais e progressistas –, podemos perceber uma diferença basal entre o tecnicismo educacional e as pedagogias libertadora e libertária. Enquanto a primeira está preocupada em referendar o modelo socioeconômico vigente, investindo na formação de sujeitos acríticos e dotados de capacidade técnica para o funcionamento da engrenagem produtiva; a segunda investe na mudança do sujeito e na transformação da sociedade através disso.

E onde mora a filosofia? Ela vai além da rima amor e dor expressa por Caetano Veloso²⁵. É ela que fundamenta o nosso fazer educacional e nos incita o questionamento: que tipo de sociedade queremos construir? A sociedade em que vivemos é boa o suficiente para reafirmá-la, ou seria interessante pensar na proposição de um modelo diferente deste em que hoje vivemos? A filosofia nos permite reelaborar e materializar o sonho, gestando aquilo que Paulo Freire chama de inéditos viáveis.

A pesquisa *O Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras*, realizada pelo Instituto Cíclica, em parceria com o Instituto Veredas, e com o apoio do Itaú Educação e Trabalho, da Fundação Arymax, da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Telefônica Vivo, e do GOYN SP, apresentou que as

²⁵ Música “Mora na Filosofia”, escrita por Monsueto Menezes em parceria com Arnaldo Passos em 1955 e gravada por Caetano Veloso em 1972, lançada no álbum Transa.

tendências futuras para o mundo do trabalho são: mudanças nos padrões de globalização, mudanças demográficas, digitalização da economia, flexibilização das relações de trabalho, mudanças climáticas e mudanças nos padrões de consumo.

Essas tendências evidenciam um mundo em constante transformação. As relações de compromissos trabalhistas têm sido progressivamente substituídas pelas plataformas de trabalho independente, o que leva, muitas vezes, à precarização do trabalho e do trabalhador. Temos uma população que está envelhecendo, o que impacta diretamente na seguridade social. E uma sociedade que tem migrado para o *e-commerce*, bem como lançado um olhar mais atento às questões ambientais e o consumo consciente.

Entretanto, a pesquisa afirma que a maioria dos jovens apresenta pouco conhecimento sobre tecnologias e áreas ligadas a ela, priorizando carreiras tradicionais, como medicina, advocacia ou docência. Isto denota uma necessidade de alinhamento entre a formação ofertada e as expectativas dos jovens, demandando maior investimento na popularização da informação sobre as profissões do futuro. A pesquisa afirma também que os jovens buscam, além de bons salários, reconhecimento do seu trabalho, possibilidade de progressão na carreira e sentimento de propósito e pertencimento.

Para garantir, portanto, uma educação – sobretudo uma EPT – alinhada com as demandas e necessidades do futuro, é preciso levar em consideração diversos aspectos: formação dos professores que atuarão nas instituições; promoção do letramento digital; estudos que possibilitem previsibilidade socioeconômica do futuro; diálogo entre os diversos entes que permeiam a formação para o trabalho, desde governos a instituições educacionais e grupos de empregadores; e investimentos em áreas estratégicas como economia verde e tecnologia da informação.

Pontos para uma educação alinhada com o futuro

- ✧ Formação docente de qualidade.
- ✧ Promoção do letramento digital.
- ✧ Estudos sobre previsibilidade econômica futura.

- * Diálogo entre governos, instituições educacionais e empregadores.
- * Investimento em áreas estratégicas, como economia verde e tecnologia da informação.

A formação para o trabalho ainda é vista no Brasil, de forma persistente, como algo separado e distante da formação geral. Tal compreensão pode dificultar a consolidação de políticas públicas que visem a formação para o mundo do trabalho, ou mesmo reforçar a visão de que formar para o trabalho está relacionado à mera reprodução acrítica de processos funcionais. Um novo olhar para esta dinâmica pode fomentar um modelo de educação pautado em habilidades e competências, mas que tem como finalidade maior o desenvolvimento social e humano, apontando para um futuro diferente.

Estamos, nós, dispostos a construir e investir nesse novo modelo? A mediação dos postos de trabalho pela tecnologia é apenas um dos elementos envolvidos nesse processo. É urgente repensar nossa forma de ser/estar no mundo, o que permeia nossa relação não só com o trabalho, mas com a natureza, as tecnologias da informação e as redes sociais. Sob esta perspectiva, Krenak (2019) nos alerta que não há mundo do trabalho e mundo da natureza. O mundo é apenas um, e ele é um mundo em queda, que colapsa dia a dia e nos coloca diante do desafio da preservação como estratégia de sobrevivência de nossa própria espécie.

Tais necessidades demandam uma nova forma de existir e de produzir. Pensar o porvir, gestar o inédito, propor modelos, inaugurar instituições alinhadas com as demandas e necessidades impostas. São estes alguns dos desafios dessa nova geração. E quanto aos que compõem a organização educacional do país, cabe construir políticas públicas que considerem não apenas a aprendizagem, mas a sua funcionalidade em um mundo em ebulição e transformação.





Atualmente, trabalho como social media. Muitos colegas que estudaram comigo estão em subempregos, alguns tiveram a vida interrompida pelo tráfico e outros tentam se inserir no mercado de trabalho.

Durante a escola, eu tinha muita vontade de trabalhar, pela independência e para ajudar em casa. Não tive muita formação vocacional dentro da escola, apenas conversas sobre o que eu gostaria de fazer, sem foco nas oportunidades reais disponíveis.

Mesmo assim, participei de alguns projetos que me ajudaram a perder o medo de falar em público e a fazer pesquisas mais aprofundadas sobre temas do meu interesse. Foi a partir disso que encontrei a área em que atuo hoje, com apoio fundamental de professores e da minha família. Porém, esse caminho foi buscado fora da rotina natural da escola.

Quero cursar o ensino superior e tirar minha carteira de motorista. Ainda tenho o desejo de ser jornalista ou trabalhar na área de esportes, algo que sempre me apaixonou, mas hoje não tenho mais a mesma disposição para seguir esse plano por conta da rotina de trabalho e do cansaço mental.

Jovem, 23 anos, ex-estudante de escola pública e negro.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou traçar um perfil das juventudes das escolas públicas brasileiras atuais, em interface com a EPT e o mundo do trabalho. Por meio de um fio condutor que articulou passado, presente e futuro, apresentamos as funções da escolarização pública ao longo do tempo e os projetos sociopolíticos que orientaram sua construção curricular. Identificamos que a desigualdade é uma realidade flagrante nos mais diversos contextos e que, apesar de muitas iniciativas e políticas públicas, ela ainda persiste.

Pudemos observar que esses projetos transformaram a escola pública em uma espécie de balão de ensaio, onde desenharam-se acessos e exclusões, ascensões e retrocessos. Esses jogos de interesses e tensões de grupos continuam vivos no ambiente escolar e servem não apenas como guia de leitura social, mas também como ponto de partida para se pensar as políticas públicas educacionais. A partir do entendimento da escola e do seu público, têm surgido políticas afirmativas, programas de redistribuição de renda e propostas curriculares voltadas para a formação acadêmica e profissional, possibilitando romper com o enciclopedismo e com uma educação desvinculada da realidade.

Ao longo do texto, investimos em um diálogo com o campo da filosofia, a fim de incitar o pensamento crítico acerca dos modelos educacionais vigentes em nosso país, apontando uma possibilidade de compreensão das desigualdades educacionais. A filosofia nos permitiu também pensar nos nossos próximos passos e patamares a alcançar, entendendo que o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos não se constitui distante de um desenvolvimento sustentável e da proposição de um mundo que alia educação e trabalho. Por fim, destacamos que o sonho de cada jovem estudante/trabalhador é sonho de futuro e de potência, de criação e produção, tendo a educação como o caminho que pavimenta a trilha de um tão desejado futuro.



REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010.

BARROS, R. P.; GROSNER, D. **Sobre o que importa para a melhoria da qualidade da educação e os mecanismos de incentivos para sua promoção**. Brasília, 2013. Apresentação em Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/lei-de-responsabilidade-educacional/reunioes-1/audiencias-publicas/apresentacao-ri-cardo-paes-de-barros>.

BEZERRA, M. M.; LIMA, E. C.; BRITO, F. W. C.; SANTOS, A. C. B. Geração Z: relações de uma geração hipertecnológica e o mundo do trabalho. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 136–149, 2019.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2025**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2025.pdf.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 13 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

CIAVATTA, M. História da Educação Profissional: esperanças, lutas e (in)dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, 2023.

CORDEIRO, A. G. S.; STAMATTO, M. I. S. A regulamentação do ensino na Primeira República. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 1, p. 1–36, e17196, 2018.

DEWEY, J. **A escola e a sociedade**: a criança e o currículo. Tradução Paulo Faria. Lisboa, Portugal: Relógio D'água, 2002.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

FUNDAÇÃO ITAÚ; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Juventudes fora da escola**: jovens mães, juventude negra e os quase lá. São Paulo: Fundação Itaú; FRM, 2024. Disponível em: <https://fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/juventudes-fora-da-escola-jovens-maes-juventude-negra-e-os-quase-la>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FUNDAÇÃO ITAÚ et al. **O futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras**. São Paulo: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/otherfile/233/file/5a6c38f2bf06b7e-20f7b5fd55282040c.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2026.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Pesquisa Juventudes, Educação e Projeto de Vida**. Rio de Janeiro: FRM; Plano CDE, 2020. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/pesquisa-juventudes-educacao-e-projeto-de-vida>. Acesso em: 10 out. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MENEZES, V. M. O.; SANTOS, R. S. Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012–2022). **Tempo social**, v. 35, n. 3, p. 137–160, 2023.

RIBEIRO, S. **Sonho manifesto**: dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SAVIANI, De. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, C.; RODRIGUES, C. G.; FONSECA, I. C.; ALVES, M. T. G.; MACANA, E. **A permanência escolar importa: indicador de trajetórias educacionais**. São Paulo: Observatório da Fundação Itaú, 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; FUNDAÇÃO SANTILLANA; EDITORA MODERNA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024**. São Paulo: Moderna, 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2024/>.





JOVENS COM DEFICIÊNCIA EXISTEM: UM OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E NO MERCADO DE TRABALHO

Luanda Chaves Botelho¹

Na educação, é essencial preparar melhor os profissionais para lidar com estudantes com deficiência e ampliar a presença de mediadores nas escolas públicas e privadas. Já no mercado de trabalho, é fundamental criar oportunidades reais de qualificação e participação.

Homem, 33 anos e pessoa com deficiência.

INTRODUÇÃO

Ter sido uma jovem com deficiência no início dos anos 2000 foi uma experiência um tanto solitária. Não pela falta de amigas em geral, pois a vida me brindou com as melhores, mas pela falta de outros jovens com quem compartilhar a experiência de viver em uma sociedade inóspita para quem não anda, não enxer-

ga, não ouve ou não compreende ou não interage com o mundo da forma considerada padrão.

A perspectiva da educação inclusiva só começou a se materializar como política pública a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclu-

¹ Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da mesma universidade, com pesquisa sobre mulheres com deficiência e mercado de trabalho. Integra o corpo docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com atenção especial à disciplina Relações Trabalhistas. Autora de artigos com ênfase na identificação das pessoas com deficiência, suas condições de vida e participação no mercado de trabalho.

siva (PNEEPEI). Então, não é de surpreender que eu não tivesse colegas com deficiência na escola. Além disso, a acessibilidade em frota de ônibus havia sido contemplada poucos anos antes na legislação nacional, embora ainda estivesse longe de se tornar realidade. Locais públicos e privados também não estavam adequados para nos receber, cada espaço frequentado precisava ser cuidadosamente escolhido. Enfim, o encontro entre nós não era fácil.

O argumento de que a deficiência está concentrada nas camadas mais idosas da população é verdadeiro, mas não deve ser utilizado para invisibilizar a existência dos jovens com deficiência: segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2022, havia 1,7 milhão de jovens com deficiência no Brasil, ou 3,5% do total da população jovem. Ser pessoa com deficiência ainda jovem traz desafios distintos daqueles que se apresentam na fase do envelhecimento, quando as trajetórias na educação e no mercado de trabalho tendem a estar mais consolidadas, os vínculos familiares mais estabelecidos, e a deficiência é encarada com maior naturalidade.



Segundo a Pnad Contínua 2022, módulo específico sobre pessoas com deficiência, havia 1,7 milhão de jovens de 15 a 29 anos com deficiência no Brasil, o que corresponde a 3,5% da população jovem.

Este artigo visa contribuir para a compreensão de como ser pessoa com deficiência pode impactar a experiência da juventude. A transição da escola para o mercado de trabalho é uma das marcas dessa etapa e influencia toda a vida adulta. Assim, o artigo analisará o acesso à educação e resultados no mercado de trabalho dos jovens com deficiência – em comparação com seus pares sem deficiência e buscando também identificar desigualdades no interior do grupo.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira traz uma breve revisão de literatura sobre a concepção social da deficiência e a coloca em intersecção a deficiência e a juventude. A segunda e a terceira seções contemplam a metodologia de construção e a análise de indicadores que evidenciam as restrições no acesso à educação e ao mercado de trabalho vivenciadas pelos jovens com deficiência. Por fim, tecem-se considerações sobre

possibilidades de enfrentamento a essas restrições, tendo como horizonte uma sociedade inclusiva em que jovens com deficiência não estejam sub-representados nesses espaços.

1. A INTERSECÇÃO ENTRE DEFICIÊNCIA E JUVENTUDE SOB O PRISMA DO MODELO SOCIAL

As diferentes normas e políticas que visam assegurar a participação em sociedade dos jovens com deficiência são elas mesmas “jovens”. A PNEEPEI, que defende o direito de todos os estudantes frequentarem escolas comuns, data de 2008. Nesse mesmo ano, a Lei de Estágio instituiu cotas para estagiários com deficiência e previu prazo indeterminado na duração de seus contratos. O Estatuto da Juventude, de 2013, reforçou a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino comum com atendimento educacional especializado e gratuito, previu a expansão da oferta de vagas, financiamento e bolsas no ensino superior para os jovens com deficiência, e determinou o apoio ao jovem trabalhador com deficiência na forma de qualificação profissional e condições especiais de jornada de trabalho. Em 2023, o Decreto n.º 11.479 estabeleceu prioridade na contratação de jovens aprendizes com deficiência e outros em situação de vulnerabilidade, e também que a idade máxima prevista para esses contratos de aprendizagem não se aplicaria aos jovens com deficiência.

As normas e políticas públicas para as pessoas com deficiência no Brasil se baseiam no modelo social, preconizado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que foi ratificada como Emenda Constitucional em 2009.

O modelo social entende a deficiência como decorrência das barreiras na sociedade (físicas, atitudinais, comunicacionais, entre outras), que impedem as pessoas com deficiência de expressarem plenamente suas capacidades.

Normas e políticas que enfatizem as pessoas com deficiência como sujeito ativo na sociedade e que reconheçam especificidades dentro da população com deficiência são, portanto, conquistas recentes. Elas têm suas raízes na ascensão e no desenvolvimento do modelo social da deficiência.

O modelo social, fruto da organização política das pessoas com deficiência, despontou no Reino Unido na década de 1970, contestou a concepção da deficiência como tragédia individual, com olhar místico ou biologizante, e reivindicou sua compreensão como a situação de opressão resultante de condições sociais que excluem as pessoas com impedimentos corporais da participação em sociedade (UPIAS, 1974; UPIAS; The Disability Alliance, 1976). Com isso, a responsabilidade pela inclusão das pessoas com deficiência deixaria de focar a correção do corpo e passaria a mirar o ambiente e as atitudes. Em outras palavras, a responsabilidade pela deficiência deixaria de ser individual e passaria a ser coletiva.

O modelo social influenciou a elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006 (Degener, 2014), que define a pessoa com deficiência como aquela que “tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009), formalizando um arranjo biopsicossocial. A Convenção foi incorporada ao direito brasileiro com status de Emenda Constitucional.

Em um primeiro momento, os precursores do modelo social tiveram como uma de suas principais bandeiras a inclusão no trabalho produtivo. No entanto, uma segunda geração de teóricas do movimento pleiteou o reconhecimento da diversidade na deficiência. Jogaram luz, especialmente, nas experiências de ser mulher com deficiência e de ser pessoa com deficiência com menor nível de autonomia, inclusive intelectual, e na necessidade de pensar na remoção de barreiras não só nas dimensões públicas da vida social, mas em esferas mais íntimas, como família, sexualidade e maternidade (Kittay, 1999; Morris, 1998; Thomas, 2004).

Nesse passo, a interseccionalidade, que busca “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 7) começou a ser incorporada como norte, ainda que em ritmo lento, tanto do Estudos da Deficiência, quanto da legislação e políticas públicas envolvendo pessoas com deficiência. No Brasil, a intersecção entre gênero e deficiência (Mello; Nuernberg, 2012) abriu caminho para que outras características também fossem consideradas, mas a juventude tem menos espaço nessa literatura.

No atravessamento da juventude pela deficiência, a tutela familiar já foi problematizada. A ausência de uma política pública de cuidados, e sua conse-

quente atribuição às famílias, pode levar a tutela familiar a assumir feições de superproteção e violência, tolhendo a independência enquanto capacidade de tomar as próprias decisões, e a subjetividade dos jovens com deficiência (Fietz; Mello, 2018). Os desafios relacionados à identidade e sexualidade próprios dessa fase da vida e as interações virtuais também já foram explorados

(Santos; Oliver, 2022; Soares; Moreira; Monteiro, 2008). As barreiras além do ambiente doméstico, em especial a falta de condições de permanência na universidade, aparecem em alguns estudos com ênfase na trajetória de alunos com deficiência (Almeida; Ferreira, 2018; Oliveira, 2013) e ilustram as dificuldades práticas que levam às desvantagens detalhadas na sequência deste capítulo.

2. METODOLOGIA

Para retratar o acesso à educação e ao mercado de trabalho pelos jovens com deficiência, utilizou-se a base de dados da PNAD Contínua de 2022. Embora a pesquisa levante permanentemente informações para a população em geral com a divulgação de indicadores trimestrais para diferentes grupos de idade, sexo e cor ou raça, o mesmo tratamento não é dispensado às pessoas com deficiência. Essa invisibilidade estatística, sobretudo quanto ao mercado de trabalho, sujeito a maiores mudanças em função da conjuntura, é, por si, um fator de desvantagem por dificultar o desenho de políticas públicas dinâmicas e efetivas.

A partir dos dados da PNAD Contínua, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm muita dificuldade ou não conseguem de modo algum: enxergar, mesmo usando óculos; ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; andar ou subir degraus; levantar uma garrafa com 2 litros até a altura dos ombros; pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; realizar cuidados pessoais; comunicar-se. Trata-se de uma caracterização desenvolvida no âmbito da ONU, que se pauta de forma mais alinhada ao arranjo biopsicossocial da deficiência, consagrado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, e, posteriormente, na Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Neste artigo foram construídos indicadores que revelam as desigualdades de frequência escolar no tempo da pesquisa, e que também retratam o acúmulo de restrições anteriores que culminam em maior taxa de analfabetismo e menor nível de instrução dos jovens com deficiência. A análise descri-



tiva desses indicadores se deu em diálogo com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído para o decênio 2014–2024 (Brasil, 2014), e prorrogado até 31 de dezembro de 2025.

Também foram analisados indicadores tradicionais sobre mercado de trabalho, que ilustram tanto o ingresso dos jovens em postos de trabalho, quanto a qualidade dos postos alcançados. A análise descritiva não permite afirmar relações de causalidade, nem isolar o efeito de cada característica nos resultados, mas fornece um panorama do acesso à educação e ao mercado de trabalho dos diferentes grupos de jovens com deficiência e em comparação com os jovens que não vivem a experiência do corpo com impedimentos em uma sociedade com barreiras e capacitismo – como se denomina a opressão específica às pessoas com deficiência (Mello, 2014).

Sempre que possível e tendo em vista os limites de uma pesquisa amostral, as análises contemplaram um enfoque interseccional, com a interação da deficiência com outras características sujeitas a formas distintas de desigualdade e que podem resultar no aprofundamento de desvantagens. Os grupos de cor ou raça foram agregados em pretos, pardos ou indígenas (PPI) e brancos ou amarelos (não-PPI), seguindo a tendência de estudos recentes sobre desigualdades educacionais e laborais (Marques; Schiavon; Meireles, 2024; Medeiros; Mello Neto; Gomes, 2016).

Dentre as pessoas com deficiência, foram consideradas com deficiência severa aquelas que responderam ter no máximo muita dificuldade, e com deficiência profunda aquelas que afirmaram não conseguir de modo algum realizar pelo menos uma das funções investigadas. Por faixa etária, os jovens foram considerados e agregados de acordo com o Estatuto da Juventude em grupos de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Já os grupos por sexo (homem e mulher) e situação do domicílio (rural e urbano) derivam diretamente dos microdados da PNAD Contínua.



Nasci prematuro, com seis meses e meio de gestação. Por causa disso, tenho paralisia cerebral, uma condição que afeta minha mobilidade e faz com que eu utilize muletas para me locomover. [...]



Ao olhar para a minha trajetória, reconheço que tive muitas experiências positivas. Sempre tive amigos, participei de festas e procurei viver com naturalidade dentro das minhas possibilidades. Ao mesmo tempo, sei que muitas pessoas com deficiência enfrentam obstáculos ainda maiores em sua rotina.

Exemplo claro dos desafios cotidianos aparece na mobilidade urbana. Quem utiliza muletas precisa lidar constantemente com calçadas irregulares, buracos e obstáculos que podem provocar quedas ou acidentes. Até o transporte público se torna um desafio, quando os veículos não possuem adaptações adequadas ou apresentam degraus muito altos.

Na educação, é essencial preparar melhor os profissionais para lidar com estudantes com deficiência e ampliar a presença de mediadores nas escolas públicas e privadas. Já no mercado de trabalho, é fundamental criar oportunidades reais de qualificação e participação.

Meu maior sonho profissional é continuar fazendo aquilo que mais gosto: escrever e atuar como jornalista.

Homem, 33 anos e pessoa com deficiência.

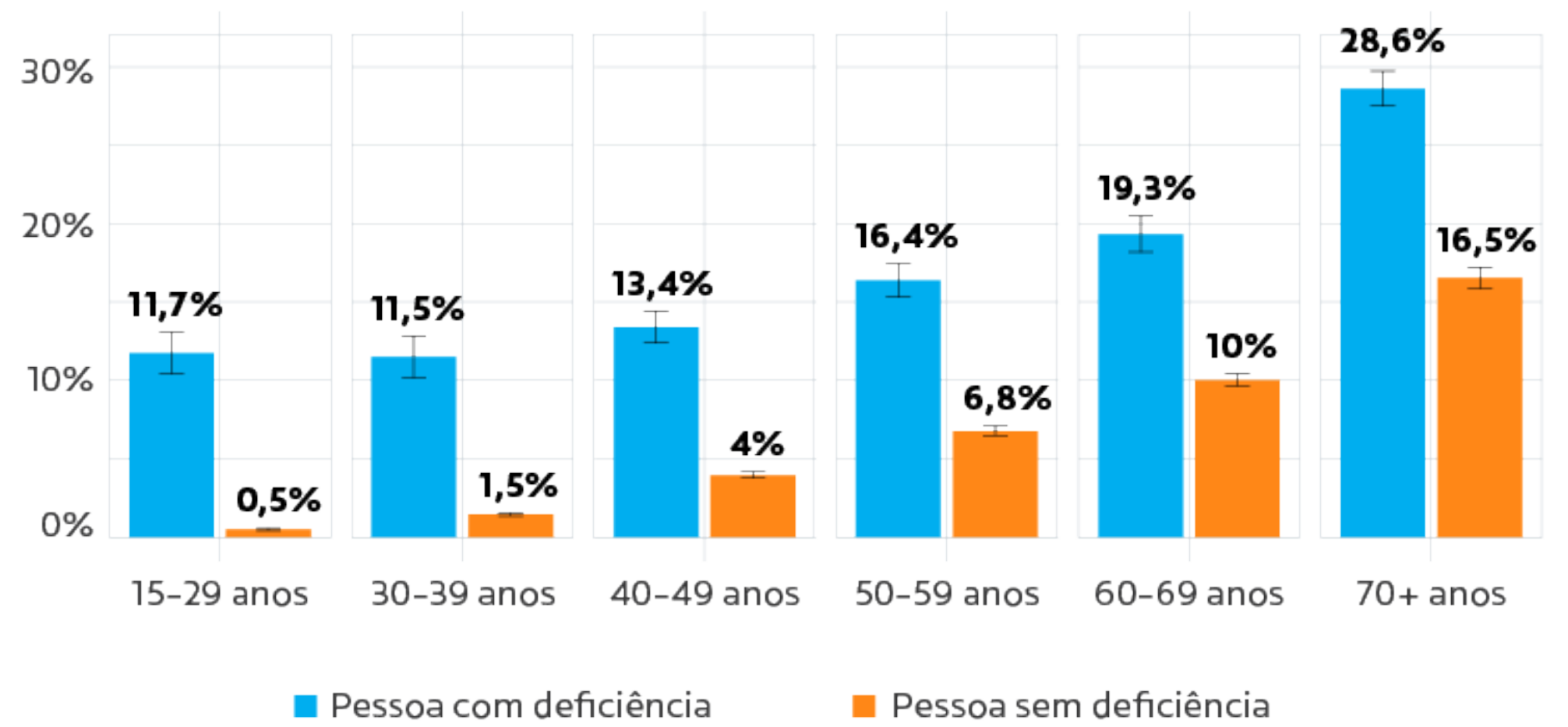
3. RESULTADOS: RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO

O analfabetismo é, talvez, um dos sintomas mais emblemáticos de uma sociedade que falha no atendimento educacional, “uma das expressões concretas de uma realidade social injusta” (Freire, 1981, p. 13). É sabido que a taxa de analfabetismo vem diminuindo ao longo das gerações, refletindo um processo paulatino de maior escolarização da população brasileira. Isso é verdade tanto para as pessoas sem deficiência quanto para as com deficiência, que apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas entre os mais velhos.

Contudo, enquanto entre as pessoas sem deficiência essa redução implicou praticamente a erradicação do analfabetismo entre os jovens (0,5%) em 2022, entre as pessoas com deficiência parece ter atingido um platô, em torno de 12%, observado tanto entre os jovens quanto entre os adultos de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos (Gráfico 1).

Na PNAD Contínua o analfabetismo é medido por uma pergunta direta: “saber ler e escrever?”. Basta conseguir redigir e compreender um bilhete simples para ser considerado alfabetizado, o que torna ainda mais alarmante o elevado percentual de jovens com deficiência não alfabetizados. Vale ressaltar que o PNE havia estipulado como Meta 9 erradicar esse analfabetismo absoluto na população a partir dos 15 anos de idade. Em 2022, a meta já havia sido praticamente atingida entre os jovens sem deficiência, mas ainda distante no horizonte dos com deficiência.

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo por faixa de idade, segundo a existência de deficiência – Brasil, 2022



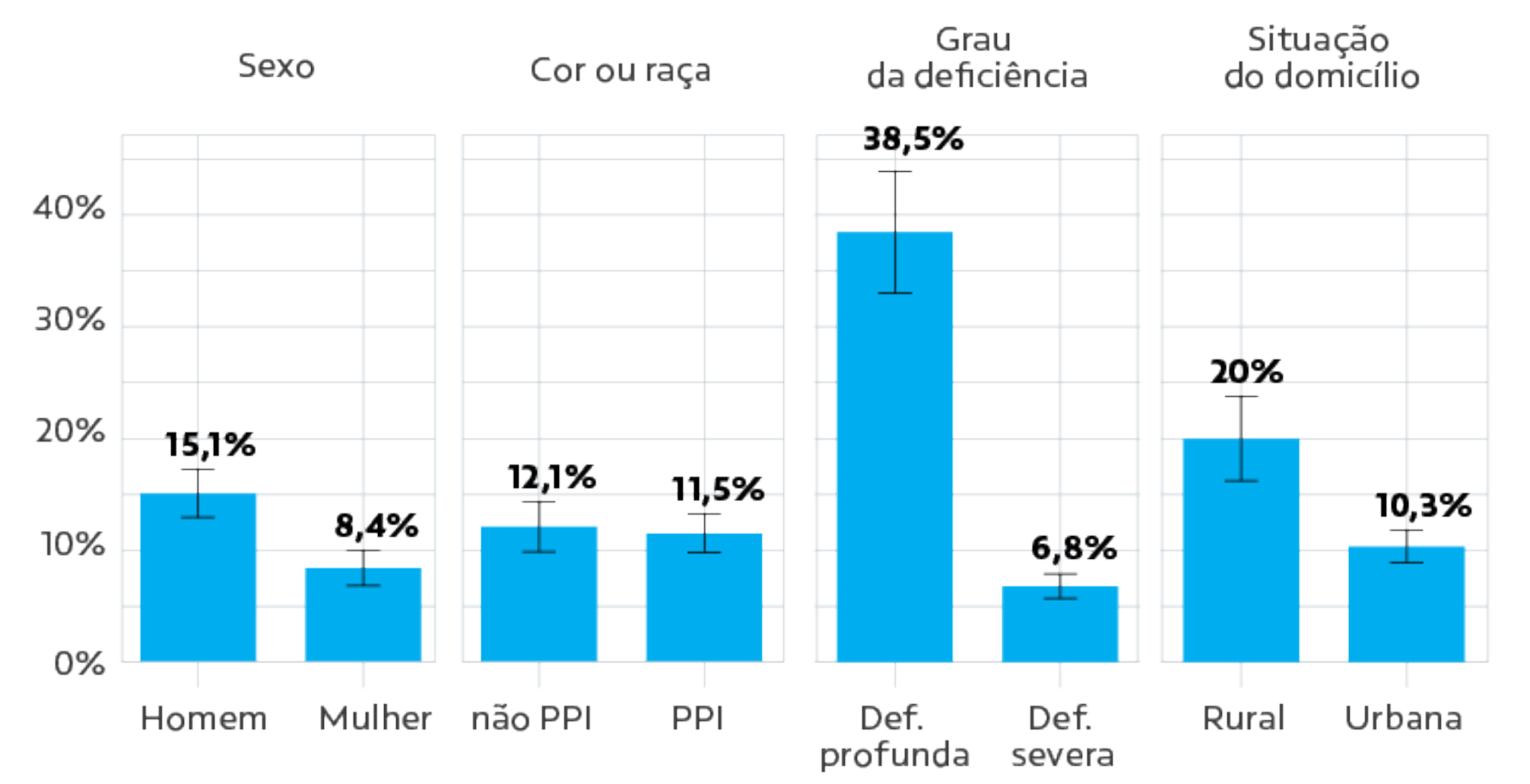
Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

Para avançar na erradicação do analfabetismo entre os jovens com deficiência, é necessário saber que parte do grupo está aquém desse patamar mínimo educacional.

No Brasil, em 2022, a taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos era quase sete pontos percentuais mais alta nos homens (15,1%) em compara-

ção às mulheres (8,4%), e a dos jovens residentes em domicílios em situação rural (20,0%) praticamente o dobro da dos residentes em domicílios em situação urbana (10,3%). Já a pequena diferença identificada por cor ou raça não pode ser considerada estatisticamente significativa. A situação mais grave era a dos jovens com deficiência profunda: 38,5% não estavam alfabetizados (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos de idade com deficiência, segundo características selecionadas – Brasil, 2022



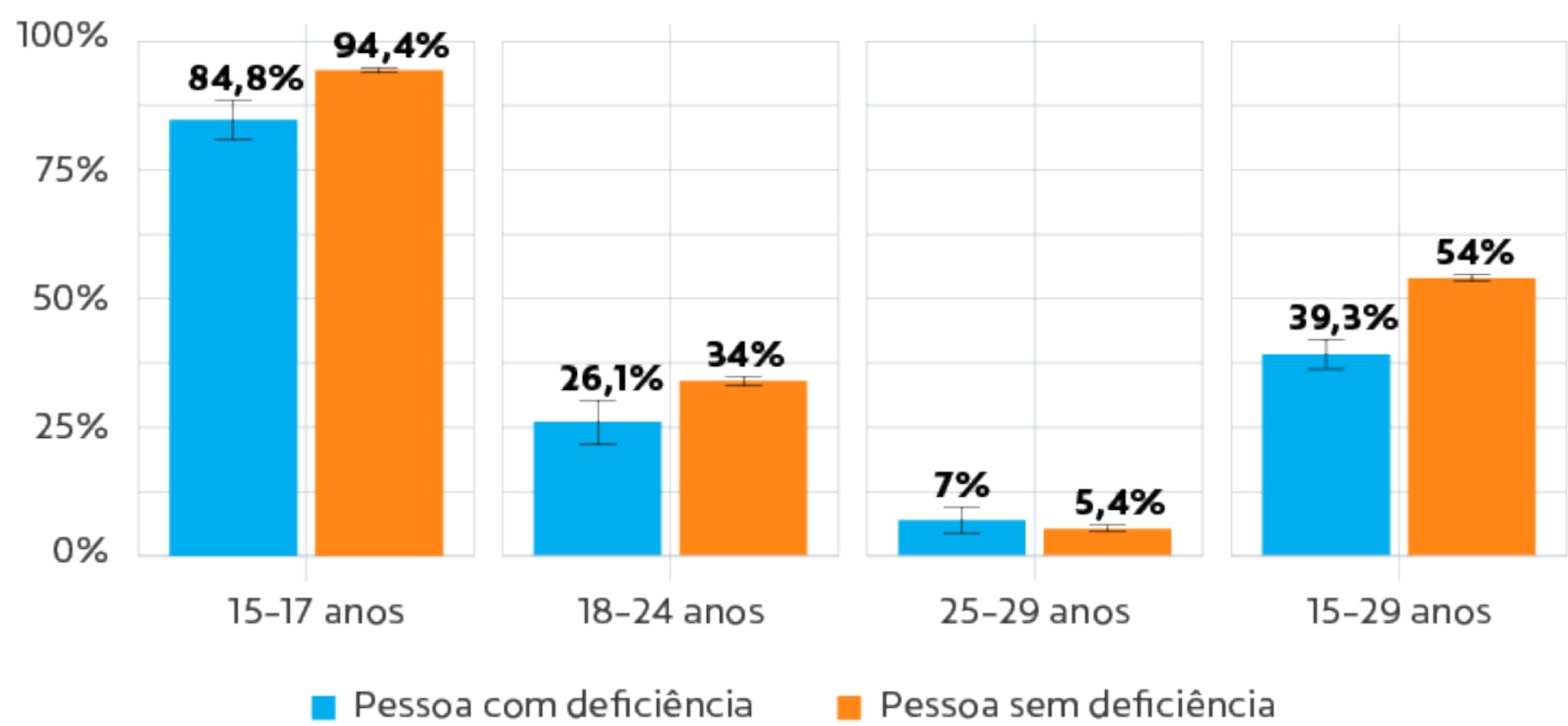
Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

Medir a frequência escolar pode contribuir para a compreensão da persistência do analfabetismo dos jovens com deficiência, pois fornece um retrato mais recente do acesso à educação, da creche à universidade, inclusive pós-graduação, no período de referência da pesquisa. Entre os jovens de 15 a 29 anos que não tinham concluído a educação básica obrigatória, apenas 39,3% frequentavam a escola em 2022. Já entre os jovens sem deficiência sem o diploma de ensino médio, 54,0% frequentavam a escola (Gráfico 3).

A Meta 3 do PNE previa universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, mas é nesta faixa etária que se verifica a maior diferença na escolarização entre jovens com e sem deficiência. Enquanto 84,8% dos jovens com deficiência de 15 a 17 anos frequentavam a escola, no grupo sem deficiência estes jovens representavam 94,4%. A desvanta-

gem cai entre os jovens de 18 a 24 anos, o que decorre, porém, da acentuada evasão escolar em geral. Cabe salientar novamente que o indicador ora analisado se refere à frequência em qualquer etapa de ensino, mesmo que não adequada à idade, em situação de atraso no fluxo escolar.

Gráfico 3 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não concluíram a educação básica que frequentam a escola, por faixa de idade, segundo a existência de deficiência – Brasil, 2022

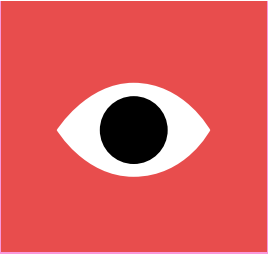


Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

Na educação básica, o atendimento escolar aos jovens com deficiência é feito predominantemente pela rede pública, com cerca de 94% das matrículas nos ensinos fundamental e médio em 2022. Em contrapartida, no ensino superior, prevalece o atendimento na rede privada: 68,5% dos estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado frequentavam instituições de ensino particulares (Gráfico 4).

O padrão é o mesmo observado para os jovens sem deficiência. Contudo, enquanto entre os jovens com deficiência o patamar de atendimento pela rede pública não se altera significativamente do ensino fundamental para o médio, entre os sem deficiência a cobertura pela rede privada se amplia, chegando a 13% dos estudantes nessa etapa em 2022.

É possível que a migração para a rede privada no ensino médio não aconteça entre os jovens com deficiência por estarem inseridos em famílias de classes de rendimentos mais baixos. Porém, sabe-se também que escolas da rede privada, apesar da proibição legal, restringem a matrícula de alunos com deficiência.

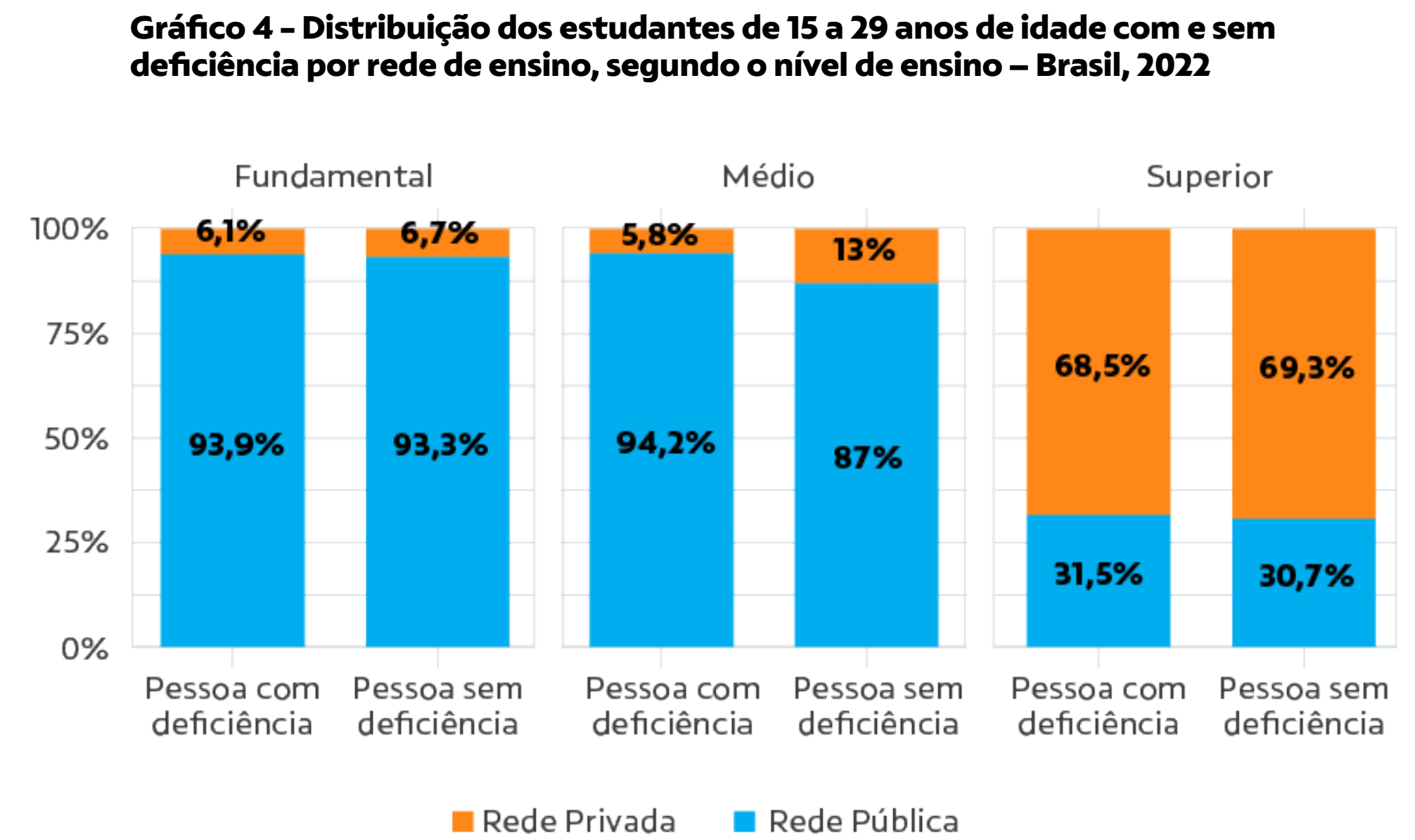


Desigualdades na educação – Jovens (15 a 29 anos)

Taxa de analfabetismo
Jovens com deficiência: 11,7%
Jovens sem deficiência: 0,5%

Sem educação básica completa, mas frequenta a escola
Jovens com deficiência: 39,3%
Jovens sem deficiência: 54%

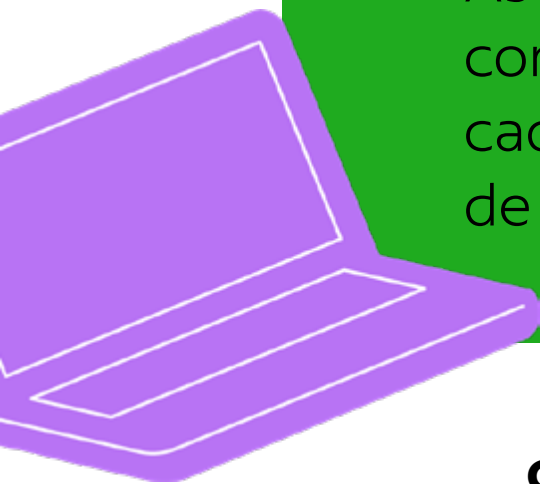
Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2022.



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

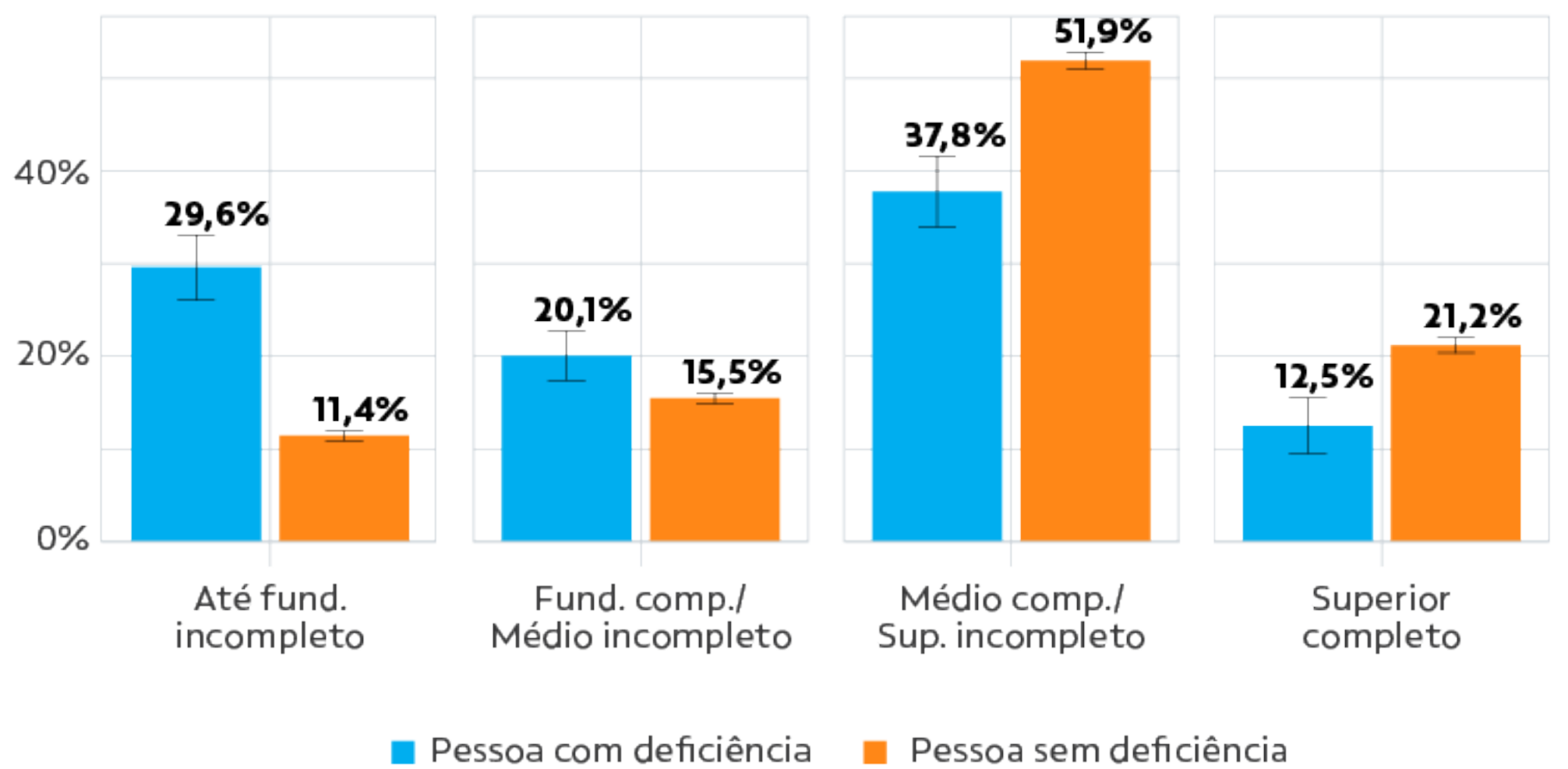
As restrições de acesso à educação pelos jovens com deficiência, reveladas pelas taxas de analfabetismo e pela frequência escolar, materializam-se também em menor nível de instrução, colocando essas pessoas em desvantagem em um atributo valorizado no mercado de trabalho, tanto em termos de oportunidades de emprego quanto de retornos salariais.

Entre os jovens com deficiência de 25 a 29 anos já com idade para ter ensino superior completo, só a metade havia concluído o ensino médio (50,3%) e 29,6% sequer havia completado o ensino fundamental em 2022. De outro lado, entre os jovens sem deficiência, 73,1% haviam concluído ao menos o ensino médio, sendo que 21,2% alcançaram o diploma de graduação no ensino superior, o que os coloca em vantagem na disputa por trabalho com maiores retornos (Gráfico 5).



As restrições de acesso à educação enfrentadas pelos jovens com deficiência impactam suas chances de ingressar no mercado de trabalho, tanto em termos de oportunidades quanto de remuneração.

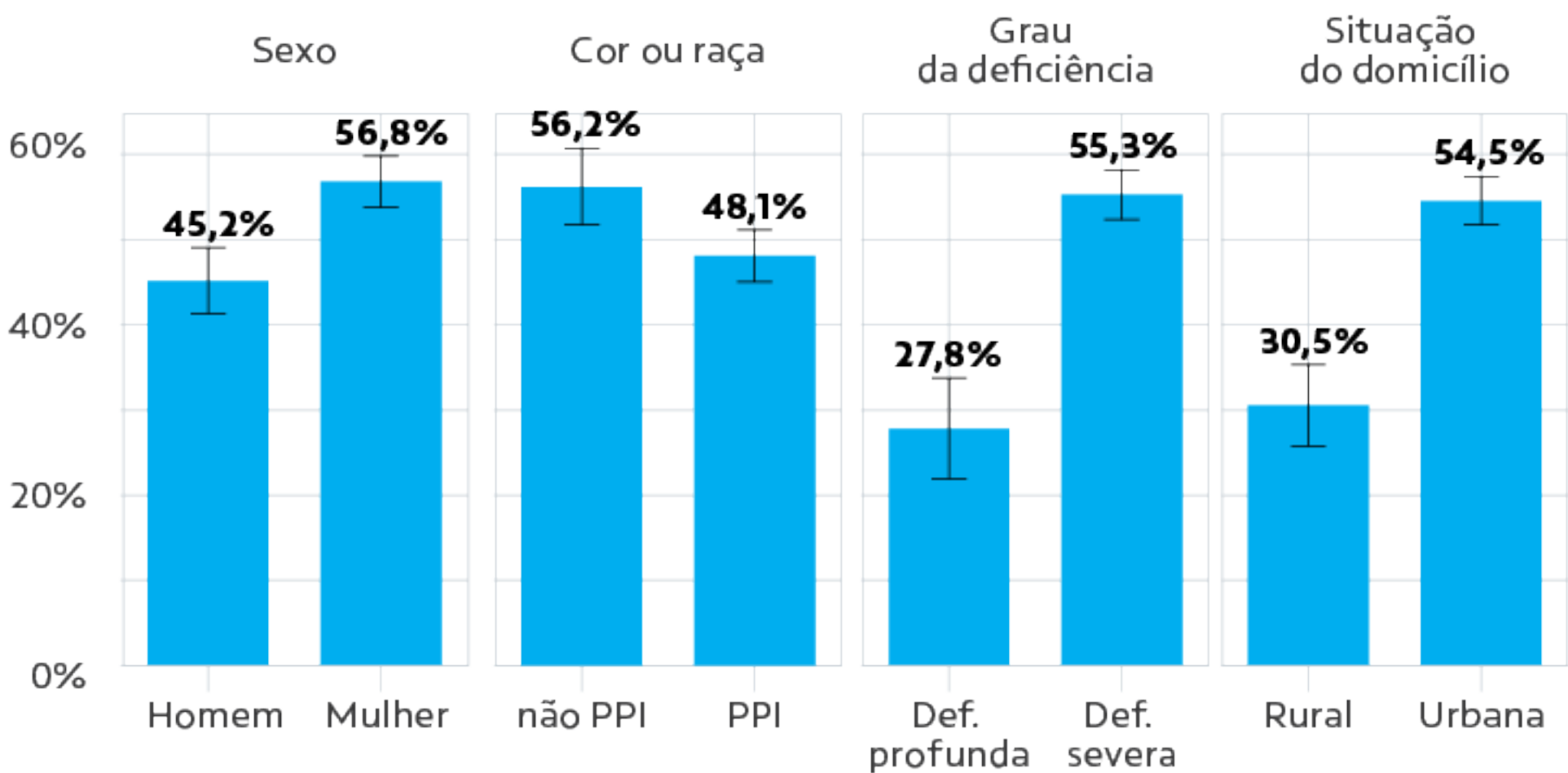
Gráfico 5 – Nível de instrução dos jovens de 25 a 29 anos de idade, segundo a existência de deficiência – Brasil, 2022



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

Para analisar a desigualdade entre os jovens com deficiência, considerou-se a faixa de 18 a 29 anos com o parâmetro da conclusão da educação básica obrigatória. Nesse grupo, as mulheres eram mais instruídas que os homens: entre elas, 56,8% haviam finalizado o ensino médio em 2022, entre eles, 45,2%. A situação do domicílio também parece ser um fator que influencia esse resultado, tendo em vista a distância de 24 pontos percentuais nesse indicador a favor dos jovens residentes em domicílios urbanos. Já a diferença entre jovens pretos, pardos e indígenas e os demais não pode, nessa amostra, ser afirmada como estatisticamente significativa. Novamente, as desigualdades por grau da deficiência se destacam: o percentual de pessoas com deficiência severa com ao menos ensino médio completo (55,3%) era praticamente o dobro das pessoas com deficiência profunda (27,8%).

Gráfico 6 – Proporção de jovens com deficiência de 18 a 29 anos de idade que concluíram a educação básica obrigatória, segundo características selecionadas – Brasil, 2022



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

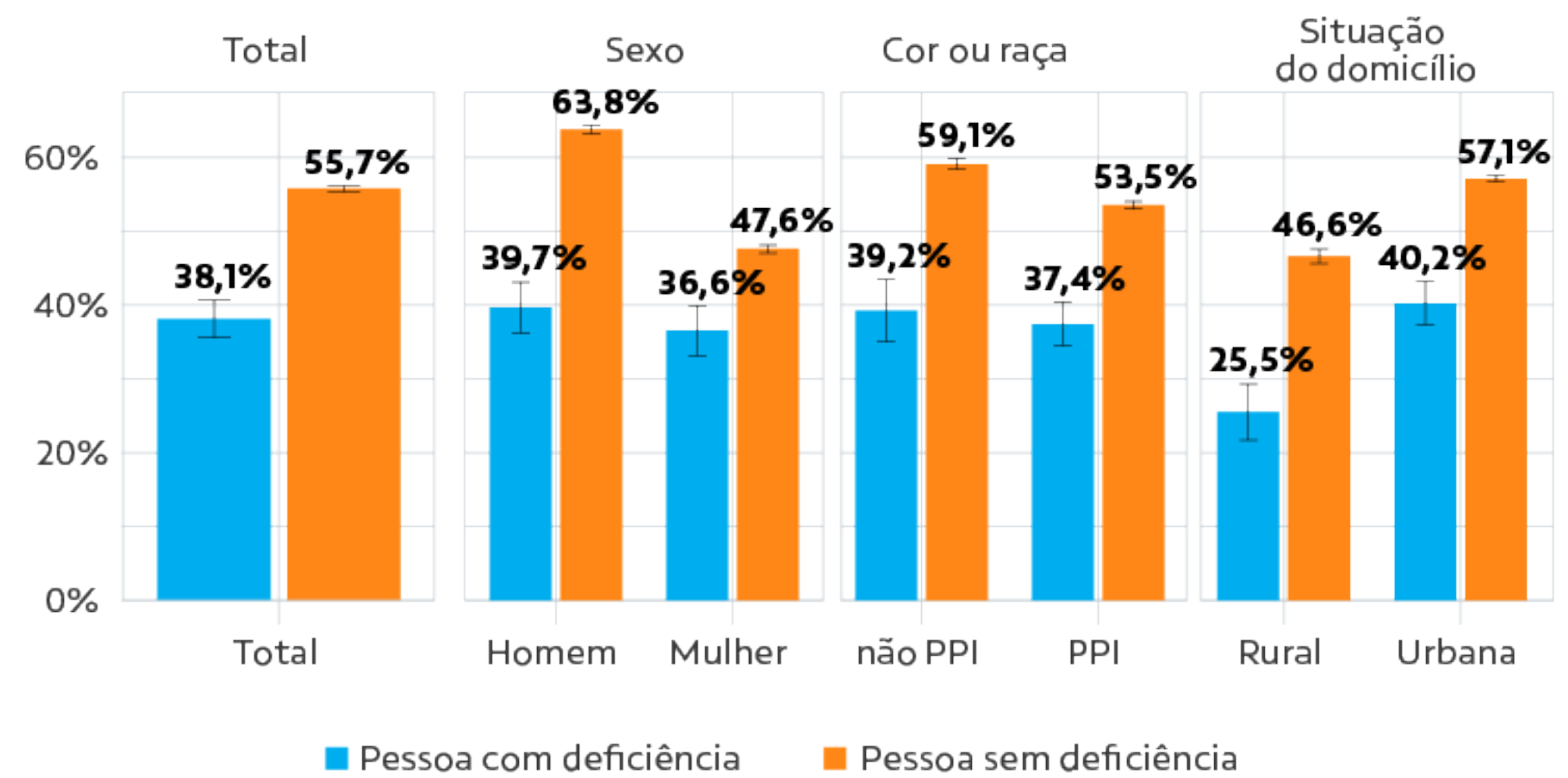
A transição para o mercado de trabalho não ocorre no mesmo passo para os jovens com e sem deficiência. Os primeiros, a despeito da legislação que busca fomentar sua empregabilidade, têm mais dificuldade para conseguir ocupação. De fato, em 2022, o nível de ocupação dos jovens com deficiência era de 38,1%, enquanto o dos jovens sem deficiência, 55,7% (Gráfico 7). O nível de ocupação mensura as pessoas ocupadas em trabalho remunerado na semana de referência em relação ao total de pessoas na faixa etária definida.

A desigualdade persiste mesmo quando são comparados jovens com e sem deficiência, mas com outras características em comum – sexo, cor ou raça e situação do domicílio. A maior distância entre níveis de ocupação se dá entre os jovens residentes em domicílios rurais, o que pode decorrer da menor existência de postos de trabalho no campo adaptados a pessoas com deficiência.

Outra distância que sobressai é entre o nível de ocupação dos homens com e sem deficiência. Tanto é possível que ocupações predominantemente masculinas, em atividades como agropecuária e construção, sejam mais refratárias a pessoas com deficiência, quanto que a deficiência minore a concepção conservadora do homem como principal provedor do lar.

Com efeito, entre os jovens com deficiência, a ausência de diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres chama a atenção por destoar do que relatórios oficiais e a literatura apontam sobre a população com deficiência adulta (IBGE, 2023, Botelho, 2022). Em linha com o que se argumentou anteriormente, parece que, entre os jovens, desvantagens impostas às pessoas com deficiência se sobrepõem à divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) como fator de ingresso ou afastamento do mercado de trabalho.

Gráfico 7 – Nível de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo a existência de deficiência, por sexo, cor ou raça e situação do domicílio – Brasil, 2022



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

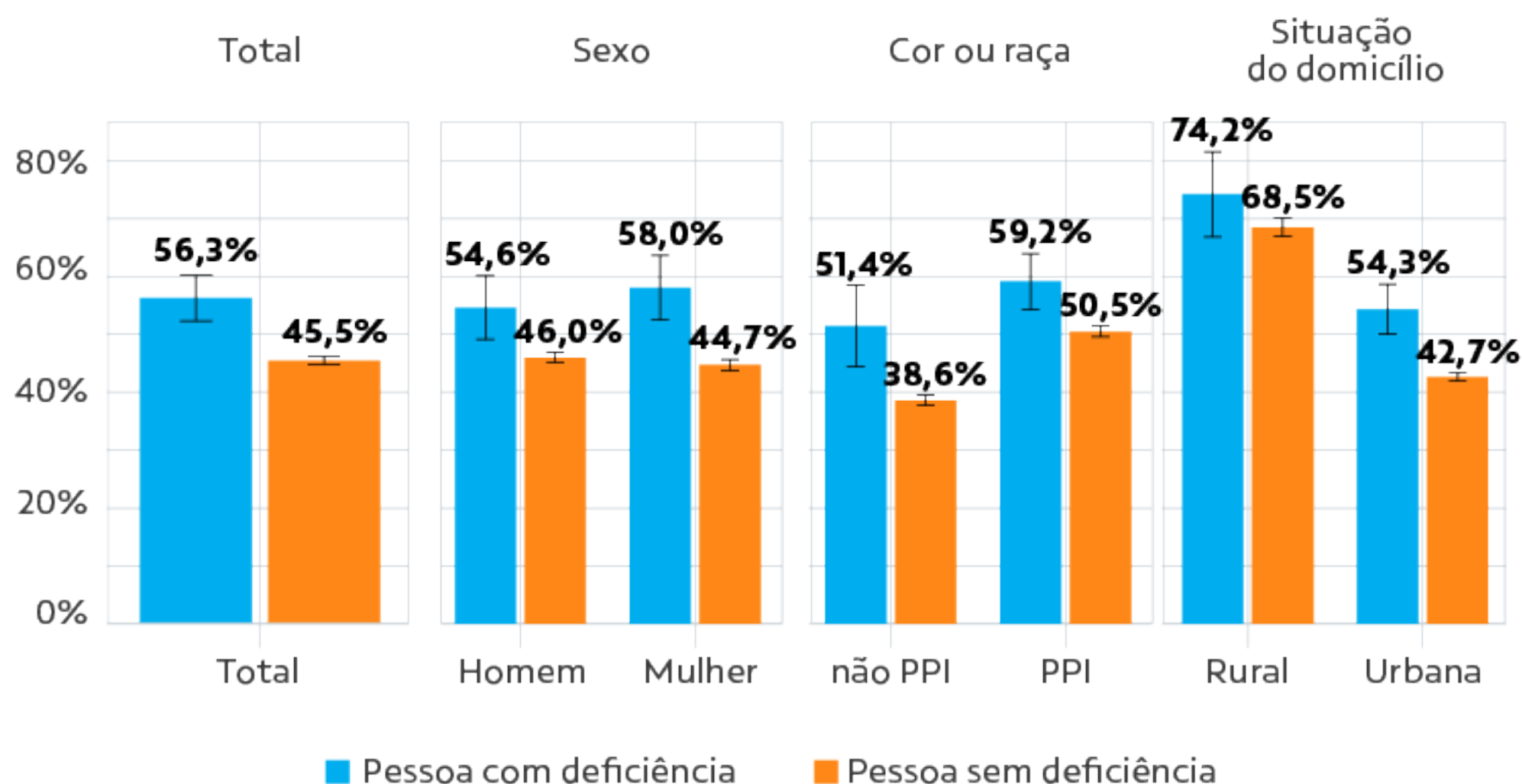
A qualidade dos postos de trabalho alcançados também destoa entre os jovens com e sem deficiência. Em 2022, os jovens com deficiência estavam mais inseridos em ocupações informais (56,3% dos ocupados) do que os sem deficiência (45,5%) – abrangidas aqui as ocupações sem carteira assinada, sem vínculo estatutário público e sem contribuição para a previdência social – o que os deixa, conseqüentemente, privados de direitos próprios das ocupações formais, como licença-maternidade, e sem contagem de tempo para a aposentadoria.

Os jovens com deficiência mais sujeitos a esse fenômeno são os residentes em domicílios em situação rural, chegando a 74,2% dos ocupados em postos informais (Gráfico 8). Além disso, embora quanto ao nível de ocupação não tenha havido desigualdade racial estatisticamente significativa, quanto à informalidade os jovens com deficiência pretos, pardos ou indígenas estavam em desvantagem, com metade inserida nesse contexto (50,5%).

Há que se atentar para a literatura que sugere que muitas pessoas com deficiência assistidas por benefícios poderiam evitar o ingresso no mercado de trabalho (Campolieti, 2001; Mutasa, 2012). No Brasil, um empregado formal não pode acumular os rendimentos do trabalho com o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), caso ultrapasse o teto de renda definido como critério de elegibilidade ao benefício. Além da dificuldade de conseguir trabalho com remuneração maior do que o BPC, das barreiras para o deslocamento e no ambiente de trabalho, o receio de perder o emprego e demorar ou não conseguir reativar o benefício são fatores que podem influenciar essa decisão.



Gráfico 8 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade em ocupações informais, segundo a existência de deficiência, por sexo, cor ou raça e situação do domicílio – Brasil, 2022



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.

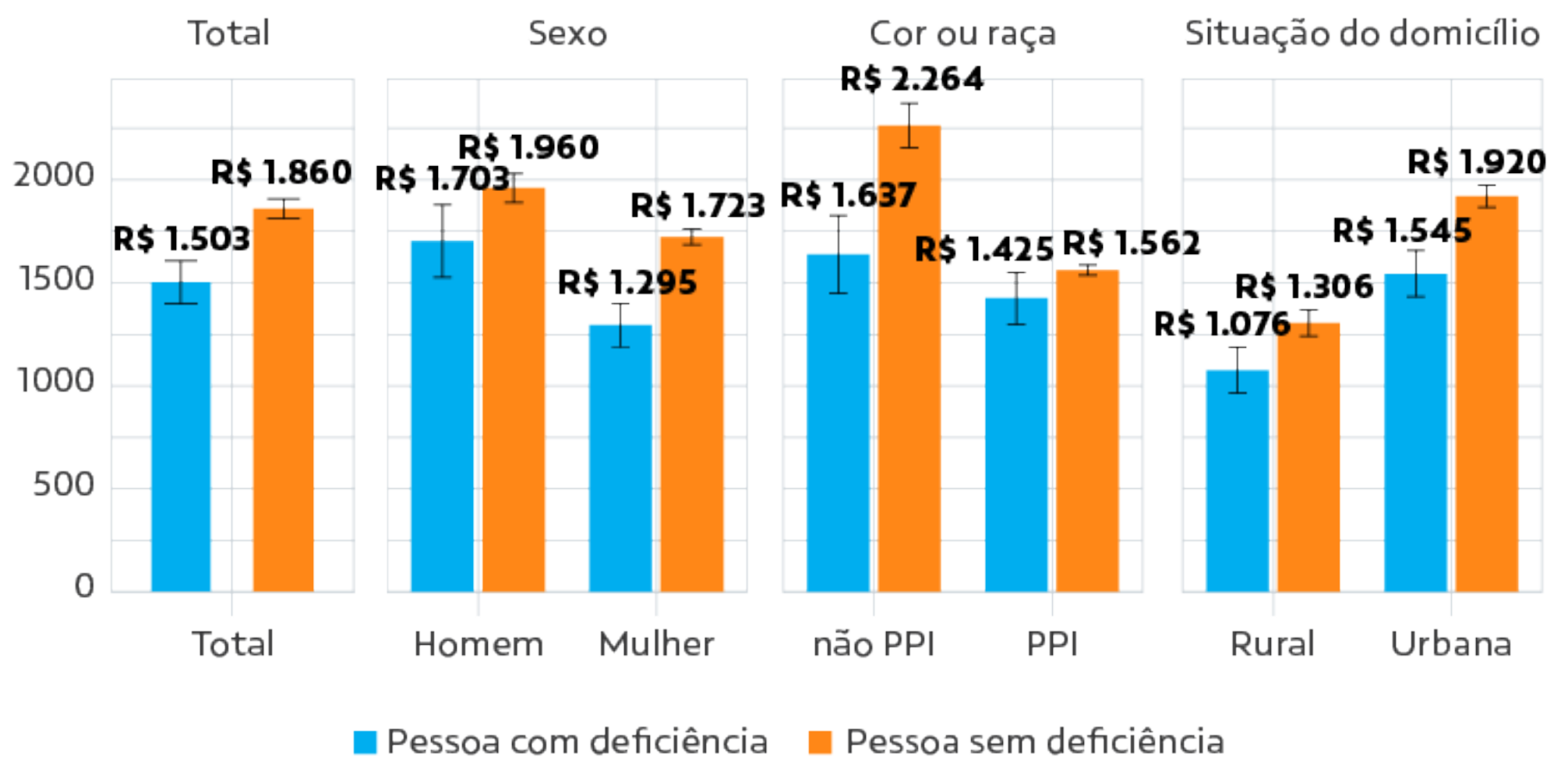
Nota: Intervalos de confiança 95%.

A qualidade dos postos de trabalho atribuídos aos jovens com deficiência também pode ser abordada a partir dos rendimentos. Um jovem com deficiência ocupado recebia habitualmente, em média, R\$ 1.503 por mês em 2022, o que representava cerca de 81% dos rendimentos de uma pessoa sem deficiência (Gráfico 9). Vale ressaltar que a proporção de jovens com deficiência ocupados era menor do que a de sem deficiência, o que pode sobrevalorizar os salários observados do primeiro grupo, já que a tendência é que esteja no mercado de trabalho quem consegue ofertas melhores.

Mulheres com deficiência aparecem em desvantagem tanto em relação a seus pares do mesmo sexo sem deficiência, quanto em comparação com os homens com quem compartilham a experiência do corpo fora do considerado padrão, embora sejam mais escolarizadas do que eles. Entretanto, o maior hiato salarial se deu em relação aos homens sem deficiência: os R\$ 1.295 recebidos, em média, pelas mulheres com deficiência correspondiam a 66% dos R\$ 1.960 auferidos, em média, pelos homens sem deficiência. A literatura corrobora o acúmulo da discriminação salarial por deficiência e por gênero sobre esse grupo de mulheres (Baldwin; Johnson, 1995; Jones; Latreille; Sloane, 2006).

Apesar do hiato salarial entre pessoas com deficiência pretas, pardas ou indígenas e as brancas ou amarelas não ser, nessa amostra, estatisticamente significativo, a distância em relação às pessoas sem deficiência brancas é digna de destaque. Pessoas com deficiência pretas, pardas ou indígenas auferiam, em média, R\$ 1.425, equivalente a 63% dos R\$ 2.264 recebidos pelas pessoas sem deficiência brancas ou amarelas.

Gráfico 9 – Rendimento médio habitual em todos os trabalhos dos jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo a existência de deficiência, por características selecionadas – Brasil, 2022



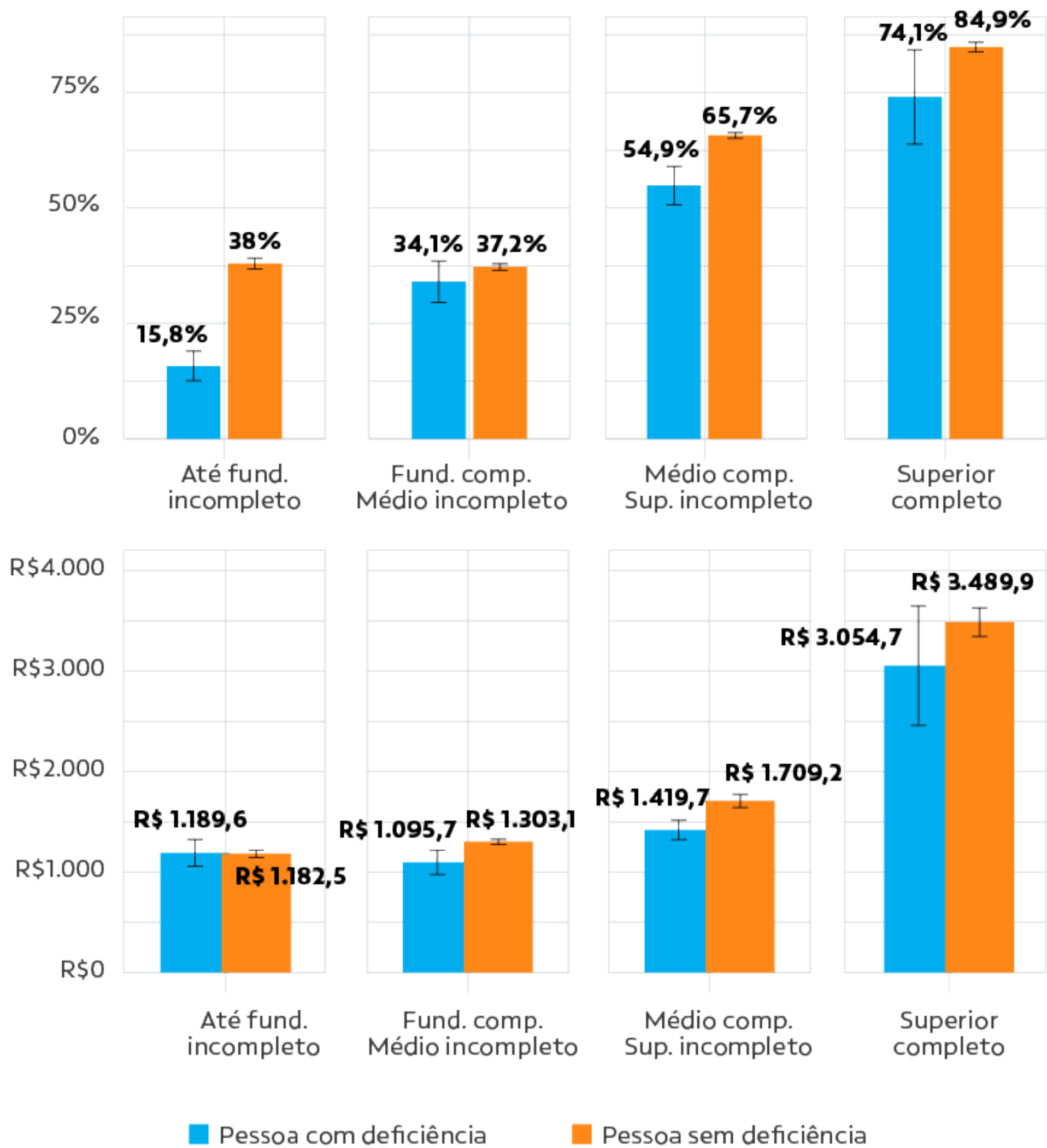
Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

Jovens com deficiência mais escolarizados têm melhores resultados no mercado de trabalho tanto quanto às chances de estarem ocupados, quanto ao alcance de maiores rendimentos. Com efeito, somente 15,8% dos jovens com deficiência sem ensino fundamental completo estavam ocupados e seu rendimento médio habitual era de R\$ 1.190, enquanto 74,1% dos jovens com deficiência com ensino superior concluído estavam ocupados e auferiam em média R\$ 3.055 (Gráfico 10).

No entanto, equiparar a escolarização entre jovens com e sem deficiência não é suficiente para colocá-los em situação de igualdade no mercado de trabalho. Ainda que nessa amostra algumas diferenças não sejam estatisticamente significativas, é possível observar a distância de mais de dez pontos percentuais no nível de ocupação dos jovens com e sem deficiência que

têm ensino médio completo ou superior incompleto, e hiato salarial de quase R\$ 300 entre esses dois grupos.

Gráfico 10 – Nível de ocupação e rendimento médio habitual em todos os trabalhos dos jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo a existência de deficiência, por nível de instrução – Brasil, 2022



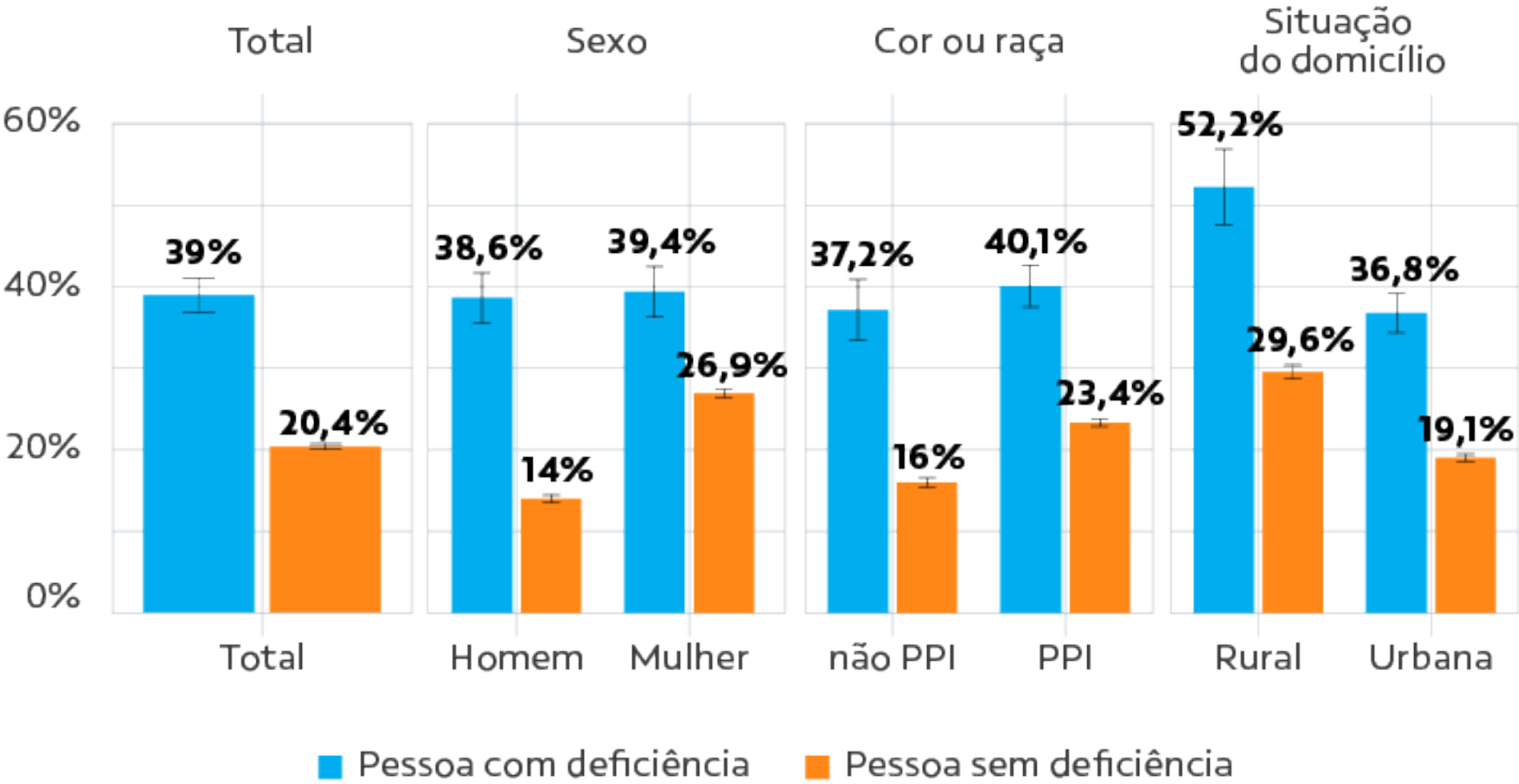
Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.

Nota: Intervalos de confiança 95%.

A vulnerabilidade dos jovens com deficiência no processo de transição da escola para o mercado de trabalho fica ainda mais evidente ao se observar

a proporção dos que não frequentavam a escola e nem estavam ocupados: eram 39,0%, quase o dobro da proporção de jovens sem deficiência na mesma situação (20,4%). As desigualdades de gênero e raciais manifestas entre os jovens sem deficiência novamente se dissiparam na presença da deficiência. Por outro lado, a desvantagem dos jovens residentes em domicílios rurais se acentuou, e mais da metade (52,2%) não frequentava a escola nem tinha ocupação (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não frequentam a escola nem estão ocupados, segundo a existência de deficiência, por características selecionadas – Brasil, 2022



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

Trabalho – Jovens com deficiência 15-29 anos

38,1% estão ocupados

56,3% estão em ocupações informais

39% não estão ocupados, nem estudam

Fonte: PNAD Contínua, 2022.

O grau da deficiência, que se destacou como característica que distinguiu os jovens quanto ao acesso à educação, também constitui um marcador relevante para desigualdades no mercado de trabalho. O nível de ocupação dos jovens com deficiência severa (42,5%) era quase o triplo dos jovens com deficiência profunda (14,4%) (Gráfico 12), resultado que pode espelhar diferenças educacionais, entre outras, mas também alinhado à literatura que mostra que empregadores preferem contratar pessoas com deficiência que demandem menores acomodações na organização e no ambiente de trabalho (Shamshiri-Petersen; Krogh, 2020).



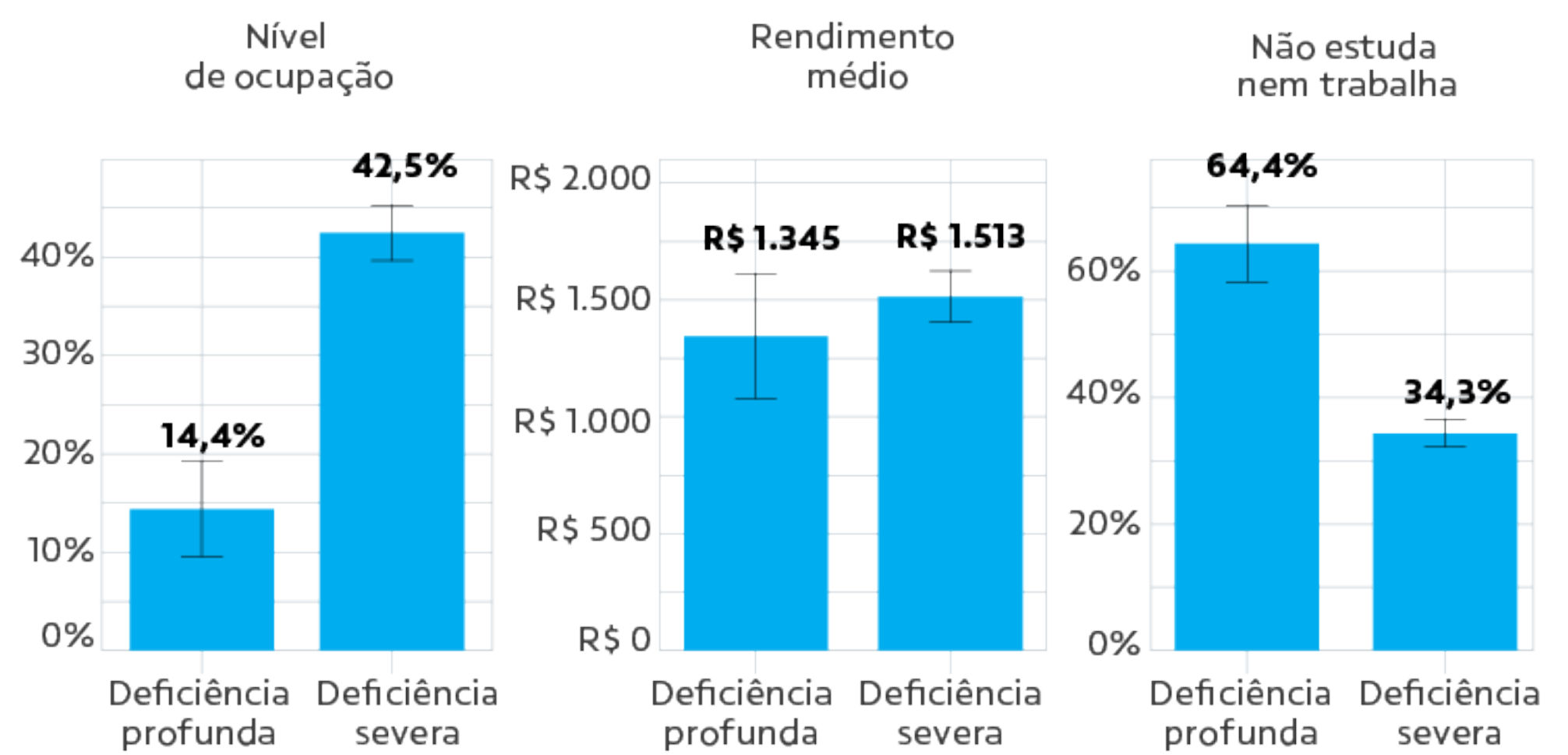
Os jovens com deficiência profunda são especialmente afetados pelas restrições educacionais e laborais que afetam os jovens com deficiência. Essa privação impacta, além de sua formação e capacidade de ter rendimentos, o convívio e o pertencimento social.

Uma vez ocupados, o hiato salarial entre os dois grupos não teve magnitude suficiente para ser considerado estatisticamente significativo. Como mencionado anteriormente, é possível que quem efetivamente procure e aceite trabalho sejam justamente as pessoas com deficiência profunda que conseguem ofertas que não destoam tanto das disponíveis aos seus pares.

Por último, mas não menos importante, o acúmulo das restrições nas searas educacional e laboral faz dos jovens com deficiência profunda o grupo com a maior proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados (64,4%). Estar privado dessas dimensões implica estar privado não só de instrução e rendimentos, mas de convívio social, da sensação de pertencimento e de bem-estar.



Gráfico 12 –Nível de ocupação, rendimento médio habitual em todos os trabalhos dos jovens com deficiência de 15 a 29 anos de idade e proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados, segundo o grau de deficiência – Brasil, 2022



Fonte: elaboração da autora com dados de IBGE, PNAD Contínua 2022.
Nota: Intervalos de confiança 95%.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens com deficiência estão em desvantagem em comparação com os jovens sem deficiência em todas as dimensões analisadas neste capítulo, o que revela que a atenção específica ao grupo em matéria de direitos e políticas públicas segue absolutamente necessária.

Em matéria de educação, dois grupos de jovens com deficiência estão especialmente vulneráveis: os jovens em domicílios em situação rural e os jovens com deficiência profunda. É possível extrair e adequar um conjunto de estratégias do PNE, que endereçam o fomento da educação e qualificação profissional, para o primeiro segmento: redimensionar a distribuição territorial da oferta, com maior articulação espacial, pedagógica e curricular entre as escolas e o ambiente comunitário; não descuidar da acessibilidade, da formação docente continuada, do material didático e da implantação de salas

de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado nas escolas do campo; oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas; garantir transporte gratuito e acessível; integrar o ensino médio à educação profissional e expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio; ampliar as políticas de acesso, assistência estudantil e acessibilidade no ensino superior; promover busca ativa dos jovens que abandonaram a escola e implantar programas de educação e capacitação tecnológica de jovens e adultos (Brasil, 2014).

Certamente os jovens com deficiência profunda também podem se beneficiar da expansão da oferta de serviços educacionais em geral, mas sua inclusão depende, e muito, de transformações mais profundas. Apesar da influência do modelo social em todo o debate da deficiência nas últimas décadas, ainda é necessário ampliar o que se entende como acessibilidade. A própria legislação, ao mencionar como direito das pessoas com deficiência a “adaptação razoável” (Brasil, 2009), deixa sugerido que adaptações mais complexas não estejam garantidas. Em muitos casos, além de adaptações, o indivíduo necessita de suporte de terceiros, o que ainda recai sobre familiares e se restringe ao ambiente doméstico. Ser uma pessoa com deficiência profunda e não conseguir de modo algum realizar certas atividades não implica ser incapaz de conviver, aprender e também contribuir no ambiente escolar.

As desvantagens enfrentadas pelos jovens com deficiência, sobretudo pelos jovens com deficiência profunda e pelos que vivem na zona rural, salientam a necessidade de atenção a esse grupo em termos de direitos e políticas públicas.

Os números deste capítulo e a literatura sobre mercado de trabalho evidenciam, porém, que a resolução de desigualdades educacionais não implicaria em igualdade entre pessoas com e sem deficiência no mercado de trabalho, um problema que transcende o cenário da juventude. A discriminação por empregadores é um fenômeno real e mensurado (Baldwin; Johnson, 1995; Jones; Latreille; Sloane, 2006; Shamshiri-Petersen; Krogh, 2020).

O aprimoramento da Lei de Cotas, que reserva vagas para trabalhadores com deficiência em geral em empresas com 100 ou mais empregados, é um caminho possível, senão para erradicar o capacitismo, pelo menos para con-

torná-lo. Ampliar o percentual de vagas reservadas para garantir o mesmo percentual de pessoas com deficiência na população, estender a aplicação da lei a empresas menores e fortificar mecanismos de fiscalização são exemplos positivos de outros países.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G. A.; FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 22, p. 67-75, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/047>. Acesso em: 27 out. 2025.

BALDWIN, M. L.; JOHNSON, W. G. Labor market discrimination against women with disabilities. **Industrial Relations**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 555-571, out. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-232X.1995.tb00388.x>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BOTELHO, L. C. Panorama de indicadores sobre as mulheres com deficiência no mercado de trabalho. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 45-57, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/synthesis.2022.69286>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

CAMPOLIETI, M. Disability insurance and the labour force participation of older men and women in Canada. **Canadian Public Policy / Analyse de Politiques**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 179-194, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3552196>. Acesso em: 27 out. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial

relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. **Estudos feministas**, [S.l.], ano 10, p. 171-188, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

DEGENER, T. A human rights model of disability. In: BLANCK, P.; FLYNN, E. (org.). **Routledge Handbook of Disability Law and Human Rights**. London: Routledge, 2016. p. 31-49.

FIETZ, H. M.; MELLO, A. G. de. A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. **Revista Antropológicas**, [S.l.], ano 22, v. 29, n. 2, p. 114-141, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2018.238990>. Acesso em: 27 out. 2025.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IBGE. **Pessoas com Deficiência 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

JONES, M. K.; SLOANE, P. J. Disability, gender, and the British labour market. **Oxford Economic Papers**, [S.l.], v. 58, n. 3, p. 407-449, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oep/gpl004>. Acesso em: 27 out. 2025.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

KITTAY, E. F. The Ethics of care, dependence, and disability. **Ratio Juris**, [S.l.], v. 24, n. 1, fev. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9337.2010.00473>. Acesso em: 09 set. 2020.

MARQUES, M. M.; SCHIAVON, L. de C.; MEIRELES, D. C. Diferenciais de rendimentos por cor e segmentação do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Econômica do Centro-Oeste**, Goiânia,

v. 10, n. 2, p. 32–54, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/reoeste.v10i2.82144>. Acesso em: 11 jan. 2026.

MEDEIROS, H. A. V.; MELLO NETO, R. de D.; GOMES, A. M. Limites da Lei de Cotas nas universidades públicas federais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S.l.], v. 24, n. 6, 2016. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/limites-da-lei-de-cotas-nas-universidades-publicas-federais-2alkol4t2h.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MELLO, A. G. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. 260p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182556>. Acesso em: 09 set. 2020.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635–655, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>. Acesso em: 09 set. 2020.

MORRIS, J. **Feminism, gender and disability**. Texto apresentado em seminário em Sidney, Austrália, 1998. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/morris-gender-and-disability.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

MUTASA, G. Disability grant and labour force participation: the case of South Africa. **DPRU Working Paper**, Cape Town: Development Policy Research Unit, University of Cape Town, n. 12/156, Dec. 2012. Disponível em: https://www.dpru.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/36/DPRU%20WP12-156.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, C. B. de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 18, n. 55, p. 961–984, out./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000400009>. Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, V. S.; OLIVER, F. C. Jovens com deficiências e seus modos de vida: compreensão sobre suas experiências juvenis por meio de grupo focal e participação em comunidades online. **Revista de**

Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 32, n. 1–3, e204931, 2021–2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v32i1-3e204931>. Acesso em: 27 out. 2025.

SHAMSHIRI-PETERSEN, D.; KROGH, C. Disability disqualifies: a vignette experiment on Danish employers' intentions to hire applicants with physical disabilities. **Scandinavian Journal of Disability Research**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 198–209, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.16993/sjdr.661>. Acesso em: 27 out. 2025.

SOARES, A. H. R.; MOREIRA, M. C. N.; MONTEIRO, L. M. C. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 185–194, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000100023>. Acesso em: 27 out. 2025.

THOMAS, C. Developing the social relational in the social model of disability: a theoretical agenda. In: BARNERS, C.; MERCER, G. (ed.). **The social model of disability**: theory and research. Leeds: The disability press, p. 32–47, 2004. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Barnes-implementing-the-social-model-chapter-3.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

UPIAS. **Union of the Physically Impaired Against Segregation**: policy statement. 1974. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-UPIAS.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

UPIAS; The Disability Alliance. **Fundamental Principles of Disability**. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, The Disability Alliance, 1976. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-fundamental-principles.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.



JUVENTUDES LGBTQIAPN+ ¹ NO BRASIL

Renan Quinalha²

Ser um jovem dentro desta sociedade é muito desafiador. A gente enfrenta diariamente problemáticas que nos colocam no lugar de resistir. [...] Sinto que minha voz hoje é ouvida por conta dos projetos sociais e dos engajamentos nos espaços de decisão. Mas é uma luta diária estar nesses espaços e ter voz ativa sendo um jovem.

Jovem de 24 anos, negro e LGBTQIAPN+ que mora em Salvador (BA)

¹ Usaremos a versão mais ampla da sigla, já que ela contempla um maior número de identidades dissidentes de sexualidade e de gênero. No entanto, em respeito às produções e pesquisas citadas, manteremos as siglas utilizadas em cada uma das obras ou relatórios. Vale destacar que não há uma única sigla considerada correta ou mais adequada, havendo uso de variações maiores ou menores a depender do contexto e do público-alvo.

² É paulistano, escritor, palestrante, advogado e professor de direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde também coordena o Núcleo TransUnifesp. Entre outros, é autor dos livros *Contra a Moral e os Bons Costumes: a ditadura e a repressão contra a comunidade LGBT* (Companhia das Letras, 2021) e *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias* (Autêntica, 2022), que foi vencedor do Prêmio Cidadania e Diversidade da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e finalista do Prêmio Jabuti em 2023. Em 2024, lançou *Direitos LGBTI+ no Brasil: novos rumos da proteção jurídica* (Edições SESC, 2024). É editor e colunista da seção *Livros e Livres*, dedicada à Literatura LGBTI+ na Revista 451 e Presidente do Grupo de Trabalho de Memória e Verdade LGBTQIA+ do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). É também Conselheiro da Comissão de Anistia do MDHC e Conselheiro Titular pelo Segmento Gay do Conselho Estadual LGBT+ do Estado de São Paulo.

A população de jovens LGBTQIAPN+ enfrenta uma complexa gama de desafios no Brasil. Porém, antes de analisar essa realidade, vale destacar que a sigla LGBTQIAPN+ é uma das formas mais abrangentes e atuais de representar a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Cada letra corresponde a um grupo e o “+” final simboliza a abertura e o reconhecimento de outras vivências que não estão explicitamente nomeadas, mas que fazem parte do espectro da diversidade sexual e de gênero.

O “L” representa as lésbicas, mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres. O “G” refere-se aos gays, homens que se relacionam com outros homens. O “B” indica as pessoas bissexuais, que sentem atração por mais de um gênero. O “T” abrange as pessoas trans, incluindo travestis e transexuais, cujas identidades de gênero diferem do sexo que lhes foi designado ao nascer. O “Q” corresponde ao termo *queer*, que tem origem na teoria e na militância, designando pessoas que questionam as normas sociais sobre gênero e sexualidade ou que não se encaixam em classificações fixas. O “I” se refere às pessoas intersexo, que nascem com variações biológicas em suas características sexuais (genitais, gonadais ou cromossômicas) que não correspondem às definições convencionais de masculino e feminino. A letra “A” diz respeito às pessoas assexuais ou

arromânticas, que podem não sentir atração sexual ou romântica. O “P” representa as pessoas pansexuais, cuja atração afetiva e/ou sexual independe do gênero, ou seja, que se sentem atraídas por pessoas de diferentes identidades de gênero. O “N”, por fim, refere-se às pessoas não binárias, que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher, podendo transitar entre gêneros, identificar-se com ambos ou rejeitar o binarismo de gênero.

A despeito das especificidades de cada letra, a realidade dessa população é marcada por conflitos familiares, desigualdades sociais e territoriais, *bullying* escolar e interrupção dos estudos, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e falta de acesso a direitos básicos. A compreensão da realidade desses jovens se torna crucial para a elaboração de políticas públicas eficazes e para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Este artigo apresenta um panorama sobre esse grupo, com base em alguns poucos estudos específicos existentes, usando pesquisas com enfoque análogos para abordar os perfis demográfico, educacional e profissional na primeira seção, a situação das políticas públicas em seguida e, por fim, os principais desafios existentes.

1. PERFIL DEMOGRÁFICO

A produção de dados demográficos sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil é um campo recente e ainda em construção. Apesar de avanços pontuais, permanece uma lacuna significativa de informações oficiais que contemplem plenamente as identidades de gênero e as orientações sexuais, sobretudo entre as juventudes. A ausência de dados confiáveis e abrangentes compromete o desenho e a avaliação de políticas públicas voltadas a esse público.

Em 2022, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para obrigar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a incluir “orientação sexual” e “identidade de gênero” no Censo 2022. Houve decisão liminar favorável, mas ela foi suspensa em instâncias superiores. O entendimento que prevaleceu foi o de que a inclusão não seria exequível naquele ciclo censitário (planejamento concluído, questionários testados, riscos metodológicos), devendo o tema avançar por pesquisas amostrais e planejamento prévio.

Assim, o Censo 2022 não avançou para compreender a realidade das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Mas, desde então, o IBGE tem ampliado o tema nas pesquisas amostrais mais ágeis para testar perguntas, treinar equipes e amadurecer conceitos, mas ainda sem cobertura sistemática de adolescentes.

Em 2023, o IBGE anunciou a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero em novas pesquisas amostrais contínuas (para 18+), o que abre a possibilidade de gerar séries mais regulares; ainda assim, a cobertura não alcança plenamente adolescentes e parte das juventudes.

Não há, dessa forma, dados exatos sobre a quantidade total de jovens LGBTQIAPN+ no Brasil, tema central deste estudo, pois a maioria das pesquisas foca em adultos ou não detalha a faixa etária jovem. Contudo, o IBGE constatou que a proporção de pessoas que se identificam como LGBTQIAPN+ é maior entre os jovens, podendo ser até o triplo comparado aos mais velhos.

Com efeito, o primeiro dado oficial sobre orientação sexual veio como estatística experimental na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, IBGE, 2019), restrita a pessoas de 18 anos ou mais; “identidade de gênero” não foi medida nessa edição. O próprio IBGE alertou que os resultados exigem cautela (tema sensível, recusas, “não sabe”), devendo ser entendidos como ponto de partida metodológico.

A PNS de 2019 estimou que, entre adultos (18+), 94,8% se declararam heterossexuais, 1,2% homossexuais, 0,7% bissexuais, 0,1% outra orientação, 1,1% não sabiam e 2,3% não responderam. Como dito, esses resultados vieram acompanhados de ressalvas metodológicas, tais como sensibilidade do tema, subdeclaração, recusa, “não sabe”, sobretudo entre os mais jovens.

Para juventudes, há ainda maior lacuna e dificuldade, visto que os inquéritos que captam orientação sexual do IBGE ainda se concentram em 18+, o que dificulta estimar o tamanho do segmento LGBTQIAPN+ jovem. O que há de mais sólido para 13–17 anos são indicadores indiretos que medem *bullying* e clima escolar (e não a identidade sexual e de gênero), mostrando violência e hostilidade no ambiente escolar, conforme será abordado mais adiante. Vale notar que tais fatores, inclusive, afetam autodeclaração e visibilidade e, portanto, qualquer estimativa populacional em idade escolar.

Porém, entre os grupos de idade, conforme a PNS, os jovens de 18 a 29 anos concentram o maior percentual de pessoas que se declararam homossexuais e bissexuais: 4,8%. Também foi o maior grupo que não sabia sua orientação sexual (2,1%) ou não quis

responder (3,2%). As mulheres são as que mais declaram uma sexualidade não heterossexual³ (55%) e pretos e pardos representam quase 62% dos que declaram uma sexualidade não heterossexual, sendo que essa declaração é mais frequente entre os mais jovens, de 18 a 24 anos (71%).

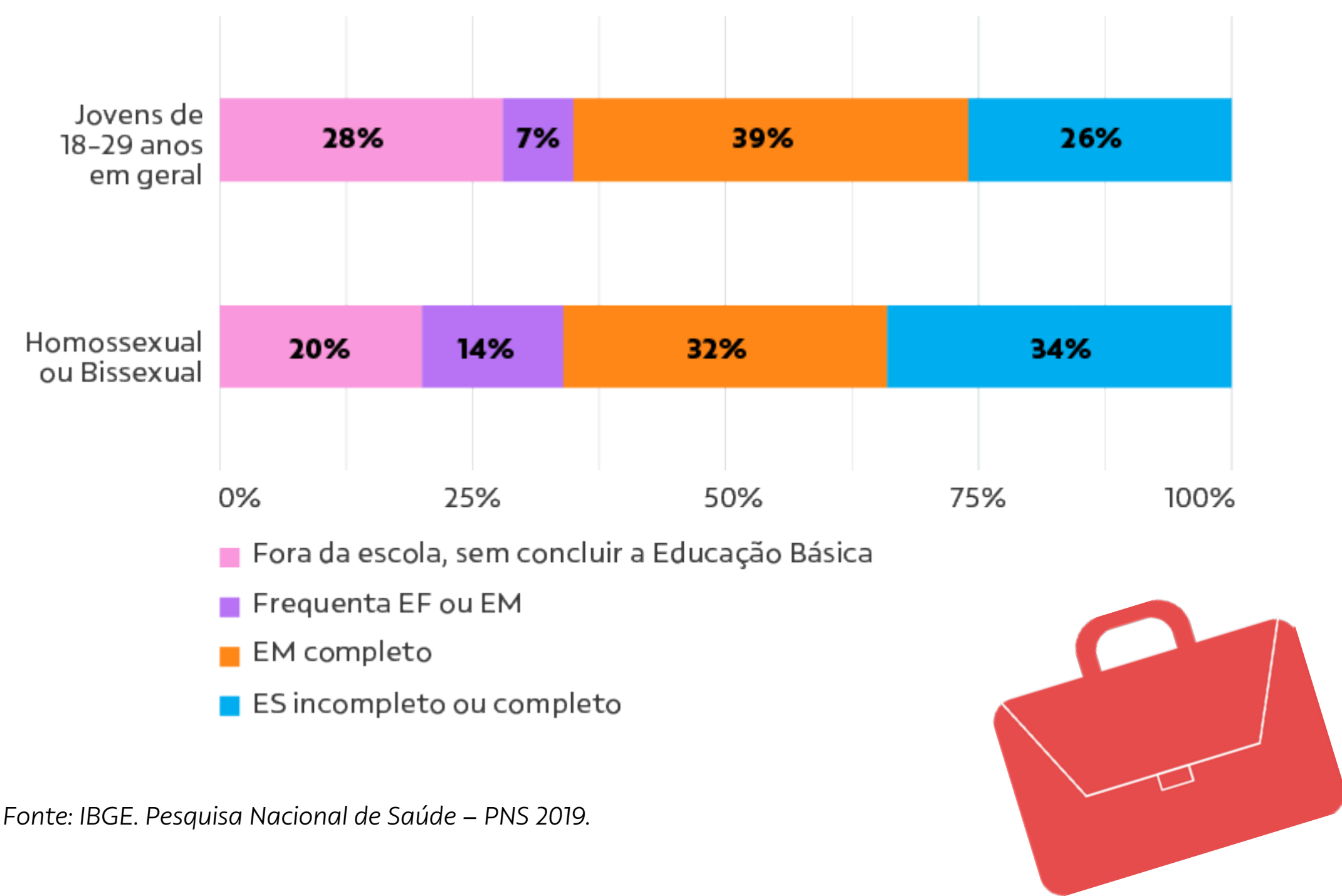
2. PERFIL EDUCACIONAL

Na educação também há falta de dados específicos sobre as juventudes LGBTQIAPN+. Nesse cenário, a Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (PNS 2019) ajuda a lançar luz sobre a escolarização de jovens que não se declaram heterossexuais ao mostrar que os resultados para os jovens homossexuais ou bissexuais de 18 a 29 anos tendem a ser piores do que para os jovens em geral. Embora a porcentagem de jovens homossexuais e bissexuais que não concluíram a educação básica seja menor, a pesquisa mostra que 14% frequentam o ensino fundamental ou médio (são 7% nessa faixa etária em geral) e 32% têm o ensino médio completo contra 39% nos jovens em geral.



³ Que se autodeclaram “homossexual”, “bissexual” ou “outra orientação” na Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE, 2019.

Gráfico 1 - Distribuição percentual de jovens de 18 a 29 anos por orientação sexual e situação de escolarização – Brasil, 2019



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019.

Além disso, alguns estudos pontuais que seguem paradigmáticos, como a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais, realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). O estudo mostra que estudantes LGBT relatam que são agredidos dentro das escolas e que isso atrapalha o rendimento nos estudos.

A pesquisa ouviu 1.016 estudantes de 13 a 21 anos que frequentavam o ensino fundamental ou médio no ano letivo de 2015, e que se identificavam como lésbica, gay, bissexual ou tinham uma orientação sexual diferente da heterossexual. Também foram ouvidos estudantes que se descreveram como transgênero ou com outra identidade de gênero diferente de cisgênero. Os dados foram coletados entre dezembro de 2015 e março de 2016. Os participantes eram de todas as unidades da federação, exceto do Tocantins.

Os estudantes LGBTQIAPN+ sofrem diversos tipos de violência nas escolas por causa de sua orientação sexual ou identidade/expressão de gênero. Esse ambiente prejudica a aprendizagem e a frequência escolar.



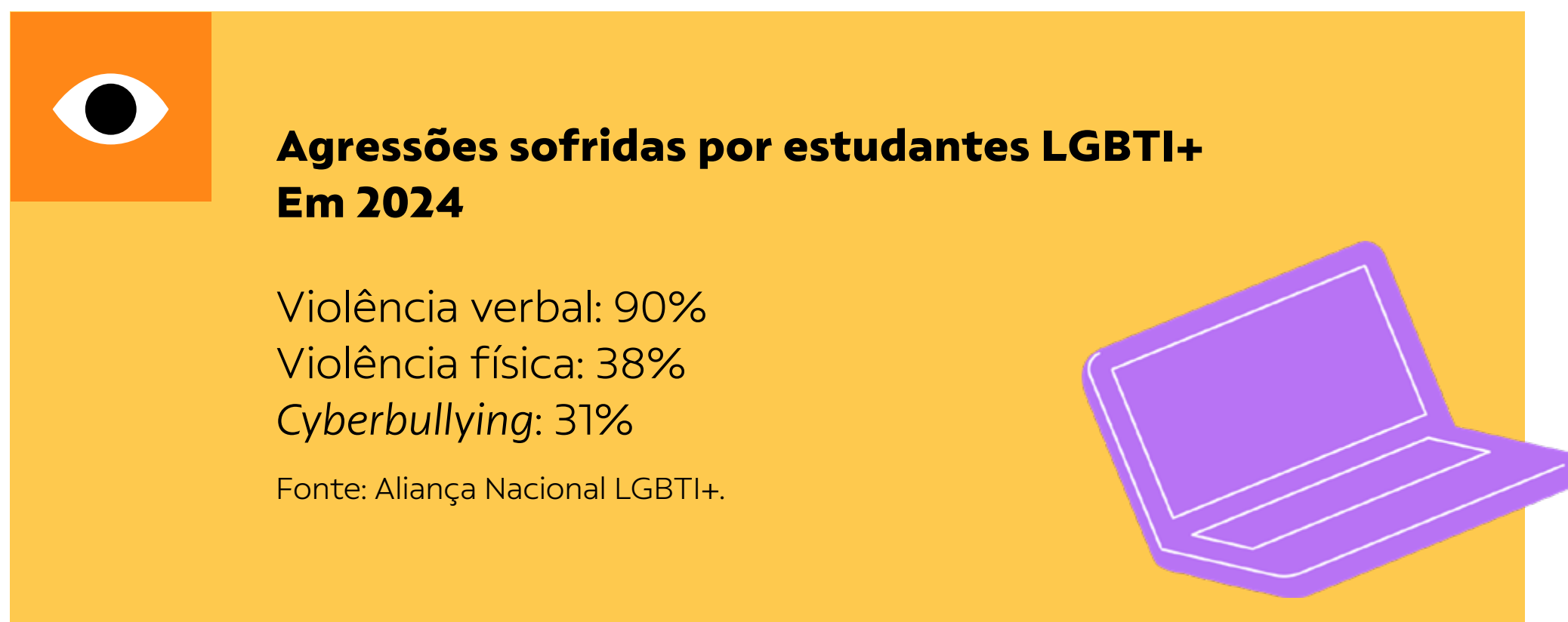
As respostas sobre as violências impressionam: 73% foram agredidos verbalmente por causa de sua orientação sexual; 68% foram agredidos verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero; 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos fisicamente por causa de sua orientação sexual; 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. Além disso, 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.

O rendimento acadêmico e a frequência às aulas de estudantes LGBTQIAPN+ também são impactados. Entre aqueles que sofrem agressões verbais frequentemente ou quase sempre por causa da orientação sexual, 58,9% faltaram às aulas pelo menos uma vez no último mês. Entre aqueles que sofrem agressões por conta da identidade de gênero – por serem travestis ou transexuais –, 51,9% faltaram às aulas.

Chama atenção, ainda, que as respostas da família e da escola não

têm sido satisfatórias para enfrentar essas violências: 36% dos respondentes acreditaram que foi “inefcaz” a resposta dos profissionais para impedir as agressões e 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência.

Ainda nessa linha, vale analisar os dados de uma pesquisa mais recente, a Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro 2024, realizada pela Aliança Nacional LGBTI+ entre agosto de 2024 e janeiro de 2025. Os dados foram obtidos por meio de um questionário disponibilizado em ambiente virtual através de um intenso processo de mobilização online para que estudantes de diferentes regiões do país compartilhassem suas percepções e experiências. Foi possível alcançar um universo de 1.349 participantes de todos os estados brasileiros.



Em relação às violências, essa pesquisa aponta que 90% dos/as estudantes LGBTI+ entrevistados afirmaram ter sido vítimas de algum tipo de agressão verbal em 2024. Soma-se a isso que 34% dos/as estudantes LGBTI+ entrevistados/as afirmaram terem sido vítimas de violências físicas em 2024. Um outro ponto chama atenção em relação às diferenças dentro da comunidade: 38% das pessoas trans/travestis alegaram ter sofrido violências físicas em 2024 – sete pontos percentuais a mais em relação aos seus pares cisgêneros (31%).

Uma novidade dessa pesquisa são os dados sobre o *cyberbullying*, algo que merece cada vez mais atenção pela presença crescente das tecnologias e redes sociais entre as juventudes. Sobre isso, 31% dos jovens LGBTI+ afirmaram terem sido vítimas de assédio ou ameaças via telefone, internet ou redes sociais em 2024.

Os resultados que apontam prejuízos à presença escolar também são elevados: 47% dos/as estudantes LGBTI+ faltaram pelo menos um dia à instituição de ensino, no mês anterior à pesquisa, por conta de alguma insegurança no ambiente educacional ou no caminho até ele. Já entre estudantes trans, 57% perderam pelo menos um dia letivo no mês anterior à pesquisa, 15 pontos percentuais a mais em relação aos seus pares cisgêneros. Pessoas trans também relataram terem perdido mais dias letivos: 18% jovens trans perderam seis dias ou mais; essa proporção cai para 12% entre estudantes cis.

No que se refere ao risco de abandono dos estudos, 42% das pessoas cis declaram já terem considerado abandonar a educação básica, mas esse percentual sobe para 60% quando consideradas exclusivamente as respostas de jovens trans – 18 pontos percentuais a mais.

Entre os estudantes LGBTI+, jovens trans são os/as que mais reportam perda de dias letivos e desejo de abandonar a escola por causa da violência.

A precariedade das redes de apoio também apareceu na pesquisa, já que 39% dos/as estudantes que já sofreram bullying alegaram nunca terem conversado com alguém sobre a situação ocorrida; 44% buscaram conversar com amigos/as, enquanto uma parcela pequena buscou familiares (10%). Somente 31% buscaram apoio em algum representante da instituição de ensino (gestão escolar, docentes e/ou outros profissionais). Entre estes, 69% relatam que nenhuma providência foi tomada pela instituição.

Na mesma linha e corroborando os indicadores apresentados está a pesquisa Relatório Especial – Ensino Médio na Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus 2ª edição (2021). Segundo o levantamento, “de todos os desafios impostos pela pandemia sobre a educação, o risco da ampliação evasão no ensino médio, ao lado da redução no número de jovens que pretendem fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), são dos que mais demandam atenção, dados seus efeitos de longo prazo”.

Um ano após o início da pandemia, houve um aumento significativo no número de estudantes de ensino médio que pensaram em parar de estudar. Esse número é ainda mais expressivo entre alunos da rede pública, grupos minoritários e jovens em situações de trabalho e renda mais vulneráveis. Com efeito, em 2020, 27% dos jovens no ensino médio pensaram em deixar os estudos, e em 2021 esse número saltou para 36%. A proporção se revela ainda maior para jovens que se auto-declaram não binários, alcançando a cifra de 58%.

Dado o cenário de violências que afastam os jovens LGBTQIAPN+ das escolas, o Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) do Ministério da Educação (MEC) tem investigado a eventual existência de ações de combate à homofobia.

Segundo o levantamento da ONG Todos Pela Educação a partir dos dados do Saeb, em 2011 apenas 34,7% das escolas relataram ter ações voltadas para o combate ao machismo e a homofobia. Em 2017, essa porcen-

tagem subiu a 43,7%. Em 2021, no entanto, caiu para o menor patamar da série histórica, 25,5%. Isso significa que três a cada quatro escolas no Brasil não têm ações voltadas para combater esse tipo de preconceito.



Minha rotina escolar sempre foi muito puxada. Chegando à escola, eu era o menino que sofria bullying – ou melhor dizendo, racismo e homofobia. Sempre fui o garoto “diferente” na sala, e isso se expressava em todos os meus jeitos.

Sou Técnico em Administração formado e curso Pedagogia. Atuo na garantia de direitos de adolescentes e jovens em projetos sociais do terceiro setor. Sou muito realizado no trabalho que tenho hoje, mas a insegurança dos contratos me desmotiva diante da ideia do “trabalho dos sonhos”. Após cada finalização de contrato, é preciso lutar novamente para conquistar outro – um eterno processo de luta.

Temo não conseguir trabalho, não conseguir sustentar meus estudos e não ter acesso ao básico. Gosto muito de estudar, e uma das minhas maiores preocupações é não conseguir financiar minha formação. Hoje, faço faculdade privada.

Jovem de 24 anos, negro e LGBTQIAPN+ que mora em Salvador (BA)

3. PERFIL PROFISSIONAL

A inserção da população LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho é marcada por desigualdades profundas, discriminação persistente e invisibilidade estatística, o que torna complexo construir um perfil preciso dessa realidade, sobretudo no caso das juventudes. Assim como em relação aos dados demográficos,

no campo do trabalho as evidências disponíveis são provenientes de estudos acadêmicos, organizações civis e reportagens especializadas. Esses achados indicam que embora algumas pessoas LGBTQIAPN+ consigam empregos formais, uma parcela significativa permanece em situações de subemprego, informalidade ou empregos fragilizados, com condições desfavoráveis de estabilidade, direitos e remuneração.

Um dado frequentemente citado em reportagens de imprensa, embora não oriundo de estudo acadêmico probabilístico nacional, afirma que pessoas trans estariam em 90% de subemprego ou prostituição, segundo o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2023. Este número é bastante simbólico da profundidade da exclusão estrutural enfrentada por esse segmento.



Estudos acadêmicos e de organizações sociais mostram que a precariedade marca a inserção das pessoas LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho. Boa parte delas atua em subempregos, na informalidade ou em empregos fragilizados.

Outro levantamento, realizado pelo Fundo Positivo em parceria com o Instituto Matizes, aponta que apenas 1 em cada 4 pessoas LGBTQIA+ conseguiu emprego formal no período de outubro de 2023 a março de 2024, ou seja, cerca de 25% teriam vínculo formal. Tal proporção reforça a hipótese de que a maioria da população LGBTQIA+ permanece em empregos precários, contratos informais ou atividades autônomas sem proteção social.

Complementando esse cenário, um estudo conduzido pela plataforma

To.gather em parceria com o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, com participação de quase 300 companhias, indicou que apenas 4,5% dos postos formais seriam ocupados por pessoas LGBTQIA+. Essa proporção revela sub-representação no emprego formal e sugere barreiras sistêmicas ao acesso e à permanência nos espaços de trabalho regulados.

A pandemia de covid-19 ampliou as desigualdades. Um estudo realizado pela plataforma #VoteLGBT com a Box1824 reportou que 6 em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda

ou emprego, com taxa de desemprego de 17,15% para a população LGBTQIA+ como um todo, atingindo 20,47% entre pessoas trans. Ainda segundo esse levantamento, enquanto 41,5% dos LGBTQIA+ em geral afirmaram ter passado por insegurança alimentar, a proporção sobe para 56,8% entre pessoas trans. Esses dados demonstram que a crise econômica se intensificou para segmentos já vulneráveis.

Outras pesquisas acrescentam elementos qualitativos importantes: segundo o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, cerca de 65% dos profissionais LGBTQIA+ afirmam já ter sido alvo de discriminação no ambiente de trabalho, com 28% relatando episódios de assédio motivados pela orientação sexual ou identidade de gênero. Em levantamento mais recente conduzido pelo Infojobs, 72,7% dos profissionais LGBTQIA+ relataram já ter vivenciado preconceito no trabalho, inclusive de forma repetida, o que influencia fortemente decisões de ocultar identidade, não concorrência a determinadas vagas ou desistência de oportunidades.

A este panorama somam-se relatos de insegurança no local de trabalho: 54% das pessoas LGBTQIA+ relataram que não se sentem seguras para manifestar sua orientação sexual ou identidade de gênero no trabalho e 41% afirmaram já terem sofrido discriminação relacionada a esse aspecto, segundo pesquisa da consultoria Mais Diversidade. Em termos de representatividade, 33% das empresas declararam que não contrataram pessoas LGBTQIA+ para cargos de chefia, como mostra o levantamento Um Retrato da População LGBTQIA+ Brasileira, da plataforma Globo Gente.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, os dados têm sido positivos para as juventudes (15 a 29 anos). No último trimestre de 2024, o Brasil registrou 14,5 milhões de jovens ocupados, superando os 14,2 milhões observados no mesmo período de 2019, antes da pandemia. A taxa de desemprego entre os jovens caiu de 25,2% para 14,3%, enquanto a informalidade passou de 48% para 44%. Entre os jovens ocupados no final de 2024, 53% possuíam vínculo formal de trabalho, com carteira assinada.

No entanto, essa recuperação pode ser desigual para diferentes setores. O estudo Tendências Globais de Emprego Juvenil 2024, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), alerta que o número de jovens entre 15 e 24 anos que estão fora do mercado de trabalho, de programas de educação ou treinamento é preocupante, e que a recuperação do emprego após a pandemia da covid-19 não foi universal. Jovens de determinadas regiões e

muitas mulheres jovens não veem os benefícios da recuperação econômica. Mas não há um recorte de orientação sexual e identidade.

Observa-se também uma lacuna específica: pouco se sabe sobre juventudes LGBTQIA+ (tipicamente 15 a 29 anos). Os estudos que oferecem estatísticas focadas nesse recorte tendem a agregar LGBTQIA+ como um todo ou concentrar-se em segmentos mais visíveis. Assim, não é possível, com os dados atuais, inferir qual proporção dessas juventudes está formalmente empregada versus subempregada ou informal, embora as evidências indiquem que jovens trans e jovens LGBTQIA+ negros sejam os mais afetados. A própria natureza do viés de resposta contribui para invisibilização: muitos jovens podem temer declarar identidade LGBTQIA+ em pesquisas internas das empresas ou pesquisas que não oferecem garantias robustas de anonimato e confidencialidade.

Devido à ausência de dados específicos sobre a juventude LGBTQIA+, não é possível saber com precisão como ela se insere no mundo do trabalho. Assim, o desafio para as pesquisas e políticas públicas é avançar na coleta de dados mais representativos sobre esse segmento.



Em síntese, o que diferencia a situação das pessoas LGBTQIA+ no mundo do trabalho é sua precariedade estrutural: um contingente que se sustenta em empregos de baixa proteção, muitas vezes informais, e que enfrenta discriminação contínua, ocultação de identidade e poucas oportunidades de ascensão.

O desafio para a academia e as políticas públicas é avançar na coleta de dados mais representativos, que permitam diferir por faixa etária, identidade de gênero e orientação sexual, para que se possa mapear com precisão quantos jovens LGBTQIA+ estão empregados, subempregados ou na informalidade – e, a partir daí, desenhar intervenções que revertam a invisibilidade e a desigualdade de acesso ao direito ao trabalho digno de gênero nesse conjunto de dados.

4. SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública LGBTQIAPN+ no Brasil combina legados institucionais de mais de uma década com reativações recentes e iniciativas em consolidação. O marco histórico inaugural foi o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009), que sistematizou diretrizes interministeriais para enfrentamento da violência e promoção de direitos, em articulação com o Programa Brasil sem Homofobia e conferências nacionais temáticas. Esse plano estabeleceu o conjunto de eixos (direitos, segurança, saúde, educação, trabalho, cultura, participação social) que segue orientando agendas federativas e pactuações com sociedade civil até hoje.

Apesar dos avanços legislativos, a implementação e a efetividade das políticas públicas para juventudes LGBTQIAPN+ no país ainda são insatisfatórias. O Brasil possui decisões judiciais que criminalizam a homotransfobia⁴, protegem as uniões e casamentos homoafetivos e reconhecem o direito de retificação de nome e gênero, mas a aplicação dessas decisões esbarra em desafios culturais, burocráticos e na falta de estrutura do Estado brasileiro.

Após um período de descontinuidade, a pauta voltou a ganhar tração no ciclo 2023–2025 com a recriação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), que assumiu a missão explícita de formular, coordenar e monitorar políticas de combate à discriminação e de promoção de direitos com incidência transversal nas políticas de educação, saúde, assistência, segurança pública e trabalho. A página institucional do MDHC consolida os eixos e prioridades atuais, indicando retomada de instâncias participativas e de cooperação federativa.

No plano setorial, a dimensão educação é estratégica para juventudes. O MEC reativou e ampliou iniciativas de prevenção e resposta a violências no ambiente escolar por meio do Programa Escola que Protege (ProEP), articulado ao Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE). Materiais oficiais de 2024–2025 definem objetivos como combate ao *bullying* e à discriminação e produção de dados e fortalecimento da convivência democrática, todos pontos com impacto direto na permanência escolar de jovens LGBTQIA+.

Por sua vez, no campo do trabalho, a já mencionada Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, ligada ao MDHC, tem como um dos seus

⁴ Termo jurídico utilizado para nomear as violências e discriminações contra a população LGBTQIA+.

principais focos o Plano Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+. O objetivo é promover a empregabilidade e a geração de renda para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social por meio de capacitação, inclusão no trabalho e criação de uma rede de proteção e promoção de oportunidades. Ainda que não seja apenas para jovens, a política também pretende abranger as juventudes.

A estratégia foi instituída pela Portaria nº 88, de 27 de fevereiro de 2024 (MDHC). Ela organiza três instrumentos: (I) o Plano Nacional de Trabalho Digno; (II) o Programa de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+ (conhecido como Empodera+); e (III) um comitê/governança para coordenação e monitoramento.

Apesar de tais medidas serem auspiciosas para as juventudes LGBTQIA+, ainda há uma questão delicada, inclusive para pensar a formação profissional e a empregabilidade dessa população: a saúde mental. Dados de 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo IBGE e Ministério da Saúde, revelaram que a prevalência de depressão já diagnosticada é superior em pessoas bissexuais (20,1%), lésbicas e gays (13,2%), se comparada aos diagnósticos para pessoas heterossexuais (10,1%).

5. PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS



Dado o cenário aqui retratado, nota-se que o contraste entre políticas e realidade vivida por jovens LGBTQIAPN+ aparece de modo contundente nas evidências sobre violência e vulnerabilidade. No plano das políticas, esse quadro demanda respostas intersetoriais (proteção, assistência, saúde mental, educação, trabalho e renda) e metas explícitas de redução da violência e garantia de cidadania com monitoramento público.

Os principais desafios enfrentados pelas juventudes LGBTQIAPN+ no Brasil podem ser divididos em quatro grandes eixos:

*** Violência e discriminação:** O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Relatórios anuais de organizações como Grupo Gay da Bahia (GGB) e ANTRA revelam o aumento no número de homicídios e outras formas de violência. Além da violência física, os jovens sofrem com assédio moral, exclusão social e falta de respeito em espaços como a escola e a família.

- * **Saúde mental e bem-estar:** O estigma e a discriminação contribuem para questões de saúde mental. Muitos jovens LGBTQIAPN+ não têm acesso a serviços de saúde mental adequados e a falta de capacitação dos profissionais de saúde é um problema.
- * **Representatividade:** A ausência de representatividade em espaços de decisão e políticas públicas impede a criação de soluções eficazes para os problemas enfrentados.
- * **Invisibilidade e falta de dados:** A invisibilidade da população LGBTQIAPN+ nos dados oficiais é um dos maiores desafios. Sem informações precisas sobre a realidade desses jovens, é difícil planejar e executar políticas públicas eficazes. A inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero em censos e pesquisas oficiais é crucial para a superação desse problema.

Como visto, temos tido avanços pontuais, mas significativos. Há sinais de articulação com políticas de trabalho e renda: ao lado de parcerias com estatais e bancos públicos mediadas pelo MDHC, ganharam visibilidade protocolos de intenção e programas orientados a trabalho digno e geração de renda para pessoas LGBTQIA+ (como o Empodera+). Ainda que não substituam políticas estruturais, essas agendas de empregabilidade e qualificação podem ser ponte entre escola e mercado de trabalho para juventudes LGBTQIA+, desde que alinhadas a metas de contratação, permanência e promoção.

Do ponto de vista de pesquisas e levantamentos, o acervo estatístico brasileiro apresenta três camadas. A primeira são fontes oficiais: além da citada expansão ainda incipiente do IBGE, há materiais do MEC (ProEP/SNAVE) que começam a padronizar coleta e comunicação de dados de violência escolar, relevantes para ler trajetórias juvenis. A segunda reúne relatórios de sociedade civil que, embora não substituam estatísticas oficiais, cobrem vazios importantes na medição de violações e seus efeitos sobre educação e trabalho. A terceira camada são estudos acadêmicos e institucionais (universidades e organismos internacionais), bem como *surveys* corporativos sobre mercado de trabalho com recortes LGBTQIA+, úteis para diagnósticos setoriais, mas frequentemente não abrangentes e com vieses de seleção. Em conjunto, essas camadas permitem inferir padrões e orientar prioridades, ao mesmo tempo que evidenciam a urgência de séries históricas públicas, comparáveis e desagregadas por idade, território, raça e identidade de gênero.

O horizonte próximo inclui oportunidades de replanejamento nacional. Estamos no contexto das conferências e pactuações federativas. Há expectativa de que se estabeleçam diretrizes para um novo Plano Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, atualizando o marco de 2009 e incorporando um eixo específico para juventudes com metas mensuráveis (dados, prevenção da evasão, saúde mental, empregabilidade, proteção social e enfrentamento à violência). Notícias oficiais indicam essa direção, o que cria janela de política para consolidar um sistema de monitoramento com indicadores anuais e metas por faixa etária⁵.

Como sujeitos históricos e políticos, as juventudes LGBTQIAPN+ têm ocupado um lugar central na ampliação das fronteiras da cidadania, transformando experiências de exclusão em agendas coletivas por direitos, reconhecimento e melhores oportunidades de vida. Seu protagonismo se expressa tanto nas ruas quanto nos espaços institucionais, nas redes digitais, na produção cultural e no engajamento político, tensionando normas excludentes e reivindicando políticas públicas que articulem educação, trabalho, saúde e participação social. Ao afirmar suas existências e projetar futuros possíveis, essas juventudes não apenas denunciam desigualdades persistentes, mas também constroem novas gramáticas de justiça social, fundamentais para o aprofundamento da democracia e para a consolidação de uma sociedade mais plural, inclusiva e comprometida com a dignidade humana.

Em síntese, as políticas públicas LGBTQIAPN+ no Brasil caminham entre reconstrução institucional e novos instrumentos setoriais, com ênfase recente em educação e prevenção à violência escolar, e primeiros passos para qualificar dados oficiais sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Para as juventudes LGBTQIAPN+, o desafio central é transformar esses avanços em capilaridade e mensuração sistemática: incorporar adolescentes nas estatísticas, integrar bases de educação, assistência, saúde e segurança, e atrelar programas de empregabilidade a metas de acesso e permanência com recorte geracional. Sem isso, persistirá a dissociação entre discursos de inclusão e os números que devem sustentá-los, limitando a efetividade das políticas e a possibilidade de avaliar, com rigor, sua capacidade de reduzir desigualdades e garantir trajetórias de vida dignas para jovens LGBTQIAPN+ em todo o território nacional.

⁵ Vide matéria da Agência Brasil (2025): <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-06/acoes-para-populacao-lgbtqia-avancam-proximo-conferencia-nacional>.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, A. Luta contra a LGBTQIA+fobia começa por inclusão no mercado de trabalho. **CUT Brasil**. [S.l.], mai. 2025. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/luta-contra-a-lgbtqia-fobia-comeca-por-inclusao-no-mercado-de-trabalho-c3e1>.

ALFANO, B. Projetos nas escolas públicas contra racismo, machismo e homofobia caem ao pior patamar em 10 anos, aponta levantamento. **O Globo**. Rio de Janeiro, jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/07/25/projetos-nas-escolas-publicas-para-combater-racismo-machismo-e-homofobia-nunca-foram-tao-poucos-aponta-levantamento.ghtml>.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa nacional sobre o bullying no ambiente educacional brasileiro**. Curitiba: IBDSEX, 2025. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/relatorio-pesquisa-nacional-sobre-o-bullying/>.

ALMEIDA, L.; BRITTO, M.; AGUIAR, R.; BACCARINI, T. Um retrato da população LGBTQIA+ brasileira. **Globo Gente**. [S.l.], jun. 2025. Disponível em: <https://gente.globo.com/um-retrato-da-populacao-lgbtqia-brasileira/>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria da Educação. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10886/1/PesquisaNacionalAmbienteEducacionalBR2016.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Programa Escola que Protege (ProEP/SNAVE)**. Cartilha. Brasília, DF: SNAVE, 2024-2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/Cartilha_PROEP_Final_v31.pdf.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Portaria nº 88, de 27 de fevereiro de 2024**. Institui a Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,

Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras (LGBTQIA+) em situação de vulnerabilidade social. Brasília, DF: 2024. Disponível em: <https://biblioteca-digital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/12057>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Projeto-piloto do Programa Empodera+**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/campanhas-lgbtqia/lgbtqia-cidadania/projeto-piloto-do-programa-empodera>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Secretaria Nacional Dos Direitos Das Pessoas LGBTQIA+**. Brasília DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt>.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF: SEDH, 2009. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsbsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>.

BRONZE, G. Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda ou emprego na pandemia. **CNN Brasil**. [S.l.], jul. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/>.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Juventudes e a pandemia do coronavírus**: Relatório Especial – Ensino Médio. 2. ed. [S.l.]: Conjuve, 2021. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_EnsinoMedio_20210803.pdf.

HESSE, G. População LGBT+, especialmente trans, segue invisível no mercado de trabalho formal. **SINPAF**. [S.l.], jun. 2025. Disponível em: <https://sinpaf.org.br/dia-do-orgulho-lgbts/>.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global employment trends for youth 2024**: decent work, brighter futures. Genova: ILO, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-08/OIT_Relatorio_EmpregoJuvenil_20240812.pdf.

JERONYMO, G. Ações para população LGBTQIA+ avançam próximo à Conferência Nacional. **Agência Brasil**. São Paulo, jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-06/acoes-para-populacao-lgbtqia-avancam-proximo-conferencia-nacional>.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Estratégia nacional de trabalho digno, educação e geração de renda para pessoas LGBTQIA+ é instituída. **Gov.br**. Brasília, DF, fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/estrategia-nacional-de-trabalho-digno-educacao-e-geracao-de-renda-para-pessoas-lgbtqia-e-instituida>.

O QUE dizem os dados sobre a população LGBT+ e o mercado de trabalho. **InPACTO**. [S.l.], jul. 2025. Disponível em: <https://inpacto.org.br/o-que-dizem-os-dados-sobre-a-populacao-lgbt-e-o-mercado-de-trabalho>.

OZÓRIO, L. Apenas 1 em cada 4 pessoas LGBTQIAP+ conseguiu emprego formal no último ano, aponta estudo. **Exame**. [S.l.], ago. 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/apenas-1-em-cada-4-pessoas-lgbtqiap-conseguiu-emprego-formal-no-ultimo-ano-aponta-estudo>.

PESQUISA: 7 em cada 10 LGBT+ desistem de vagas por temer cultura da empresa. **CNN Brasil**. São Paulo, jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pesquisa-7-em-cada-10-lgbt-desistem-de-vagas-por-temer-cultura-da-empresa/>.

[cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pesquisa-7-em-cada-10-lgbt-desistem-de-vagas-por-temer-cultura-da-empresa/](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pesquisa-7-em-cada-10-lgbt-desistem-de-vagas-por-temer-cultura-da-empresa/).

RODRIGUES, J.F.; TADEU, V. LGBTQIA+: 54% não sentem segurança no ambiente de trabalho. **CNN Brasil**. São Paulo, nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/lgbtqi-54-nao-sentem-seguranca-no-ambiente-de-trabalho/>.



10

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: IMPACTOS EDUCACIONAIS, LABORAIS, SOCIAIS E AFETIVOS

Alessandra Sampaio Chacham¹

Entendo a minha trajetória e contexto social atual. Isso me faz compreender que, apesar de ter amadurecido cedo – pela forçada emancipação antecipada que a maioria das crianças em vulnerabilidade vivem, a gravidez na adolescência e de ter uma bagagem como mãe atípica –, eu sou jovem.

Jovem, 22 anos, negra e se tornou mãe na adolescência.

A gravidez na adolescência permanece um dos fenômenos mais sintomáticos da persistente e pervasiva desigualdade social no Brasil, profundamente atravessado por desigualdades de classe, raça, gênero e território. Ainda que nas últimas décadas a fecundidade total das mulheres brasileiras tenha diminuído de forma expressiva e a proporção de partos entre as mulhe-

res com menos de 20 anos tenha caído significativamente – passando de 18,9% do total de nascidos vivos em 2014 para 11,4% em 2024, de acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) –, a gravidez na adolescência permanece em patamares elevados, sobretudo entre jovens negras (73%) e pobres residentes em periferias urbanas.

¹ Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em Sociologia pela *California State University at East Bay*.

As proporções de gravidez na adolescência são mais elevadas nas regiões Norte (17,5%) e Nordeste (13%). Tais números evidenciam tanto a persistência da gravidez por mulheres adolescentes, quanto a sua forte inserção nas desigualdades estruturais brasileiras. A maternidade na adolescência permanece, assim, como um importante desafio de saúde pública no Brasil.

Segundo estimativas do Banco Mundial, em 2022 a taxa de fecundidade adolescente no país foi de 43,6 nascimentos por mil meninas de 15 a 19 anos, significativamente mais alta do que a média de países de renda média-alta, estimada em 27,8 por mil (Barros *et al.*, 2026). Contudo, é importante ressaltar que no Brasil as proporções de gravidez na adolescência entre os estratos socioeconômicos mais altos aproximam-se das observadas em países desenvolvidos, enquanto, nos estratos mais pobres, alcançam níveis semelhantes aos de países bem menos desenvolvidos (Aquino *et al.*, 2006; Bassi, 2008), o que reforça o impacto desigual desse fenômeno entre as diferentes classes sociais.

Apesar da redução nos últimos anos, a gravidez na adolescência permanece em patamares elevados, especialmente entre jovens negras, pobres e moradoras de regiões periféricas.

Neste artigo, analisamos os impactos diferenciados da gravidez na adolescência sobre as trajetórias educacionais e laborais das jovens, além das consequências sociais e afetivas dessa gravidez, dando especial atenção à diferenciação da gestação na fase inicial da adolescência (≤ 16 anos) e ao final da adolescência (17–19 anos), em comparação com a gravidez ocorrida após os 20 anos de idade. A análise se baseia em pesquisas realizadas em comunidades de Belo Horizonte e dados nacionais da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)² para contextualização sociodemográfica.

A literatura demonstra consistentemente que a gravidez na adolescência é tanto causa quanto produto de vulnerabilidades estruturais associadas à pobreza, evasão escolar, precarização do trabalho, desigualdades de gênero

² A Pesquisa Nacional de Saúde é um inquérito de saúde de base domiciliar, de âmbito nacional, realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

e violência. No entanto, torna-se central compreender que “gravidez na adolescência” não é um fenômeno homogêneo: engravidar aos 13 anos envolve condições radicalmente distintas de engravidar aos 18, e tais diferenças têm consequências práticas e simbólicas profundas.

Nossas pesquisas (Chacham *et al.*, 2007, 2012, 2016) indicam que a gravidez entre 10 e 16 anos está associada a impactos ainda mais severos na escolaridade e na inserção no mundo do trabalho, além de uma maior exposição à violência por parte de um parceiro. Entre as adolescentes que engravidaram nessa faixa etária, observou-se maior prevalência de abandono escolar e de entrada precoce no mercado de trabalho, em geral como trabalhadoras domésticas ou em profissões manuais, muitas vezes em condições precárias. A correlação entre gravidez antes dos 17 anos e maior probabilidade de a jovem já ter sofrido coerção, controle e violência física e sexual por parte de um parceiro também é expressiva. Essa realidade é particularmente grave nas comunidades e periferias de grandes cidades, nas quais as consequências de uma gravidez na adolescência e, principalmente, no período inicial da adolescência frequentemente dão início a uma trajetória de vida marcada por coerção, violência, interrupção da vida escolar e pela precarização laboral (Chacham *et al.*, 2007, 2012, 2016).

Quanto mais nova a adolescente, maior o impacto da gravidez na escolaridade e na exposição à violência.



1. A ADOLESCÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Em nossa análise, adotamos a definição de adolescência proposta pela declaração conjunta da Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 1989, que compreende a faixa etária de 10 a 19 anos. Porém, mais do que um recorte cronológico, a adolescência é entendida aqui como fenômeno social heterogêneo, atravessado por condições materiais e simbólicas que produzem experiências reprodutivas muito distintas.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) (2017), a adolescência é marcada por intensas transformações físicas, biológicas e emocionais, bem como pela busca de maior autonomia nas ações, decisões e vivências relativas à sexualidade. Essa fase, contudo, também é caracterizada por maior exposição a situações de violência e a comportamentos considerados de risco, o que pode resultar tanto em maior suscetibilidade às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) quanto em gravidezes não planejadas (Gage, 2002).

Entre os fatores frequentemente relacionados à gravidez na adolescência, destacam-se a maturação sexual mais rápida, o início precoce da vida sexual, a fragilidade de algumas configurações familiares e as mudanças nos estilos de vida decorrentes da urbanização. Além disso, a gravidez na adolescência apresenta relação inversa com o nível de escolaridade (Bassi, 2008). De modo geral, adolescentes que engravidam e se tornam mães tendem a permanecer fora do sistema escolar por vários anos, o que indica associação entre gravidez na adolescência e adiamento ou interrupção da educação formal (Vaz *et al.*, 2016).

Alguns estudos lembram que, historicamente, a adolescência chegou a ser vista como fase “natural” para ter filhos; muitos casamentos eram celebrados quando as meninas tinham

entre 13 e 14 anos (Patias, 2011). Com as transformações nas expectativas sociais, como o prolongamento da trajetória escolar e mudanças nos papéis de gênero, e com a disseminação de métodos contraceptivos, entretanto, alterou-se a percepção sobre o momento considerado adequado para vivenciar a gravidez e a maternidade (Febrasgo, 2010; Heilborn *et al.*, 2002; Vaz *et al.*, 2016).

Na atualidade, engravidar e ter um filho ainda na adolescência tende a ser associado à perda de oportunidades e à reiteration de papéis tradicionais de gênero. As intensas mudanças emocionais, educacionais, sociais e econômicas que incidem sobre a vida das adolescentes que se tornam mães passaram a ser amplamente discutidas, gerando inclusive um “pânico moral” a respeito desse fenômeno entre as décadas de 1980 e 1990, quando o aumento das taxas de gravidez na adolescência entre as jovens periféricas foi associado ao aumento da violência urbana e da persistência da pobreza.

A pesquisa Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil (GRAVAD), realizada entre 2001 e 2002 em três capitais brasileiras, contribuiu para traçar um perfil mais realista do fenômeno no Brasil e diminuir sua demonização como responsável por diversos males sociais, ao demonstrar que a maioria das

jovens entrevistadas engravidavam ao final da adolescência no contexto de uma relação estável e que finalizam o ensino médio (Heilborn *et al.*, 2006). Contudo, diferentes pesquisas baseadas em dados empíricos coletados entre jovens dos setores mais vulneráveis da população indicam que as consequências de uma gravidez na adolescência podem ser bem mais graves justamente entre essas jovens ao agravar o impacto das desigualdades estruturais às quais já estão expostas.

Magalhães *et al.* (2014) verificaram forte associação entre gravidez na adolescência e vulnerabilidade social, ao compararem adolescentes e adultas, entre as duzentas mulheres grávidas que acompanharam na Bahia. Entre os problemas vivenciados pelas adolescentes que engravidaram, destacam-se baixo nível de escolaridade, pobreza persistente, repetição de gravidezes e ausência de parceiro. Metade destas adolescentes era solteira e, entre aquelas que viviam com o parceiro, a renda familiar era baixa; ainda, a gravidez não havia sido planejada pelas entrevistadas adolescentes.

No entanto, é preciso reconhecer também que entre os grupos de mais baixa renda, a gravidez pode estar associada a status social e reconhecimento para muitas jovens, não sendo considerada como indesejada mesmo quando não planejada, estando frequentemente vinculada ao não uso de contracepção (Heilborn; Cabral, 2011). Elas justificavam a gravidez pela falta de conhecimento ou pela dificuldade de acessar métodos contraceptivos, considerando que, para obter contraceptivos no posto de saúde, a jovem necessitaria passar pelo grupo de planejamento familiar, o que é visto com relutância por muitas delas pelo grau de exposição pública. (Chacham *et al.*, 2016).

Com a frequente recusa dos parceiros em continuar utilizando o preservativo após as primeiras relações e a não substituição do uso da camisinha por algum outro método efetivo de contracepção, não é surpreendente que entre as adolescentes de 15 a 19 anos entrevistadas por nós em Belo Horizonte, 78,6% das que engravidaram tenham declarado que não usavam nenhum método contraceptivo quando ficaram grávidas, apesar de 71,40% delas terem declarado que não desejavam a gravidez (Chacham *et al.*, 2016). As relações hierárquicas de gênero continuam, assim, influenciando a escolha e o uso de métodos, limitando a autonomia das jovens em relação à contracepção.

Contudo, as consequências da gravidez na adolescência se estendem para além dos efeitos nas trajetórias escolares e laborais das jovens. Em nossas pesquisas com jovens de baixa renda (Chacham *et al.*, 2007, 2012, 2016),

observamos que quanto mais novas as jovens engravidavam, mais expostas à violência física e a coerção sexual cometida pelo parceiro elas ficavam. Uma proporção significativa das mães adolescentes entrevistadas encontrava-se com frequência em relações de subordinação, nas quais o parceiro proibia o uso de determinadas roupas, restringia encontros com amigas e impunha limites à circulação em determinados espaços. Em diversos casos, o horário de chegada em casa era definido pelo companheiro. Infelizmente, tais comportamentos de controle eram muitas vezes descritos de forma romantizada, tendo o amor como justificativa e reforçando, assim, padrões tradicionais e hierarquizados de relação entre os gêneros.

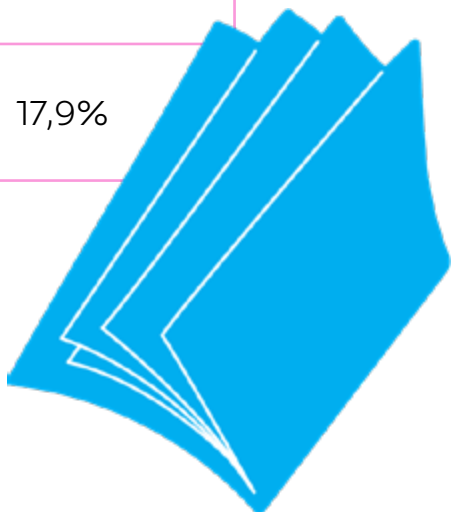
2. UM PANORAMA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Os dados da PNS 2019 foram utilizados para traçar um panorama da incidência da gravidez na adolescência e juventude e sua relação com as desigualdades de classe e raça, e relacionados aos indicadores de escolaridade e trabalho no Brasil. A PNS traz informações de jovens que tiveram pelo menos um parto. Os dados apresentados nas tabelas a seguir corroboram os resultados obtidos pelas pesquisas *survey* mencionadas nos itens anteriores, que indicam um impacto significativo nas trajetórias escolares e laborais das jovens que foram mães³ entre 15 e 19 anos de idade. Entre elas, 60,8% estavam fora da escola e não haviam concluído a educação básica. Já entre as jovens que tiveram filhos com 20 a 24 anos, 43,1% estavam nessa situação, e entre as que tiveram filhos dos 25 aos 29 anos, apenas 36,6%, como é possível observar na Tabela 1, que expõe a situação escolar das jovens que já tiveram filhos entre 15 e 29 anos de idade.



Tabela 1 – Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos com filhos por situação de escolarização – Brasil, 2019

Faixa etária	Fora da escola sem concluir a Educação Básica	Frequenta EF/EM	EM completo	Ensino Superior completo ou incompleto
15–19 anos	60,8%	23,8%	12,4%	3,0%
20–24 anos	43,1%	4,2%	41,7%	10,9%
25–29 anos	36,6%	2,8%	42,7%	17,9%



Fonte: PNS 2019. Elaboração própria.

Os dados expostos nas Tabelas 1 e 2 corroboram a forte correlação entre a gravidez na adolescência e a interrupção da trajetória escolar das jovens, ainda que seja importante alertar que muitas pesquisas apontam para o fato de que a proporção de jovens que já estavam fora da escola quando engravidaram é muito próxima da proporção de jovens que abandonaram a escola por terem engravidado, indicando assim que a relação de causalidade entre evasão escolar e gravidez na adolescência não é sempre direta. Ainda assim, a relação entre gravidez na adolescência e prejuízo na escolarização da jovem é muito claro, quando percebemos que apenas 10,9% das jovens de 20 a 24 anos que tiveram filhos estavam cursando ou concluíram o ensino superior.

Segundo o estudo *Educação Interrompida: Jovens Mães, Juventude Negra e os Quase Lá*, elaborado pela Fundação Roberto Marinho e pelo Itaú Educação e Trabalho, mais de 2,4 milhões de jovens brasileiras tiveram sua trajetória escolar impactada pela gravidez. A maioria é composta por jovens negras, em situação de desemprego e com menor renda familiar, evidenciando um quadro de vulnerabilidade social. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Educação 2023, a gravidez é o segundo principal motivo apontado pelas jovens mulheres quando respondem o porquê de não estarem frequentando a escola. Diante desse cenário, é de extrema importância um olhar atento a esse grupo que, de acordo com a pesquisa, tem como principal condição de retorno à escola o acesso à creche. Além disso, a necessidade de realizar tarefas domésticas e

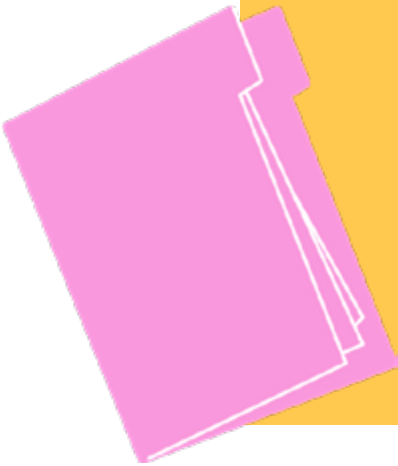
de cuidado também aparece como motivo quase que estritamente apontado pelas mulheres.

Tabela 2 – Distribuição percentual de jovens que nunca tiveram filhos, por situação de escolarização – Brasil, 2019

Faixa etária	Fora da escola sem concluir a Educação Básica	Frequenta EF/EM	EM completo	Ensino Superior completo ou incompleto
15–19 anos	8,3%	63,0%	18,6%	10,0%
20–24 anos	10,0%	2,6%	44,4%	43,0%
25–29 anos	9,9%	2,2%	37,1%	50,8%

Fonte: PNS 2019. Elaboração própria.

O impacto da gravidez na juventude fica ainda mais evidente na redução das chances da jovem de completar sua escolarização e alcançar inserção mais qualificada no mundo do trabalho quando comparamos os dados da Tabela 1 com os da Tabela 2, que expõe a situação escolar das jovens de 15 a 29 anos que nunca tiveram filhos. Dessas, 43% das jovens entre 20 e 24 anos e 50,8% das jovens entre 25 e 29 anos estavam cursando ou completaram o ensino superior. Menos de 10% das jovens entre 15 e 19 anos que nunca tiveram filhos estavam fora da escola sem ter concluído a educação básica. Como já endossado pela literatura, quanto mais anos de escolaridade, maiores são as chances de uma inserção mais qualificada no mundo do trabalho. As consequências de longo prazo da gravidez na adolescência na trajetória laboral das jovens são ainda bastante significativas.



Os dados apontam para uma relação entre gravidez na adolescência e prejuízos na escolarização e, consequentemente, na inserção no mundo do trabalho, especialmente entre jovens em vulnerabilidade social e entre as mais jovens. Os efeitos são distintos dependendo da faixa etária.

Não podemos deixar de observar que muito desse impacto tem uma forte associação negativa com a classe social da jovem. Os dados da Tabela 3 mostram claramente que a renda domiciliar per capita das jovens que tiveram filhos na adolescência e juventude é significativamente menor do que entre as jovens sem filhos em todas as faixas etárias, com destaque para os adolescentes. Entre os jovens de 15 a 19 anos com filhos, 65% viviam em domicílios com renda per capita até meio salário mínimo, enquanto entre as jovens de 25 a 29 anos com filhos, 44% estavam na mesma faixa de renda. Das jovens na mesma faixa etária que nunca foram mães, apenas 15% viviam em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo e 30% tinham renda maior que dois salários mínimos.

Tabela 3 – Distribuição percentual de jovens com filhos e sem filhos, por faixa de idade e renda domiciliar per capita – Brasil, 2019

	Sem rendimentos até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Jovens com filhos				
Brasil	48,6%	32,8%	15,6%	3,0%
15 a 19	65,1%	28,0%	6,4%	0,4%
20 a 24	49,9%	34,5%	13,7%	1,8%
25 a 29	44,2%	32,4%	18,9%	4,5%
Jovens sem filhos				
Brasil	27,8%	29,1%	25,4%	17,6%
15 a 19	38,0%	30,3%	19,7%	12,0%
20 a 24	20,7%	31,1%	29,8%	18,1%
25 a 29	15,3%	22,8%	31,5%	30,2%

Fonte: PNS 2019. Elaboração própria.

A relação entre classe social e anos de escolarização permanece muito forte no país, contudo é inegável que a gravidez na adolescência diminui ainda mais as chances de uma jovem conseguir completar sua formação escolar e atingir um patamar superior de renda. Lembrando sempre que o grupo da população com maior incidência de pobreza é o de mães chefes de família com filhos de até 14 anos no domicílio. O ciclo da pobreza se reproduz assim, com a gravidez na adolescência levando a uma baixa escolarização, o que por sua vez impossibilita uma entrada mais qualificada no mundo do trabalho.

A gravidez na adolescência contribui para a reprodução do ciclo de pobreza por estar associada à baixa escolarização, o que prejudica o ingresso no mundo do trabalho em ocupações qualificadas, sobretudo entre as jovens que engravidam mais cedo.



Tabela 4 – Distribuição percentual de jovens com filhos, por faixa etária e situação de estudo e trabalho – Brasil, 2019

Faixa etária	Não estuda e não trabalha	Só trabalha	Estuda e trabalha	Só estuda
15–19 anos	59,0%	15,0%	5,0%	21,0%
20–24 anos	49,0%	41,0%	5,0%	4,0%
25–29 anos	43,0%	49,0%	6,0%	2,0%

Fonte: PNS 2019. Elaboração própria.

Sobre a inserção da jovem no mundo do trabalho e a relação com o estudo, nas Tabelas 4 e 5 podemos observar com clareza que entre as jovens com filhos, em todos os grupos etários, mas especialmente entre as mães adolescentes, a proporção das jovens que não trabalhavam e nem estudavam é bem maior do que as jovens que nunca tinham sido mães. Entre as mães adolescentes, 59% estavam nessa situação, e cerca de 20% trabalhavam. Já

entre as adolescentes que não são mães, 15% estavam na mesma condição, sendo que 60% delas só estudavam, uma situação mais privilegiada do que entre as que já são mães.

Com relação à inserção no mundo de trabalho, há um impacto claro principalmente nas faixas de idade mais elevadas. Entre as jovens mães de 25 a 29 anos, cerca de 55% estavam trabalhando, contra 72% entre as jovens na mesma faixa etária sem filhos.

Tabela 5 – Distribuição percentual de jovens que não tiveram filhos por faixa etária e situação de estudo e trabalho – Brasil, 2019

Faixa etária	Não estuda e não trabalha	Só trabalha	Estuda e trabalha	Só estuda
15–19 anos	15,0%	12,0%	13,0%	60,0%
20–24 anos	27,0%	41,0%	19,0%	14,0%
25–29 anos	21,0%	58,0%	14,0%	7,0%

Fonte: PNS 2019. Elaboração própria.

A maternidade impacta na inserção profissional de todas as mulheres, mas decididamente com mais intensidade entre as que foram mães mais jovens. Esse impacto pode ser claramente observado na Tabela 6, cujos dados mostram que as jovens mães apresentaram as menores taxas de emprego formal, com carteira assinada, e uma situação de trabalho em condições mais precárias em geral. Entre elas, encontramos uma maior proporção de trabalhadoras domésticas ou não remuneradas e de trabalhadoras por conta própria, e uma menor proporção de empregadas com carteira assinada, quando comparadas às jovens que não são mães.



Tabela 6 – Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos com e sem filhos, por tipo de ocupação e raça/cor – Brasil, 2019

Faixa etária	Trabalhador doméstico ou não remunerado	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Conta própria	Empregador, estatutário, militar
Jovens mães	15,3%	40,5%	15,2%	23,7%	5,3%
Jovens não mães	11,3%	46,6%	23,8%	13,9%	4,4%
Jovens mães Brancas	11,1%	48,8%	12,9%	19,0%	8,3%
Jovens não mães Brancas	8,2%	50,1%	23,0%	13,8%	4,9%
Jovens mães negras	17,5%	36,0%	16,5%	26,4%	3,6%
Jovens não mães negras	14,4%	42,6%	24,9%	14,2%	3,9%

Fonte: PNS 2019. Elaboração própria.

Em relação à raça/cor, e considerando a forte associação entre pobreza e população negra no Brasil, em que negros representam cerca de 70% da população abaixo da linha de pobreza, é ainda mais nítido como a maternidade aprofunda desigualdades já existentes. Entre as jovens mães negras (pretas e pardas), 17,5% delas eram trabalhadoras domésticas ou não remuneradas, apenas 36% tinham carteira assinada e 26,4% trabalhavam por conta própria, condições mais precárias do que as das jovens brancas (mães e não mães) e mesmo em relação às jovens negras que não são mães. Esses dados indicam que a maternidade impacta para além da classe e da raça, e que a raça impacta independente da condição de ser mãe ou não, o que aponta para as características multifacetadas desse fenômeno.

2.1. VIOLÊNCIA DE GÊNERO, INDICADORES DE AUTONOMIA E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A fim de aprofundarmos o impacto da gravidez na adolescência em outras dimensões da vida da jovem, para além das trajetórias escolares e laborais, apresentaremos resultados de duas pesquisas em comunidades e em bairros de classe média e alta da cidade de Belo Horizonte. Nessas pesquisas, rea-

lizadas com jovens da comunidade do Taquaril (Chacham *et al.*, 2007) e em comunidades e bairros da região centro-sul de Belo Horizonte (Chacham *et al.*, 2012, 2016), com mais de 700 jovens entre 15 e 24 anos entrevistadas, verificou-se associação forte entre gravidez na adolescência e experiências de controle e violência por parte de parceiros.

Entre as entrevistadas que engravidaram com 16 anos ou menos, 33,6% já haviam sofrido violência física por parte de um parceiro e mais da metade já havia vivenciado controle e coerção por um parceiro, como imposições relacionadas ao uso de roupas e a amizades. Entre as que engravidaram entre 17 e 19 anos, 20,8% já havia sofrido violência física por parte de um parceiro, entre as que engravidaram após os 19 anos, 15,1%, e entre as que nunca engravidaram, 11,3%.

Pesquisas apontam uma associação entre gravidez na adolescência e exposição das jovens a violência física e experiências de controle por parte de seus parceiros – o que remete a contextos de desigualdade e dependência econômica comuns aos dois fenômenos.

Os resultados também apontaram para o impacto negativo de uniões conjugais precoces – as adolescentes unidas ou casadas também tinham chance muito maior de terem sofrido violência e controle por parte de um parceiro – e reforçam a necessidade de analisar de forma diferenciada a trajetória das jovens que engravidaram no início da adolescência em comparação com aquelas que experimentaram a gravidez após os 16 anos.

Embora não seja possível afirmar que a gravidez cause a violência ou que a violência cause a gravidez, os dados revelam uma associação consistente entre início da vida reprodutiva em idades mais jovens e maior exposição a relações marcadas por controle e agressão. Essa associação sugere que gravidez e violência compartilham contextos estruturais comuns, especialmente desigualdades de gênero e dependência econômica.

Esse efeito pode ocorrer tanto porque a gravidez favorece o estabelecimento de uniões conjugais precoces, nas quais a jovem ocupa posição de desvantagem em termos de recursos econômicos e sociais, quanto porque relações violentas e abusivas limitam sua autonomia sexual e reprodutiva. A permanência e a forte aceitação de estereótipos tradicionais de gênero entre jovens residentes em comunidades contribuem para naturalizar relações desiguais e, por vezes,

violentas entre homens e mulheres, bem como para reforçar a identificação da maternidade e da domesticidade como trajetórias “naturais” para as mulheres (Chacham *et al.*, 2012, 2016).

A iniciação sexual antes dos 15 anos de idade também está fortemente associada ao não uso do preservativo na primeira relação sexual e à ocorrência de gravidez na adolescência. Esse efeito não pode ser explicado apenas pela ampliação do tempo de exposição ao risco reprodutivo, mas também por fatores como o não uso por imposição de um parceiro ou o uso pouco eficaz da contracepção. (Simão *et al.*, 2006; Chacham *et al.*, 2012, 2016). Em média, as adolescentes com início da vida sexual até os 15 anos engravidaram mais rapidamente após a primeira relação do que as jovens cuja iniciação sexual ocorreu após os 15 anos de idade: quando a primeira relação sexual aconteceu com 16 anos ou mais, a chance de engravidar foi cerca de 70% menor do que entre aquelas cuja primeira relação ocorreu antes dos 15 anos. (Chacham *et al.*, 2016).

A literatura aponta, ainda, que a gravidez na adolescência pode estar associada a um maior número de intercorrências médicas e sociais do que a gravidez em outras faixas etárias. Em alguns casos, condições de saúde são negligenciadas pelas adolescentes e suas famílias, gerando situações de risco. Síndromes hemorrágicas, lacerações perineais e prematuridade são algumas das possíveis complicações. No âmbito social, a ausência de apoio familiar, o estresse e sintomas depressivos também são relatados (Correia *et al.*, 2011).

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise integrada dos dados quantitativos das *surveys* e das estatísticas da PNS 2019 revela um conjunto de evidências robustas acerca da profunda heterogeneidade da gravidez na adolescência no Brasil. Mais do que um fenômeno demográfico, a maternidade na adolescência estabelece-se como marcador e mecanismo de reprodução das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira, especialmente quando recortadas por classe, raça, gênero e território.

Os resultados apresentados evidenciam que a gravidez entre 10 e 16 anos representa um conjunto de vulnerabilidades muito mais severas do que a gravidez entre 17 e 19 anos, tanto em termos de escolarização quanto de

autonomia, violência, inserção laboral e estrutura afetiva. Trata-se de um fenômeno qualitativamente distinto da gravidez tardia na adolescência ou da gravidez na vida adulta jovem.

Do ponto de vista educacional, a gravidez na fase inicial da adolescência funciona como interruptor de trajetórias escolares que já se encontravam fragilizadas, aprofundando o risco de evasão. Além disso, as mães adolescentes apresentam taxas extremamente reduzidas de acesso ao ensino médio e educação superior, o que limita de maneira contundente suas possibilidades de mobilidade social.

A escolarização aparece, portanto, como eixo estruturante da reprodução ou ruptura das desigualdades sociais. A literatura afirma que, em contextos de vulnerabilidade, o abandono escolar tende a ser permanente e não temporário. Isso significa que a gravidez antes dos 16 anos tem potencial de definir permanentemente a trajetória educacional e profissional das jovens, ampliando sua dependência econômica e reduzindo suas possibilidades de autonomia.



A gravidez na adolescência é, ao mesmo tempo, um marcador e um mecanismo de reprodução das desigualdades de classe, raça, gênero e território. Por isso, as políticas públicas precisam ter um caráter interseccional, considerando as características do fenômeno em diferentes faixas etárias.

No campo laboral, a gravidez na adolescência limita a entrada em ocupações formais e empurra as jovens para atividades informais, de baixa remuneração e alta rotatividade, tais como trabalho doméstico ou subempregos no setor de serviços. Os dados das pesquisas de Belo Horizonte (Chacham *et al.*, 2007, 2012, 2016) mostram que a idade média de inserção no mercado de trabalho é de 15 anos, e que a maior parte das jovens que engravidaram cedo trabalha sem carteira assinada – um padrão que se mantém na vida adulta e contribui para a precarização crônica.

As desigualdades raciais também estão fortemente presentes. Jovens negras apresentam tanto maior probabilidade de engravidar cedo quanto menor escolaridade, menor renda domiciliar e maior exposição à violência de par-

ceiros. A intersecção entre raça, gênero e classe cria condições de vulnerabilidade reforçadas, que produzem trajetórias de vida mais restritas e limitam o acesso a oportunidades educativas e laborais.

Outro aspecto central é a violência de gênero. As adolescentes que engravidaram até os 16 anos apresentam taxas significativamente maiores de violência física, psicológica e controle coercitivo por parte dos parceiros. Isso revela que a gravidez precoce não pode ser compreendida apenas como evento isolado, mas como parte de um ciclo estruturado de relações abusivas.

Nesse sentido, as políticas públicas devem tratar a gravidez adolescente não como fenômeno homogêneo, mas como expressão de múltiplas desigualdades, demandando respostas intersetoriais e diferenciadas por faixa etária.



O fato de conseguir chegar à minha idade, morando dentro de uma favela, com tantas dificuldades, me faz ter a autopercepção de potência, apesar das dificuldades que me atravessam para conseguir alcançar meu máximo.

Digo isso porque as vezes é muito difícil que pessoas como eu se equiparem a outros jovens da mesma idade. Logo não há uma comparação justa que faça a gente lembrar que somos jovens. Isso significa que ainda hei de viver muitas coisas, que já mudei muito da minha realidade e que meu filho já vive uma vida diferente da que eu vivi na idade dele.

Me ver como potência não significa que já sou o que projetei. Significa que, embora eu não viva a mesma realidade que minha mãe viveu, eu já venci muito. [...]

Sofri muito racismo e machismo a vida inteira. Diretamente, um dos momentos mais dolorosos foi no meu primeiro emprego como jovem apren-

diz: meu supervisor disse que eu não tinha perfil corporativo, que eu tinha que mudar meu cabelo se eu quisesse alguma oportunidade.

Indiretamente, sempre sinto: quando me descredebilizam por eu ter sido mãe adolescente ou pela falta de oportunidades que não chegam até mim por serem restritas a uma área diferente da minha.

Pelas entrevistas em que eu tive que falar que morava em outro lugar na inscrição. Pelos briefings de campanhas publicitárias que eu não tenho o perfil.

Jovem, 22 anos, negra e se tornou mãe na adolescência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há consenso na literatura de que a fecundidade entre 15 e 19 anos condiciona de forma decisiva a trajetória reprodutiva e socioeconômica das mulheres. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, as taxas de maternidade adolescente apresentam diferenciais expressivos segundo região, raça e estrato socioeconômico, e resistem em diminuir no mesmo ritmo observado em outros grupos etários.

Os resultados aqui apresentados reforçam a necessidade de distinguir a gravidez ocorrida na fase inicial da adolescência (10–16 anos) daquela vivenciada no final desse período (17–19 anos), uma vez que seus impactos não são homogêneos. Quanto mais cedo ocorre a gravidez, maiores tendem a ser as limitações acumuladas ao longo da trajetória escolar, laboral e afetiva. A gravidez na fase inicial da adolescência associa-se de forma mais intensa à evasão escolar permanente, à inserção precoce e precária no mercado de trabalho, à dependência econômica e à maior exposição à violência de gênero.

No campo educacional, a gravidez funciona, sobretudo nos contextos de maior vulnerabilidade, como mecanismo de aprofundamento de trajetórias

já fragilizadas. Ainda que a evasão escolar preceda a gravidez em parte dos casos, os dados indicam que a maternidade nesse período tende a consolidar o afastamento definitivo da escola. A escolarização permanece como eixo estruturante da mobilidade social e da autonomia feminina; sua interrupção reduz drasticamente as oportunidades futuras.

No mundo do trabalho, os efeitos se expressam na maior concentração das jovens mães em ocupações informais, de baixa remuneração e menor proteção social. As desigualdades raciais intensificam esse quadro: jovens negras enfrentam simultaneamente maior probabilidade de maternidade na adolescência, menor escolaridade média, menores rendimentos e maior exposição a relações abusivas, evidenciando a natureza interseccional do fenômeno.

Além das dimensões educacionais e laborais, os dados revelam associação consistente entre gravidez na fase inicial da adolescência e maior incidência de controle coercitivo e violência por parte de parceiros. Ainda que não seja possível estabelecer causalidade direta, a coexistência desses fatores aponta para contextos estruturais marcados por desigualdades de gênero, dependência econômica e naturalização de hierarquias nas relações afetivas. Diante desse cenário, políticas públicas universais e indiferenciadas mostram-se insuficientes. A complexidade do fenômeno exige respostas intersetoriais e calibradas por faixa etária.

Para adolescentes entre 10 e 16 anos, são fundamentais as estratégias de proteção integral, incluindo:

- ✱ identificação precoce de violência e abuso sexual por meio de programas nas escolas e postos de saúde;
- ✱ enfrentamento e penalização dos parceiros e responsáveis (quando for o caso) em relação às uniões precoces;
- ✱ fortalecimento da permanência escolar por meio de estratégias intersetoriais;
- ✱ acesso sigiloso e facilitado a serviços de saúde sexual e reprodutiva, de preferência em parcerias com as próprias escolas;
- ✱ articulação entre escola, assistência social, saúde e sistema de garantia de direitos.

Para adolescentes de 17 a 19 anos, políticas de permanência para manter na escola as que não evadiram e para favorecer o retorno escolar das que abandonaram a escola tornam-se centrais. Evidências indicam que o acesso à creche constitui condição decisiva para continuidade dos estudos. As próprias escolas poderiam oferecer serviços de creche, principalmente no horário noturno, quando são quase inexistentes. Programas de transferência de renda vinculados à escolarização, flexibilização de horários, ampliação da educação de jovens e adultos (EJA) integrada à formação profissional, evitando direcionar as jovens apenas para cursos que reforcem estereótipos de gênero, e expansão da oferta de educação infantil podem produzir efeitos concretos na mitigação das desigualdades.

Como a gravidez na adolescência é um fenômeno com impactos distintos na fase inicial e na fase final desta etapa, é importante que as políticas tenham caráter intersetorial e sejam calibradas por faixa etária.



A colaboração entre as escolas e os serviços de saúde a fim de facilitar o acesso aos meios de contracepção e aos preservativos masculinos e femininos estaria entre as medidas mais eficazes para prevenção da gravidez na adolescência. Entretanto, políticas preventivas não devem restringir-se à ampliação do acesso a métodos contraceptivos. É imprescindível fortalecer a educação sexual integral nas escolas, desde o ensino fundamental, baseada em evidências e orientada para a promoção da autonomia corporal, da equidade de gênero e da responsabilidade compartilhada. Trabalhar normas de gênero com meninos e jovens homens, expondo e desnaturalizando a violência de gênero, assim como envolver famílias e comunidades, é passo fundamental para romper padrões de controle e coerção masculinos e a naturalização da maternidade como destino exclusivamente feminino.

Pontos relevantes para as políticas públicas:

- ✱ Oferta de serviços às mães adolescentes (por exemplo, creche).
- ✱ Programas de transferência de renda vinculados à escolarização.
- ✱ Flexibilização de horários escolares.
- ✱ Ampliação da EJA integrada à formação profissional.
- ✱ Colaboração entre escolas e serviços de saúde para facilitar acesso a meios de contracepção e preservativos.
- ✱ Educação sexual integral nas escolas.
- ✱ Trabalho com meninos sobre normas de gênero e desnaturalização da violência contra a mulher.

Adicionalmente, a melhoria da qualidade e da relevância da escola pública pode exercer efeito indireto, porém decisivo, na redução da gravidez na adolescência. Escolas mais inclusivas, com projetos pedagógicos significativos, ambientes seguros e perspectivas reais de mobilidade ampliam horizontes de futuro e fortalecem o vínculo institucional das jovens.

Por fim, é fundamental reconhecer que a maternidade na adolescência não decorre de escolhas individuais isoladas, mas de condições materiais e simbólicas estruturadas por desigualdades históricas. Enfrentar o fenômeno implica ampliar oportunidades reais de escolarização, autonomia econômica, proteção contra a violência e construção de projetos de vida plurais.

Somente políticas integradas – articulando educação, saúde, assistência social, igualdade racial e enfrentamento à violência de gênero – poderão produzir impactos sustentáveis na redução das desigualdades associadas à gravidez na adolescência e promover trajetórias mais dignas e equitativas para meninas e jovens brasileiras.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. et al. Gravidez na adolescência: heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M. L. et al. (org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz; Garamond, 2006. p. 309–360.

BASSI, C. **Exposição à maternidade precoce e estratos sociais das adolescentes brasileiras**: justificativas via determinantes próximos das taxas de fecundidade. Brasília: IPEA, n. 1322, jan. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3f611f6e-2d20-4f51-b2c-c-476ee9a39058>. Acesso em: 26 jan. 2026. Texto para discussão.

BARROS, A. J. D. et al. Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades gritantes entre municípios e regiões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 42, p. e00057625, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN057625>.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos**. Brasília: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <https://sinasc.saude.gov.br/>.

CHACHAM, A. S.; JAYME, J. G. Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, e1–e19, jan.–mar. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.21760>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CHACHAM, A. S.; MAIA, M. B.; CAMARGOS, M. B. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 29, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CHACHAM, A. S.; MAIA, M. B.; GRECO, M.; SILVA, A. P.; GRECO, D. B. Autonomy and susceptibility to HIV/AIDS among young women living in a slum in Belo Horizonte, Brazil. **AIDS Care**, v. 19, p. S12–S22, 2007.

CORREIA, D. S.; SANTOS, L. V. A.; CALHEIROS, A. M. N.; VIEIRA, M. J. Adolescentes grávidas: sinais, sin-

tomas, intercorrências e presença de estresse.

Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 40–47, mar. 2011.

FEBRASGO (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia). Gestação na adolescência: aspectos atuais. In: **Manual de Orientação Inf nto Puberal**. São Paulo: Febrasgo, 2010. p. 171–179.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; FUNDAÇÃO ITAÚ. **Juventudes fora da escola** – Educação interrompida: jovens mães, juventude negra e os quase l  – uma análise para inspirar políticas públicas e iniciativas intersetoriais. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho; Fundação Itaú, 2024. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/educacao-interrompida-jovens-maes-juventude-negra-e-os-quase-la>. Acesso em: 10 jan. 2026

GAGE, A. Female empowerment and adolescence. In: PRESSER, H. B.; SEN G. (org.). **Women’s Empowerment and Demographic Processes**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. A new look at teenage pregnancy in Brazil. **ISRN Obstetrics and Gynecology**, v. 2011, art. 975234, 2011. DOI:10.5402/2011/975234.

HEILBORN, M. L. et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 13–45, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100002-&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2026. DOI:10.1590/S0104-71832002000100002.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: John Wiley & Sons, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: ciclos de vida – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Educação 2023**.

Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf.

MAGALHÃES, T. S.; BRITO, M. B.; GRASSI, M. F. R.; MATOS, M. A. Adolescent pregnancy risks in a city of average size in Northeastern Brazil. **Journal of Pregnancy and Child Health**, v. 1, n. 3, p. 1–4, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde reprodutiva de adolescentes**: uma estratégia para ação. Genebra: OMS; FNUAP; UNICEF, 1989.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde e sexualidade de adolescentes: construindo equidade no SUS**. Brasília, DF: OPAS; MS, 2017.

PATIAS, N. D.; JAGER, M. E.; FLORIN, P. C.; DIAS, A. C. G. Construção histórico social da adolescência: implicação na percepção da gravidez na adolescência como um problema. **Revista Contexto & Saúde**, v. 10, n. 20, jan.–jun., p. 205–214, 2011.

SILVA, D. R. Q. et al. Girl's sex education and teenage pregnancy in Southern Brazil: abject bodies? **Creative Education**, v. 7, p. 1687–1695, 2016.

SIMÃO, A. B. et al. Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151–166, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100009-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 26 jan. 2026. DOI:10.1590/S0102-30982006000100009.

VAZ, R. F.; MONTEIRO, D. L. M.; RODRIGUES, N. C. Trends of teenage pregnancy in Brazil, 2000–2011. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 62, n. 4, p. 330–335, 2016.



11

JOVENS MULHERES NAS CARREIRAS STEAM: EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Regina Nobre Vargas¹
Anna Maria Canavarro Benite²

*Preocupa-me se conseguirei me manter
financeiramente, mas me sinto preparada para
entrevistas e para enfrentar os desafios.*

Adolescente, 17 anos, que mora em Guarulhos (SP)

A baixa participação de mulheres em carreiras STEAM (sigla em inglês de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) constitui um desafio persistente que, no Brasil, assume contornos mais profundos devido à combinação entre desigualdades de gênero, raça e classe social. Embora maioria na educação superior, as mulheres seguem sub-representadas nas áreas científicas e

tecnológicas e, entre elas, as negras enfrentam barreiras adicionais associadas à exclusão histórica e à desvalorização simbólica de seus saberes (Menezes, 2021; Oliveira; Unbehaum; Gava, 2019). Essa exclusão se articula com um modelo de desenvolvimento científico que ainda reflete hierarquias sociais, limitando o acesso de mulheres negras às posições de maior prestígio e visibilidade.

¹ Doutora em Química pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG. regina_vargas@egresso.ufg.br

² Doutora em Ciências/Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora titular do Institu-

Na educação básica, as desigualdades emergem de forma precoce: os estereótipos de gênero e raça, a ausência de referências femininas e a distribuição desigual de incentivos à aprendizagem em Matemática e Ciências reduzem as possibilidades de continuidade escolar nessas áreas (Rosemberg, 2001). No ensino superior, a segregação horizontal mantém as mulheres concentradas em campos de menor valorização econômica e simbólica, como as áreas da saúde e educação, enquanto homens predominam nas engenharias, na computação e nas ciências exatas (Leão *et al.*, 2021; Aparício, 2023). Essa configuração repercute no mundo do trabalho, onde as desigualdades se materializam em menores taxas de inserção e remuneração, sobretudo entre as mulheres negras.

Na educação básica, os estereótipos de gênero e raça e a distribuição desigual de incentivos à aprendizagem em matemática e ciências afastam as meninas dessas áreas. No ensino superior, as mulheres tendem a se concentrar em áreas menos valorizadas do ponto de vista econômico e simbólico.

Diante desse cenário, compreender como as desigualdades de gênero e raça se manifestam nas trajetórias formativas e produtivas torna-se fundamental para revelar os mecanismos estruturais que reproduzem a exclusão e a desvalorização no campo científico. Este estudo busca analisar os padrões de desigualdade de gênero e raça na formação e inserção profissional nas áreas STEAM no Brasil, com ênfase nas posições ocupadas por jovens negras, identificando diferenciais de acesso, permanência e rendimento a partir de dados educacionais e laborais recentes.

1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritivo-analítica, desenvolvida com base em dados secundários provenientes de bases estatísticas nacionais. As pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42), sendo adequadas quando se busca compreender padrões e correlações a partir de informações já sistematizadas. A natureza descriti-

vo-analítica deste estudo se justifica por buscar compreender e explicar as relações existentes entre diferentes dimensões sociais, a partir da observação e interpretação dos fenômenos sem intervenção direta da pessoa pesquisadora (Gil, 2002).

Para isso, foram utilizados indicadores sobre juventude e trabalho da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), dados educacionais do Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais (Inep) de 2023 e resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2022, realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cada três anos com estudantes na faixa dos 15 anos. Os dados foram organizados pelo Núcleo de Pesquisa e Avaliação da Fundação Roberto Marinho de modo a permitir a análise das desigualdades de gênero e raça nas trajetórias educacionais e produtivas nas áreas STEAM.

A articulação desses conjuntos de dados permitiu construir um panorama das desigualdades de acesso, permanência e rendimento nas trajetórias formativas e profissionais, com foco nas áreas STEAM. A análise buscou evidenciar padrões estruturais de exclusão e diferenciais de valorização entre homens e mulheres, bem como entre brancos e negros, no campo científico e tecnológico, contribuindo, assim, para a compreensão dos mecanismos de reprodução das hierarquias sociais em STEAM.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção integra indicadores educacionais e laborais para caracterizar os padrões de acesso, permanência e valorização nas áreas STEAM segundo sexo e cor/raça. Com dados do Inep (2023) e do Pisa (2022) para o desempenho em Matemática e Ciências, e da PNAD Contínua (2024) para perfil, distribuição ocupacional e rendimentos de jovens (18 a 29 anos de idade) com ensino superior completo ou incompleto, a análise está organizada em quatro blocos: (I) desigualdades de desempenho na educação básica, (II) participação nas trajetórias científicas, (III) distribuição racial e de gênero nas ocupações, e (IV) desigualdades de rendimento e valorização.

Ao final, apresenta-se uma síntese interpretativa dos padrões estruturais de desigualdade evidenciados, articulando os resultados obtidos às dinâmicas de gênero e raça que atravessam a formação e o trabalho científico.

2.1 DESEMPENHO EDUCACIONAL EM MATEMÁTICA E CIÊNCIAS

O desempenho em Matemática e Ciências constitui um indicador determinante das oportunidades de inserção em áreas social e economicamente mais valorizadas de STEAM, sendo historicamente marcado por disparidades de gênero (Rosemberg, 2001). A Tabela 1 apresenta o percentual de estudantes com aprendizado³ em Matemática no Brasil, em 2023, segundo o sexo.

Tabela 1 – Percentual de estudantes da 3ª série do ensino médio com aprendizado adequado em Matemática (2023)

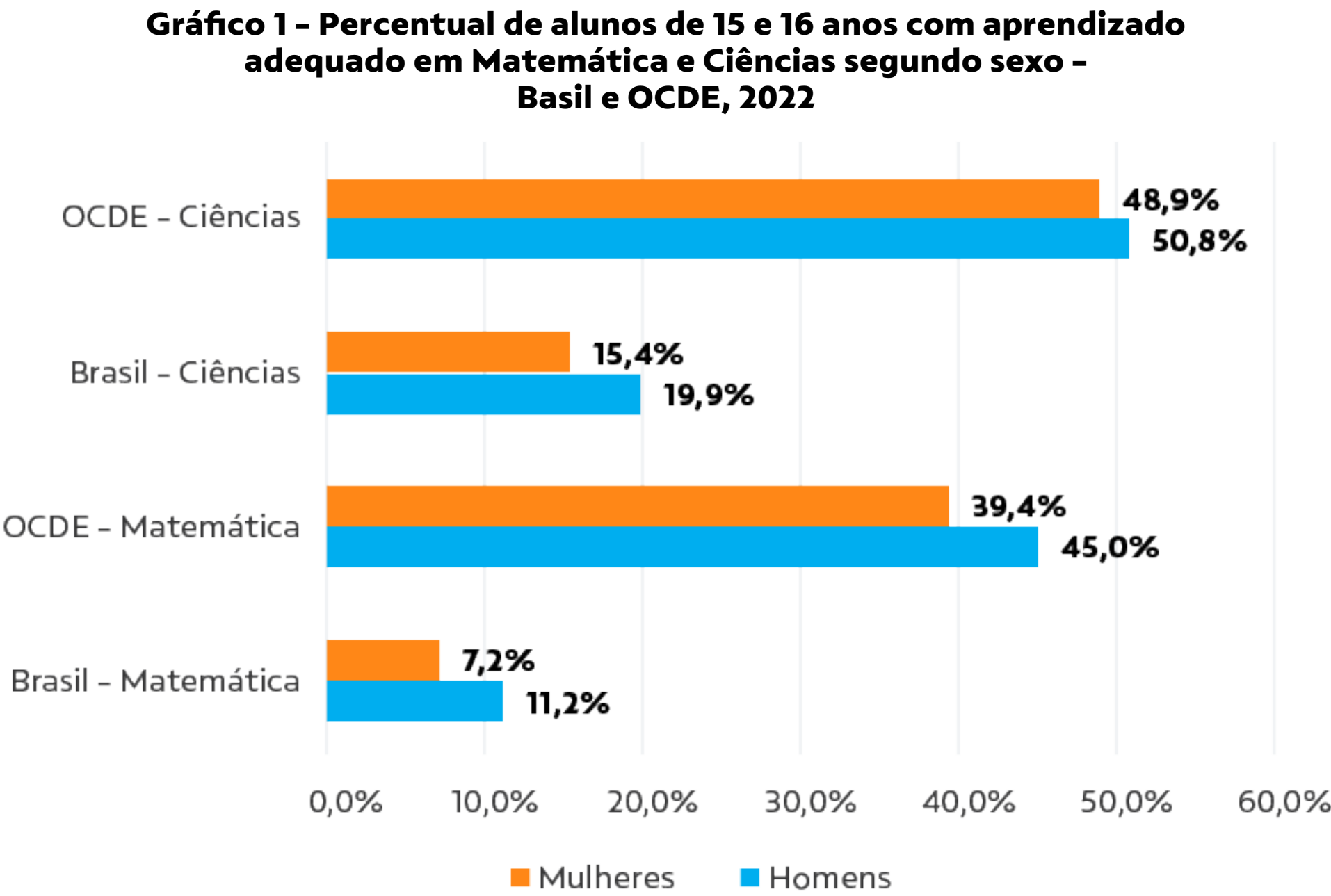
Brasil	Pública	Privada
Homens	6,8%	34,3%
Mulheres	3,8%	27,8%
Diferença (p.p.)	-3	-6,5

Fonte: Saeb/INEP, 2023.

Os dados evidenciam distintos níveis de aprendizagem entre homens e mulheres. Nas redes privadas, a lacuna de desempenho em Matemática é de cerca de seis pontos percentuais, enquanto nas públicas é de três pontos, sempre em vantagem para os meninos. Essa discrepância reflete padrões socioeconômicos e culturais de desigualdade cumulativa, nos quais as condições de gênero se articulam às desigualdades de classe e raça, como será demonstrado ao longo deste artigo. Evidencia-se, assim, que as assimetrias de gênero se manifestam já nas etapas iniciais de escolarização, impactando a presença e a permanência feminina nas trajetórias científicas.

A análise comparativa dos resultados do Pisa (2022) reforça as desigualdades observadas nos indicadores nacionais. O Gráfico 1 apresenta o percentual de estudantes com desempenho adequado em Matemática e Ciências, de acordo com o sexo, em quatro contextos: Brasil e média dos países da OCDE.

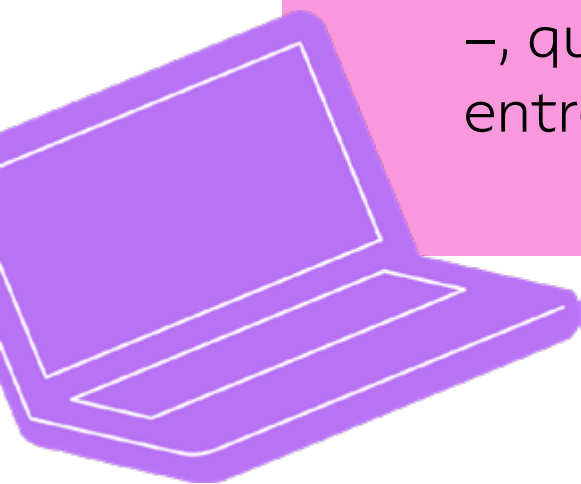
3 “Aprendizado adequado” é uma classificação não oficial baseada nos níveis do Saeb, que considera estudantes nas categorias Proficiente e Avançado, seguindo parâmetros definidos pelo movimento Todos Pela Educação e adotados pelo QEdu.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Pisa (2022), sistematizados pelo QEdu. Disponível em: <https://qedu.org.br/paises/aprendizado>.

No Brasil, apenas 11,2% dos meninos e 7,2% das meninas alcançaram níveis adequados de desempenho em Matemática, enquanto em Ciências esses percentuais foram de 19,9% e 15,4%, respectivamente. Na média da OCDE, cerca de 45% dos meninos e 39,4% das meninas atingem resultados satisfatórios em Matemática, evidenciando a expressiva distância entre o desempenho brasileiro e o observado nos países mais desenvolvidos.

As desvantagens das meninas em Matemática e Ciências nas avaliações nacionais e internacionais estão associadas a barreiras de diversos tipos – pedagógicas, culturais e simbólicas –, que dificultam a aprendizagem de Matemática e Ciências entre elas.



Esses resultados indicam que as diferenças de gênero no aprendizado de Matemática e Ciências são um padrão recorrente em toda a região, mas que no Brasil se somam a um baixo desempenho geral, revelando desigualdades de base ainda mais profundas. A convergência desses dados com os do Inep sugere que as meninas enfrentam barreiras cumulativas de ordem pedagógica, cultural e simbólica relacionadas à aprendizagem de Matemática e Ciências. Essa tendência ajuda a compreender a sub-representação feminina nas áreas STEAM, tema abordado na seção seguinte.

O enfrentamento dessas desigualdades requer ações articuladas entre políticas públicas e iniciativas institucionais. No plano federal, o Ministério da Educação (MEC) tem implementado medidas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem em Matemática na educação básica, como o Compromisso Nacional Toda Matemática, além de programas de incentivo à permanência feminina nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Computação, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No âmbito universitário, projetos de pesquisa e extensão também contribuem para a aproximação entre escola e ensino superior. O Investiga Menina!, desenvolvido na Universidade Federal de Goiás (UFG), atua nesse sentido ao promover acompanhamento pedagógico em ciências e formação científica, com atenção às dimensões de gênero e raça.



Sou bolsista de um projeto chamado Smart desde o 7º ano. Também faço cursos online, como inteligência artificial na Fundação Getúlio Vargas (FGV), e estudo para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e vestibulares. Somando tudo, estudo cerca de 12 horas por dia, incluindo escola e cursinhos.

O programa Smart é uma plataforma online com missões que ajudam a planejar o futuro. Tem matérias de português, matemática e redação focada no Enem. Para quem opta pelo presencial,

eles custeiam bolsa, passagem, uniforme, lanche e material.

No Smart eu me sinto apoiada. Na escola, não muito. Por exemplo, minha escola nunca participa da feira de profissões da cidade, e a orientação para ensino superior é limitada. Descobri informações importantes sobre o Enem sozinha.

Meu plano para o futuro é fazer Medicina Veterinária na Universidade de São Paulo (USP) ou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e morar no alojamento da faculdade. Quero também fazer trabalhos digitais para guardar dinheiro e conquistar meu apartamento.

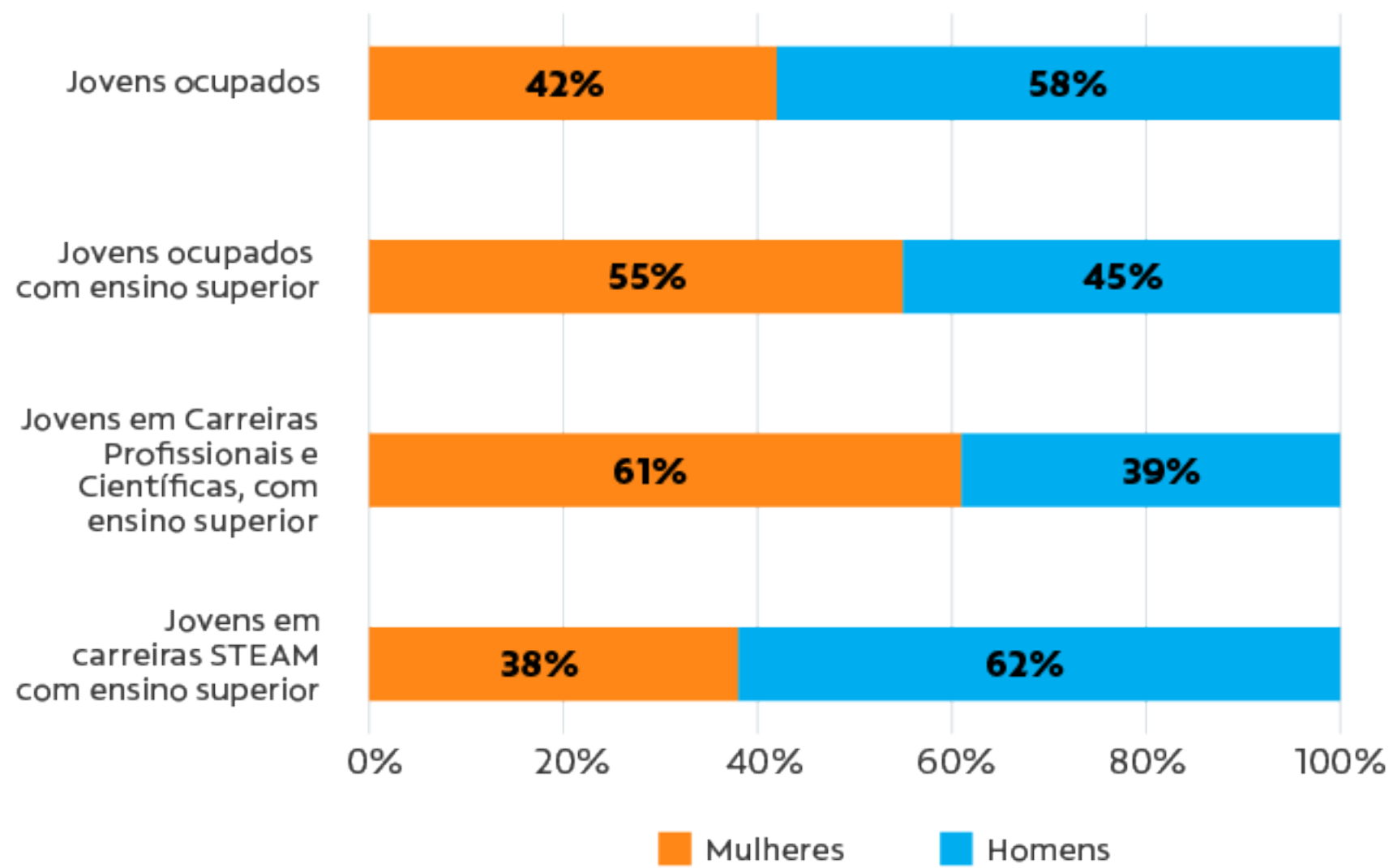
Adolescente, 17 anos, que mora em Guarulhos (SP)

2.2 PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E JOVENS NEGRAS NAS ÁREAS STEAM

Para compreender a participação das mulheres e, em particular, das jovens negras nas áreas STEAM, é necessário analisar o perfil educacional e ocupacional dos jovens, observando como se configuram as trajetórias que conduzem ao ensino superior e às carreiras científicas e tecnológicas. O Gráfico 2 sintetiza a participação feminina em diferentes níveis de inserção educacional e profissional.



Gráfico 2 – Participação de mulheres e homens entre jovens de 18 a 29 anos ocupados e em carreiras STEAM – Brasil, 2024



Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024).

Observa-se uma maior proporção de mulheres à medida que cresce o nível de escolarização: elas representam 55% entre os jovens que acessam o ensino superior, frente a 42% no conjunto da população jovem ocupada. Contudo, nas carreiras de perfil científico e tecnológico (STEAM), essa tendência se inverte e apenas 38% das posições são ocupadas por mulheres. Esses dados indicam um funil de gênero, no qual as mulheres ampliam sua presença na educação, mas enfrentam barreiras à inserção e permanência em campos tradicionalmente masculinos, como as Engenharias e a Tecnologia da Informação.

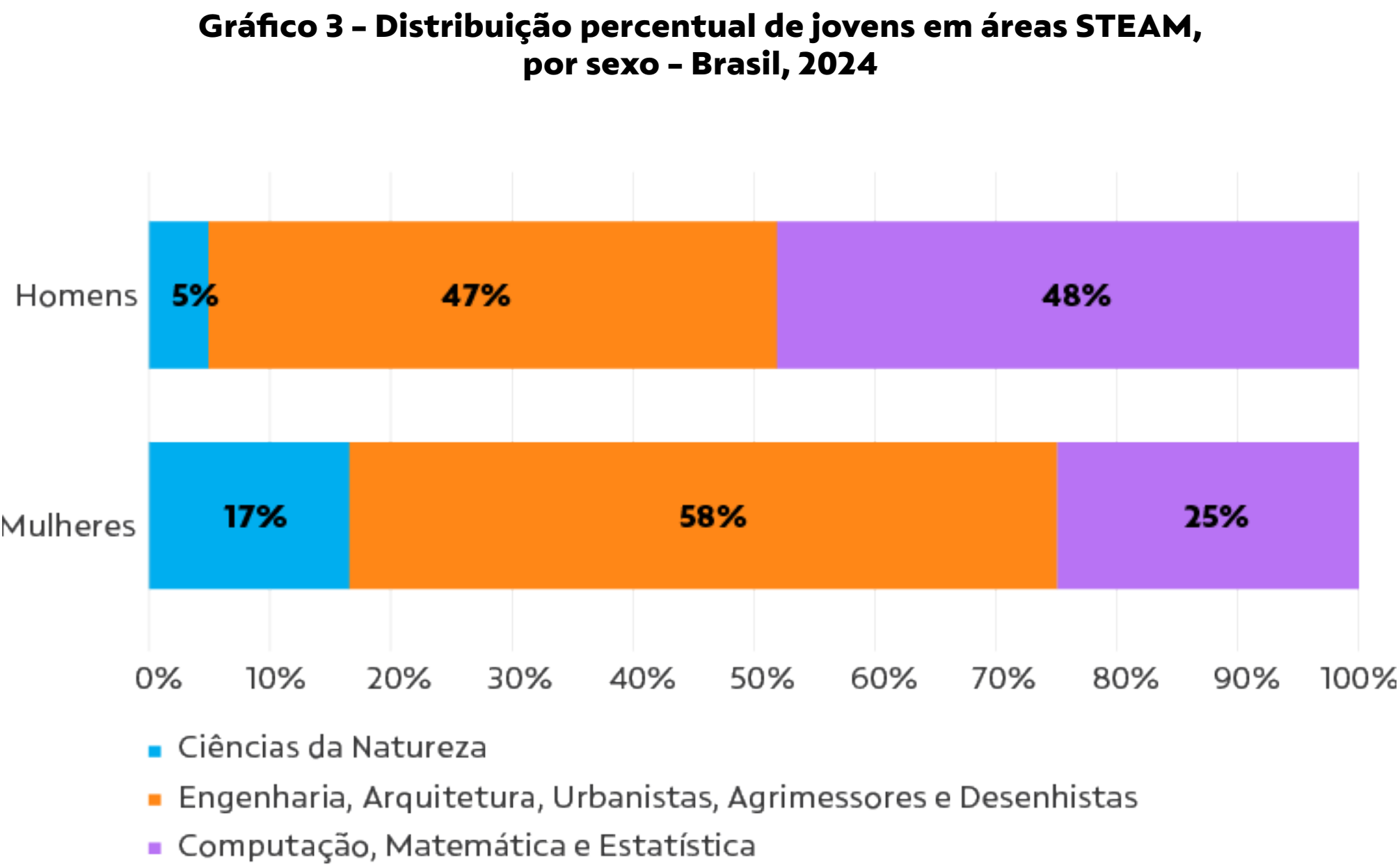
Mulheres – Ocupação (2024)

Com ensino superior: 55%

Participação nas carreiras STEAM: 38%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE 2024.

A composição interna das carreiras STEAM indica as subáreas onde as mulheres estão concentradas e onde permanecem sub-representadas. O Gráfico 3 mostra a distribuição percentual de jovens por sexo nas principais áreas STEAM.



Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024).

Entre as mulheres, observa-se concentração em Engenharia e Arquitetura (58%), seguida de Computação, Matemática e Estatística (25%) e Ciências da Natureza (17%). Entre os homens, a distribuição se inverte no topo: Computação, Matemática e Estatística (48%) e Engenharia e Arquitetura (47%), com participação residual em Ciências da Natureza (5%). Essa composição revela perfis de inserção distintos entre mulheres e homens, evidenciando um padrão de segregação horizontal dentro das carreiras científicas e tecnológicas.

A Tabela 2 introduz o recorte racial, destacando como essas desigualdades se articulam à cor/raça. As pessoas brancas correspondem a 64% dos jovens com ensino superior completo ou incompleto atuando em carreiras STEAM, enquanto as pessoas negras representam 34%, proporção inferior à observada na população geral.

Tabela 2 – Distribuição racial de jovens com ensino superior (completo ou incompleto) em carreiras STEAM, por sexo – Brasil, 2024

	Brancos	Negros
Total	63,4%	34,8%
Homens	61%	39,2%
Mulheres	71,6%	28,4%

Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024).

Observa-se que as mulheres brancas (71,6%) são maioria entre as jovens nas carreiras STEAM, enquanto as mulheres negras (28,4%) permanecem sub-representadas. Entre os homens, a proporção de brancos (61%) também supera a de negros (39%), o que revela uma persistência da desigualdade racial no campo científico e tecnológico.



As mulheres negras são as mais sub-representadas nas carreiras STEAM, o que está associado à sobreposição de desigualdades de gênero e raça.

Esses dados indicam que as mulheres negras continuam a enfrentar barreiras adicionais de acesso e permanência, evidenciando a sobreposição das desigualdades de gênero e raça no campo científico e tecnológico. Esse tipo de segregação se articula a disparidades salariais e de inserção no mercado de trabalho, aprofundando a assimetria entre grupos no âmbito científico e profissional, como discutido na seção seguinte.

2.3 DISTRIBUIÇÃO RACIAL E DE GÊNERO NAS OCUPAÇÕES STEAM

A desigualdade racial, de gênero e de rendimentos observada em STEAM se relaciona também à composição das ocupações dentro do próprio campo e das demais carreiras de nível superior. A Tabela 3 detalha a distribuição de

profissionais por sexo e raça em carreiras STEAM e demais ocupações das Ciências e Intelectuais em 2024.

Tabela 3 – Distribuição percentual de jovens em carreiras STEAM e demais ocupações das Ciências e Intelectuais por gênero e raça – Brasil, 2024

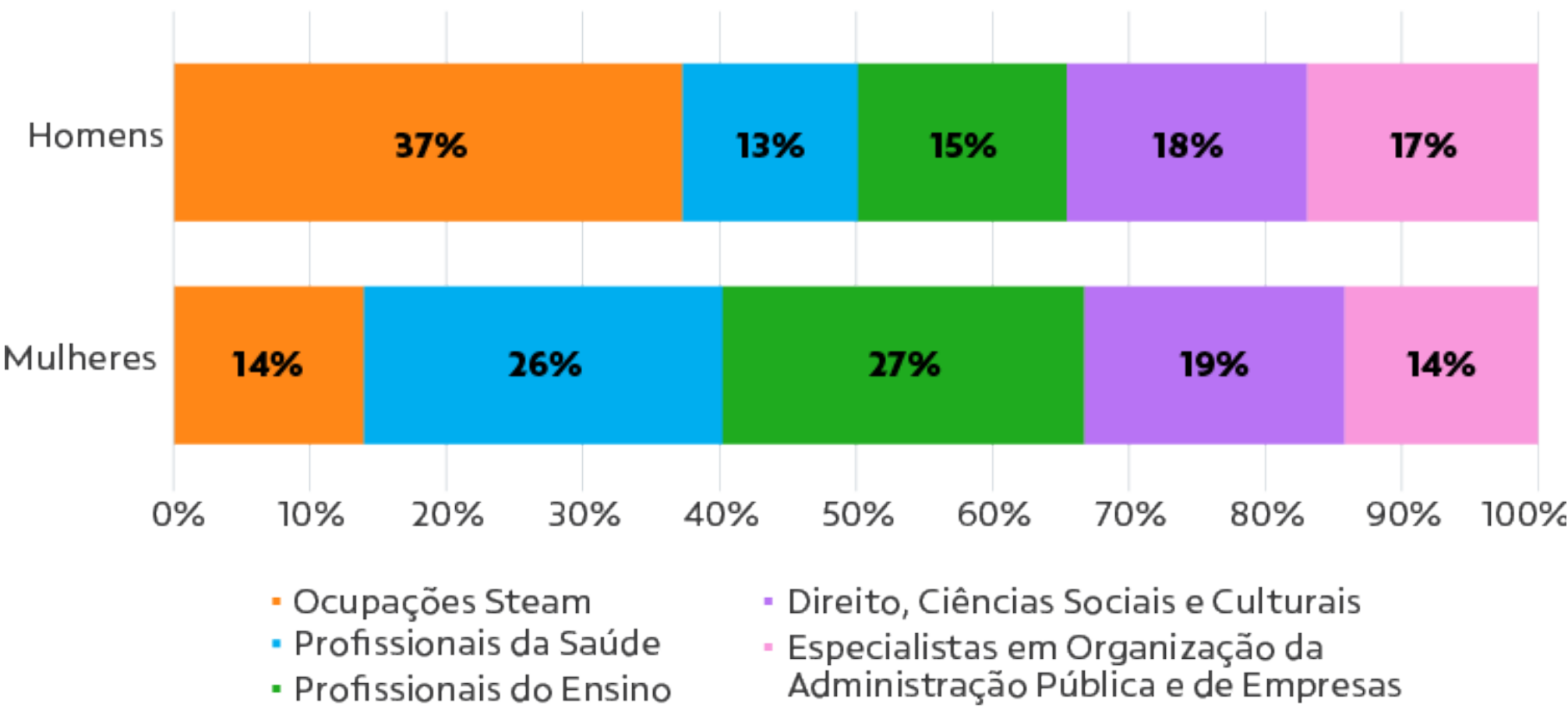
	Homens		Mulheres	
	BRANCOS	NEGROS	BRANCAS	NEGRAS
OCUPAÇÕES STEAM	37,9%	24,8%	26,7%	10,6%
Engenharia, Arquitetura, Urbanistas, Agrimensores e Desenhistas	32,5%	23,0%	31,0%	13,5%
Computação, Matemática e Estatística e Ciências da Natureza	43,5%	26,0%	22,7%	7,8%
DEMAIS OCUPAÇÕES DE PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E INTELECTUAIS	19,8%	12,5%	40,0%	27,7%
Especialistas em Organização da Administração Pública e de Empresas	27,2%	16,4%	34,0%	22,4%
Profissionais da Saúde	16,1%	8,4%	47,5%	28,0%
Profissionais do Ensino	13,5%	13,7%	37,0%	35,7%
Direito, Ciências Sociais e Culturais	25,1%	12,6%	40,2%	22,1%

Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024).

Os dados evidenciam a intersecção entre desigualdades de gênero e raça no interior das carreiras científicas e tecnológicas. As mulheres negras representam 10,6% do total de jovens em ocupações STEAM, proporção muito inferior à de mulheres brancas (26,7%), e ainda mais distante da dos homens brancos (37,9%). Nas subáreas de Computação, Matemática e Ciências da Natureza, essa sub-representação é ainda mais acentuada, com menos de 8% de mulheres negras.

Em contrapartida, a presença de mulheres, especialmente negras, é maior nas ocupações de saúde e ensino, que combinam maior participação feminina com menor valorização econômica média, como disposto pelo Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição de Jovens Ocupados em Carreiras das Ciências e Intelectuais por categoria ocupacional – Brasil, 2024



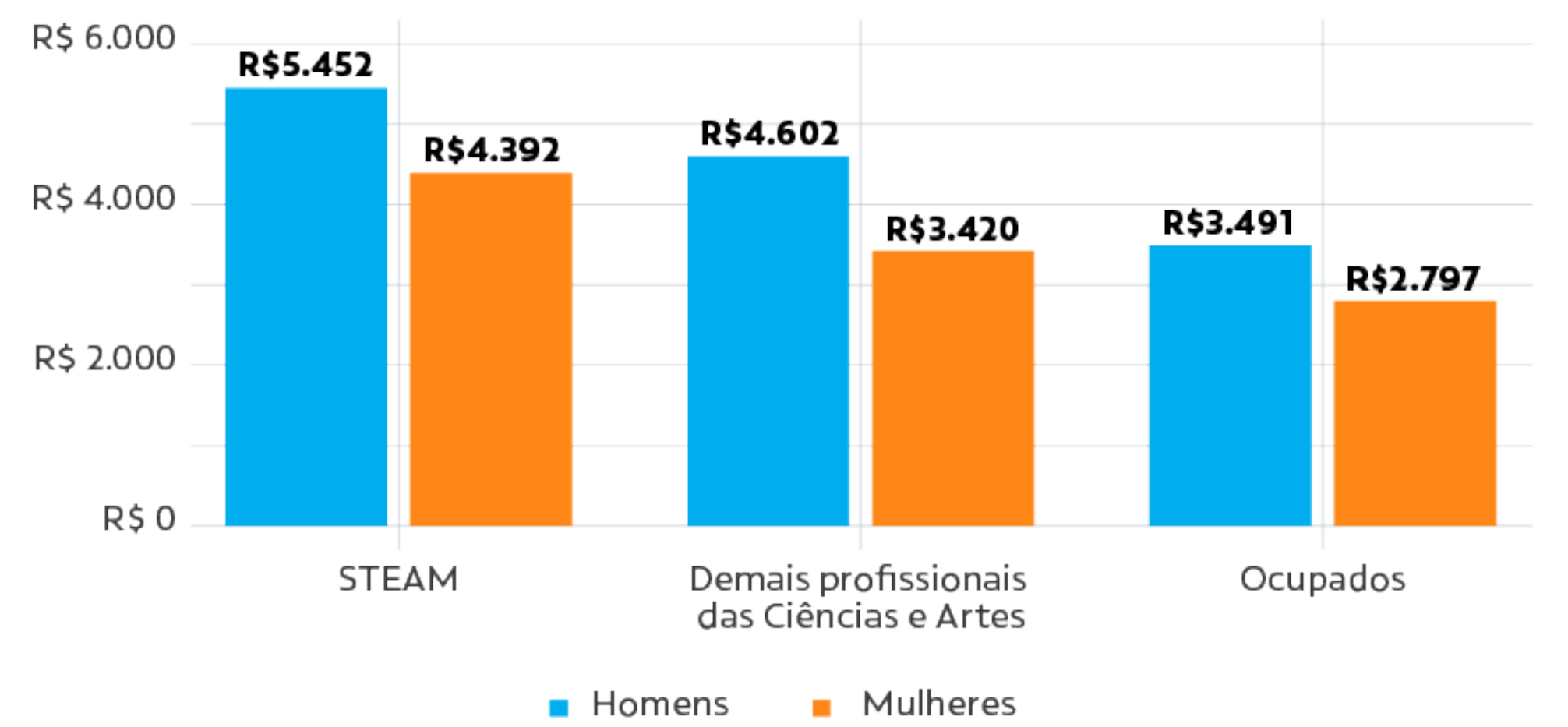
Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024).

Essa distribuição reforça o padrão de segregação horizontal, em que gênero e raça operam de forma combinada para delimitar os espaços de atuação e os níveis de prestígio das carreiras. Assim, mesmo com avanços no acesso à educação superior, as mulheres negras permanecem restritas a campos de menor retorno simbólico e material, o que repercute diretamente nos diferenciais de rendimento.

2.4 DESIGUALDADES DE RENDIMENTO E VALORIZAÇÃO

O Gráfico 5 apresenta o rendimento médio mensal de jovens de 18 a 29 anos ocupados, segundo sexo e tipo de ocupação, em 2024.

Gráfico 5 – Rendimento médio mensal (em R\$) de jovens de 18 a 29 anos ocupados, segundo sexo e tipo de ocupação – Brasil, 2024



Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024).
Nota: Jovens com ensino superior completo ou incompleto.

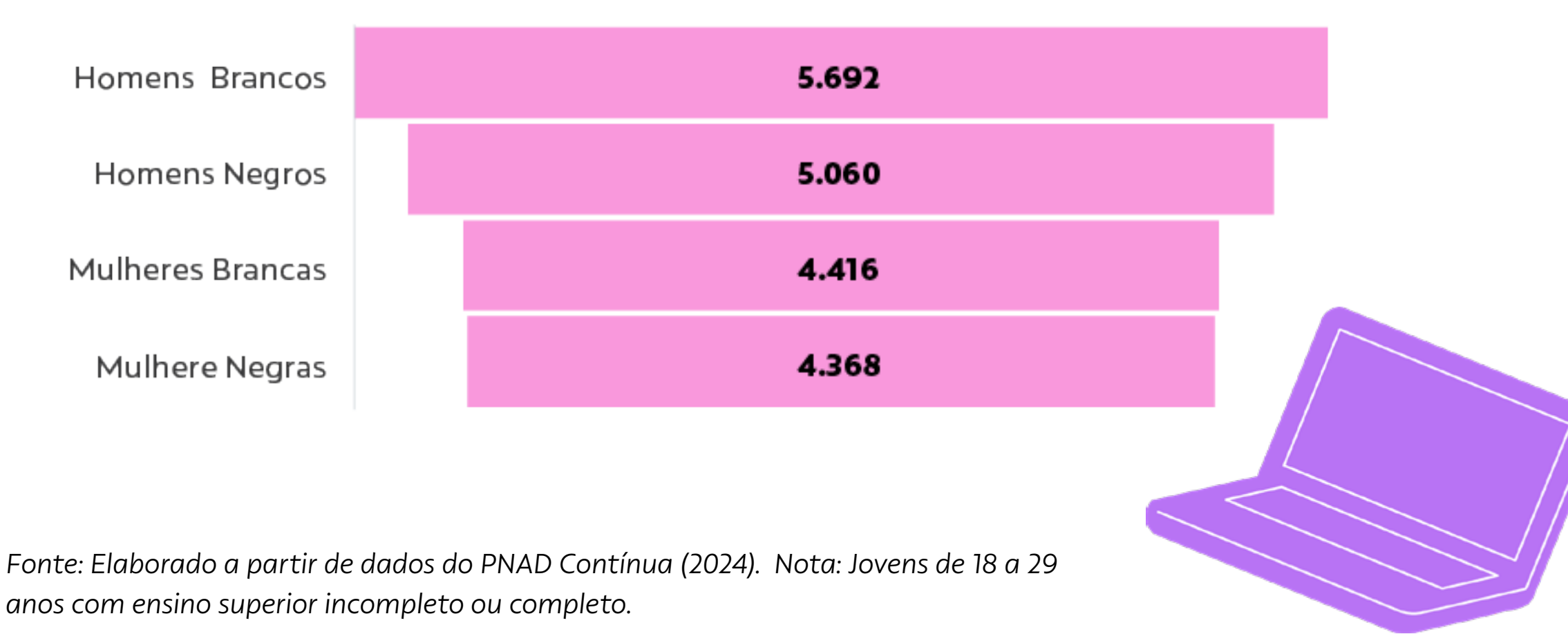
Observa-se que as ocupações STEAM apresentam os maiores rendimentos médios, superando tanto as demais ocupações de profissionais das ciências e intelectuais, quanto o conjunto total de trabalhadores jovens. Esse padrão indica o prestígio econômico associado às áreas científicas e tecnológicas.

No entanto, entre os jovens ocupados em carreiras STEAM, as mulheres recebem em média 19% menos do que os homens. Essa diferença é superior à observada no conjunto das ocupações (11%), o que indica que a maior valorização econômica das carreiras STEAM não tem se convertido em mais equidade de gênero, reproduzindo no mercado de trabalho as assimetrias observadas na formação acadêmica.

Nas carreiras STEAM, as mulheres recebem em média 19% menos do que os homens.

O Gráfico 6 apresenta o rendimento médio (em reais) de jovens de 18 a 29 anos com ensino superior incompleto ou completo, ocupados em carreiras STEAM, segundo gênero e cor, no ano de 2024.

Gráfico 6 – Rendimento médio de jovens de 18 a 29 anos ocupados em carreiras STEAM, por gênero e cor/raça – Brasil, 2024 (em R\$⁴)



Fonte: Elaborado a partir de dados do PNAD Contínua (2024). Nota: Jovens de 18 a 29 anos com ensino superior incompleto ou completo.

Observa-se uma hierarquia de rendimentos: os homens brancos apresentam as maiores médias salariais (R\$ 5.692), seguidos por homens negros (R\$ 5.060). Entre as mulheres, a diferença é menor, mas o patamar é significativamente inferior: R\$ 4.416 para mulheres brancas e R\$ 4.368 para mulheres negras.

Essa distribuição evidencia que, mesmo nas áreas de maior valorização econômica, as desigualdades raciais e de gênero permanecem estruturais. A diferença de aproximadamente R\$ 1.300 entre homens brancos e mulheres negras pode estar relacionada a uma sobreposição de fatores, como barreiras de acesso, racismo, falta de reconhecimento e de valorização, que incidem sobre estas últimas.

⁴ em R\$ de 2024

Os dados revelam, portanto, que a inserção das mulheres negras nas carreiras STEAM ocorre em condições de menor retorno econômico, expressando uma hierarquia que combina privilégios de gênero e raça. As desigualdades de rendimento indicam que a ampliação da presença feminina nas carreiras científicas e tecnológicas não se traduz automaticamente em equidade material. Esses resultados apontam para a persistência de um quadro estrutural de desigualdade que atravessa as trajetórias educacionais e produtivas das jovens negras, articulando exclusões que se reforçam ao longo do ciclo formativo e ocupacional.

2.5 PADRÕES ESTRUTURAIS DE DESIGUALDADE NAS TRAJETÓRIAS DE JOVENS NEGRAS NAS ÁREAS STEAM

A análise dos indicadores educacionais, formativos e laborais evidencia um padrão persistente de desigualdades de gênero e raça que atravessa as trajetórias das jovens negras nas áreas STEAM. As disparidades de desempenho em matemática e ciências se manifestam ainda na educação básica e se projetam sobre o acesso ao ensino superior, restringindo o ingresso das meninas, especialmente das negras, nas carreiras em STEAM. Mesmo entre aquelas que alcançam níveis mais elevados de escolarização, observa-se uma segregação horizontal nas subáreas de formação, com maior presença feminina em campos de menor prestígio econômico e simbólico, e uma sub-representação acentuada nas engenharias, na computação e nas ciências exatas.

Isso corrobora Betina Lima (2017) que afirma que a sub-representação feminina combina formas de exclusão horizontal – a baixa presença nas engenharias e ciências exatas – e vertical – a limitação de acesso aos postos de maior prestígio. Tal estrutura se mantém no ensino superior brasileiro, em que, apesar do predomínio geral de mulheres, a participação em cursos STEAM continua inferior a 40% (PNAD Contínua 2024). No mercado de trabalho, essa desigualdade se converte em diferenças de rendimento que favorecem os homens e, sobretudo, os brancos (Vargas, 2024). Tais disparidades configuram relações consubstanciais de gênero e raça, que operam simultaneamente e reproduzem hierarquias estruturais nas trajetórias educacionais e ocupacionais das jovens negras (Lima, 2017).

As desigualdades estruturais e cumulativas de gênero e raça, ao longo da educação básica e do ensino superior, culminam em hierarquias que colocam as mulheres, em especial as negras, em desvantagem nas carreiras STEAM.



As desigualdades observadas na distribuição das ocupações e nos rendimentos evidenciam o caráter estrutural das hierarquias de gênero e raça no campo científico e tecnológico. Como aponta Helena Hirata (2014), a divisão sexual do trabalho mantém as mulheres concentradas em funções socialmente associadas ao cuidado e menos valorizadas economicamente, reproduzindo diferenças salariais mesmo em contextos de alta qualificação. Essa lógica se manifesta também nas áreas STEAM, onde, em 2024, os homens receberam remuneração média superior à das mulheres, diferença que se amplia quando considerado o recorte racial.

A leitura integrada dos indicadores educacionais, ocupacionais e de rendimento permite reconhecer que as desigualdades observadas não são pontuais, mas cumulativas e estruturais. Desde o acesso à formação científica, as jovens negras enfrentam obstáculos pedagógicos e simbólicos que limitam sua presença nas áreas de maior prestígio das ciências exatas; quando conseguem ingressar, encontram segregação horizon-

tal nas subáreas e valorização desigual do trabalho. Esses padrões reiteram o que Hirata (2014) descreve como a imbricação consubstancial entre gênero, raça e classe, na qual as opressões não se somam, mas se fundem em um mesmo processo de hierarquização social. Assim, as trajetórias das mulheres negras nas áreas STEAM revelam um ciclo de exclusão que se renova em cada etapa, da escola básica ao mercado de trabalho, consolidando um modelo de desenvolvimento científico ainda orientado por lógicas raciais e patriarcais de distribuição de oportunidades e reconhecimento.

Esses resultados sintetizam um quadro de desigualdades interseccionais que atravessam todo o percurso formativo e produtivo das jovens negras, evidenciando que a ampliação do acesso não tem sido suficiente para romper as estruturas que condicionam o reconhecimento e a valorização no campo científico e tecnológico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os dados se referem às juventudes em início de trajetória formativa e profissional, as desigualdades abordadas tendem a produzir efeitos duradouros ao longo da vida laboral, influenciando oportunidades de progressão, reconhecimento e inserção em áreas de maior prestígio.

A análise dos dados de 2024 evidencia uma presença minoritária de mulheres em STEAM, estando as jovens negras em maior desvantagem, com concentração em subáreas de menor retorno econômico e prestígio social. Esses resultados evidenciam que as desigualdades de gênero e raça continuam estruturando o campo científico e tecnológico brasileiro, limitando o acesso das mulheres negras às posições de maior valorização e visibilidade.

A intersecção entre gênero e raça segue sendo o principal eixo de diferenciação das trajetórias formativas e profissionais. As mulheres negras enfrentam barreiras cumulativas: de acesso às áreas de maior prestígio, de inserção e progressão nas trajetórias científicas, e de diferenciais de rendimento, notados mesmo entre profissionais com alta qualificação.

As diferenças salariais observadas indicam que as desigualdades presentes nas trajetórias educacionais também se refletem no campo profissional, evidenciando a persistência de assimetrias de gênero e raça nas oportunidades e nos rendimentos nas áreas científicas e tecnológicas. As evidências indicam que o mercado científico e tecnológico brasileiro ainda reproduz hierarquias em que gênero e raça se articulam, moldando o reconhecimento e a distribuição do valor do trabalho.

Tais resultados apontam para a necessidade de novos estudos e ações institucionais voltados à compreensão e ao enfrentamento das barreiras que limitam a inserção e o reconhecimento das mulheres negras nas áreas STEAM. Avançar nessa agenda implica investir em estratégias que articulem formação, acesso, permanência e valorização profissional, bem como em práticas que desafiem estereótipos e ampliem as possibilidades de pertencimento e protagonismo. Entre essas iniciativas, destacam-se ações voltadas ao fortalecimento da aprendizagem em matemática e ciências na educação básica, bem como programas universitários de extensão, mentoria e acompanhamento acadêmico que estimulem o ingresso e a permanência de meninas, especialmente negras, nas áreas científicas e tecnológicas.

Em nível federal, são escassas as políticas de inclusão de mulheres nessas carreiras (Iwamoto, 2022) e em comparação aos demais países latino-americanos, o Brasil apresenta menos incentivos (Benedito *et al*, 2025).

Apesar disso, é possível identificar iniciativas do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, como o programa Mulheres Inovadoras⁵, que estimula *startups* com liderança feminina, e a chamada pública Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação⁶, que tem como objetivo incidir sobre estudantes mulheres dos anos finais dos ensinos fundamental e médio e em cursos de graduação da área de Exatas. A chamada pública visa incentivar a formação de jovens meninas e mulheres em STEAM e combater sua evasão. Vale destacar que esta iniciativa conta com um percentual mínimo de 40% das vagas de Iniciação Científica Junior destinada às meninas negras e/ou indígenas. Há ainda programas de nível subnacional como o Futuras Cientistas, do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, que conecta escolas públicas a centros universitários.

Por fim, a persistência dessas desigualdades não constitui apenas uma violação de direitos, mas também um entrave ao desenvolvimento científico e econômico do país, na medida em que restringe a diversidade de perspectivas e inovações produzidas. Valorizar a presença das mulheres negras nas ciências, tecnologias e engenharias é, portanto, uma condição para o avanço da produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico no Brasil.



⁵ Mais informações sobre o programa Mulheres Inovadoras disponível em: <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/mulheresinovadoras>.

⁶ Mais informações sobre a chamada em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/acoes-e-programas/meninas-nas-ciencias-exatas-engenharias-e-computacao>.

REFERÊNCIAS

APARÍCIO, Cláudio Miguel Martins. **Situação e tendências do emprego na área STEM (science, technology, engineering and mathematics) e transição digital em Portugal**: ensino, formação e remunerações. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia e Políticas Públicas), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

BENEDITO, B. O. et al. Análise das políticas públicas para a inclusão social das mulheres na Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI): formação, acesso e permanência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 20, e19606, 2025. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1960601>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IWAMOTO, H. M. Mulheres na STEM: um estudo brasileiro no diário oficial da União. **Cadernos De Pesquisa**, 52, e09301, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053149301>

LEÃO, Jeovana; ARAÚJO, Adrya; SOUZA, Bruna Mariana F. de; ARAÚJO, Julis Figueira de; FERREIRA, Kalil; BARROS, Mariana; LAUSCHNER, Tanara; NAKAMURA, Fabíola Guerra. Uma análise regional sobre o perfil de estudantes concluintes em cursos STEAM através do Enade. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 2021. **Anais [...]**. Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 200-209.

LIMA, Betina Stefanello. **Políticas de equidade em gênero e ciências no Brasil: Avanços e desafios**. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MENEZES, Márcia Barbosa de. Os desafios das diferenças: rompendo expectativas na construção de uma carreira científica. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 44, p. 263-285, 2021.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.5, n.1, p.1-10, 2011.

OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de; UNBEHAUM, Sandra; GAVA, Thais. A educação STEM e gênero: uma contribuição para o debate brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 130-159, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista estudos feministas**, v. 9, n. 02, p. 515-540, 2001.

VARGAS, Leticia Arami Salinas. Desigualdade de gênero no setor de ciência e tecnologia (STEM): análise do caso brasileiro entre 2018-2022. In: AQUINO, Dayani Cris de. **Primeiros Ensaio**s. Programa de Educação Tutorial Ciências Econômicas Universidade Federal do Paraná. 2ª edição, p. 30. 2024.

VARGAS, Regina Nobre. **Sobre produção de mulheres negras nas ciências: uma proposta para a implementação da lei 10.639/03 no ensino de química**. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

PARTE 4

RUPTURAS E VULNERABILIDADES MAIS INTENSAS

Esta seção trata das juventudes com quem o Estado e a sociedade já falharam e, por isso, têm suas trajetórias marcadas por exclusões acumuladas e estigmas: as juventudes em medidas socioeducativas, em situação de trabalho infantil e refugiados. O rótulo de "ex-infrator" bloqueia o emprego formal, a necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho é apontada como a principal razão para o abandono e a evasão escolar e

a burocracia na revalidação de diplomas empurra refugiados qualificados para a informalidade precária.

Aqui, a construção de políticas públicas exige uma abordagem intersetorial e empática, reconhecendo que o acesso à educação não é apenas um direito para esses grupos, mas a condição fundamental que viabiliza o resgate de trajetórias e o acesso a todas as outras políticas de proteção social.



JUVENTUDES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: BARREIRAS ESTRUTURAIS E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Enid Rocha Andrade da Silva¹

Meu eu artístico, o “Favelinha”, é bem complexo. Não busco fama, busco conhecimento e aprendizado. Ele vem da luta, vem da privação de liberdade. Surgiram o nome e o artista. Mesmo tendo sido privado de liberdade, não conseguiram privar minha mente.

Jovem de 23 anos, morador do Distrito Federal, negro, cumpriu medida socioeducativa.

A juventude em conflito com a lei ocupa um lugar sensível nas políticas públicas brasileiras, marcada por tensões entre responsabilização, garantia de direitos e desigualdades. A prática de atos infracionais atravessa diferentes grupos sociais, mas adolescentes negros, moradores de periferias urbanas e oriundos de famílias de baixa renda figuram de maneira desproporcional nas estatísticas oficiais, o que evidencia padrões persistentes

de desigualdade no funcionamento do sistema de justiça.

A literatura sobre violência e sistema de justiça mostra que populações socialmente vulnerabilizadas tendem a estar mais expostas à vigilância estatal e a fluxos institucionais punitivos, ao mesmo tempo em que enfrentam maiores restrições no acesso a recursos materiais e institucionais de proteção (Adorno, 1995; Zaluar, 2012).

¹ Economista, doutora em Ciências Sociais e pesquisadora sênior no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Brasília.

Os adolescentes buscam reconhecimento, pertencimento e formas de afirmação social. Quando a escola e o trabalho, principais vias socialmente legítimas de mobilidade e ascensão social, permanecem distantes, precárias ou pouco acessíveis, outras formas de reconhecimento podem adquirir relevância. Em contextos marcados por exclusão educacional, oportunidades ocupacionais restritas e fragilidade das mediações institucionais, a inserção em economias ilícitas pode assumir, para alguns jovens, não apenas uma dimensão material, mas também simbólica, associada à visibilidade, ao status e ao sentimento de pertencimento (Levisky, 1998).

A condição juvenil é marcada por transições, ambiguidades e pela busca de reconhecimento. Entre adolescentes inseridos em contextos de maior vulnerabilidade social, tais experiências são frequentemente tensionadas por privações materiais e simbólicas, que se expressam nas restrições de acesso aos direitos sociais.

Ao mesmo tempo, esses jovens são interpelados por referências culturais e signos de poder e consumo que estruturam a sociabilidade juvenil contemporânea. A desigualdade no acesso a bens socialmente valorizados intensifica vivências de frustração e não pertencimento. O desejo de possuir bens valorizados socialmente, como um tênis de marca ou um celular de última geração, por exemplo, revela não só vontade de consumo, mas sobretudo a busca por pertencimento (Zaluar, 1985).

A literatura sobre o tema reforça a necessidade de superar visões simplificadoras. Volpi (2002) alerta que parte das análises oscila entre extremos, ora tratando o adolescente como vítima absoluta, produto do meio, ora como sujeito totalmente desvinculado de suas condições sociais. Assis (1999) avança nesse debate ao propor uma perspectiva multicausal, pela argumentação de que os atos infracionais resultam da interação dinâmica entre fatores estruturais, institucionais e individuais, afastando leituras deterministas ou individualizantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera o adolescente em conflito com a lei aquele entre 12 e 18 anos incompletos que pratica ato infracional, entendido como conduta análoga a crime ou contravenção penal. Diferentemente do que ocorre no sistema penal adulto, esses adolescentes não estão sujeitos a penas criminais, mas a medidas socioeducativas de natureza pedagógica e responsabilizadora. Tais medidas articulam a responsabilização pelo ato praticado ao reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento, princípio estruturante do sistema socioeducativo brasi-

leiro. O ECA institui, assim, um regime jurídico próprio, com garantias específicas e diretrizes voltadas à reinserção social (Silva; Oliveira, 2015).



De acordo com o ECA, são adolescentes em conflito com a lei aqueles entre 12 e 18 anos incompletos que praticam ato infracional (conduta comparável a crime ou contravenção penal). Dependendo do caso, a legislação prevê cumprimento de medidas em meio aberto ou em meio fechado.

As medidas socioeducativas aplicadas variam conforme a gravidade do ato, o contexto social e as circunstâncias individuais do adolescente. Podem ser cumpridas em meio aberto, como liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, ou em regime de restrição e privação de liberdade, como semiliberdade e internação. A internação, medida mais severa, destina-se a situações que envolvem violência ou grave ameaça e deve obedecer aos princípios da excepcionalidade e brevidade.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído como política pública federal, regulamenta a execução dessas medidas e estabelece princípios, regras e parâmetros de funcionamento das unidades e dos programas. O SINASE organiza responsabilidades entre os entes federativos, define diretrizes pedagógicas e orienta a oferta de educação, profissionalização, saúde e demais direitos no contexto da medida socioeducativa.

Apesar da robustez do marco normativo, sua implementação é marcada por assimetrias regionais, fragilidades institucionais e descontinuidades na oferta de serviços, o que contribui para a reprodução de vulnerabilidades e alimenta percepções socialmente difundidas de ineficácia ou impunidade (Silva; Oliveira, 2015). Diante desse cenário, este artigo concentra a análise nos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado, cujos registros disponíveis são mais sistemáticos. Trata-se do contexto em que se concentram maiores restrições ao exercício de direitos como educação, trabalho e qualificação profissional, além de desafios significativos no período pós-medida.

As exclusões acumuladas na educação e no trabalho estruturam trajetórias e condicionam percursos institucionais dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

O objetivo central deste artigo é examinar as vulnerabilidades educacionais e laborais de adolescentes em cumprimento de medida de internação, articulando os dados do Levantamento Nacional do SINASE 2024 com estudos anteriores e com a oferta de políticas públicas voltadas à reinserção social. Busca-se compreender como exclusões acumuladas, especialmente nos campos da educação e do trabalho, estruturam suas trajetórias e condicionam seus percursos institucionais.

O artigo organiza-se em seções dedicadas ao marco institucional do SINASE, aos procedimentos metodológicos, ao perfil dos adolescentes privados de liberdade, às barreiras educacionais, às oportunidades de capacitação profissional, aos desafios de inserção laboral e às políticas públicas destinadas a esse público.

1. PANORAMA DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O atendimento socioeducativo brasileiro estrutura-se a partir das diretrizes estabelecidas pelo ECA e regulamentadas pelo SINASE, que organiza a execução das medidas e distribui responsabilidades entre os entes federativos. A distinção entre medidas em meio aberto e aquelas de restrição ou privação de liberdade é central para compreender a arquitetura institucional do sistema e as diferentes competências envolvidas.

1.1 MEDIDAS EM MEIO ABERTO

As medidas em meio aberto – liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC) – são executadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob responsabilidade dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); e têm como princípio a responsabilização do adolescente sem afastamento do convívio familiar e comunitário, priorizando acompanhamento técnico e fortalecimento de vínculos.

Embora este estudo concentre a análise nas medidas de restrição e privação de liberdade, é importante destacar que a ampla maioria das medidas aplicadas no país é cumprida em meio aberto. A Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto identificou 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de LA e/ou PSC, correspondendo a 90,7% do total de medidas aplicadas no Brasil (Brasil/MDS, 2018).



A grande maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais (90,7%) cumprem medidas socioeducativas em meio aberto.

Não há, contudo, levantamentos nacionais regulares e atualizados sobre essa modalidade, o que impõe limitação para seu monitoramento contínuo e a avaliação da política em âmbito nacional. Dados do Censo SUAS 2023 indicam que 88,2% dos CREAS distribuídos no país ofertam acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, evidenciando ampla capilaridade institucional, ainda que persistam desafios quanto ao monitoramento sistemático dos resultados.

1.2 MEDIDAS DE RESTRIÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

As medidas de restrição e privação de liberdade implicam afastamento do convívio comunitário e são aplicadas nas hipóteses previstas no ECA, especialmente em casos que envolvem violência ou grave ameaça. Sua execução é de responsabilidade dos estados, geralmente sob gestão das secretarias estaduais de justiça ou segurança pública.

De acordo com o Levantamento Nacional do SINASE 2024, o país contava com 456 unidades socioeducativas, com capacidade para 18,6 mil adolescentes. Predominam unidades masculinas destinadas à internação, além de unidades de semiliberdade e internação provisória; em menor número encontram-se unidades femininas e mistas.

O SINASE estabelece que as unidades devem assegurar educação, profissionalização, saúde, cultura, esporte e lazer. Entretanto, os dados revelam limitações importantes na infraestrutura e na oferta de serviços: 67,5% das unidades contam com núcleo de saúde e 72% dispõem de biblioteca; 30,7% apresentam acessibilidade arquitetônica e 40,1% acessibilidade comunicacional; apenas 4,3% possuem espaço específico para adolescentes gestantes ou no puerpério.



As limitações de infraestrutura e oferta de serviços das unidades de internação prejudicam as possibilidades de escolarização, profissionalização e construção de projetos de vida.

Esse quadro evidencia que, embora o marco normativo assegure formalmente a garantia de direitos, a oferta concreta de serviços permanece aquém do necessário. Tal cenário condiciona diretamente as possibilidades de escolarização, qualificação profissional e construção de projetos de vida, dimensões centrais à análise desenvolvida nas seções seguintes.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As análises apresentadas neste artigo baseiam-se em dados secundários provenientes do Levantamento Nacional do SINASE 2024, o qual é coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), e constitui esforço periódico de consolidação de informações administrativas voltado ao diagnóstico das medidas socioeducativas no país.

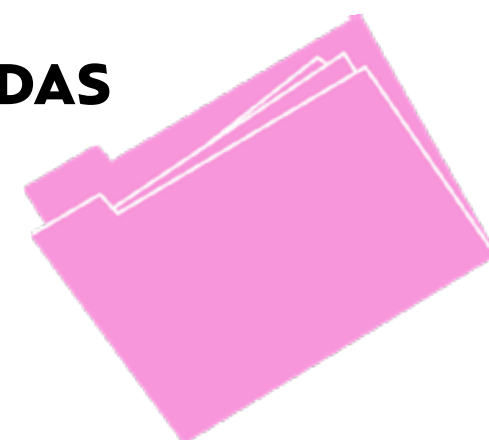
A coleta de dados abrange adolescentes e jovens em cumprimento de medidas de internação, semiliberdade e internação provisória, e é realizada mediante instrumento padronizado, preenchido de forma descentralizada pelas unidades e gestores estaduais e distritais responsáveis pela execução das medidas. O levantamento reúne informações sobre infraestrutura das unidades, recursos humanos, características institucionais e perfil sociodemográfico e infracional dos adolescentes.

Os dados possuem natureza censitária no âmbito do sistema socioeducativo, uma vez que se baseiam nos registros administrativos produzidos pelas estruturas de gestão e execução das medidas nas unidades federativas. Como em todo sistema de informação administrativa de abrangência nacional, os resultados estão condicionados à qualidade, completude e padronização dos registros informados pelos entes subnacionais. Durante a análise, foram identificadas inconsistências e lacunas informacionais, tratadas por meio de procedimentos de verificação interna, análise de coerência e avaliação de plausibilidade estatística.

As análises concentram-se nas variáveis sociodemográficas e infracionais disponibilizadas pelo levantamento, adotando abordagem predominantemente descritiva e interpretativa. Em determinados momentos, foram realizados recortes territoriais específicos, com destaque para o estado de São Paulo e para agregações regionais definidas para fins analíticos.

Por fim, cabe registrar que, embora o Levantamento Nacional do SINASE constitua a principal fonte estatística sobre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado no Brasil, persistem limitações relevantes associadas à reduzida integração entre sistemas governamentais de informação. A base não se articula, por exemplo, com os censos educacionais, os sistemas de informação do mercado de trabalho, as bases da saúde ou o Cadastro Único. Essa fragmentação impõe restrições analíticas e limita avaliações mais abrangentes sobre reinserção social e resultados institucionais.

2.1 PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS PRIVAÇÃO DE LIBERDADE



2.1.1 Sexo e Identidade de Gênero

O sistema socioeducativo de privação de liberdade apresenta forte predominância masculina. Entre os 12.506 adolescentes internados em 2024, 93,1% são meninos cis e 4,0% meninas cis. Identidades de gênero diversas, como meninos e meninas trans e pessoas não-binárias, aparecem em proporções inferiores a 1%, enquanto 2,2% não tiveram informação registrada. Não houve registro de adolescentes travestis.

Esse perfil contrasta com a composição da população adolescente brasileira, cuja distribuição por sexo é próxima do equilíbrio (IBGE, 2023). A expressiva concentração de meninos no sistema socioeducativo evidencia a seletividade de gênero presente nas trajetórias que culminam na privação de liberdade. Como observa Zaluar (2012), práticas violentas entre jovens podem estar associadas a processos de afirmação de masculinidade e poder, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

A reduzida presença de meninas e de identidades de gênero diversas não deve, contudo, ser invisibilizada. Ainda que minoritários, esses grupos enfrentam vulnerabilidades específicas, como maior exposição à violência sexual, discri-

minação institucional e insuficiência de respostas adequadas às suas demandas. O registro de adolescentes trans e não-binários, mesmo em números reduzidos, reforça a necessidade de incorporar a diversidade de gênero na formulação e implementação das políticas socioeducativas.



2.1.2 Idade

A distribuição etária dos adolescentes privados de liberdade revela forte concentração entre 16 e 18 anos, que juntos representam 75% do total. O pico ocorre aos 17 anos, quando um em cada três adolescentes nas unidades socioeducativas está nessa idade. Em contraste, a presença dos mais jovens é reduzida: adolescentes entre 12 e 14 anos somam apenas 5% do total, sendo residual a participação dos de 12 e 13 anos. Ainda que pouco expressiva, essa presença é preocupante, pois sinaliza fragilidades precoces na rede de proteção social e nas condições de garantia de direitos a adolescentes que estão no início do ciclo juvenil.

Entre os mais velhos, jovens de 19 e 20 anos correspondem a 6% dos casos, o que se relaciona à transição etária. A partir dos 18 anos, passam, em tese, a responder ao sistema penal adulto; ainda assim, parte daqueles que completam a maioria permanece no SINASE para concluir medidas iniciadas anteriormente.

A concentração de atos infracionais entre 16 e 18 anos pode ser compreendida a partir do entrelaçamento de fatores estruturais, institucionais e individuais (Assis, 1999; Volpi, 2002). No plano estrutural, muitos jovens de baixa renda nessa faixa etária interrompem a escolarização para contribuir com a renda familiar ou buscar inserção precoce no mercado de trabalho, frequentemente em condições informais e desprotegidas. A dificuldade de acesso a ocupações protegidas e oportunidades formais amplia a vulnerabilidade econômica e limita horizontes de mobilidade social.

No plano institucional, vínculos familiares e escolares fragilizados reduzem as redes de suporte e ampliam a exposição a sociabilidades associadas ao tráfico e a contextos de violência (Zaluar, 1985). Já no plano individual, a busca por pertencimento, reconhecimento e acesso a bens socialmente valorizados, frequentemente inacessíveis às famílias, atravessa as experiências

juvenis e influencia escolhas e trajetórias (Levisky, 1998). O entrecruzamento desses fatores ajuda a compreender a maior presença dessa faixa etária nas estatísticas do sistema socioeducativo.

2.1.3 Adolescentes privados de liberdade com deficiência

Em 2024, entre aproximadamente 12,5 mil adolescentes em privação de liberdade, havia informações sobre deficiência para 76,4% dos casos. Desses, 208 foram identificados com algum tipo de deficiência, correspondendo a 1,7% do total.

Embora esse percentual esteja abaixo das estimativas observadas para a população jovem brasileira, comparações devem ser feitas com cautela. Segundo o suplemento Pessoas com Deficiência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), cerca de 3,4% dos indivíduos entre 12 e 21 anos declararam possuir algum tipo de deficiência. Diferenças conceituais, critérios classificatórios e procedimentos de identificação entre as bases podem comprometer a comparabilidade, especialmente diante da ausência de informações detalhadas sobre os protocolos de registro adotados no sistema socioeducativo. Assim, a discrepância observada pode refletir tanto limitações nos registros administrativos quanto variações nos processos de diagnóstico e reconhecimento das deficiências nas unidades.

O aspecto mais relevante refere-se à composição desse grupo: 70% dos adolescentes identificados com deficiência apresentam deficiência intelectual. Esse dado, contudo, não autoriza associação automática entre deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem. Estas resultam de fatores múltiplos, frequentemente vinculados a trajetórias escolares interrompidas e desigualdades educacionais acumuladas.

Os dados do próprio SINASE indicam elevadas taxas de distorção idade-série e histórico de evasão escolar entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sugerindo que a presença expressiva de jovens com deficiência intelectual se insere em um contexto mais amplo de vulnerabilidades sobrepostas. Trata-se de trajetórias marcadas por reprovações sucessivas, fracasso escolar e afastamento precoce da escola, combinando limitações cognitivas, desigualdades sociais e privação de liberdade.



2.1.4 Cor/Raça

O Levantamento Nacional do SINASE 2024 indica que a maioria dos adolescentes em privação de liberdade se declara parda (54,8%), seguida por branca (23,8%) e preta (18,1%). Indígenas (0,4%) e amarelos (0,2%) aparecem em proporções residuais, e 3% dos registros não informaram o quesito cor/raça.

Considerados em conjunto, adolescentes pretos e pardos representam 72,9% do total, percentual superior à participação desses grupos na população brasileira como um todo (55,5%) (IBGE, 2022). A sobrerrepresentação evidencia a seletividade racial do sistema de justiça juvenil (Adorno, 1995) e dialoga com a construção histórica racializada da figura do “adolescente infrator”, frequentemente associada à juventude negra.

O Atlas da Violência (Ipea, 2024) reforça esse padrão ao indicar que, em 2022, sete em cada dez vítimas de homicídio no país eram negras, e que o risco de vitimização dessa população é 2,7 vezes superior ao da população não negra. Tais dados evidenciam o impacto desproporcional da violência letal sobre a juventude negra, contexto no qual se insere a dinâmica socioeducativa.



Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

De 12.506 adolescentes internados:

93,1% são meninos

75% têm de 16 a 18 anos, com pico aos 17 anos

72,9% são pretos ou pardos

Fonte: SINASE, 2024.

2.1.5 Renda Familiar

Os dados indicam forte concentração de adolescentes privados de liberdade em famílias de baixa renda. Considerando as informações disponíveis², 80,4% vivem em domicílios com renda de até dois salários mínimos, sendo 23,8% com

² Dos(as) adolescentes em atendimento vinculados no mês de referência do Levantamento, 58,0% foram registrados na categoria “sem informação”.

menos de um salário mínimo, 18,6% com um salário mínimo e 38,0% entre mais de um até dois salários mínimos. Além disso, 6,3% não possuem rendimento familiar declarado. Somados, esses grupos representam 86,7% do total analisado, evidenciando a centralidade da vulnerabilidade socioeconômica entre os adolescentes privados de liberdade.

Nas faixas seguintes, 9,5% pertencem a famílias com renda entre dois e três salários mínimos e 3,2% entre três e cinco salários mínimos. Rendimentos superiores a cinco salários mínimos são residuais (0,6% do total), sendo 0,4% entre cinco e dez salários mínimos e 0,2% acima de dez salários mínimos. Esses números demonstram a seletividade social do sistema socioeducativo. Embora atos infracionais não sejam exclusivos de adolescentes oriundos das classes mais pobres, é majoritariamente sobre esse segmento que incidem as medidas de privação de liberdade.

Cabe registrar que essas informações se referem a 5.255 adolescentes (42% do total), uma vez que não incluem o estado de São Paulo, responsável por aproximadamente 40,5% dos internos. Ainda assim, os dados oferecem retrato consistente do perfil socioeconômico desses adolescentes.

2.1.6 Distribuição regional

No plano regional, observa-se forte concentração no Sudeste. O estado de São Paulo responde por aproximadamente quatro em cada dez adolescentes em privação de liberdade no país. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo somam 19,6%, enquanto o Nordeste concentra 17,4%; Sudeste e Nordeste, juntos, representam quase 60% do total. O Sul participa com 10,8%, o Centro-Oeste com 6,4% e o Norte com 5,2%.

Essa distribuição não reflete apenas o tamanho populacional das regiões, mas também diferenças na capacidade instalada do sistema socioeducativo e nas estratégias de responsabilização adotadas pelo poder judiciário nos estados, que variam quanto à ênfase em aplicação de medidas em meio aberto ou na privação de liberdade.

A concentração no Sudeste e em grandes centros urbanos reforça o caráter metropolitano do fenômeno. Nessas áreas, elevada densidade populacional e desigualdades socioeconômicas e raciais mais visíveis ampliam os contrastes sociais. Como observa Novaes (2006), os contrastes urbanos intensificam comparações cotidianas que reforçam desigualdades e tensionam as trajetórias juvenis, podendo influenciar os padrões de ingresso no sistema socioeducativo.



2.1.7 Atos infracionais praticados

A Tabela 1 indica que três atos concentram a maior parte das internações: roubo (31,9%), tráfico de drogas (27,9%) e homicídio (12,4%), que juntos somam 72,2% do total. Trata-se de infrações associadas à violência contra a pessoa, à grave ameaça e à elevada relevância penal atribuída ao tráfico de drogas. Também aparecem atos de menor gravidade relativa, como furto (4,5%), porte ou posse ilegal de arma de fogo (2,0%), ameaça (2,1%), lesão corporal (1,8%) e receptação (1,5%), além da categoria “outros” (9,3%). Infrações menos frequentes, porém graves, como estupro (2,6%), tentativa de homicídio (2,6%) e latrocínio (1,4%), completam o quadro.

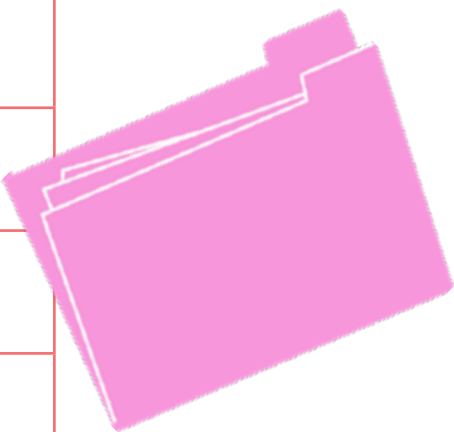
Em síntese, embora a internação se concentre em atos de maior gravidade, ela também abrange situações para as quais poderiam ser consideradas medidas alternativas. O sistema socioeducativo reúne adolescentes com trajetórias heterogêneas, mas a utilização da privação de liberdade para perfis distintos, inclusive em casos nos quais seriam cabíveis respostas em meio aberto, pode aprofundar vulnerabilidades preexistentes e dificultar a reinserção educacional e profissional desses jovens. Esse cenário evidencia a importância de fortalecer as medidas em meio aberto, previstas no ECA, que responsabilizam sem romper vínculos familiares e comunitários, ampliando as condições objetivas de inclusão social (Silva; Oliveira, 2015).

Tabela 1 – Total e tipos de atos infracionais praticados pelos adolescentes privados de liberdade em 2024

Tipos	%
Roubo	31,9
Tráfico de drogas	27,9
Homicídio	12,4
Outros (não especificado no Levantamento)	4,9
Furto	4,5
Estupro	2,6
Tentativa de homicídio	2,6



Ameaça	2,1
Porte/Posse ilegal de arma de fogo	2,0
Lesão Corporal	1,8
Receptação	1,5
Latrocínio	1,4
Outros (< 1%)	4,4
TOTAL	100



Fonte: MDHC – Levantamento SINASE 2024 (base recebida pelo MDHC-SNCA).
Nota: Total de observações na base 12.361.

3. EDUCAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A educação constitui eixo central do atendimento socioeducativo e direito assegurado pelo ECA, mesmo em contexto de privação de liberdade. Os dados do SINASE 2024 permitem examinar a situação educacional dos adolescentes internados, evidenciando fragilidades estruturais e esforços institucionais de inclusão escolar.

O acesso à educação é um direito assegurado pelo ECA, porém o acesso a esse direito é barrado por problemas de oferta, de docentes e de articulação com a rede pública.

Em relação à matrícula, 85,3% estavam formalmente matriculados, com frequência regular; 1,6% apresentavam frequência irregular; 4,8% não estavam matriculados; 0,7% haviam evadido; e 7,6% não possuíam informação registrada. A existência de vínculo formal, contudo, não assegura acesso efetivo à educação, diante de problemas como irregularidade das aulas, ausência de professores e frágil articulação com a rede pública (Silva; Gueresi, 2003; Padovani, 2013).

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se forte defasagem. Entre os adolescentes privados de liberdade, 57,7% estavam no ensino fundamental, 37,2% no ensino médio e apenas 0,3% no ensino superior; cerca de 5% não tinham escolaridade registrada. Considerando que a maioria se concentra entre 16 e 18 anos, seria esperado que estivessem concluindo ou já tivessem concluído o ensino médio, o que reforça a presença de trajetórias marcadas por atrasos e interrupções escolares (Padovani, 2013).



Trajetória escola de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Distorção idade-série

54,1% dos adolescentes em medida socioeducativa apresentam atraso escolar contra 17,4% dos estudantes das escolas públicas (anos finais do EF).

Fonte: SINASE e INEP, 2024.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa papel particularmente relevante nesse contexto. Em 2024, 11,4% das matrículas no sistema socioeducativo estavam nessa modalidade. Na educação básica brasileira como um todo, a EJA representa aproximadamente 5% das matrículas (Inep, 2024). Embora os universos não sejam estritamente comparáveis, a diferença de magnitude sugere que parcela significativa desses adolescentes já vivenciava percursos educacionais interrompidos e distorções idade-série antes mesmo da internação (Volpi, 2002; Silva; Gueresi, 2003).

A desagregação interna das matrículas na EJA confirma esse padrão: a maior concentração ocorre no ensino fundamental II – anos finais (6,6% do total de adolescentes privados de liberdade), enquanto os segmentos equivalentes ao ensino fundamental I e ensino médio apresentam participações significativamente menores. O resultado indica que muitos jovens, mesmo em idade típica de conclusão da educação básica, permanecem vinculados a níveis correspondentes ao ensino fundamental, evidenciando defasagens acumuladas.

Tabela 2 – Jovens em medidas socioeducativas que frequentam a EJA, de acordo com o segmento

Educação de Jovens e Adultos	Número	%
EJA 1º Segmento (Ensino Fundamental I)	305	2,4%
EJA 2º Segmento (Ensino Fundamental II)	824	6,6%
EJA 3º Segmento (Ensino Médio)	298	2,4%
TOTAL	1427	11.4%



Fonte: MDHC – Levantamento do SINASE 2024

O indicador mais expressivo desse quadro é a distorção idade-série. Entre os adolescentes internados, 54,1% apresentam atraso escolar, frente a 17,4% dos jovens nos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas (Inep, 2024). A magnitude da diferença revela a intensidade da exclusão educacional experimentada por esse grupo. Ainda assim, cerca de um terço encontra-se em fluxo escolar compatível com a idade esperada, reforçando que o ato infracional não pode ser explicado exclusivamente pela escolarização, mas resulta da interação entre fatores estruturais, institucionais e individuais (Assis, 1999).

A participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)³ reforça esse diagnóstico. Em 2023, 37% estavam inscritos para certificação no nível fundamental e 16,4% no médio, mas apenas 5,4% e 3,5%, respectivamente, obtiveram certificação. O hiato entre inscrição e certificação pode refletir barreiras logísticas, preparação insuficiente para o exame e tensões entre protocolos de segurança e a garantia do direito à certificação educacional (Padovani, 2013).

Dinâmica semelhante se observa nos processos seletivos para o ensino superior. Entre 2.133 adolescentes, 59,9% participaram do Enem, 14,4% de vesti-

3 O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destinada a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade esperada.

bulares e 1,5% do Sistema de Seleção Unificada (SISU)⁴, enquanto 19,8% não participaram de nenhum processo seletivo. Apesar da participação expressiva, os ingressos efetivos foram residuais. O descompasso entre interesse e acesso sugere limitações acumuladas na trajetória escolar, agravadas pela ausência de estratégias efetivas de reinserção educacional durante e após o cumprimento das medidas.

Tabela 3 – Adolescentes em medidas socioeducativas de privação de liberdade participantes de processos seletivos de acesso à educação superior, 2023

Processos Seletivos	Total	%
ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)	1277	59,9%
Não participaram de processos seletivos	423	19,8%
Outras formas de acesso à Educação Superior	9	0,4%
SISU (Sistema de Seleção Unificado)	35	1,5%
Vestibular	308	14,4%
Sem informação	84	3,9%
Total de adolescentes	2133	100,0%

Fonte: MDHC – Levantamento do SINASE 2024

4. DA EDUCAÇÃO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E AO TRABALHO

A análise educacional apresentada anteriormente mostrou que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas acumulam trajetórias marcadas por defasagens e descontinuidades educacionais: altas taxas de distorção idade-série, participação expressiva na EJA e baixíssima certifica-

⁴ O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é a plataforma informatizada do Ministério da Educação (MEC) por meio da qual instituições públicas de ensino superior ofertam vagas a candidatos participantes do ENEM.

ção no Encceja. Esses fatores comprometem o desenvolvimento de competências e habilidades básicas e reduzem as possibilidades de qualificação profissional e inserção em ocupações dignas (Padovani, 2013). É nesse ponto que se articula a passagem da escolarização para a profissionalização e o trabalho, dimensões previstas nos marcos normativos da proteção integral.

O arcabouço normativo do ECA e do SINASE situa a profissionalização como componente previsto na própria lógica das medidas socioeducativas, conferindo-lhe caráter estruturante no processo de socioeducação. Assim, as ações de capacitação profissional não constituem iniciativas acessórias, mas dimensões associadas à garantia de direitos e à ampliação das possibilidades de inserção social e laboral. À luz desse referencial normativo, torna-se relevante examinar em que medida as ações de capacitação profissional estão efetivamente presentes no cotidiano das unidades socioeducativas.

A profissionalização é um aspecto estruturante no processo de socioeducação dos adolescentes internados.



4.1 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (SINASE 2024)

Os dados do SINASE 2024 indicam que, entre 12.506 adolescentes em privação de liberdade, 59,1% participaram de alguma atividade de capacitação profissional, enquanto 37% não tiveram acesso a esse tipo de ação, e aproximadamente 4% não possuem informação registrada. Embora a maioria dos adolescentes tenha sido exposta a iniciativas de profissionalização, a participação, isoladamente, não permite inferir impactos sobre suas trajetórias educacionais e ocupacionais.

Estudos anteriores ressaltam que a efetividade dessas ações depende não apenas de sua existência formal, mas também de sua continuidade, institucionalização e articulação com trajetórias educacionais formais e mecanismos reconhecidos de certificação e qualificação profissional (Silva; Gueresi, 2003; Volpi, 2002; Santos; Kern, 2022). Quando tais atividades apresentam caráter episódico ou baixa institucionalização, tendem a assumir função predominantemente ocupacional, com efeitos limitados sobre a qualificação profissional dos adolescentes.

A proporção expressiva de adolescentes sem acesso a qualquer atividade de capacitação profissional

também merece destaque. Considerando que a profissionalização integra o conjunto de direitos assegurados no âmbito das medidas socioeducativas, sua ausência pode representar restrições adicionais às possibilidades de desenvolvimento de competências e construção de alternativas de inserção social.



Perfil ocupacional – Jovens em cumprimento de medida socioeducativa

59,1% tiveram acesso a capacitação profissional
2,3% participaram de programas de aprendizagem
enquanto internados

4.2 INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA PROFISSIONALIZAÇÃO

Em 2024, as principais responsáveis pela oferta de atividades de profissionalização para adolescentes em privação de liberdade foram as organizações da sociedade civil (30,9%) e o Sistema S⁵ (27,3%), seguidos por órgãos governamentais (13,1%) e pelas próprias unidades socioeducativas (14%). Além disso, 12,5% das iniciativas foram classificadas como “outros” e 14% constam sem informação. A presença dessas duas últimas categorias evidencia ainda mais a diversidade e a dispersão dos formatos adotados, reforçando que a profissionalização nesse campo não se estrutura como uma política pública contínua, mas depende de arranjos externos e parcerias locais (Silva; Gueresi, 2003)

As organizações da sociedade civil, de maneira geral, introduzem metodologias mais flexíveis e próximas da realidade juvenil, enquanto o Sistema S se destaca por sua capilaridade, certificação reconhecida e maior conexão com o mercado formal. Embora tais arranjos ampliem o alcance das iniciativas e, em muitos casos, viabilizem experiências formativas relevantes, esse padrão

5 O Sistema S é composto por nove instituições paraestatais (privadas de interesse público) que atuam na educação profissional, assistência social, dentre outros. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi) estão entre as principais entidades do Sistema S.

revela limites na institucionalização de políticas governamentais contínuas no âmbito do sistema socioeducativo. Sendo o Estado o responsável direto pela execução das medidas e pela garantia dos direitos a elas associados, é de se esperar que assegure, de forma contínua, sustentável e equitativa, a oferta de ações de formação e profissionalização nas unidades.

Esse arranjo institucional também pode produzir efeitos distributivos potencialmente adversos. A ênfase em parcerias locais e iniciativas descentralizadas tende a ampliar assimetrias territoriais, uma vez que a disponibilidade e a qualidade das ações passam a depender de capacidades administrativas, redes institucionais e recursos específicos em cada unidade federativa. Como resultado, adolescentes submetidos ao mesmo tipo de medidas podem experimentar oportunidades formativas bastante desiguais, reproduzindo desigualdades sociais no interior do sistema socioeducativo.

Em termos substantivos, a efetividade das medidas socioeducativas depende não apenas dos dispositivos de responsabilização, mas também da existência de oportunidades concretas de escolarização, qualificação e inserção social. A consolida-

ção da profissionalização como política pública estruturada, dotada de financiamento estável e maior institucionalização, constitui, portanto, condição relevante para a materialização do princípio da socioeducação, sob pena de restringir seu conteúdo às dimensões predominantemente sancionatórias.

A análise da situação ocupacional desses jovens, portanto, representa etapa necessária para qualificar a compreensão sobre os alcances e limites das iniciativas de profissionalização observadas no sistema socioeducativo. Mais do que registrar a existência de ações de capacitação, torna-se relevante examinar em que medida essas trajetórias se traduzem em vínculos laborais, tipos de ocupação e padrões de inserção no mundo do trabalho.

Essa discussão também deve ser situada no contexto mais amplo das políticas públicas de educação e trabalho existentes no país. O arranjo institucional brasileiro dispõe de instrumentos potencialmente relevantes para adolescentes e jovens com trajetórias educacionais descontínuas, incluindo, exemplificativamente, a aprendizagem profissional, o Pro-jovem Trabalhador⁶ e as políticas de

⁶ O Projovem Trabalhador é uma das modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), política pública federal que tem como objetivo preparar os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho.

educação profissional e tecnológica, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁷.

Esses mecanismos ilustram a existência de instrumentos normativos voltados à articulação entre formação e trabalho. Contudo, a previsão formal de prioridade para adolescentes egressos do sistema socioeducativo não assegura, por si só, sua inserção efetiva, que depende de coordenação interinstitucional, superação de barreiras administrativas e enfrentamento de estigmas. As limitações observadas na implementação desses instrumentos tornam-se ainda mais evidentes quando analisadas as condições concretas de inserção laboral, discutidas na seção seguinte.

4.3 TRABALHO E INSERÇÃO LABORAL

A inserção no mercado de trabalho é um dos maiores desafios enfrentados por adolescentes durante e após o cumprimento de medidas socioeducativas. A escolarização, embora central, não é suficiente para garantir reintegração social se não estiver articulada a políticas de qualificação e acesso a postos de trabalho dignos. O problema vai além da ausência de cursos, uma vez que se trata de uma barreira estrutural, marcada pela exclusão acumulada, pelo estigma e pela fragilidade das políticas públicas. O rótulo de ex-infrator acompanha os adolescentes mesmo quando possuem qualificação, bloqueando oportunidades (Santos; Kern, 2022; Damascena, 2025).

A literatura sobre juventude e mercado de trabalho demonstra que períodos prolongados sem estudo e sem trabalho produzem efeitos de “cicatriz” (*scarring effects*), que acompanham os jovens ao longo de suas trajetórias (Rocha *et al.*, 2020). Dinâmica semelhante pode ser observada entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A interrupção de vínculos educacionais, o acesso restrito a experiências laborais estruturadas e as barreiras institucionais associadas à privação ou restrição de liberdade tendem a produzir desvantagens cumulativas, reduzindo significativamente as possibilidades de inserção social e econômica durante e após o cumprimento das medidas socioeducativas.

⁷ O Pronatec constitui política federal de expansão da educação profissional e tecnológica, voltada à oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional.

Os dados do SINASE 2024 conferem materialidade empírica a esse quadro. Entre os adolescentes em regime de internação, 81,8% não estavam vinculados a qualquer atividade laboral remunerada. Apenas 2,3% participavam de programas de aprendizagem, 0,2% encontravam-se em estágio, 0,4% exerciam trabalho formal e 1,5% estavam inseridos em atividades informais. Esses percentuais extremamente reduzidos refletem não apenas as limitações impostas pelo regime de privação de liberdade, mas também a baixa institucionalização de mecanismos capazes de promover experiências laborais compatíveis com o caráter pedagógico das medidas.

É importante situar esses resultados no contexto mais amplo das trajetórias juvenis no Brasil. Em 2024, no Brasil, 81,3% dos jovens de 15 a 17 anos encontravam-se exclusivamente dedicados aos estudos, enquanto apenas cerca de 15% mantinham algum tipo de inserção no mercado de trabalho (QEdu, 2024). A reduzida participação laboral nessa faixa etária não constitui, portanto, uma situação atípica, mas reflete o percurso socialmente esperado para esse grupo etário, no qual a escolarização assume posição central.

A situação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, contudo, apresenta especificidades que não podem ser captadas apenas pela comparação dos níveis de inserção laboral. O diferencial analiticamente mais relevante reside nas trajetórias educacionais que caracterizam esse grupo. Como discutido anteriormente, observa-se incidência extremamente elevada de distorção idade-série entre adolescentes privados de liberdade, atingindo 54,1% dos casos, em contraste com 17,4% dos jovens nos anos finais do ensino fundamental em escolas públicas (Inep, 2024). Em termos proporcionais, enquanto aproximadamente um em cada oito estudantes brasileiros enfrenta atraso escolar, entre os adolescentes internados essa condição afeta mais de metade dos casos.

Esse quadro indica que as dificuldades de inserção no mundo do trabalho estão fortemente associadas às desvantagens educacionais previamente acumuladas. A defasagem escolar severa compromete a aquisição de competências básicas, restringe o acesso a percursos de qualificação e reduz as possibilidades de transição para ocupações formais.



O acúmulo de desvantagens educacionais pelos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas compromete o desenvolvimento de habilidades básicas e as possibilidades de inserção em ocupações qualificadas.

Nesse contexto, a aprendizagem profissional adquire relevância particular como mecanismo de transição entre escolarização e trabalho, especialmente por estruturar-se como modalidade regulada que combina formação teórica, experiência prática e direitos trabalhistas assegurados. Ao preservar a centralidade da educação formal e estabelecer um vínculo institucional protegido, esse instrumento distingue-se de formas precárias de inserção laboral juvenil, frequentemente associadas à informalidade e à descontinuidade formativa.

Entretanto, a efetividade desse mecanismo para adolescentes e jovens em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas encontra limites que extrapolam sua previsão normativa. A aprendizagem profissional destina-se prioritariamente a jovens em situação de vulnerabilidade social, com foco na inclusão e na promoção do primeiro emprego. Ainda assim, a literatura sobre inserção juvenil no mercado de trabalho no Brasil destaca que o acesso a oportunidades ocupacionais é fortemente condicionado por credenciais educacionais, experiências prévias e pela própria segmentação do mercado (Corseuil *et al.*, 2014). Portanto, embora concebidos como instrumentos de qualificação e inclusão, programas de aprendizagem concretizam-se por meio de decisões empresariais de contratação, que frequentemente reproduzem critérios seletivos típicos do próprio mercado.

Nesse cenário, jovens com trajetórias escolares mais regulares e maior escolaridade tendem a apresentar vantagens competitivas, enquanto adolescentes marcados por defasagens educacionais, interrupções escolares e estigmas institucionais enfrentam barreiras adicionais de acesso, mesmo quando formalmente elegíveis ao programa. Os dados do SINASE 2024 conferem materialidade empírica a essa dinâmica ao indicarem participação extremamente reduzida dos adolescentes privados de liberdade em vínculos de aprendizagem.

Os resultados discutidos nesta seção indicam que os limites observados nas trajetórias laborais desses adolescentes não podem ser compreendidos de

forma dissociada de seus percursos educacionais. A elevada incidência de defasagem escolar, as interrupções recorrentes da escolarização e as dificuldades de acesso a mecanismos formais de certificação sugerem que as barreiras à inserção laboral encontram raízes estruturais predominantemente educacionais.

Essa constatação recoloca a dimensão educacional no centro da discussão sobre socioeducação. Mais do que ofertar atividades pedagógicas formais, o desafio consiste em construir arranjos institucionais capazes de transformar o período de cumprimento da medida em uma oportunidade efetiva de reconstrução de vínculos educacionais, desenvolvimento de competências básicas e ampliação de horizontes ocupacionais. Isso implica considerar modelos alternativos de aprendizagem, estratégias de educação contextualizada e políticas de transição escola-trabalho que dialoguem com as especificidades desse público.



Fui esforçado, mas fiz escolhas erradas, fiquei privado de liberdade. Depois de sair, decidi que não ia virar estatística. Hoje continuo limpo, trabalhando e aprendendo.

Já sofri discriminação. Olha para mim: o cabelo, a cor... A primeira impressão é o julgamento. Mas hoje o problema vai além da cor, é o país. Os direitos estão sendo violados para todos.

Também sofri discriminação por causa do meu histórico no socioeducativo. Trabalhei como assistente administrativo em programas de Jovem Aprendiz em duas empresas, mas senti que não estão preparados para receber ex-socioeducandos e jovens que têm uma mente crítica. No fim, acabei saindo por motivos pessoais e pela distância. Foi pesado, mas levo como aprendizado.

Meu trabalho artístico tem uns cinco, seis anos, mas já me trouxe muitos frutos. A gente vive de sonhos, mas acordado, realizando, porque ninguém vive com salário mínimo; a gente sobrevive. Então buscamos outras formas de ganho, e às vezes somos pressionados a situações extremas.

Jovem de 23 anos, morador do Distrito Federal, negro, cumpriu medida socioeducativa.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS RELEVANTES

No caso dos adolescentes em conflito com a lei, a principal política pública de referência é o SINASE, que organiza a execução das medidas socioeducativas e estabelece que a responsabilização do adolescente deve ser indissociável da garantia de direitos, incluindo escolarização, profissionalização, cultura, esporte, saúde e acesso às políticas sociais. Nesse marco normativo, a educação e as dimensões formativas integram o núcleo estruturante da própria lógica socioeducativa, uma vez que a finalidade da medida pressupõe a ampliação de capacidades, a recomposição de trajetórias e a promoção de condições efetivas de inserção social.

O desenho institucional do SINASE fundamenta-se no princípio da proteção integral e na noção de incompletude institucional, segundo a qual as unidades socioeducativas não se configuram como espaços autossuficientes de provisão de direitos. Pelo contrário, a efetividade das medidas depende do ingresso e da implementação coordenada das políticas públicas setoriais no interior das unidades. Essa articulação assume caráter especialmente sensível nas áreas de educação e proteção social, uma vez que parcela significativa dos programas governamentais destinados a adolescentes e jovens pressupõe vínculos escolares ativos.

Essa dinâmica torna-se ainda mais complexa quando considerada a própria condição jurídica e institucional desses adolescentes. As medidas de restrição e privação de liberdade impõem limites objetivos à circulação, à convivência comunitária, ao acesso físico a equipamentos públicos e à participação em atividades externas, afetando diretamente a continuidade da vida escolar e as possibilidades de inserção em experiências formativas e laborais. Ainda que a legislação assegure a manutenção dos direitos educacionais durante o cumprimento da medida, as rotinas institucionais, os protocolos de segurança, as transferências entre unidades e as descontinuidades administrativas frequentemente produzem rupturas adicionais nos percursos escolares.

Programas centrais da proteção social brasileira, como o Bolsa Família⁸ e o Pé-de-Meia⁹, possuem condicionalidades ou critérios diretamente associados à frequência e à permanência escolar. De modo semelhante, outras ações públicas educacionais, como a EJA e o Encceja, constituem mecanismos institucionais de recomposição e certificação de trajetórias escolares interrompidas. Mesmo as políticas de qualificação profissional e inserção laboral, como a aprendizagem profissional e parte das ofertas do Pronatec e do Sistema S, operam, em grande medida, ancoradas na escolarização por sua operacionalização frequentemente exigir competências acadêmicas básicas e continuidade escolar.

Nesse contexto, as restrições inerentes às medidas socioeducativas não apenas dificultam o acesso às oportunidades externas, como interagem com trajetórias educacionais já fragilizadas, ampliando o risco de exclusão de diversos programas governamentais. A interrupção de vínculos escolares, a irregularidade da oferta pedagógica e as barreiras institucionais de acesso aos sistemas de ensino produzem efeitos que transcendem o período de cumprimento da medida, repercutindo sobre as possibilidades futuras de certificação, qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Essa arquitetura institucional evidencia um aspecto decisivo para a compreensão da socioeducação: a educação não constitui apenas um direito entre outros, mas a condição que viabiliza o acesso aos próprios instrumentos de

8 A internação ou a semiliberdade não implicam cancelamento automático do Programa Bolsa Família, uma vez que o benefício é concedido à unidade familiar. No período pós-medida, a manutenção do benefício

9 O Programa Pé-de-Meia vincula a elegibilidade e a permanência no benefício à matrícula e à frequência escolar, operando diretamente ancorado nos vínculos educacionais formais.

política pública disponíveis para esse público. Trajetórias escolares marcadas por evasão, distorção idade-série e baixa certificação formal comprometem simultaneamente o alcance de políticas de transferência de renda, de certificação educacional e de qualificação profissional, produzindo um efeito cumulativo de restrição de oportunidades.



A educação é a condição que possibilita aos adolescentes, após o cumprimento de medida socioeducacional, acesso a oportunidades de qualificação, certificação e inserção no mundo do trabalho.

Soma-se a esse quadro a incidência expressiva de registros associados a sofrimento psíquico e a situações de elevada vulnerabilidade emocional entre os adolescentes privados de liberdade. As demandas de saúde registradas no Levantamento Nacional do SINASE 2024 indicam que categorias como “álcool e outras drogas” (14,6%) e “sofrimento mental e prevenção ao suicídio” (5,7%), quando consideradas em conjunto, correspondem a aproximadamente um quinto dos atendimentos realizados.

Esse padrão empírico dialoga diretamente com a centralidade das políticas públicas de saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No arranjo institucional brasileiro, o cuidado em saúde mental, incluindo situações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e ao sofrimento psíquico, constitui responsabilidade estruturante da rede pública de saúde, particularmente por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A presença significativa dessas demandas no sistema socioeducativo sugere que parte relevante das vulnerabilidades observadas entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas extrapola o espaço institucional das unidades e requer articulação contínua com a rede pública de saúde.

A descontinuidade de acompanhamentos terapêuticos, as barreiras de acesso a serviços especializados e as restrições inerentes ao contexto de privação de liberdade podem comprometer tanto o manejo adequado dessas demandas quanto os próprios processos de escolarização e engajamento nas atividades pedagógicas. Nesses casos, saúde mental, exclusão educa-

cional e dificuldades de inserção social passam a operar de forma cumulativa, ampliando os obstáculos à reconstrução de trajetórias juvenis.

A presença expressiva dessas demandas reforça, portanto, que a análise das trajetórias educacionais no sistema socioeducativo não pode ser dissociada das condições mais amplas de saúde e vulnerabilidade social. Ao contrário, evidencia-se um quadro de desvantagens cumulativas no qual exclusão escolar, sofrimento psíquico e restrições institucionais tendem a se retroalimentar, produzindo efeitos duradouros sobre as possibilidades de reinserção social e ocupacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade apresentam trajetórias marcadas por desvantagens acumuladas, especialmente nos campos da educação e do trabalho. A elevada incidência de distorção idade-série, a presença expressiva na EJA, a baixa certificação em exames nacionais e a reduzida inserção em vínculos formais de aprendizagem indicam que a exclusão escolar antecede e acompanha o percurso institucional desses jovens. Tais evidências reforçam que o ato infracional deve ser compreendido no entrecruzamento de fatores estruturais, institucionais e individuais.

A análise também evidencia um aspecto decisivo para a compreensão da socioeducação: a educação não constitui apenas um direito entre outros, mas a condição que viabiliza o acesso aos próprios instrumentos de política pública disponíveis para esse público. Trajetórias escolares marcadas por evasão, distorção idade-série e baixa certificação formal comprometem simultaneamente o alcance de políticas de transferência de renda, de certificação educacional e de qualificação profissional, produzindo efeito cumulativo de restrição de oportunidades. Nesse contexto, o princípio da incompletude institucional do SINASE reafirma que a efetividade das medidas depende da entrada coordenada das políticas públicas no interior das unidades socioeducativas, com continuidade formativa durante e após o cumprimento da medida.

Em síntese, o cumprimento de medida socioeducativa deve ser compreendido não como ruptura definitiva, mas como oportunidade de reconstrução de trajetórias. Para isso, é indispensável enfrentar o peso do estigma e fortalecer políticas pós-medida que assegurem educação, capacitação e trabalho

como direitos efetivos. Negar essa possibilidade é perpetuar desigualdades históricas; garanti-la é afirmar que toda juventude, independentemente de sua origem ou erro cometido, tem direito a um futuro digno.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.43, p.45–63, nov.1995.

ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 236 p.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF, jan. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Censo SUAS 2023**. Brasília, DF: MDS, 2024.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Levantamento Nacional do SINASE 2024**. Brasília: MDHC; Universidade de Brasília, 2025.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

COURSEUIL, C. H. L. *et al.* A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. In: COURSEUIL, C. H. L.; BOTELHO, R. U. (org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**.

Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/de6f25d0-51ac-4fc1-9f14-4e4b9cd5ad9d/content>.

DAMASCENA, D. Jovens em medidas socioeducativas: democracia, políticas sociais e desigualdades econômicas. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, [S.l.], v. 18, n. 35, p. 115–138, jan./jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Pessoas com deficiência 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>.

LEVISKY, D. L. **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. 316 p.

MEDEIROS, M. **Os ricos e os pobres**: o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 192 p.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 105–120.

OLIVEIRA, M.B.; ASSIS S.G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: a perpetuação do descaso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 4, 1999.

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969–984, out./dez. 2013.

QEDU; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; IEDE; ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **QEdu Juventudes e Trabalho**: situação do estudo e trabalho. 2024. Disponível em: <https://juventudesetrabalho.qedu.org.br/situacao-do-estudo-e-trabalho/>.

SANTOS, C. L.; KERN, M. T. A estigmatização de jovens egressos do sistema socioeducativo em meio fechado. In: XVIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2022, Santa Cruz do Sul. **Anais[...]**. Santa Cruz do Sul:Unisc, 2022.

SILVA, E. R. A.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília: Ipea, ago. 2003. (Texto para Discussão, n. 979)

SILVA, E.; OLIVEIRA, R. **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal**: esclarecimentos necessários. Brasília: Ipea, jun. 2015. (Nota Técnica Disoc, n. 20).

ROCHA, E. *et al.* Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas? **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, 2020, p. 545–562.

VOLPI, M. (org.). **O adolescente e o ato infracional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, contratempos e novos caminhos. **Dados**, v. 55, n. 2, 2012.





ENTRE A ADOLESCÊNCIA E A VIDA ADULTA: O TRABALHO INFANTIL INVISIBILIZADO DE PESSOAS COM IDADE ENTRE 15 E 17 ANOS

Katerina Volcov¹

Quero conseguir me tornar uma artista reconhecida, uma referência na minha favela, uma inspiração para mães: atípicas, adolescentes e solos. Dar uma vida digna para meu filho, com privilégios reais e com o acompanhamento completo para o seu desenvolvimento neurológico e autonomia.

Ter prosperidade financeira e espiritual, fruto do meu trabalho, ao ponto de dar oportunidades a outros iguais a mim.

Jovem, 22 anos, mulher negra que se tornou mãe na adolescência e que foi vítima de trabalho infantil

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender o lugar que o trabalho infantil ocupa, ou não, nas políticas públicas voltadas à juventude brasileira. Para tanto, este texto apresentará uma problematização dos dados referentes ao

trabalho infantil e sua relação com a faixa etária de 15 a 17 anos, com as consequências relacionadas ao mercado de trabalho formal e à aprendizagem profissional, envolvendo as políticas públicas existentes e as cor-

¹ Katerina Volcov é Doutora em Ciências (USP), Mestra em Ciências – Educação e Saúde na Infância e Adolescência (UNIFESP). Está Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI). Contato: volcovkaterina@gmail.com.

relações com as novas modalidades de trabalho infantil que se manifestam, principalmente, em meio digital.

A juventude ocupa um lugar central na contemporaneidade (Castro; Aquino; Andrade, 2009), visto se tratar de um contingente populacional que consome, produz, trabalha, sofre violações, possui direitos e demanda políticas públicas específicas.

No Brasil, o segmento populacional com idades entre 15 e 29 anos, de acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com mais de 45 milhões² de pessoas³.

Contudo, quando abordamos o trabalho infantil em articulação com a juventude, é necessário observar com cuidado as estatísticas e as normativas em vista da própria conceituação de trabalho infantil e pela segmentação etária a que ele diz respeito.



1. PROBLEMATIZANDO OS DADOS OU SOBRE AS FAIXAS ETÁRIAS, SUAS CORRESPONDÊNCIAS NAS NORMATIVAS LEGAIS E AS SUBNOTIFICAÇÕES

Cerca de 138 milhões de crianças e adolescentes estavam em situação de trabalho infantil em 2024 no mundo. Desses, 54 milhões estavam envolvidos em trabalhos perigosos, insalubres e em suas piores formas, sendo 30,8 milhões de jovens com idades entre 15 e 17 anos, segundo as estimativas mais recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (2025). No Brasil, por sua vez, a população de 15 a 19 anos é de 14,3 milhões de jovens (IBGE, 2022), e estima-se que há 1,65 milhão de pessoas com idades entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, com 560 mil delas comprometidas em suas piores formas (IBGE, 2025).

2 De acordo com a pirâmide etária apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Panorama Censo 2022, temos 45.312.128 pessoas com 15 a 29 anos de idade.

3 Ainda que os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2024 nos traga que existem 47 milhões de jovens com idades entre 15 e 29 anos, é importante salientar que a amostra da PNAD Contínua é consideravelmente menor que a pesquisa do Censo 2022, e trata-se ainda de uma metodologia que está em contínuo aprimoramento.

O trabalho infantil é uma violência e uma grave violação de direitos de crianças e adolescentes (Conanda, 2025) e refere-se

às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional. Destaca-se que toda atividade realizada por adolescente trabalhador, que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é executada, possa prejudicar o seu desenvolvimento físico, psicológico, social e moral, se enquadra na definição de trabalho infantil e é proibida para pessoas com idade abaixo de 18 anos (Brasil, 2018, p.6).

Vale salientar que jovens de 16 e 17 anos em trabalho informal são considerados trabalhadores infantis, independentemente da ocupação exercida e do número de horas trabalhadas (IBGE, 2025). O trabalho infantil é uma das principais barreiras ao trabalho decente de jovens, inclusive na vida adulta.

Os adolescentes de 16 e 17 anos são a maioria do contingente em situação de trabalho infantil: 915 mil pessoas num universo de 1,65 milhão. Nesta faixa etária, as ocupações informais são consideradas trabalho infantil.



A partir da conceituação apresentada pelo III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador⁴, apenas os(as) jovens com 15 a 17 anos de idade podem ser trabalhadores(as) infantis, faixa etária também incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente⁵ (ECA).

⁴ O III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador terminou sua vigência em 2022. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) está trabalhando na elaboração do IV Plano.

⁵ No Art. 2º do ECA, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade” (Brasil, 1990).

Ocorre, porém, que as estratificações etárias atualmente utilizadas pelo IBGE categorizam as idades de modo distinto do que o ECA preconiza. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE (2025), traz em seu Informativo “Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos – 2024” a existência de 1,65 milhão de trabalhadores(as) infantis, sendo 376 mil com idade entre 5 e 13 anos; 363 mil de 14 a 15 anos; e 915 mil com 16 e 17 anos.

Ora, a partir desse cenário, é possível realizar alguns apontamentos: pessoas de 13 anos já são adolescentes e estão inclusas no estrato de 5 a 13 anos, com a maioria composta por crianças; pessoas com 14 e 15 anos de idade, pela nossa legislação, podem ser tratadas como adolescentes e jovens, respectivamente; e, por fim, até os 18 anos ainda podemos ter trabalhadores(as) infantis, em vista da própria conceituação de trabalho infantil e de que trabalhadores informais com 16 e 17 anos também são considerados em situação de trabalho infantil.

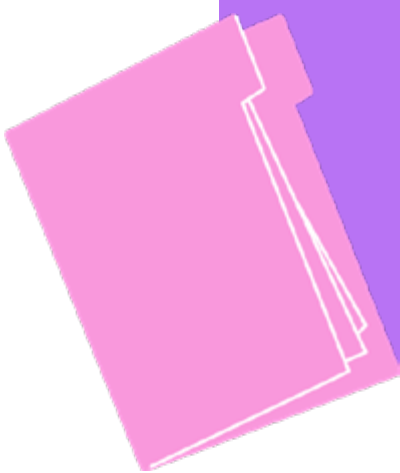
Além disso, quando vamos observar os dados do Censo 2022⁶, a pirâmi-

de etária da juventude é apresentada a partir dos seguintes recortes: de 15 a 19 anos; de 20 a 24 anos; e, de 25 a 29 anos. Novamente, a estratificação ultrapassa a faixa compreendida pela adolescência e pela própria normativa que trata do trabalho infantil.

Não bastasse o imbróglio etário referente ao modo como os dados se apresentam, temos de pontuar que a própria PNAD Contínua, por se tratar de uma amostra de domicílios, não apresenta dados sobre o trabalho infantil exercido por adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação por ato infracional relacionado à produção, comércio e distribuição de drogas ilícitas; também não abrange crianças e adolescentes envolvidos(as) em exploração sexual; tampouco informa a respeito do trabalho infantil desempenhado por crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas; e nem aqueles(as) que trabalham nas novas modalidades de trabalho infantil, como o empreendedorismo infantil digital, nos esportes eletrônicos ou como influenciadores digitais infantojuvenis. Com exceção do trabalho infantil em ambientes digitais, todas as formas de atividades anteriormente citadas são classificadas

⁶ De acordo com o IBGE, “o Censo Demográfico tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Também constitui a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados”. Para mais informações, acesse: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=conceitos-e-metodos>.

como as piores formas de trabalho infantil, ou seja, atividades que oferecem riscos à saúde, ao desenvolvimento biopsicofísico e à moral das crianças e adolescentes (Brasil, 2008).



Por causa de questões metodológicas, os levantamentos oficiais sobre trabalho infantil no Brasil ainda não abrangem algumas das piores formas, como o trabalho de crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas ou aqueles(as) em exploração sexual, entre outras.

Ou seja, ainda que o próprio IBGE observe que os resultados apresentados são “classificados como experimentais, isto é, são estatísticas que estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia” (IBGE, 2023), estes resultados não contemplam algumas das piores formas de trabalho infantil⁷ (Brasil, 2008). Desse modo, é possível afirmar que o “universo” de jovens trabalhadores(as) infantis é consideravelmente afetado e subnotificado.

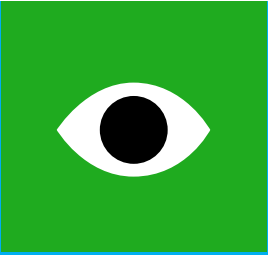
2. AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO INFANTIL, RAÇA, ESCOLARIDADE, JORNADA E RENDIMENTO

Ainda que as estatísticas não traduzam a realidade como ela é, os dados da PNAD Contínua sobre trabalho infantil nos oferecem um cenário quantitativo etário, de cor ou raça, de sexo, de frequência escolar, de tipo de trabalho desempenhado, de horas trabalhadas e de rendimento.

Do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (1,65 milhão): meninos e rapazes pretos ou pardos são maioria (66% para as catego-

⁷ O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, “regulamenta os Artigos 3º, alínea ‘d’, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação”. Nesse Decreto, há uma lista com 93 piores formas; e o Artigo 4º, “para fins de aplicação das alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do Artigo 3º da Convenção nº 182 da OIT, reafirma que: I – todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativoiro ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório; II – a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas; III – a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; IV – o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados”.

rias sexo e cor/raça) e 77% têm idades entre 14 e 17 anos. Como já foi dito, são 915 mil jovens com 16 e 17 anos envolvidos em trabalho infantil, observando que neste grupo etário houve um aumento de 2023 para 2024, passando de 14,7% para 15,3% e representando 55% do total de casos de trabalho infantil.



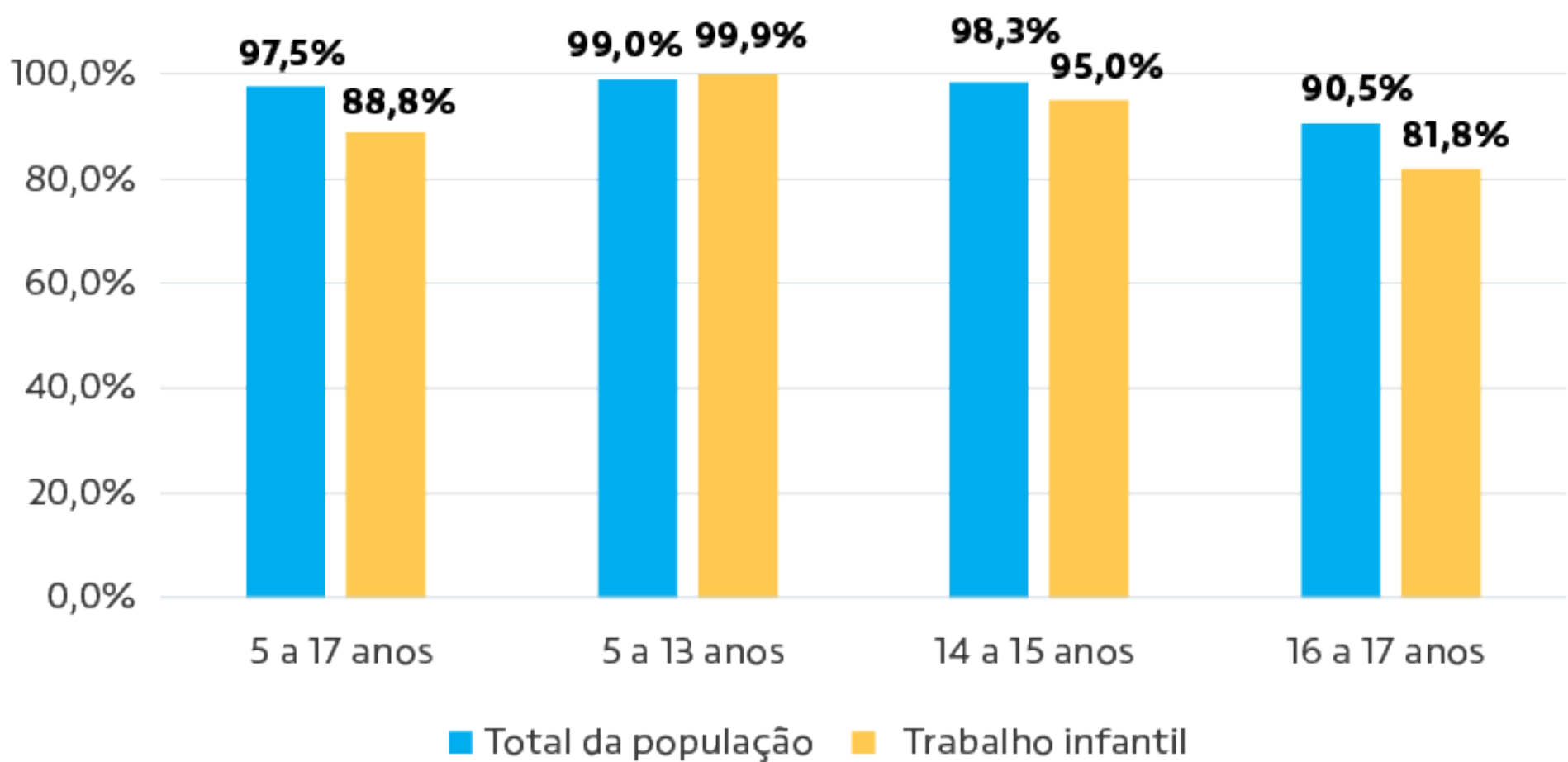
Crianças e adolescentes em trabalho infantil (2024)

1,65 milhão no Brasil
55% têm entre 16 e 17 anos
66% são meninos e rapazes pretos ou pardos

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Em todos os grupos de idade compreendidos pela PNAD Contínua, entre aqueles que estavam em situação de trabalho infantil, o percentual de estudantes foi menor, em especial, entre jovens de 16 e 17 anos, com uma diferença de quase 8 pontos percentuais em relação ao total da população na mesma faixa etária (Gráfico 1).

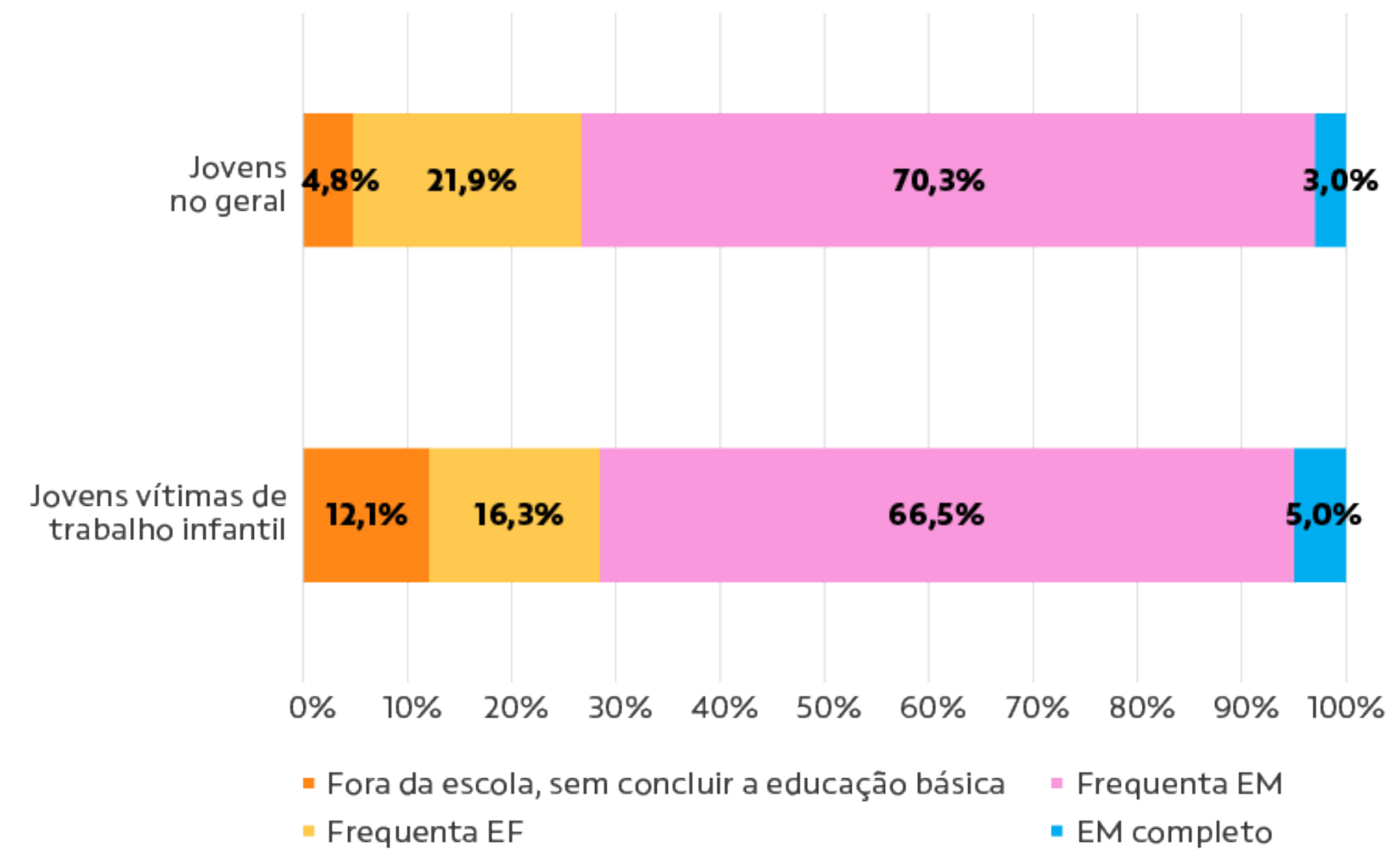
Gráfico 1 – Percentual de estudantes de 5 a 17 anos, total e em situação de trabalho infantil, segundo grupos de idade – Brasil, 2024



Fonte: Dados PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração: Fundação Roberto Marinho

Referente à distribuição percentual dos jovens de 15 a 17 anos e a situação de escolarização, observa-se que, entre aqueles em situação de trabalho infantil, mais de 12% estavam fora da escola, com a educação básica incompleta. Além disso, observa-se que 16,3% ainda frequentavam o ensino fundamental, demonstrando uma distorção idade-série significativa (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 17 anos em situação de trabalho infantil e total, por situação de escolarização no Brasil, em 2024.



Fonte: Dados PNAD Contínua/IBGE, 2024. Elaboração: Fundação Roberto Marinho

Importa mencionar que, segundo os dados de educação da PNAD Contínua 2024 (IBGE, 2025), entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de escolarização foi de 93,4%, ainda abaixo da universalização prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Nesse grupo etário, 76,7% frequentavam ou já haviam concluído o ensino médio, abaixo da meta de 85% prevista no último PNE, em vigor até 2025.

Além disso, os maiores percentuais de abandono escolar ocorreram a partir dos 16 anos (16,5%) e 19,9% e 20,7%, para 17 e 18 anos de idade, respectivamente. Contudo, o abandono não esteve circunscrito aos jovens de 16 e 17 anos. Em muitos casos, ocorreu aos 13 anos de idade (6,5%), aos 14 (6,8%) e aos 15 anos (12,6%). Segundo a PNAD Contínua Educação 2024, a principal

razão de 42% das pessoas com idades entre 14 e 29 anos abandonarem os estudos ou nunca terem frequentado a escola foi a necessidade de trabalhar (IBGE, 2025).

Nesse horizonte, a exploração da mão de obra adolescente também aumenta conforme a idade: entre adolescentes de 14 e 15 anos, 29% trabalhavam de 15 a 24 horas semanais, enquanto mais de 30% dos jovens de 16 e 17 anos em situação de trabalho infantil dispendiam 40 horas ou mais ao longo da semana, obtendo um rendimento médio mensal de R\$ 917,00 (IBGE, 2025). Vale lembrar que, de acordo com a nossa legislação, adolescentes de 14 e 15 anos só podem trabalhar na condição de aprendizes, e jovens de 16 e 17 anos apenas de modo protegido, não sendo permitida nenhuma atividade insalubre, noturna, perigosa e penosa, além daquelas informadas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP)⁸, abaixo dos 18 anos.

Por fim, das 560 mil pessoas entre 5 e 17 anos, 157 mil (28%) pessoas com 14 e 15 anos e 336 mil (60%) com 16 e 17 anos estavam envolvidas nas piores formas de trabalho infantil. Além disso, neste último grupo etário, do total de 1,09 milhão de pessoas com idades entre 16 e 17 anos que trabalhavam, estima-se que 756 mil estavam na informalidade, situação considerada como trabalho infantil (IBGE, 2025, p.8)⁹.

As estatísticas mostram 60% das crianças e adolescentes envolvidos nas piores formas de trabalho infantil têm entre 16 e 17 anos.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Em relação à ocupação desse segmento etário, de acordo com os dados da PNAD Contínua “Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2024”, mais de 72% trabalhavam sem carteira assinada ou como trabalhadores domésticos, seguidos de trabalhadores familiares auxiliares com 14,2%; e quase 81% dispendiam 14 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas. Desse modo, é possível afirmar que um contingente expres-

⁹ Segundo o Informativo do IBGE, de acordo com os conceitos da PNAD Contínua, “os trabalhadores de 16 e 17 anos de idade classificados como informais são considerados em situação de trabalho infantil, independentemente da ocupação exercida e do número de horas trabalhadas” (IBGE, 2025, p.8).

sivo de jovens de 15 a 17 anos estão em trabalho infantil – muitos(as) estão envolvidos(as) nas piores formas – e fora da escola, trabalhando mais de 40 horas semanais, aumentando os riscos de agravos à sua saúde física e mental. Vale ressaltar que, apenas em 2024, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net)¹⁰, sofreram acidentes de trabalho 494 jovens de 15 anos, e 1.669 e 3.238 jovens de 16 e 17 anos, respectivamente. Isso significou quase 15 acidentes de trabalho por dia com jovens de 15 a 17 anos de idade em todo o país.

3. REGRAMENTO JURÍDICO DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS DE 15 A 17 ANOS

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, afirma que as crianças¹¹ carecem de atenção e proteção especiais devido ao seu momento de desenvolvimento, reforçando uma responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado. Este documento, em seus Artigos 19º, 32º, 34º, 36º e 39º, menciona o direito de a criança ser protegida contra: a) qualquer tipo de violência ou exploração; b) a exploração econômica e a realização de qualquer trabalho que interfira em sua educação e/ou desenvolvimento; c) todas as formas de exploração¹² e abuso sexual. O Brasil ratificou a CDC em 24 de setembro de 1990, meses após a promulgação do ECA, em julho do mesmo ano.

A Convenção 138, da OIT, de junho de 1976, que versa sobre a idade mínima para o trabalho, foi ratificada pelo país em junho de 2001, cerca de nove meses após ser editado o Decreto nº 3.597/2000, referente à Convenção 182, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil. Oito anos depois, o governo brasileiro promulgou o Decreto nº 6.481/2008, regulamentando os artigos 3º, alínea d, e 4º da Convenção 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

10 O Sinan Net dissemina dados do Sistema de Vigilância Epidemiológica dos três níveis de governo. Dados disponibilizados no Tabnet em maio de 2025.

11 O documento informa, em seu Artigo 1º, que crianças são pessoas com menos de 18 anos, exceto quando, de acordo com a lei aplicável ao sujeito, a maioridade seja alcançada antes.

12 A exploração sexual é uma das piores formas de trabalho infantil.

Além disso, observe-se que a idade mínima para o trabalho está prevista no artigo 7º, inciso XXXIII¹³, da Constituição Federal de 1988 e no artigo 403º¹⁴ da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, é terminantemente proibido o trabalho noturno, insalubre e perigoso para pessoas com menos de 18 anos¹⁵.

Para além dessas normativas legais, o recém-instituído Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), pela Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, dispõe sobre a proteção e cuidados em ambientes digitais às crianças e adolescentes (Brasil, 2025). Na perspectiva de que o trabalho infantil “consiste em violência contra a criança e o(a) adolescente” (Conanda, 2023, p.2) e, ainda que o trabalho infantil não esteja citado visivelmente na lei – apenas uma de suas piores formas, a exploração sexual –, a nova legislação do ECA Digital pode vir a proteger pessoas que estão na faixa etária compreendida entre 15 e 17 anos e que trabalham como influenciadoras e/ou empreendedoras digitais mirins.

Por fim, ainda temos o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852/2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), em que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade, observando em seu parágrafo segundo, que aos(às) adolescentes com idade entre 15 e 18 anos, aplica-se o ECA e, excepcionalmente o Estatuto da Juventude, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (Brasil, 2013).

Desse modo, o regramento jurídico brasileiro descrito acima demonstra um consistente arcabouço legal que proíbe a exploração da mão de obra de crianças e adolescentes. Contudo, observa-se pelas estatísticas oficiais que há um grande contingente de pessoas com menos de 18 anos que, diária e continuamente, tem seu direito ao não-trabalho violado.



13 Emenda Constitucional nº 20, de 1998: “XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

14 Decreto-Lei nº 5.452, 1943 “Art. 403 – É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”.

15 Decreto-Lei nº 5.452, 1943 “Art. 404 – Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas”.

4. POLÍTICAS E PLANOS PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL

Importante dizer que, se em 2008 já tínhamos um documento tratando das piores formas de trabalho infantil, em 2015, com o surgimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), há um novo reforço e visibilidade à temática.

Como compromisso assumido pelo Brasil, com 17 ODS e 169 metas integradas e indissociáveis, a Agenda 2030 procura garantir os direitos humanos de todas as pessoas, levando em conta as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável. A juventude é reconhecida ao longo do documento, em especial, em pontos relativos à educação, à aprendizagem, ao trabalho decente e à eliminação permanente do trabalho infantil.

O alcance do emprego pleno e produtivo, a redução substancial da proporção de jovens sem emprego e a implementação do Pacto Mundial para o Emprego da OIT são metas indissociáveis para o atingimento do ODS 8, que trata do emprego decente e fortalece as estratégias de erradicação do trabalho infantil, além daquelas que dizem respeito ao ODS 4, relativo à educação, como a garantia de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, e que todos(as) jovens estejam alfabetizados, com conhecimento básico de matemática (ONU, 2015).

No Brasil, alguns programas e políticas específicas para o enfrentamento do trabalho infantil são voltados ao público jovem de 15 a 17 anos, segundo levantamento do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI) (no prelo)¹⁶; destacamos:

A. Ministério da Cultura (MinC):

- ★ Programa Rouanet da Juventude que, de acordo com o Edital de Chamamento Público¹⁷, visa promover a inclusão produtiva de jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 29 anos, possibilitando a capacitação e a

¹⁶ No primeiro semestre de 2025, o FNPETI enviou questionários por meio da Lei de Acesso à Informação a todos os ministérios do governo federal, com perguntas relativas às políticas voltadas à infância e à adolescência, com o objetivo de diagnosticar quais políticas e/ou programas estão sendo desenvolvidos para a erradicação do trabalho infantil. A análise tem previsão de divulgação no primeiro trimestre de 2026.

¹⁷ Para mais informações sobre o edital: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-em-andamento/programa-rouanet-da-juventude/edital-rouanet-da-juventude>.

formação profissional em atividades culturais e artísticas.

B. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA):

- ✱ Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural¹⁸, que objetiva priorizar o acesso de jovens e famílias jovens à terra por meio da reforma agrária, além de programas que garantam a obtenção da terra e a regularização.

C. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):

- ✱ Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI)¹⁹, que incluem as ações de identificação de casos de trabalho infantil, ações de informação e mobilização social, atendimento e proteção às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, defesa e responsabilização dos envolvidos, incluindo a avaliação das ações realizadas, bem como a articulação com os demais serviços socioassistenciais;
- ✱ Programa Nacional de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho – voltado para pessoas acima de 14 anos;
- ✱ Serviço Especializado em Abordagem Social, que objetiva identificar pessoas com direitos violados e tecer o processo de saída das ruas, possibilitando o acesso à rede de serviços socioassistenciais;
- ✱ Serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, que objetiva viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (por meio de adoção, guarda ou tutela)²⁰.



18 Para saber mais sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, acesse: <https://www.gov.br/secretaria-riageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/diversos/PlanoNacionaldeJuventudeeSucessoRural2024.pdf>.

19 Para saber mais sobre as AEPETI, acesse: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>.

20 Vale observar que muitos(as) adolescentes vivem e trabalham nas ruas, e que a mendicância e a exploração sexual são piores formas de trabalho infantil. Nesse sentido, os serviços de acolhimento são fundamentais para que sejam restauradas a dignidade e a proteção desse público, sendo uma das medidas de enfrentamento ao trabalho infantil.

D. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC):

- ✱ Programa Cidadania Marajó, que contribuirá para o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual²¹ contra Crianças e Adolescentes do Pará, além da divulgação de campanhas sensibilizadoras sobre a temática no arquipélago;
- ✱ Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que estabelece diretrizes e ações para a prevenção e o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esta política prevê um plano decenal de ações, em construção neste momento.

E. Ministério da Educação (MEC):

- ✱ Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024²², que oferece incentivo financeiro-educacional, na modalidade poupança, aos/às estudantes matriculados/as no ensino médio público.

F. Ministério da Igualdade Racial (MIR):

- ✱ Plano Juventude Negra Viva²³, instituído pelo Decreto nº 11.956/2024, que objetiva prevenir a violência letal contra a juventude negra e promover o acesso a serviços públicos e direitos.

G. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP):

- ✱ Pronasci Juventude²⁴ que tem como objetivo específico o desenvolvimento de ações de proteção integral de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada, além de possibilitar a elevação da escolaridade e a formação profissionalizante,

²¹ A violência sexual abarca o abuso e a exploração sexual, sendo esta considerada pela Convenção 182 da OIT uma das piores formas de trabalho infantil.

²² Para mais informações sobre a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, acesse: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.818-de-16-de-janeiro-de-2024-538053523>.

²³ Para mais informações sobre o Plano Juventude Negra Viva, acesse: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11956-21-marco-2024-795414-publicacaooriginal-171323-pe.html>.

²⁴ Para mais informações sobre o Pronasci Juventude, acesse: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/pronasci-juventude>.

com foco na inclusão produtiva. Visa a prevenção de violências e a criminalidade associadas aos mercados ilícitos de drogas.

H. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

- ✱ Programa 2310²⁵ – Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda que, em seu objetivo específico, menciona a retirada de crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil. As ações dos auditores fiscais do trabalho (AFTs) são baseadas em fiscalização, articulação e sensibilização, visando o afastamento de crianças e adolescentes de situações de trabalho infantil, em especial aqueles ligados às piores formas;
- ✱ Aprendizagem Profissional, que abrange a promoção de iniciativas à inclusão de pessoas de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência sem limite máximo de idade no mercado de trabalho por intermédio da aprendizagem profissional, garantindo a qualidade da formação técnico-profissional metódica;
- ✱ Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes²⁶, instituído pelo Decreto nº 11.853/2023²⁷, que propõe a ampliação da oferta de qualificação social e profissional de jovens em setores econômicos e inovadores, incentivando o trabalho formal e protegido às juventudes.

Como é possível observar, são muitos os programas e as políticas voltadas aos(as) jovens, principalmente quando se leva em consideração os programas que englobam a faixa etária de 15 a 17 anos. Contudo, essas iniciativas ainda são insuficientes no tocante à erradicação do trabalho infantil, em especial quando observado o quantitativo da PNAD Contínua e aqueles(as) que não foram estimados(as) por viverem nas ruas e por estarem envolvidos(as) nas piores formas de trabalho infantil, como a cadeia produtiva das drogas ilegais e a exploração sexual, bem como nas novas modalidades realizadas em ambiente digital.

25 Para saber mais sobre o Programa 2310 – Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda e ações do MTE no enfrentamento ao trabalho infantil, acesse: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aces-so-a-informacao/auditorias/4.Relatorio_de_Gestao_Integrado_2024_Atual_14042025.pdf.

26 Para saber mais sobre o Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes, acesse: <https://www.pactopelasjuventudes.org/>.

27 Para mais informações sobre o Decreto nº 11.853, de 26 de dezembro de 2023, acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11853.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.853%2C%20DE%2026,e%20o%20seu%20Comit%C3%AA%20Gestor.

Muitos dos programas são ações pontuais e desarticuladas de políticas duradouras. Além disso, o monitoramento dos planos, políticas e programas, muitas vezes, não é periódico. A ausência da avaliação somada aos orçamentos contingenciados possibilita a própria descontinuidade da ação, pelo fato de não se ter o conhecimento sobre o resultado efetivo. Em muitos casos, o Poder Legislativo acaba criando proposições no intuito de solucionar questões relativas ao trabalho decente e protegido de pessoas entre 15 e 17 anos.

Apesar de existirem diversos programas e políticas para a faixa etária da adolescência, elas ainda se mostram insuficientes para evitar e erradicar o trabalho infantil por serem pontuais e desarticuladas de ações estruturais.

O programa de aprendizagem profissional, instituído pela Lei n. 10.097/2000²⁸, tem sido observado por distintos atores como um instrumento preciso de inclusão social e qualificação profissional para pessoas com mais de 14 anos de idade. Ao exigir, por força legal, que empresas com sete ou mais funcionários

contratem de 5% a 15% de aprendizes, o Estado visa oportunizar aos adolescentes e jovens uma formação profissional, bem como o seu primeiro trabalho protegido, assegurando direitos. Porém, apesar da importância dessa política pública, há uma grande resistência por parte das empresas no cumprimento da cota de aprendizagem.

Para se ter uma ideia a partir do exemplo de apenas um estado da federação, o Sistema de Identificação da Aprendizagem Profissional apontou que, em 2023, o estado de Pernambuco registrava apenas 50% de cumprimento da cota legal, com 16.114 aprendizes contratados entre 32.320 vagas disponíveis; no mesmo ano, o Ministério Público do Trabalho de Pernambuco (MPT-PE) ajuizou 36 ações para o cumprimento de cotas pelas empresas do estado (MPT, 2025).

No campo das políticas já existentes, o fortalecimento e o aumento da fiscalização dos programas de aprendizagem profissional podem contribuir para erradicar o trabalho infantil entre adolescentes.

²⁸ Para saber mais sobre a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm.

As empresas, por sua vez, justificam dificuldades na contratação tanto pela distorção idade-série dos adolescentes e jovens quanto pela ausência de cursos específicos voltados às atividades-fim das instituições, ou até mesmo por limitações estruturais. Porém, muitas empresas evitam a contratação de aprendizes, priorizando o pagamento da multa administrativa gerada pelo MTE por se tratar de custo menor que a uma contratação exige.

No último ano do ensino médio não estava trabalhando por conta da pandemia, e como não tínhamos dinheiro para pagar internet, consegui terminar meu ensino médio de forma questionável, porque as

30 Dados disponíveis em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiY2JmYmQ0ZmltNjExOS00Mjg4LTg2ZTEtZmI0OGFiMGFhNTFiliwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmEmYTk3OCJ9>

aulas eram online. Isso foi um impedimento grande ao prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pois eu não tinha aprendido nada. Acredito que senti na pele a desigualdade social em toda a minha trajetória acadêmica e isso me fez muito insegura para continuar numa graduação.

Sempre fui muito estudiosa, nunca senti que precisava de apoio, mas hoje, sei que a diferença que minha mãe fez, sempre demonstrando diretamente a mim a importância do estudo, o amor à leitura e a vontade de crescer profissionalmente independentemente da minha escolha.

Essa educação construiu essa sensação de segurança intelectual ainda criança, de não relacionar a falta inteligência ao ambiente que se vive, e entender que o desenvolvimento vem do estímulo individual, sendo na favela ou na zona sul.

Mas claro que a falta de recursos faz toda a diferença, e isso sempre poderá melhorar: uma internet digna, um computador, livros, espaço, ventilação, alimentação... Tudo isso é recurso utilizado para estudar para um concurso, uma escola técnica. Uma educação de qualidade depende de muitas coisas, e eu senti muita falta delas. Nunca parei de estudar para trabalhar.

Jovem, 22 anos, mulher negra que se tornou mãe na adolescência e que foi vítima de trabalho infantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pudemos observar as nuances relativas aos dados sobre trabalho infantil divulgados pela PNAD Contínua, os principais números e percentuais sobre gênero, raça/cor, frequência escolar, horas trabalhadas e rendimento. Com cerca de 1,65 milhão de crianças e adolescentes em trabalho infantil, sendo 915 mil com idades entre 16 e 17 anos, a maioria dos jovens que estão no trabalho infantil são do sexo masculino e pretos. Estima-se, inclusive, que 756 mil estavam na informalidade; e quase 500 mil jovens estavam envolvidos nas piores formas de trabalho infantil, dos quais 157 mil com 14 e 15 anos e 336 mil com 16 e 17 anos. Além disso, a frequência escolar é menor para aqueles que trabalham e, na medida em que ficam mais velhos, a evasão se torna mais presente.

Também apontamos as principais políticas, programas e planos voltados ao enfrentamento do trabalho infantil em âmbito federal, com especial ênfase à política de aprendizagem profissional. Ainda que valha mais investigações e aprofundamentos sobre cada plano, programa ou política, é notório que o cumprimento das cotas de aprendizagem exige mais esforços das empresas e dos entes de autuação e fiscalização, principalmente no que se refere à responsabilidade socioeconômica e ambiental, se levarmos em conta o compromisso assumido pelo Brasil junto à Agenda 2030.

Assim, se a Constituição Federal em seu artigo 1º (incisos III e IV) firma como fundamento do país a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e, em seu artigo 3º (incisos I, III e IV), estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; é fundamental que o artigo 227, referente à proteção absoluta das pessoas de 15 a 17 anos, adolescentes e, ao mesmo tempo, jovens, seja também inserido no centro dos orçamentos e das políticas, com um olhar interseccional e um *modus operandi* intersetorial.

Assegurar financiamento público permanente às políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, integrar ações entre os setores sociais, monitorar e avaliar os planos, os programas e as políticas de forma contínua, promover permanentemente campanhas de sensibilização, estimular as parcerias com o setor empresarial, melhorar a infraestrutura escolar para

a permanência do(a) adolescente na escola, fortalecer os instrumentos de aprendizagem profissional e priorizar as escolas em tempo integral, além de estimular a participação e o controle sociais, são pontos fundamentais para que nenhuma criança, adolescente ou jovem seja explorado.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti). **III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019–2022)**. Brasília, DF: MDH; Conaeti 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Recomendação do Conanda sobre o Trabalho Infantil**. Brasília, DF: Conanda, 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11445/1/recomendacao-sobre-o-trabalho-infantil.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea 'd', e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgado pelo Decreto nº 3597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 25 jan. 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá

outras providências. Brasília, DF, dez. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.582, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025**. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: 05 nov. 2025

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 2025.

CASTRO; J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf. Acesso em: 25 jan. 2026.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – FNPETI. **Diagnóstico e análise de políticas públicas federais de enfrentamento ao trabalho infantil**. No prelo.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasília, DF: Unicef, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 01 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102202_informativo.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Baixa fiscalização pode explicar permanência da informalidade mesmo em cenário de baixo desemprego**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15705-baixa-fiscalizacao-pode-explicar-permanencia-da-informalidade-mesmo-em-cenario-de-baixo-desemprego>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE PERNAMBUCO – MPT-PE. MPT-PE ajuíza 36 ações para assegurar cumprimento da cota de aprendizagem profissional em empresas de Pernambuco. **Notícias do MPT-PE**, Recife, 27 out. 2025. Disponível em: <https://www.prt6.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-pe/3535-mpt-pe-ajuiza-36-acoes-para-assegurar-cumprimento-da-cota-de-aprendizagem-profissional-em-empresas-de-pernambuco>. Acesso em: 01 nov. 2025.

NERY, C.; CABRAL, U. De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país. **Agência IBGE Notícias**, Brasília, DF, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais>. Acesso em 01 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BRASIL. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 01 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Trabajo Infantil**: estimaciones mundiales 2024, tendencias y el camino a seguir. Ginebra; Nova York: ILO; Unicef, 2025. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-06/Estimaciones%20Mundiales%20del%20Trabajo%20Infantil%20de%202024%20-%20Resumen%20Ejecutivo%20-%20BAJO%20EMBARGO.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.



JUVENTUDES EM CONDIÇÃO DE REFÚGIO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ALGUNS EXCERTOS

Mônica Conrado¹

Meu maior sonho é estudar em uma boa universidade no Brasil, me formar e contribuir com este país que me acolheu. Quero mostrar que, mesmo longe da nossa terra, é possível recomeçar e construir um futuro com dignidade. Quero estudar Engenharia e espero poder seguir essa carreira.

Jovem de 20 anos, refugiado do Afeganistão que mora em São Paulo, SP

INTRODUÇÃO

O artigo aborda a figura de jovens refugiados em contexto educacional e laboral, frequentemente retratada por instituições e pela mídia como um sujeito “universal”, o que resulta no apagamento de suas singularidades relacionadas a raça/etnia, gênero, escolaridade, estado civil, profis-

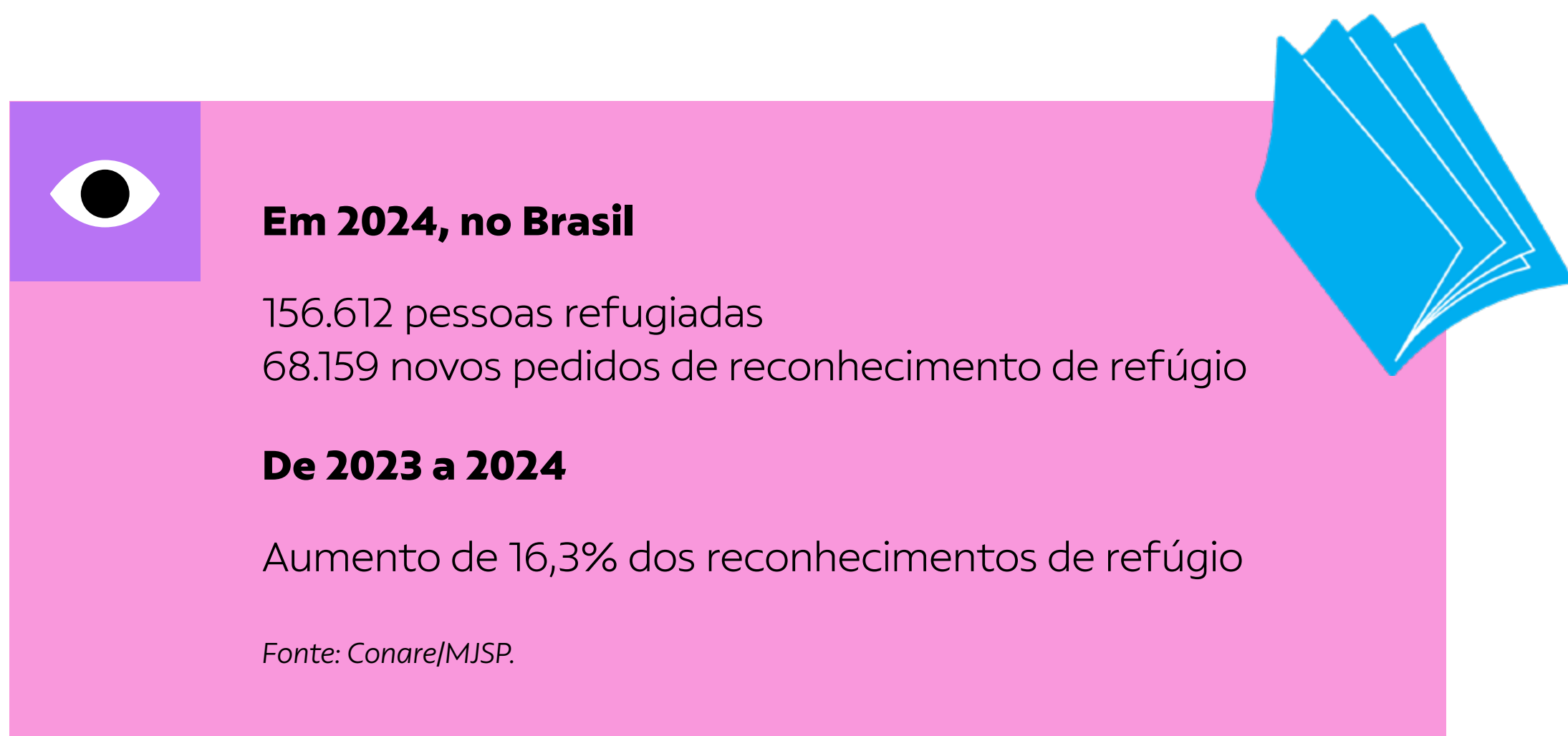
são, entre outros marcadores sociais da diferença.

Nos últimos anos, o Brasil registra um aumento significativo das solicitações e de reconhecimento de refúgio, alcançando números históricos – o que reforça a necessidade de um

¹ Antropóloga. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA).

olhar mais atento e criterioso às pessoas refugiadas, considerando suas particularidades socioculturais, de raça/etnia, gênero, sexualidade e geração.

Ao final de 2024, o Brasil contabilizou 156.612 pessoas reconhecidas como refugiadas, segundo o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), referentes à última década. No mesmo ano, 13.632 pessoas foram reconhecidas como refugiadas, um aumento de 16,3% em relação a 2023, e foram computadas 68.159 novas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no país (BRASIL, 2025).



O objetivo deste artigo é, portanto, evidenciar a necessidade de criação e aplicação de políticas públicas transversais voltadas à população refugiada, de modo a contemplar suas diversidades. Essas políticas devem enfrentar desafios que dificultam, por exemplo, a realização do sonho dos jovens em concluir a formação escolar, acadêmica e/ou técnico-científica, muitas vezes interrompida, bem como os entraves que marcam a sua inserção no mundo do trabalho, frequentemente limitada a postos precários. O trabalho precarizado impede

que os jovens refugiados desenvolvam plenamente suas habilidades e potenciais, resultando no desperdício de talentos que poderiam contribuir para a sociedade e para a construção de seus projetos de vida.

A figura do refugiado – que abarca crianças, adultos e jovens com expectativas e experiências de vida muito distintas – evidencia a necessidade de maior consonância entre as políticas de integração locais e a realidade vivida por esses grupos, tornando-se uma questão importante a ser debatida.

Oliveira e Tonhati (2022) afirmam que os fluxos migratórios para o Brasil vêm aumentando desde 2015, com destaque para o número crescente de jovens; também destacam a migração venezuelana como responsável por novas configurações sociais dos fluxos migratórios no país, marcados por processos de feminização e aumento no número de crianças e jovens.

De acordo com o relatório do Observatório das Migrações Internacionais, em 2024:

[...] a maior parte dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado tinha entre 25 e 39 anos de idade (23.522), seguida imediatamente pelas pessoas solicitantes com idade entre 15 e 24 anos de idade (14.288) e pelo grupo com menos de 15 anos (14.002). Somados, estes três grupos de idade concentraram 76,0% do total de pessoas que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado em 2024, o que reforça a caracterização de um perfil majoritariamente jovem dessa população, conforme observado ao longo de toda a série histórica. (Junger; Cavalcanti; Oliveira, 2025, p. 21).



O documento “Análise conjunta multissetorial das necessidades de refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil” de 2023, aponta que 60% dos refugiados e migrantes que participaram do levantamento têm mais de 18 anos, dos quais 27% têm entre 18–30 anos e 22%, entre 31–45 anos (R4V, 2023). Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos configuram 39% da população analisada, o que representa um universo significativo de jovens em condição de refúgio.

Este artigo adota como base analítica um olhar sobre as juventudes, considerando que esses grupos se tornam invisibilizados diante de uma lógica adultocêntrica e universalista. Nesse sentido, o uso do termo no plural justifica-se pela necessidade de romper com a visão que tende a homogeneizá-las em diferentes contextos. Essas histórias de vida, contudo, cruzam-se em um ou em vários pontos, pois envolvem planos interrompidos e projetos de vida inacabados, os quais carecem de uma abordagem mais consistente para subsidiar a formulação e a promoção de políticas públicas. Assim, o artigo parte da premissa de que “ser jovem” é uma construção social.

No caso dos jovens refugiados, cabe indagar de que maneira se dá a “entrada na vida adulta” quando não dispõem de políticas públicas que assegurem o próprio sustento, já precarizado, e de seus familiares. Essa situação geralmente resulta na interrupção/inviabilidade de planos e projetos acadêmicos e profissionais em suas trajetórias individuais, uma vez que a necessidade de trabalhar sem a formação e profissionalização adequadas pode limitar suas possibilidades.

No âmbito da educação para as pessoas refugiadas que possuem formação superior, por exemplo, “a falta de revalidação de diploma universitário pode explicar a distância que há entre a atividade profissional que desenvolvem e a sua formação ou habilidades” (Bond, 2019).

A precarização do trabalho para as juventudes em condição de refúgio leva a condições de trabalho com baixos salários, falta de proteção social e instabilidade no emprego. A pesquisa “Mercado de trabalho para pessoas refugiadas no Brasil”, realizada pelo Colettivo, pilar de Diversidade, Equidade e Inclusão da Vagas, para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), indica que 55% das pessoas refugiadas estão desempregadas. Entre as que estão inseridas no mundo do trabalho, o estudo também mostra que somente 14,9% delas possuem emprego formal e que 16,3% atuam de maneira informal (Serrano, 2023).



No Brasil

55% das pessoas refugiadas estão desempregadas
16,3% atuam no mercado informal
14,9% têm emprego formal

Fonte: ACNUR (apud Serrano, 2023).

Esse cenário compromete a dignidade e a conquista da autonomia e da independência financeira, bem como o bem-estar dos jovens refugiados no processo de “entrada na vida adulta”. Há uma ideia subentendida, muitas vezes adotada pelos órgãos institucionais, de que pessoas refugiadas precisam “mostrar o seu valor” para conseguir emprego. Porém, é preciso levar em

conta que trata-se de juventudes em trânsito, em deslocamento, atravessadas por múltiplas vias, cruzamentos e sinais (Conrado, 2013).

André Rego Viana (2006) traz conclusões importantes para refletirmos sobre a realidade das juventudes refugiadas, que costuma ser invisibilizada diante das dificuldades e barreiras enfrentadas no país. O autor tece críticas contundentes ao modo como as políticas públicas são estruturadas, destacando que elas tendem a buscar assimilar os refugiados à força de trabalho local sem, contudo, estabelecer regras que ultrapassem a mera emissão da carteira de trabalho.



Um elemento muito comum nas matérias [publicadas pela mídia sobre refugiados] é a escolha de pequenos casos exemplares em que um indivíduo mais abnegado é apresentado como exemplo a ser seguido [...]. As notas, invariavelmente otimistas, dão conta de um futuro melhor como recompensa do esforço individual, e ao mesmo tempo culpabilizam as vítimas da situação que não conseguem “dar certo” por “falta de esforço. (Viana, 2006, p. 103).

Diante desse panorama, levantamos a questão que norteia este artigo: qual é a relevância do uso da categoria juventudes nas análises sobre a realidade de jovens em condição de refúgio na área da educação e no mundo do trabalho, considerando a (quase) inexistência de pesquisas e de produção de dados que adotem esse recorte como viés interpretativo?

De início, o uso conceitual dessa categoria social não está restrito à ideia de uma unidade social, entendida de modo generalista como portadora de “interesses comuns”, tampouco está vinculado a faixas etárias rígidas (Pais, 1990), uma vez que trata-se de categorias manipuláveis. A categoria “jovem” não é universal e, por isso, não se aplica de modo preciso a realidades diversas, como a dos refugiados, que são enquadrados rigidamente em faixas etárias para a compreensão de processos complexos que ocorrem na transição entre a adolescência e a vida adulta.

Nas palavras de Williamson e Sousa (2023, p. 8), “[...] muitos estudos naturalizam o fato de que a maioria dos interlocutores tem menos de 30 anos sem dar a devida atenção analítica para esse recorte, no sentido de que acaba

reproduzindo um certo etarismo metodológico”. Os autores salientam que não existe um marco etário fixo e, portanto, juventude não é uma definição imutável, estática.

Se atentarmos a outras categorias de diferenciação como raça/etnia, que se mantêm, muitas vezes, invisibilizadas, as juventudes negras refugiadas estão ainda mais expostas a realidades adversas do que outros grupos refugiados. Isso ocorre porque, além da xenofobia, vivem a realidade cotidiana do racismo, correndo o risco de serem assassinadas tal como acontece com as juventudes negras brasileiras. Nesse caso, os jovens negros, em especial, são os mais vulneráveis.

Em reportagem feita pela BBC News Brasil, em 2022, intitulada “Qualificados, mas com trabalho braçal: como congolese ‘descobrem racismo’ no Brasil”:



O preconceito faz com que muitos sejam obrigados a viver de bicos e a morar em favelas, mesmo que tenham estudo e estejam em situação legal, dizem especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.[...]. “O racismo brasileiro explica muitas coisas no caso de Möise”, diz o congolês Bas’llele Malomalo, professor de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira e pesquisador de movimentos migratórios africanos no Brasil. “Explica a morte dele, porque um braço do racismo é o genocídio, é matar o outro, principalmente quando ele é preto, mas o racismo também impede que esses refugiados congolenses – e africanos, em geral – consigam um emprego”. Malomalo explica que boa parte dos imigrantes que vêm do Congo têm ensino médio completo e, em alguns casos, fizeram faculdade. “É uma imigração qualificada. Não estamos falando de analfabetos. De forma geral, a maioria dos imigrantes africanos terminou a escola, é trabalhador, tem um saber acumulado”, afirma o pesquisador, que vive desde 1997 no Brasil, onde veio estudar Teologia. “Mas, quando chegam aqui, têm dificuldade no mercado de trabalho. Nossa sociedade não contrata esse congolense. Mesmo que ele seja qualificado e tenha experiência de trabalho,

ele não encontra emprego”. É a mesma avaliação que faz Aline Thuller, coordenadora do Programa de Atendimento a Refugiados da Cáritas RJ, organização de assistência da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A assistente social explica que a maioria dos congoleses que buscaram refúgio no Brasil nas duas últimas décadas se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro e que “99% deles” vivem em favelas. (Barifouse, 2022).

Assim, reconhecer a pluralidade das juventudes em condição de refúgio a partir da necessidade de formulação de políticas públicas transversais permite romper com visões homogeneizadoras ao buscar soluções integradas para problemas complexos, visando oferecer respostas mais adequadas para cada contexto e situações específicas, com resultados mais eficazes.

O uso da categoria juventudes como lente interpretativa torna-se interessante justamente por ampliar o olhar sobre as diversidades que atravessam cada jovem refugiado/a. Essa perspectiva pode, inclusive, considerar similitudes possíveis, mas deve dar ênfase às suas singularidades ao servir de premissa analítica para compreender as necessidades e demandas desses grupos em nome da efetivação de direitos básicos, fundamentais em território brasileiro.

A seguir, apresentamos resultados de pesquisa realizada a partir da literatura especializada, de documentos (leis, decretos, portarias, planos e relatórios) e de sites de órgãos governamentais e não-governamentais como fonte e base de análise investigativa.

1. METODOLOGIA

O artigo se baseia em uma revisão da literatura, destacando, ainda, a escassez de dados como um elemento central da análise e como um dos principais desafios para a compreensão da realidade das juventudes em condição de refúgio.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

São muitos os desafios existentes para o fortalecimento da integração das juventudes em condição de refúgio, como veremos nas análises a seguir.

A legislação brasileira garante que pessoas refugiadas e migrantes possuam os mesmos direitos previstos para a população brasileira (Brasil, [s.d.]). Contudo, na prática, existe uma seletividade pautada no lugar de origem, na condição social, na raça/etnia, no gênero e na religião das pessoas em condição de refúgio. Essas categorias funcionam como categorias de diferenciação impactando “significativamente em seu processo de integração local” (Thomé, 2023, p. 68). Como por exemplo, no mercado de trabalho do Brasil, os refugiados têm poucas chances de ingresso:

A pesquisa aponta que cerca de 12% dos profissionais entrevistados foram eliminados de processos seletivos por serem pessoas refugiadas; 8% já foram demitidos por serem pessoas refugiadas; 55% estão sem emprego; e 16% estão trabalhando de maneira informal. Além disso, 55% das pessoas refugiadas que estão trabalhando não atuam em suas áreas de formação ou experiência e 41% das pessoas enfrentaram dificuldades para procurar emprego no Brasil. (Strickland, 2024).

Nesse contexto, a realidade das juventudes em condição de refúgio torna-se ainda mais desafiadora de ser abordada em razão da invisibilidade e da (quase) inexistência de pesquisas e produção de dados sobre o tema. Tal cenário reforça a importância de um olhar específico às juventudes em condição de refúgio, considerando a relevância dos códigos sociais e valores de mundo – que reaparecem ou são ressignificados em diferentes narrativas, ou mesmo em distintos momentos de uma mesma trajetória –, bem como os espaços e as formas de sociabilidade ligados às suas trajetórias biográficas, que devem ser vistos como material analítico para a formulação de políticas públicas.

Ângela Facundo pesquisou os êxodos, refúgios e exílios de refugiados colombianos, entre várias questões, sobre a “difícil gestão de sua situação jurídico-administrativa e de sua reconstrução vital no território brasileiro” (Facundo, 2017, p. 21), e verificou que a burocracia para regularizar a situação no

Brasil ganha importância como algo vital e indispensável, vinculada à ideia de segurança. O reconhecimento da condição de refúgio pressupõe o “tornar-se” refugiada/o como um constructo sociopolítico, resultante da gestão de “múltiplos processos de administração das vidas” de seus solicitantes (Facundo, 2017).

O que de fato acontece é que a burocracia é muito desafiadora aos solicitantes de refúgio. A título de exemplo, não há acesso direto e exclusivo ao programa Pé-de-Meia, voltado a estudantes matriculados no ensino médio público inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) (Brasil, 2024) e com renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo. Portanto, para ter acesso, um estudante refugiado (entre 14 e 24 anos) deve atender aos critérios de renda para inscrição no CadÚnico, além de estar regularmente matriculado no ensino médio público. Embora a lei garanta que refugiados possam se inscrever, o processo é dificultado pela razão de muitos não possuírem os documentos necessários em razão do desconhecimento dos procedimentos para acessar o sistema e os locais de atendimento, além das barreiras linguísticas que dificultam ainda mais o cumprimento do processo de cadastramento.

“Ser jovem refugiada/o” deve ser compreendido na perspectiva indicada por Andréa Lobo (2021, p. 941) ao se referir a mulheres e crianças como “agentes de suas próprias trajetórias de mobilidade”, constituindo-se como elemento-chave para a integração local, especialmente por meio do acesso às políticas sociais. Em relação, por exemplo, ao ensino superior, Roberta Gomes Thomé pontua a importância de políticas de incentivos à integração local em um país que adota políticas de recepção para refugiados/as, porém ainda postula desafios a serem enfrentados:



No que tange ao acesso à educação, existe dificuldade de comprovação da escolaridade, a não inserção nas universidades públicas em virtude da obrigatoriedade do vestibular com provas de português e conteúdos específicos e a burocracia para os processos de revalidação do diploma daqueles que possuem ensino superior. (Thomé, 2023, p. 66).

Lesley Bartlett e Monisha Bajaj (2023) abordam a profunda relevância de se construir um forte senso de pertencimento a partir de uma educação humanizadora para jovens imigrantes e refugiados, expressa, inclusive, no título de seu artigo. As autoras destacam a necessidade de histórias, famílias,

conhecimentos e línguas serem vistas como valores, e não como limitações. Elas classificam quatro capitais: 1) o “capital linguístico”, adquirido por meio de vivências de comunicação em múltiplos idiomas e estilos; 2) o “capital familiar”, que remete a saberes culturais transmitidos pela família, os quais incorporam um sentimento de história compartilhada, memória e sensibilidade cultural; 3) o “capital social”, que envolve as conexões entre indivíduos e recursos na comunidade, as quais oferecem suporte prático e emocional para enfrentar as estruturas da sociedade; e 4) o “capital aspiracional”, que é a habilidade de manter esperanças e ambições para o futuro. A partir desses aspectos, enfatizam como os repertórios culturais pessoais variam em diferentes situações e relações, rompendo com noções rígidas e divisões problemáticas, estabelecidas pela lógica binária que há entre “cultura de origem” e “cultura do país de acolhimento”.

No mundo do trabalho, o acesso de refugiados a empregos formais e oportunidades condizentes com suas formações e experiências é um outro desafio. Muitos deles chegam ao Brasil com formações acadêmicas e experiências relevantes, mas encontram dificuldades na revalidação de seus diplomas. O processo burocrático, demorado e custoso, inviabiliza, em muitos casos, a atuação profissional na área de formação, levando essas pessoas a ocuparem postos de trabalho aquém de suas qualificações. As barreiras linguísticas também são um problema, como já dito.

E o que ocorre com os jovens que buscam formação e realização de sonhos profissionais, ainda em construção? A entrada no mercado de trabalho formal qualificado permanece como um dos maiores desafios para as juventudes em todo o país – especialmente para as pessoas refugiadas, conforme André Rego Viana salienta:

A falta de documentos empurra grande parte dos refugiados para o chamado mercado informal, que nada mais é que um eufemismo para as formas de trabalho à margem do registro legal, englobando tanto o trabalho por conta própria e as contratações sem carteira quanto as propriamente ilegais. Não há diferença de tratamento com outros pobres e necessitados. As mazelas são as mesmas de ser pobre e negro no Brasil, com o acréscimo da condição nem sempre completamente compreendida de refugiado. (Viana, 2020, p. 94).

Se levarmos em consideração o contexto educacional de jovens refugiados/as no país, em nome do peso burocrático, já mencionado antes, e sem a posse de um diploma válido e a devida regulamentação profissional, os/as jovens profissionais com qualificação técnica e/ou acadêmica frequentemente se veem em situação de “desvio de função”, ocupando posições inferiores (Viana, 2020, p. 100), em postos precários. Assim, os projetos individuais nos quais o futuro é concebido como planejamento de vida e negociado com as expectativas atribuídas às juventudes mostram-se, na maioria das vezes, inviáveis e excludentes.

É importante salientar que não foram encontrados dados sobre jovens refugiados/as no Brasil sobre as diversas juventudes. Por exemplo, jovens com mais de 20 anos são agrupados com adultos com mais de 30 anos, o que acarreta na perda de uma avaliação sistemática sobre os desafios enfrentados por essas juventudes. As bases de dados consultadas mostram de forma recorrente informações sobre crianças e adolescentes, e sem uma abordagem de gênero.

O Relatório Anual OBMigra 2024 (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2024), no que se refere às/os trabalhadoras/es imigrantes no mercado de trabalho formal, sugere – e tomo emprestada a suposição – que há um “expressivo aumento no número de imigrantes jovens, com menos de 20 anos, inseridos no mercado de trabalho”, o que possivelmente também ocorre com os jovens em condição de refúgio.

Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão efetiva dessas juventudes e o aproveitamento de seu potencial no mercado formal, criando possibilidades de mobilidade laboral. Por esses motivos, é fundamental dar maior visibilidade aos desafios, obstáculos e peculiaridades das diversas juventudes em condição de refúgio, como experiências relacionadas à profissionalização e à conquista da autonomia financeira em território brasileiro.

Como enfrentar as experiências e os desafios relacionados à entrada no mercado de trabalho e à qualificação, o que exige o desenvolvimento de políticas públicas ao colocarem no mesmo patamar quem tem pouca experiência com quem já tem uma profissão ou experiência de anos de exercício de ofício? E quanto aos que têm pouco tempo de formação ou ainda estão em processo de aprendizagem, mas que, em outro território, precisam se qualificar? De modo algum, o argumento aqui apresentado coloca em pauta que as pessoas fora das categorias de juventudes encontram menos dificuldades

como refugiadas. Longe disso. O que tal aglutinação produz é a inviabilização da percepção das demandas enfrentadas pelas juventudes em condição de refúgio, tema central deste artigo. Reitera-se, assim, a necessidade de políticas públicas transversais que orientem a formulação e a implementação de políticas públicas específicas voltadas à população refugiada no país.



As políticas para as juventudes refugiadas devem possibilitar que elas realizem seus sonhos em concluir uma formação escolar, acadêmica e/ou técnico-científica, muitas vezes interrompidos. Também devem contribuir para superar os entraves que marcam a sua inserção no mundo do trabalho, frequentemente limitada a postos precários. O trabalho precarizado impede que os jovens refugiados desenvolvam plenamente suas habilidades e potenciais, inviabilizando seus projetos de vida e levando à perda de talentos que poderiam contribuir para a sociedade.

Em artigo publicado em 2019 sobre o mapeamento de políticas públicas para refugiados no Brasil, Rômulo Ataides França, Wilsa Maria Ramos e Maria Inez Montagner afirmam que:

[...] os estudos encontrados nos eixos temáticos refugiados e políticas públicas, e refugiados e saúde apontam as falhas e ineficiências quanto à inexistência de ações no que concerne às políticas públicas, que são distribuídas na federação brasileira em forma de iniciativas estaduais e sempre com a participação da sociedade civil, mas sem ações organizadas e padronizadas em nível nacional. (França; Ramos; Montagner, 2019, p. 100).

Como obter meios de subsistência, com autonomia financeira, estando na condição de refugiado/a, tendo em vista os desafios que as juventudes enfrentam para uma “vida nova” que, por si só, constitui questões complexas?

Para se integrar a um novo país, exige-se uma simbiose entre aprendizado e participação ativa: estude o idioma, entenda e respeite a cultura local,

envolva-se na comunidade. Mas como? É necessário complexificar a política de integração local. No relatório da OBMigra de 2021:

[...] status migratório: refugiados e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado têm rendimentos mais baixos que os demais imigrantes; e idade: imigrantes entre 40 a 65 anos, em geral, em rendimentos mais altos, sendo os mais jovens recebendo salários mais baixos. (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021, p. 16).

As expectativas impostas às pessoas refugiadas – em nome de um futuro como projeto de vida para a sua integração local – são ressignificadas de acordo com a fase da vida em que se encontram. Para as juventudes, em especial, as expectativas sobre o futuro moldam suas percepções. A busca por autonomia e a construção de responsabilidades, como a inserção no mercado de trabalho e a independência financeira, convivem com incertezas e desafios. A juventude é um período de construção de identidades e os projetos de futuro que se dão em meio a um contexto de vulnerabilidade social afetam os indivíduos de maneiras diferentes. José Machado Pais, ao ser indagado sobre processos migratórios em entrevista, afirmou que:

[...] jovens vagueiam à margem do mercado de trabalho e sem aspirações de futuro. O espectro da fractura social não é uma ameaça, é uma realidade. O desafio da convivência democrática passa por eficazes estratégias de integração social, pois só assim a diversidade cultural se constitui num potencial criativo, ou seja, num factor de enriquecimento recíproco. (Pais; Lacerda; Oliveira, 2017, p. 309).

A dificuldade em abordar as juventudes em condição de refúgio como categoria central decorre, em parte, do fato de estarem subsumidas em faixas etárias utilizadas como critério metodológico de coleta de dados, uma vez que não há dados e análises específicas, como foi exposto ao longo do artigo. Essa ausência de dados compromete a definição de quais problemas são mais urgentes e de maior impacto social no que concerne aos desafios a serem enfrentados em território brasileiro.

O foco, então, consiste em reunir esforços para identificar a questão sociopolítica-econômica que invisibiliza as juventudes em condição de refúgio como uma das prioridades de ação do governo, em nome da heterogeneidade de pessoas em condição de refúgio no país que é considerado um dos mais acolhedores. Para tanto, entender o problema a partir da perspectiva das pessoas em condição de refúgio – desafios sociais, políticos e econômicos – é fundamental. A produção e a coleta de dados permitirão explorar diversas opções de ação e estratégias. Somente assim será possível elaborar planos e implementar políticas transversais para as juventudes em condição de refúgio, levando-se em conta, primordialmente, desafios sociopolíticos incorporados ao longo deste artigo segundo a literatura especializada consultada.



No começo foi muito difícil: o idioma, a cultura, o clima, até a comida era diferente. Eu me sentia perdido, sem saber como me comunicar nem como me adaptar. Com o tempo, comecei a aprender português e a entender melhor o jeito brasileiro de viver.

Trabalhei por sete meses em um restaurante indiano. Moro com minha mãe e minhas duas irmãs e tenho responsabilidades com elas. Foi por isso que comecei a trabalhar – para apoiar minha família. Hoje já faz mais de um ano que trabalho em uma grande empresa de logística BLE e, em breve, pretendo iniciar a faculdade.

No Afeganistão eu já estava quase terminando o ensino médio, mas não consegui o certificado. Então comecei o ensino médio de novo aqui no Brasil e estou quase terminando. Também participei do programa Jovem Aprendiz. Apesar dos desafios, acredito que cada dificuldade me ajudou a crescer.

Jovem de 20 anos, refugiado do Afeganistão que mora em São Paulo, SP

REFERÊNCIAS

BARIFOUSE, Rafael. Qualificados, mas com trabalho braçal: como congoleses ‘descobrem racismo’ no Brasil. **BBC News Brasil**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60227394>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BARTLETT, Lesley; BAJAJ, Monisha. Educação humanizadora para jovens imigrantes e refugiados. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e136077, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236136077vs01>.

BOND, Letycia. Pesquisa inédita sobre refugiados no país revela boa formação escolar. **Agência Brasil**, 30 maio 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/pesquisa-inedita-sobre-refugiados-no-pais-revela-bom-formacao>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**: Brasil tem recorde de pedidos e reafirma compromisso com acolhida humanitária. Brasília, DF, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/refugio-em-numeros-brasil-tem-recorde-de-pedidos-e-reafirma-compromisso-com-acolhida-humanitaria>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Informe Cadastro Único nº 40**, Brasília, DF, 9 abr. 2024. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Informes/2024/Informe_Cadastro_Unico_N_40.pdf. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Migrantes, refugiados e apátridas**. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas>. Acesso em: 07 out. 2025.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anuar_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Relatório anual OBMigra 2024**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Relat%C3%B3rio_Anuar/RELATORIO_ANUAL_24.pdf. Acesso em: 07 out. 2025.

CONRADO, Mônica. **Juventudes em trânsito** – iniciação sexual em debate. Belém: Editora Pakatatu, 2013.

FACUNDO, Ángela. **Êxodos, refúgios e exílios** – colombianos no Sul e Sudeste do Brasil. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

FRANÇA, Rômulo Ataides; RAMOS, Wilsa Maria; MONTAGNER, Maria Inez. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 89-106, jan. 2019. Disponível em: http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 out. 2025.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Refúgio em Números**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. 10. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2025. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Refúgio em Números**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. 10. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2025. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

[OBMIGRA_2025/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Relato%CC%81rio_Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_10%C2%AAedpdf.pdf](#). Acesso em: 14 ago. 2025.

LOBO, Andrea. “É uma vida de sacrifício... Faço pelos meus filhos”: crianças e trajetórias migratórias em cabo verde. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 915–948, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e72930>.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105–106, p. 139–165, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41010794>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação – uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, n. 64, p. 301–313, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.50119>.

R4V Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **Análise conjunta multissetorial das necessidades de refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil**. 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/document/jna-2023-analise-conjunta-multissetorial-das-necessidades-de-refugiados-e-migrantes-da>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SERRANO, Layane. Estudo mostra que 55% dos refugiados estão sem emprego no Brasil. Por que contratá-los? **Portal Exame**, 24 out. 2023. Disponível em: <https://exame.com/carreira/estudo-mostra-que-55-dos-refugiados-estao-sem-emprego-no-brasil-por-que-contrata-los>. Acesso em: 15 ago. 2025.

STRICKLAND, Fernanda. Refugiados têm poucas chances no mercado de trabalho do Brasil, diz pesquisa. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/06/6884170-refugiados-tem-poucas-chances-no-mercado-de-trabalho-do-brasil-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 07 set. 2025.

THOMÉ, Roberta Gomes. **Crianças e adolescentes em situação de refúgio**: da proteção social à integração local. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2023. Disponível em: <https://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1260&sid=3>. Acesso em: 07 out. 2025.

VIANA, André Rego. Refugiados no mercado de trabalho brasileiro. In: VIANA, André Rego (Org.). **A mediação do refúgio no Brasil (2010–2018)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. p. 87–106. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/bf8d96b6-fb-d0-48a4-a3eb-09f3855ff0c3/download>. Acesso em: 15 ago. 2025.

WILLIAMSON, Macarena; SOUSA, Caobe. Entre rupturas e continuidades: juventudes venezuelanas LGBTQIA+ e trajetórias migrantes em Boa Vista, Roraima. In: 47º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2023, Campinas. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2023. Disponível em: <https://www.encontro2023.anpocs.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiY-ToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZPljtzOjQ6IjgyM-DAiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiZTI2N2E3MGFm-ZGZhZDZhNTc2YzI1ZjhiMzQ2MzM1NjYiO30%3D>. Acesso em: 15 ago. 2025.



RELATOS

A CENTRALIDADE DA ESCUTA: JUVENTUDES COMO SUJEITOS DE POLÍTICAS

As análises apresentadas ao longo desta coletânea evidenciam que as desigualdades que atravessam as juventudes brasileiras não são apenas estatísticas: são vividas cotidianamente por milhões de jovens em seus territórios, trajetórias educacionais e percursos no mundo do trabalho.

Se os dados permitem dimensionar a magnitude dos desafios, é a escuta das juventudes que permite compreendê-los em profundidade.

As políticas públicas nem sempre incorporaram de forma consistente as vozes e experiências dos sujeitos a quem se destinam. No entanto, como evidenciam diferentes contribuições desta obra, compreender as demandas, expectativas e estratégias de vida dos jovens é condição para a construção de respostas mais efetivas, legítimas e sustentáveis.

Os relatos reunidos nesta seção cumprem, portanto, um papel central: dar concretude às evidências apresentadas nos capítulos. Eles revelam como as desigualdades se materializam nas trajetórias individuais, mas também apontam caminhos, resistências e possibilidades construídas a partir do olhar e da experiência das próprias juventudes.

Esses jovens tensionam visões simplificadoras, evidenciam lacunas das políticas existentes e, sobretudo, afirmam seu protagonismo. Como mostram os estudos sobre juventudes em contextos de maior vulnerabilidade, trajetórias marcadas por exclusões acumuladas não podem ser compreendidas apenas por indicadores, é na interseção entre dados e experiências que se revelam os desafios reais e as oportunidades de transformação.

Os relatos aqui reunidos são parte constitutiva do conhecimento produzido nesta coletânea. Eles reafirmam que políticas públicas mais eficazes não se constroem apenas **para** as juventudes, mas necessariamente **com** as juventudes.

Relatos de vidas das juventudes minorizadas: desafios e caminhos

Jovem negro, 29 anos, residente de comunidade no Rio de Janeiro (RJ)

Sou um jovem negro de 29 anos, morador do Complexo da Penha, região periférica da Zona Norte do Rio de Janeiro. Estou finalizando minha graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Vivendo os “últimos momentos da juventude”, consigo olhar para trás e fazer um balanço de toda a minha trajetória.

Fico feliz por perceber que os estudos me levaram a lugares e oportunidades antes inimagináveis. Por meio da Psicologia, consegui contribuir para a saúde mental de juventudes, pensar e construir estratégias de cuidado para regiões historicamente violentadas, como favelas e periferias, e fortalecer grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAN+ e a Comunidade Negra.

Entretanto, a possibilidade de ser um agente transformador, ter a voz valorizada e poder contribuir de alguma forma com o desenvolvimento social nem sempre existiu.

Fui um jovem, assim como tantos outros, com poucas referências de sucesso e mobilidade social em minha favela de origem, principalmente no que se refere a homens negros. A maior perspectiva era conseguir concluir o ensino médio e garantir uma atividade remunerada o suficiente para viver com dignidade. Não havia planos de ascensão.

Entre os 15 e 16 anos, fui selecionado para um programa de Jovem Aprendiz. Essa oportunidade foi a responsável por ampliar meus horizontes e reconhecer em mim a possibilidade de avançar para além do imaginado: pude conviver e observar a atuação de profissionais de diversas especialidades, o que me tornou curioso e aumentou minha ambição.

Conviver com a desigualdade social naquele momento foi meu primeiro grande motivador. Passava o dia com engenheiros, advogados, psicólogos e outros profissionais em uma grande empresa, percebia seus estilos de vida, a qualidade e o conforto com que viviam. O meu cenário e o das pessoas ao meu redor eram completamente diferentes. Como eu poderia diminuir essa distância que se apresentava a mim? Foi a partir daí que percebi a importância da educação e da profissionalização, e isso virou meu maior foco, até ser aprovado no vestibular em 2016.

O ingresso no ensino superior foi uma grande conquista, mas os resultados chegam a longo prazo. No dia a dia, a desigualdade social continua sendo uma pedra no caminho, evidenciando as diferenças na experiência educacional e profissional de jovens de diferentes classes.

Ao longo de toda a graduação precisei conciliar os estudos com a vida profissional. Foram longos anos trabalhando 8 horas por dia, me deslocando entre regiões diferentes da cidade e tentando fazer sobrar energia para absorver os conteúdos de uma graduação noturna.

A necessidade de contribuir com a renda familiar e conseguir viver com um pouco mais de conforto não apresenta espaço para uma dedicação maior aos estudos, e essa é uma realidade para a maioria dos alunos, principalmente cotistas, como eu.

A rede de apoio construída entre outros alunos que viviam a mesma realidade que a minha foi fundamental para atravessar esses desafios vividos coletivamente.

Já a falta de sensibilidade de profissionais que poderiam oferecer suporte para jovens que vivem essas barreiras foi e, por vezes, é uma decepção. Por isso, a construção de redes alternativas é importante.

Em algumas ocasiões, o baixo aproveitamento pode ser lido como “falta de interesse” ou descompromisso, mas a realidade é que precisamos atender a inúmeras demandas e, muitas vezes, somos o suporte de nossas famílias e comunidades. Esse é um cenário extremamente desgastante e que é imposto para quem almeja alcançar as mudanças que sonha.

Nos meados da graduação, junto com outros colegas de turma, criamos o coletivo Favela Terapia para oferecer acolhimento emocional para pessoas que vivem em regiões periféricas do Rio de Janeiro, além de compartilhar informações, desfazer estigmas em saúde mental e conectar ao aparelho público quem necessita de serviços nesse setor.

Essa é uma experiência que consolidou em mim a realização de um trabalho que faz sentido: acolher e contribuir no desenvolvimento de pessoas que partem de realidades parecidas com a minha. Minha carreira dos sonhos é conseguir continuar contribuindo em ações que tenham impacto social e possam tornar reais as mudanças que desejo ver no mundo!

Ser um jovem como eu, atuando nesses territórios, além de oferecer contribuições específicas em saúde mental, também possibilita que outros jovens sonhem seus próprios sonhos, vejam que é possível.

Mesmo com os avanços, a luta por uma sociedade igualitária é contínua! A graduação em Psicologia e as atividades que desempenhei relacionadas a isso não me protegeram de situações desconfortáveis. Frases como “É você quem vai me atender? Não tem cara de psicólogo” ou as inúmeras demonstrações de subestimação e descrédito vividas no contexto acadêmico e/ou profissional revelam o trabalho que ainda está em aberto nos espaços de educação, nas empresas e organizações que se abrem para a diversidade, mas ainda não estão prontas para lidar com ela.

Minha esperança e objetivo é encontrar espaços onde o que tenho para oferecer seja mais relevante do que “quem eu sou” ou a identidade que meu corpo carrega. Para mim, esses componentes que fazem parte da minha história e experiência social são, na verdade, um agregador que cria camadas de consciência, leitura social, sensibilidade e valoriza a potência que existe em mim e em tantos outros.

Jovem indígena, 28 anos, do povo Munduruku no Pará

Sou jornalista e comunicador indígena do povo Munduruku. Eu falo a partir do meu território, da minha vivência como jovem indígena que ocupa espaços na comunicação para defender direitos e fortalecer a identidade dos povos indígenas.

Estou no mercado de trabalho atuando na área da comunicação, especialmente com pautas ligadas aos povos indígenas, território, políticas públicas, educação e direitos socioambientais. A comunicação, para mim, não é apenas profissão, é instrumento de luta e afirmação.

Sigo estudando e me aperfeiçoando, porque acredito que formação é estratégia. Nós, jovens indígenas, precisamos ocupar os espaços acadêmicos, mas sem abandonar nossas raízes.

Gostaria que as pessoas entendessem que ser jovem indígena hoje não é viver no passado. É transitar entre mundos: o da tradição e o da cidade, o da oralidade e o da escrita, o do território e o da internet. Somos contemporâneos, críticos e politicamente conscientes.

Ser um jovem indígena comunicador significa carregar a responsabilidade de representar não só a mim, mas um coletivo historicamente silenciado.

Nem sempre nossa voz é ouvida nos espaços institucionais. Muitas vezes, falam sobre nós, mas não nos escutam. Na escola, na universidade e até na mídia, ainda existe muito estereótipo sobre o que é ser indígena.

Na minha trajetória, encontrei lideranças indígenas, comunicadores e ativistas que me inspiraram, pessoas que abriram caminho antes de mim e mostraram que é possível ocupar espaços estratégicos sem deixar de ser quem somos.

Hoje, minha inspiração vem também da juventude indígena organizada, que está produzindo conteúdo, estudando, disputando narrativas e mostrando que nossa geração não aceita mais invisibilidade.

Minha trajetória escolar foi marcada por desafios comuns a muitos jovens indígenas: falta de representatividade no conteúdo, invisibilização da nossa história e, em alguns momentos, preconceito.

A escola ainda ensina muito pouco sobre os povos indígenas. Fala do passado, mas não fala do presente. Isso afeta diretamente nossa autoestima e nossa identidade.

O que poderia melhorar? Formação adequada de professores sobre diversidade, aplicação real da Lei 11.645, combate ao racismo estrutural e mais políticas de permanência para estudantes indígenas no ensino médio e superior. A educação precisa dialogar com o território e com a realidade dos estudantes.

Não precisei interromper completamente os estudos, mas conciliar formação e trabalho sempre foi um desafio. Muitos jovens indígenas enfrentam a pressão de trabalhar cedo por necessidade financeira.

O que me preocupa no mundo do trabalho é a exclusão estrutural. Ainda somos minoria em muitos espaços profissionais qualificados. O racismo institucional e a desigualdade de oportunidades são barreiras reais.

Meu trabalho dos sonhos é continuar atuando como comunicador indígena, mas com mais estrutura, reconhecimento e impacto político.

Se eu pudesse mandar um recado para quem toma decisões no Brasil, eu diria: escutem os povos indígenas antes de decidir sobre nossos territórios. Não somos obstáculos ao desenvolvimento, somos parte da solução.

Jovem quilombola, 22 anos, residente em Moju (PA)

Tenho 22 anos. Sou da comunidade remanescente quilombola Santa Oliveira do Rio Bar, interior de Moju.

No momento, estou desempregada, mas estou aqui na comunidade sempre me voluntariando no que posso e participo de projetos. Terminei um curso de Assistente de Gestão Ambiental recentemente, mas pretendo voltar para a faculdade no próximo ano.

Em 2022, eu tinha ingressado na Universidade Federal do Pará (UFPA) em Medicina Veterinária, mas por condições financeiras e de saúde, tive que mudar de cidade e fiquei muito longe do polo. Se Deus permitir, eu vou conseguir ingressar novamente e vou mudar para Biologia.

Na faculdade, tive que mudar de cidade, morar com outras pessoas, mudar minha rotina. Era integral e extensivo. Saía de casa 5h da manhã e chegava 9h da noite. Era muito puxado, mas até que eu estava de boa no tempo que passei lá.

Na UFPA, a gente recebe uma bolsa. Algumas pessoas conseguem, outras não. Tive muita dificuldade na hora de ingressar por problemas na inscrição. A parte financeira pesa muito, principalmente para jovens que precisam sair da comunidade. Acho que isso é motivo de desistência para muitos.

Naquele ano, quem conseguiu ingressar foi eu, mais duas meninas quilombolas e um indígena. A outra menina saiu cedo, depois eu saí e ficou só o rapaz indígena.

Foi bem difícil. A gente sente preconceito das pessoas, rejeição, tanto de alunos quanto professores.

Minha experiência no mercado de trabalho formal foi breve. Como eu estava na escola ainda e ajudando minha mãe em algumas situações, acabei não continuando. Mas estou pretendendo ingressar agora. Passei por um projeto de empregabilidade, estou entregando meus currículos e em busca de trabalho.

Não é fácil ser jovem, principalmente para gente que é mulher, quilombola e religiosa. Eu acredito que sou bem forte pelas coisas que já passei e que vivenciei aqui enquanto comunidade. Pela determinação que tenho, pela luta e tudo que já passamos, eu continuo estudando porque aprender nunca é demais.

Eu me vejo como uma mulher forte, uma jovem forte, sempre em busca do melhor de mim, para mim e para minha comunidade. Tenho orgulho de mim. Eu teria orgulho, sim, de ser outra pessoa e me espelhar em mim.

A gente é minoria na faculdade e no mercado de trabalho. Nossa voz é silenciada, basicamente. Hoje em dia é muito difícil conseguir um emprego e, vindo de onde a gente vem, levando a voz do nosso povo, é muito difícil. Não somos ouvidos. Temos que lutar e batalhar muito pelos nossos direitos. Para conseguir o mínimo para sobreviver, precisamos lutar muito. Nossa voz é silenciada.

Dentro da comunidade, a gente sempre escuta um ao outro, busca fortalecer. Eu tenho um pensamento, meu irmão tem outro e a gente dialoga para buscar uma solução. Junta os pensamentos em busca de algo melhor mais para frente. Dentro da comunidade a gente é ouvido; fora é outra realidade.

Na escola, até o ensino médio, era de boa para mim. Eu estudava à noite. Durante o dia, fazia minhas tarefas, ficava em casa com minha mãe e à noite ia estudar.

A dificuldade aqui é o transporte: o ônibus escolar às vezes não vinha ou o ramal, que não é asfaltado, fica difícil, principalmente no tempo de chuva. Até hoje tem essa dificuldade.

Eu quero terminar minha faculdade. Se eu conseguir Biologia, ótimo; se conseguir continuar na Medicina Veterinária, também. Quero viajar muito, aprender cada vez mais. Eu sou muito ligada à natureza e aos animais. Futuramente eu pretendo trazer uma ONG para dentro da comunidade quilombola para cuidar dos animais.

Acho que como bióloga ou veterinária eu seria muito feliz — vou ser muito feliz quando conseguir. O trabalho formal me assusta muito. Eu sei que nosso povo é muito rejeitado lá fora. A gente sofre muito preconceito. Vou ter que ser muito forte. São várias barreiras que colocam no nosso caminho. Eu sei que vou ter muita dificuldade, mas é importante não desistir.

Somos esquecidos pelo poder público. Não temos apoio. Temos que ficar correndo atrás de político para tudo. É bem difícil. Para os jovens da comunidade também falta apoio. A condição financeira daqui é precária. Falta apoio político e emocional, porque abala muito o emocional dos jovens. Muitos desistem da faculdade. É triste ver jovens da minha idade ou mais novos desistirem dos sonhos ou se contentando com pouco.

Jovem do campo, 22 anos, residente em Campo Maior (PI)

No momento eu não estou trabalhando, só estudando. Curso Engenharia Agrônoma e estou no oitavo período. Fiz o ensino médio em um instituto federal, onde cursei o técnico em Agronomia.

Era para eu ter terminado em 2020, mas por causa da pandemia acabei atrasando. Depois disso, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio em 2021 e consegui entrar na faculdade em Teresina, onde estou até hoje.

Faço o deslocamento todos os dias. O trajeto de ônibus demora cerca de 1h a 1h30, dependendo do transporte. É cansativo, porque tem dias em que saio de manhã e só volto à noite, mas acabo me acostumando.

Durante a pandemia, eu e meu irmão ajudamos meu pai na produção de gado leiteiro. Era um trabalho informal, na fazenda. Depois que entrei na faculdade, ficou mais difícil trabalhar, porque o curso é integral.

Até tentei um estágio de 20 horas semanais, mas não consegui conciliar os horários. Então, hoje, só faço alguns bicos de vez em quando, como ajudar meu avô com serviços pequenos.

Eu recebo bastante apoio da minha família. Meus pais, meus avós e meu irmão me ajudam muito, tanto financeiramente quanto emocionalmente. Então, felizmente, nunca precisei parar de estudar por falta de dinheiro. Tem colegas que já trabalham e outros que vivem realidades parecidas com a minha, então existe apoio mútuo. Mas, de modo geral, acho que falta incentivo para quem vem de origem mais humilde, principalmente fora do ambiente da universidade.

Meu pai e meu avô. Eles sempre trabalharam muito, com dedicação, e isso me motiva a seguir em frente, buscando algo honesto e que me permita ajudar minha família.

Quero terminar a faculdade e arrumar um emprego que me dê estabilidade para poder viver com conforto e ajudar minha família e outras pessoas. Não tenho um “emprego dos sonhos” específico — o mais importante é conseguir uma colocação. Mas, como minha família trabalha com agropecuária, também penso que, se não conseguir emprego logo de cara, posso trabalhar na terra da família e desenvolver projetos por lá.

Campo Maior é uma cidade boa, mas falta opção de lazer para os jovens. As oportunidades de trabalho são bem limitadas. Muita gente que estuda aqui acaba se mudando para Teresina ou até para outros estados para conseguir emprego.

Eu queria encontrar uma área para trabalhar aqui mesmo no estado, algo que me permitisse ficar no Piauí e contribuir de alguma forma com o desenvolvimento daqui.

Jovem negro, 23 anos, egresso da escola pública, residente em Duque de Caxias (RJ)

Sou morador de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Concluí o ensino médio em 2019. Atualmente, trabalho como PJ, desde 2021.

Sou negro e considero que conquistei ascensão através da educação, muito por conta da minha mãe, que foi a primeira da família materna a se formar na faculdade e incentivou meu pai a concluir o ensino médio pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Minha rotina escolar foi tranquila. A escola era um espaço de convivência, onde eu criava laços e histórias, isso me motivava mais do que estudar em si. Em alguns períodos, estudei em tempo integral. Até o meio-dia era aula normal; no turno da tarde havia reforço com recreação, o que, além de fortalecer o aprendizado, me mantinha longe da rua ou de tempo ocioso. Depois, passei a estudar no turno da manhã. A pior parte era acordar cedo, e houve um período em que faltei bastante.

Nunca fui um dos alunos com as maiores notas, mas minhas experiências fora da escola me ajudaram bastante nos estudos na rede pública. Eu sempre fui questionador e por isso me inseri em diferentes espaços, com professores, amigos e família.

Não me considero uma “régua”, mas sim exceção. Principalmente, em um tempo em que se consegue respostas facilmente pelo celular e pela inteligência artificial. Tenho muitas referências baseadas em filmes, séries e outras histórias.

Durante a escola, eu tinha muita vontade de trabalhar, pela independência e para ajudar em casa. Não tive muita formação voca-

cional dentro da escola, apenas conversas sobre o que eu gostaria de fazer, sem foco nas oportunidades reais disponíveis.

Mesmo assim, participei de alguns projetos que me ajudaram a perder o medo de falar em público e a fazer pesquisas mais aprofundadas sobre temas do meu interesse. Foi a partir disso que encontrei a área em que atuo hoje, com apoio fundamental de professores e da minha família. Porém, esse caminho foi buscado fora da rotina natural da escola.

Atualmente, trabalho como social media. Muitos colegas que estudaram comigo estão em subempregos, alguns tiveram a vida interrompida pelo tráfico e outros tentam se inserir no mercado de trabalho.

Nunca precisei parar de estudar para trabalhar, mas queria conciliar as duas coisas. Cheguei a enviar alguns currículos, mas não tinha um bom modelo e me faltavam cursos, autoestima e confiança. Além disso, muitos empregos buscavam perfis nos quais eu não me encaixava e eu também não tinha disposição para procurar em locais distantes, onde as vagas estavam concentradas.

Quero cursar o ensino superior e tirar minha carteira de motorista. Ainda tenho o desejo de ser jornalista ou trabalhar na área de esportes, algo que sempre me apaixonou, mas hoje não tenho mais a mesma disposição para seguir esse plano por conta da rotina de trabalho e do cansaço mental.

Essa é uma das minhas maiores preocupações: tenho um convívio intenso com telas, prazos curtos e uma rotina que me consome. Me sinto constantemente cansado. Não reclamo, porque sei que há pessoas em situações piores, mas também ainda não encontrei forças ou clareza sobre o que fazer.

Meu trabalho dos sonhos envolve fazer algo de que eu realmente goste, com um único foco, reduzindo meu tempo de tela, com convivência presencial no dia a dia, mas também com a possibilidade de home office e horários menos desgastantes.

Uma das maiores dificuldades de ser jovem no meu território é ver o enfraquecimento da educação como um instrumento de rompimento com a pobreza. A era da tecnologia corroeu o imaginá-

rio coletivo: todo mundo quer dinheiro rápido, e a ansiedade por “não estar no caminho certo” mesmo aos 20, 21 ou 25 anos dita o ritmo da juventude.

Sou um jovem negro, vivo, com saberes que precisam ser valorizados em todas as áreas. Ainda assim, somos minorizados, pressionados a caber em uma caixa, e isso não é aceitável. A juventude brasileira tem muito a oferecer e precisa ser olhada e tratada com carinho, especialmente a juventude preta, que é a mais afetada de todas as formas.

Jovem mulher, 28 anos, mãe na adolescência, residente na zona rural de Orizona (GO)

Nasci e cresci na zona rural de uma cidade pequena, com cerca de 17 mil habitantes, onde vivi com minha família a maior parte da vida. Sou formada em Ciências Biológicas e atuo como professora em três escolas do campo. Também estou finalizando uma segunda graduação, em Farmácia.

Comecei a dar aula recentemente. Ingressei por meio de um concurso público. Por causa da minha idade, muitos acham que sou auxiliar ou estagiária.

Como morava na zona rural, foi desafiador fazer uma faculdade: a mais próxima ficava a 50 km de onde eu morava, e a cidade é bem tradicional, então havia resistência na minha família, que acreditava que o papel da mulher era casar, ter filhos e cuidar da casa.

Comecei a estudar aos 6 anos. A escola ficava no povoado, mas eu precisava andar cerca de 1,5 km até o ponto onde passava o ônibus escolar. Às vezes voltava à noite, na chuva — era difícil. A escola ficava a uns 7 km da fazenda, e o trajeto de van podia durar mais de uma hora.

As condições das escolas rurais sempre foram simples. Mesmo hoje, faltam laboratórios e recursos tecnológicos, mas os prédios são bem cuidados e os professores muito dedicados.

Quando eu estava na 2ª série do ensino médio, engravidei e tive meu primeiro filho aos 17 anos. Tive depressão pós-parto e precisei interromper os estudos. Um ano depois, consegui voltar e concluir o ensino médio. Fiquei alguns anos ajudando na fazenda da família, mas eu não me sentia bem com aquela vida. Entrei novamente em depressão, até que decidi tentar algo diferente.

Quando abriram um polo [de uma universidade] em uma cidade próxima, com cursos à distância, enxerguei uma oportunidade. Sempre gostei de Biologia e escolhi licenciatura, mesmo sem me imaginar dando aula. Pensei: “melhor isso do que nada”.

A pandemia dificultou os estágios presenciais, e tive minha segunda filha em 2021. O ensino a distância ajudou muito a conciliar a maternidade com os estudos, porque eu podia estudar à noite, quando as crianças já estavam dormindo.

Durante a gestação da minha filha, em plena pandemia, voltei a enfrentar uma depressão, o que tornou tudo mais difícil. Mas com o apoio da minha família consegui superar.

Nas escolas onde trabalho, converso muito com meninas que passam por situações parecidas com as que vivi. Tento sempre incentivá-las a continuar estudando e a não desistirem dos seus sonhos.

Ainda existe muito preconceito e desinformação nas comunidades rurais, mas também vejo avanços. Hoje vejo que as meninas têm recebido mais incentivo para estudar, têm buscado mais o ensino superior.

Quando a gente é mulher, as pessoas costumam duvidar da nossa capacidade. Fui mãe muito cedo, e aqui, por ser uma comunidade ainda muito conservadora, isso gerou olhares e julgamentos. Hoje, felizmente, no trabalho sou muito respeitada.

Quando meu filho era bebê, às vezes eu precisava levá-lo para a escola. Lembro de uma professora que chegou a dar aula segurando meu filho para que eu pudesse fazer as atividades.

Tive sorte de encontrar pessoas solidárias, mas não havia nenhum tipo de política pública voltada a mães jovens ou estudantes com filhos. Algo nesse sentido teria feito muita diferença.

Jovem negro e LGBTQIAPN+, 24 anos, residente em Salvador (BA)

Sou Técnico em Administração formado e curso Pedagogia. Atuo na garantia de direitos de adolescentes e jovens em projetos sociais do terceiro setor. Moro no bairro de Valéria, na cidade de São Salvador, na Bahia.

Ser um jovem dentro desta sociedade é muito desafiador. A gente enfrenta diariamente problemáticas que nos colocam no lugar de resistir. Na transição da adolescência para a juventude, vivi um processo de descoberta – inclusive de me entender como um jovem de direitos. Por ser de um bairro periférico – eu moro no bairro de Valéria, em Salvador – o acesso à informação não chega da forma devida.

Sinto que minha voz hoje é ouvida por conta dos projetos sociais e dos engajamentos nos espaços de decisão. Mas é uma luta diária estar nesses espaços e ter voz ativa sendo um jovem.

Minha rotina escolar sempre foi muito puxada. Chegando à escola, eu era o menino que sofria bullying – ou melhor dizendo, racismo e homofobia. Sempre fui o garoto “diferente” na sala, e isso se expressava em todos os meus jeitos.

Meus pais sempre me incentivaram a estudar – até apanhei muito para aprender a ler, o que foi um grande desafio e traumático. Apesar disso, tive o apoio e o esforço na educação básica.

Já entrei uma vez na graduação, mas precisei trancar por conta da rotina de trabalho que me sufocava severamente. Sonho em concluir a licenciatura em Pedagogia e iniciar outra em Relações Internacionais. Estou planejando iniciar um curso básico de inglês e conseguir um novo contrato de trabalho – o meu atual já está se encerrando.

Sou muito realizado no trabalho que tenho hoje, mas a insegurança dos contratos me desmotiva diante da ideia do “trabalho dos sonhos”. Após cada finalização de contrato, é preciso lutar novamente para conquistar outro – um eterno processo de luta.

Temo não conseguir trabalho, não conseguir sustentar meus estudos e não ter acesso ao básico. Gosto muito de estudar, e uma das minhas maiores preocupações é não conseguir financiar minha formação. Hoje, faço faculdade privada.

Eu diria que muita coisa que a gente fala até já existe, mas ainda é muito pouco, sabe? É pouco porque não chega para todo mundo, e quando chega, não chega de forma digna.

Na educação, por exemplo, temos programas como o Prouni, o FIES e o Novo Ensino Médio, mas ainda falta garantir uma educação que respeite as diferenças, que olhe para a juventude indígena, ribeirinha, periférica, com deficiência e neurodivergente.

No trabalho e na renda, existe o Programa Jovem Aprendiz e algumas iniciativas de empreendedorismo, mas ainda muito voltadas para quem já tem acesso. Precisamos ampliar essas oportunidades, levando formação, crédito e incentivo para a juventude da periferia, das quebradas, dos territórios quilombolas, indígenas e da juventude LGBTIAPN+.

Então, sim, a gente até tem algumas políticas, mas o que falta é garantir que elas sejam permanentes, ampliadas e que cheguem a todas as juventudes. Falta garantir que as juventudes estejam no centro das decisões, porque a gente não quer ser só beneficiário — a gente quer estar junto, construindo.

Jovem estudante, 17 anos, residente em Guarulhos (SP)

Tenho 17 anos e moro em Guarulhos com minha mãe. Estou na 3ª série do ensino médio. Eu estava trabalhando, fiquei oito meses na empresa, mas pedi desligamento para manter atenção aos estudos.

A jornada era longa, gastava de duas a duas horas e meia com deslocamento, somando ida e volta. E o salário não correspondia à carga de trabalho.

Tenho muitos amigos diversas regiões. Já participei do grêmio estudantil por dois anos, fui do conselho escolar, mas este ano não estou participando de nada.

Sou bolsista de um projeto chamado Smart, desde o 7º ano. Também faço cursos online, como inteligência artificial na Fundação Getúlio Vargas (FGV), e estudo para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e vestibulares. Somando tudo, estudo cerca de 12 horas por dia, incluindo escola e cursinhos.

O programa Smart é uma plataforma online com missões que ajudam a planejar o futuro. Tem matérias de português, matemática e redação focada no Enem. Para quem opta pelo presencial, eles custeiam bolsa, passagem, uniforme, lanche e material.

Minha mãe trabalha com desenvolvimento de sistemas e participava de comunidades de tecnologia. Por isso, fui indicada para o Smart. Desde pequena, participei junto e fiz alguns cursos de tecnologia, adquirindo bastante conhecimento.

No Smart, eu me sinto apoiada. Na escola, não muito. Por exemplo, minha escola nunca participa da feira de profissões da cidade, e a orientação para ensino superior é limitada. Descobri informações importantes sobre o Enem sozinha.

Meu plano para o futuro é fazer Medicina Veterinária, na Universidade de São Paulo (USP) ou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e morar no alojamento da faculdade. Quero também fazer trabalhos digitais para guardar dinheiro e conquistar meu apartamento.

Preocupa-me se conseguirei me manter financeiramente, mas me sinto preparada para entrevistas e para enfrentar os desafios.

Meu sonho é trabalhar em zoológico, preferencialmente em São Paulo ou na Bahia, cuidando de animais e participando de projetos, como os de tartarugas do Projeto Tamar.

Pessoa com deficiência, 33 anos, residente no Rio de Janeiro (RJ)

“Você vai fazer tudo que qualquer pessoa faz na vida. Talvez no seu tempo, mas vai fazer.” Essa foi uma das frases mais importantes que ouvi na infância. Quem disse isso foi minha mãe, quando eu ainda era criança e ela me ajudava a me vestir.

Naquele momento eu ainda não andava, mas aquelas palavras ficaram guardadas comigo e acabaram se tornando uma espécie de guia para a minha vida.

Tenho 33 anos e nasci prematuro, com seis meses e meio de gestação. Por causa disso, tenho paralisia cerebral, uma condição que afeta minha mobilidade e faz com que eu utilize muletas para me locomover.

Naquele período da infância, cada pequena conquista era importante. Eu só comecei a dar os primeiros passos por volta dos quatro anos de idade, depois de passar por cirurgias que ajudaram no fortalecimento das pernas. Mesmo assim, no início eu só conseguia caminhar segurando na mão de alguém ou me apoiando nos móveis da casa.

Com o passar dos anos, fui ganhando mais autonomia. Por volta dos 12 anos, passei a ser acompanhado no Hospital Sarah Kubitschek. Foi ali que comecei a usar um andador para ganhar independência na locomoção. Pouco tempo depois, passei a caminhar com muletas, recurso que utilizo até hoje e que me permitiu ter muito mais liberdade no dia a dia.

Entrei na escola muito cedo, em uma instituição tradicional do Rio de Janeiro, e depois passei a estudar em escolas especiais. Esses espaços tiveram importância no meu desenvolvimento, mas, com o tempo, percebi que precisava avançar ainda mais nos estudos. Foi então que, aos 17 anos, decidi retomar a trajetória educacional por meio do supletivo.

Foi durante esse período que aconteceu algo inesperado que mudaria os rumos da minha vida profissional. Quando eu tinha 21 anos, recebi uma ligação da diretora do curso dizendo que uma pessoa gostaria de falar comigo. Era alguém ligado à Fundação Roberto

Marinho, que queria me convidar para uma entrevista de emprego. Aceitei o convite e acabei iniciando minha trajetória profissional na instituição. Hoje já são mais de dez anos de trabalho nesse ambiente.

Em 2015, comecei a graduação em jornalismo. Depois disso, fiz formação em locução, ampliando minhas possibilidades na comunicação.

Ao olhar para a minha trajetória, reconheço que tive muitas experiências positivas. Sempre tive amigos, participei de festas e procurei viver com naturalidade dentro das minhas possibilidades. Ao mesmo tempo, sei que muitas pessoas com deficiência enfrentam obstáculos ainda maiores em sua rotina – e é justamente por isso que considero tão importante dar visibilidade a essas vivências.

Um exemplo claro dos desafios cotidianos aparece na mobilidade urbana. Quem utiliza muletas precisa lidar constantemente com calçadas irregulares, buracos e obstáculos que podem provocar quedas ou acidentes. Em determinadas situações, até o transporte público se torna um desafio, quando os veículos não possuem adaptações adequadas ou apresentam degraus muito altos. Felizmente, também encontro com frequência gestos de gentileza de pessoas que se oferecem para ajudar.

Na educação, é essencial preparar melhor os profissionais para lidar com estudantes com deficiência e ampliar a presença de mediadores nas escolas públicas e privadas. Já no mercado de trabalho, é fundamental criar oportunidades reais de qualificação e participação.

Meu maior sonho profissional é continuar fazendo aquilo que mais gosto: escrever e atuar como jornalista.

Jovem mulher negra, 22 anos, mãe na adolescência, residente no Rio de Janeiro (RJ)

Tenho 22 anos, sou uma mulher negra, multiartista e mãe atípica. Sou nascida e criada em Acari, favela da zona norte do Rio de Janeiro.

Terminei meu ensino médio e atualmente trabalho com música, a fim de viver da minha arte.

O fato de conseguir chegar à minha idade, morando dentro de uma favela, com tantas dificuldades, me faz ter a autopercepção de potência, apesar das dificuldades que me atravessam para conseguir alcançar meu máximo.

Entendo a minha trajetória e contexto social atual. Isso me faz compreender que, apesar de ter amadurecido cedo – pela forçada emancipação antecipada que a maioria das crianças em vulnerabilidade vivem, a gravidez na adolescência e de ter uma bagagem como mãe atípica –, eu sou jovem.

Digo isso porque as vezes é muito difícil que pessoas como eu se equiparem a outros jovens da mesma idade, logo não há uma comparação justa que faça a gente lembrar que somos jovens. Isso significa que ainda hei de viver muitas coisas, que já mudei muito da minha realidade e que meu filho já vive uma vida diferente da que eu vivi na idade dele.

Me ver como potência, não significa que já sou o que projetei. Significa que embora não viva a mesma realidade que minha mãe viveu, eu já venci muito.

Acredito que hoje eu consegui um espaço sim, que veio de muita luta e lágrimas. Ainda assim, ser ouvida não significa ser credibilizada: muitas das vezes, mesmo que a fala que eu traga seja coerente, a dureza da realidade das pessoas em volta faz com que elas acreditem que não passa de utopia.

Existem várias pessoas que eu admiro e me inspiram, uma delas é a influenciadora Isa Black Woman. Ela como mulher negra, mãe atípica e artista. Me inspira sempre a continuar, e não desistir dos meus sonhos.

Minha rotina nunca foi estritamente escolar. Quando criança ainda no ensino fundamental, ajudava minha mãe a cuidar da minha avó que sofria de mal de Alzheimer. No ginásio já trabalhava. No ensino médio trabalhava com duas ocupações e fazia curso. No último ano do ensino médio não estava trabalhando por conta da

pandemia, e como não tínhamos dinheiro para pagar internet, consegui terminar meu ensino médio de forma questionável, porque as aulas eram online. Isso foi um impedimento grande ao prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pois eu não tinha aprendido nada.

Acredito que senti na pele a desigualdade social em toda a minha trajetória acadêmica e isso me fez muito insegura para continuar numa graduação.

Sempre fui muito estudiosa, nunca senti que precisava de apoio, mas hoje, sei que a diferença que minha mãe fez, sempre demonstrando diretamente a mim a importância do estudo, o amor à leitura e a vontade de crescer profissionalmente independentemente da minha escolha.

Essa educação construiu essa sensação de segurança intelectual ainda criança, de não relacionar a falta inteligência ao ambiente que se vive, e entender que o desenvolvimento vem do estímulo individual, sendo na favela ou na zona sul.

Mas claro que a falta de recursos faz toda a diferença, e isso sempre poderá melhorar: uma internet digna, um computador, livros, espaço, ventilação, alimentação... Tudo isso é recurso utilizado para estudar para um concurso, uma escola técnica. Uma educação de qualidade depende de muitas coisas, e eu senti muita falta delas.

Nunca parei de estudar para trabalhar.

Quero conseguir me tornar uma artista reconhecida, uma referência na minha favela, uma inspiração para mães: atípicas, adolescentes e solos. Dar uma vida digna para meu filho, com privilégios reais e com o acompanhamento completo para o seu desenvolvimento neurológico e autonomia.

Ter prosperidade financeira e espiritual, fruto do meu trabalho, ao ponto de dar oportunidades a outros iguais a mim.

O fato da minha escolha de carreira na indústria musical ser repleta de padrões me amedronta, sobretudo o medo de acharem que ser mãe (ainda mais atípica), me faz menos capaz de ter uma carreira boa para investir.

Tenho vários trabalhos dos sonhos: Ser uma cantora reconhecida, uma apresentadora da Globo, uma atriz de cinema nacional... Quero que eu tenha oportunidade de alcançar todos esses e renovar minhas metas.

Atualmente, consegui sair de dentro da favela e morar na pista e em um lugar alto, que não sofre diretamente com as enchentes. Isso me faz uma diferença extremamente grande, para minha saúde física e mental. Ainda assim, o entorno e a desigualdade dos serviços básicos como saneamento, educação e o mais importante de todos – segurança – é gritante.

Esse ano a frequência baixíssima do meu filho na creche por conta das operações policiais, mostra o medo que nos cerca todos os dias, impedindo a rotina necessária, ser habitual.

Sempre esquecidas [as ocupações]. O maior sinal é a enchente que faz todos perderem, em uma noite, tudo o que conquistaram o ano inteiro. As ocupações que têm previsão de desabamento, e o Estado diz não ter responsabilidade, pois se trata da invasão de propriedade privada. E, em tudo isso, não são casas, nem móveis, nem tiros, são pessoas. São nossos amigos, parentes, que no fim, compartilham da mesma tristeza e esperança que eu.

A educação de qualidade, o acesso difícil por conta da localidade e do transporte público, a possibilidade de trabalhos melhores. E a segurança pública, que não se importa com os horários da escola, nem do trabalho. Um exemplo, nesse ano de 2025, foram os jovens que não conseguiram fazer o Enem, por conta de uma operação policial no complexo no mesmo dia e horário que o exame.

Sofri muito racismo e machismo a vida inteira. Diretamente, um dos momentos mais dolorosos foi no meu primeiro emprego como jovem aprendiz: meu supervisor disse que eu não tinha perfil corporativo, que eu tinha que mudar meu cabelo se eu quisesse alguma oportunidade.

Indiretamente, sempre sinto: quando me descredibilizam por eu ter sido mãe adolescente ou pela falta de oportunidades que não chegam até mim por ser restritas a uma área diferente da minha. Pelas entrevistas em que eu tive que falar que morava em outro

lugar na inscrição. Pelos briefings de campanhas publicitárias que eu não tenho o perfil.

Meu maior medo é que eu precise abandonar meu sonho, por falta de oportunidades.

Jovem, 23 anos, egresso do sistema socioeducativo, residente em Brasília (DF)

Tenho 23 anos e falo do 061, Distrito Federal. Cresci num barraco de madeira no Recanto das Emas, com meus irmãos.

Fui esforçado, mas fiz escolhas erradas, fiquei privado de liberdade. Depois de sair, decidi que não ia virar estatística. Hoje continuo limpo, trabalhando e aprendendo.

Já sofri discriminação. Olha para mim: o cabelo, a cor... A primeira impressão é o julgamento. Mas hoje o problema vai além da cor, é o país. Os direitos estão sendo violados para todos.

Também sofri discriminação por causa do meu histórico no socioeducativo. Trabalhei como assistente administrativo em programas de Jovem Aprendiz em duas empresas, mas senti que não estão preparados para receber ex-socioeducandos e com jovens que têm uma mente crítica. No fim, acabei saindo por motivos pessoais e pela distância. Foi pesado, mas levo como aprendizado.

Meu trabalho artístico tem uns cinco, seis anos, mas já me trouxe muitos frutos. A gente vive de sonhos, mas acordado, realizando, porque ninguém vive com salário mínimo; a gente sobrevive. Então buscamos outras formas de ganho, e às vezes somos pressionados a situações extremas.

Meu “eu” artístico, o “Favelinha”, é bem complexo. Não busco fama, busco conhecimento e aprendizado. Ele vem da luta, vem da privação de liberdade. Surgiram o nome e o artista. Mesmo tendo sido privado de liberdade, não conseguiram privar minha mente.

Abandonei a escola antes de concluir o ensino médio, mas tenho o certificado digital do Encceja. Quando saí do sistema, não con-

seguí pegar meu histórico escolar. Tinha passado por duas escolas, e meu histórico sumiu. Para achar foi um trabalho. Então decidi trabalhar e cantar. Mais tarde, voltei a estudar a distância. No momento, não estudo, só trabalho.

Para sustentar o meu trabalho artístico, assumo vários tipos de funções, depende da empresa. Às vezes sou carregador, instalador ou trabalho com decoração. São vários setores. Minha carga horária varia conforme as diárias e metas. Às vezes faço uma diária em meio dia, às vezes duas.

Eu me dedico mais ao artístico quando estou em deslocamento para o trabalho. É corrido, mas eu junto as duas coisas. Quando vou trabalhar, muitas vezes componho ou apresento.

Daqui a uns quatro anos, quero ter uma carreira mais conhecida. Ou, se não for artista, seguir como educador. Quero trabalhar com algo ligado à educação, talvez em instituições. Acho que já faço isso de forma indireta, educo pela arte.

Jovem refugiado do Afeganistão, 20 anos, residente em São Paulo (SP)

Cheguei em São Paulo em julho de 2023, junto com minha mãe e minhas duas irmãs. Nossa história começou em 15 de agosto de 2021, quando o Talibã tomou o controle do Afeganistão. Naquele momento, escolas e universidades foram fechadas, e muitas meninas, inclusive minhas irmãs, ficaram impedidas de estudar.

Eu sou do povo Hazara, que sofre discriminação e violência no Afeganistão desde o século XIX, tanto por etnia quanto por religião — somos muçulmanos xiitas. Com a chegada do Talibã ao poder em 2021, a insegurança aumentou, e fomos obrigados a deixar o país. Fomos para o Irã, onde vivemos por quase dois anos, esperando uma oportunidade de recomeçar. Quando finalmente conseguimos o visto para o Brasil, sentimos que era uma nova chance de construir uma vida melhor.

No começo, foi muito difícil: o idioma, a cultura, o clima – até a comida era diferente. Eu me sentia perdido, sem saber como me comunicar nem como me adaptar.

Com o tempo, comecei a aprender português e a entender melhor o jeito brasileiro de viver. Trabalhei por sete meses em um restaurante indiano. Moro com minha mãe e minhas duas irmãs e tenho responsabilidades com elas. Foi por isso que comecei a trabalhar – para apoiar minha família. Hoje já faz mais de um ano que trabalho em uma grande empresa de logística, em breve, pretendo iniciar a faculdade.

No Afeganistão, estava quase terminando o ensino médio, mas não consegui o certificado. Então comecei o ensino médio de novo no Brasil e estou quase terminando. Também participei do programa Jovem Aprendiz. Apesar dos desafios, acredito que cada dificuldade me ajudou a crescer.

Meu maior sonho é estudar em uma boa universidade no Brasil, me formar e contribuir com este país que me acolheu. Quero mostrar que, mesmo longe da nossa terra, é possível recomeçar e construir um futuro com dignidade. Quero estudar Engenharia e espero poder seguir essa carreira.



CONCLUSÃO

As trajetórias das juventudes, aqui analisadas, revelam um cenário marcado por desafios e, ao mesmo tempo, por potencialidades e caminhos para a ação. São diversas as camadas de desafios, que envolvem desde dimensões estruturais que percorrem os 13 perfis, como renda e raça, até aspectos específicos, diretamente relacionados às suas características específicas. Juntamente com os desafios, os artigos revelam suas potencialidades e possibilidades para a inserção educacional, laboral e cidadã.

É verdade que os muitos dos dados apresentados evidenciam os avanços que ocorreram nas últimas décadas. Porém, os perfis analisados revelam os limites e lacunas das políticas públicas para as juventudes na atualidade, que se configuram, em contrapartida, como oportunidades para ação.

No campo dos desafios, vale reforçar, ficam evidentes o peso das desigual-

dades de renda e raça na trajetória escolar dessas juventudes, impactando suas trajetórias laboral. Educação e trabalho mostram imbricados, de modo que a educação se configura como a ponte para o mundo do trabalho, desempenhando um papel fundamental na transição para a vida adulta.

Ao mesmo tempo em que é irrefutável a centralidade da educação e, em especial da escola pública, para as juventudes – ela é espaço de acolhimento e desenvolvimento de potencialidades –, ela também aparece como espaço de reprodução de desigualdades e de exclusões, associadas a condições precárias de oferta e de ensino.

Em síntese, os artigos revelam que a escolarização dos grupos analisados é marcada por dificuldades de acesso, distorção idade-série e baixos níveis de aprendizagem, reforçando desigualdades e exclusões: ou seja, eles têm menos oportunidades

de acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho do que os jovens com maior renda e escolarização.

O efeito disso, também revelado pelos artigos e os depoimentos desta coletânea, é o prevalecimento da informalidade, os baixos rendimentos e o acesso limitado a oportunidades de trabalho digno.

Importante enfatizar que essas trajetórias não são resultado de escolhas individuais isoladas, mas do acúmulo de desvantagens ao longo do tempo. Entre elas, destacam-se a pobreza persistente, a baixa escolaridade familiar, a oferta educacional insuficiente, o racismo estrutural, as barreiras à acessibilidade, as desigualdades territoriais e a descontinuidade ou ausência de políticas públicas focalizadas.

Nesse contexto, torna-se urgente fortalecer a agenda de políticas públicas que reconheça a diversidade das juventudes e responda de forma mais adequada às suas necessidades e incorpore seus saberes e demandas no processo de formulação e implementação das políticas.

Uma agenda pautada pela ampliação e qualificação do debate sobre as desigualdades que afetam as juventudes, especialmente aquelas que enfrentam maiores barreiras no acesso a direitos. Uma agenda que se configure como Política de Estado, ultrapassem o atual estado de fragmentação e descontinuidade que marcam as políticas para as juventudes.

Outra chave importante para as políticas públicas explicitada na coletânea é a intersetorialidade, visto que a sobreposição de desvantagens que gera barreiras às trajetórias juvenis. Assim, é necessário um olhar sistêmico, que avance na articulação de políticas já existentes e na formulação de novas ações, capazes de mitigar as barreiras.

Dar voz e ampliar a visibilidade de determinados grupos, inclusive nas estatísticas oficiais é outro caminho delineado nas análises e depoimentos aqui apresentados. Dar voz significa instituir canais em que as juventudes possam expressar suas demandas e pontos de vista, de modo que eles sejam reconhecidos e incorporados às propostas para essa população. Já o refinamento da coleta de dados sobre certos grupos, hoje invisibilizados, é a base para a produção de diagnósticos e políticas bem fundamentadas.



O respeito aos modos de vida locais é outra dimensão relevante das políticas para certos grupos, que ganha forma em ações que possibilitem que os jovens tenham oportunidades e condições de estudar, viver e trabalhar em seus próprios territórios.

Percebe-se então que o caminho a ser trilhado passa tanto por ações de fundo, com caráter estruturante e transversal, quanto por iniciativas que focalizem demandas e necessidades específicas.

